

RIQUELDI STRAUB LISE



**CERCEAMENTOS, COERÇÕES E
ESPORTIVIDADE NO *ULTIMATE FIGHTING*
CHAMPIONSHIP (UFC)**

CURITIBA
2018

RIQUELDI STRAUB LISE

CERCEAMENTOS, COERÇÕES E ESPORTIVIDADE
NO *ULTIMATE FIGHTING CHAMPIONSHIP* (UFC)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Educação Física do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dr. André Mendes Capraro.

CURITIBA
2018

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas.
Biblioteca de Ciências Biológicas.
(Telma Terezinha Stresser de Assis –CRB/9-944)

Lise, Riqueldi Straub

Cerceamentos, coerções e esportividade no *Ultimate Fighting Championship* (UFC). / Riqueldi Straub Lise. – Curitiba, 2018.
209 p.: il. ; 30cm.

Orientador: André Mendes Capraro

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Artes marciais. 2. Violência. Título. II. Capraro, André Mendes. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (20. ed.) 796.8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RIQUELDI STRAUB LISE** intitulada: "**Cerceamentos, coerções e esportividade no Ultimate Fighting Championship (UFC)**", após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Fevereiro de 2018.

ANDRÉ MENDES CAPRARO
Presidente da Banca Examinadora

JULIANO DE SOUZA
Avaliador Externo

FERNANDO MARINHO MEZZADRI
Avaliador Interno

MIGUEL ARCHANJO DE FREITAS JUNIOR
Avaliador Externo

FERNANDO RENATO CAVICHIOLI
Avaliador Interno

RESUMO

Após 25 anos da primeira edição do *Ultimate Fighting Championship* (UFC), foi possível perceber que este evento promotor de lutas de *Mixed Martial Arts* (MMA) obteve notória visibilidade, a qual pode ser comparada atualmente com a de outros esportes considerados mais tradicionais. No entanto, desde as primeiras edições, caracterizadas como confrontos intermodalidades, até o reconhecimento oficial enquanto modalidade esportiva, a organização deste evento sempre esteve às voltas com críticas que consideravam tais disputas como prática brutal, selvagem e descivilizadora. Assim esta pesquisa tem como objetivo identificar para, na sequência, analisar o que se pode entender por violência no âmbito circunscrito às disputas *Ultimate Fighting Championship* (UFC). Com a pretensão de efetivar o objetivo proposto nesta tese, propõe-se uma pesquisa qualitativa de cunho histórico/sociológico. Para tanto, são necessárias a identificação, a descrição, a análise e a contextualização dos fatos e das relações de poder que influenciaram e determinaram o percurso da modalidade, considerando a violência com temática principal. Esta pesquisa está balizada pela hipótese de que o MMA apresenta tipos específicos de violência, as quais extrapolam aquelas do tipo interpessoal direta. E ainda que as atuais discussões midiáticas e boa parte dos trabalhos acadêmicos estão majoritariamente centradas nas regulamentações e no contato físico permitido pelas regras, muitas vezes entendido como uma forma de violência interpessoal direta. Com sentido de contemplar este objetivo optou-se por uma ampla seleção de fontes, cuja finalidade está assentada na compreensão diversificada do fenômeno. Foram utilizadas fontes impressas, tais como jornais, revistas especializadas ou não; fontes audiovisuais, tais como transmissões das lutas, filmes, documentários, programas televisivos, entrevistas, matérias em *sites* da *internet*; fontes documentais, tais como projetos, regulamentações, protocolos e também fontes imagéticas. Optar por uma abordagem metodológica pautada em um único referencial teórico ou em algum modelo explicativo específico talvez fosse fator limitante para a compreensão de algumas formas de violência que se manifestam (ou não) nessas disputas. Dada a multiplicidade de significados relacionados à noção de violência, optou-se por uma articulação entre diferentes áreas de conhecimento, com objetivo de ampliar as possibilidades de análise e espriar a compreensão acerca das noções de violência, percebidas nas disputas do UFC. Dessa maneira a pesquisa foi dividida em oito capítulos, os quais cada um deles corresponde a um objetivo específico. Além da introdução e considerações finais são eles: *Reflexões pautadas nas noções de violência*; *Mas que disse que isto é esporte? Os discursos que permeiam uma modalidade em constituição*; *O processo de regulamentação e do UFC: motivações e finalidades*; *A luta antes da luta: discussão acerca dos processos de perda de peso em atletas do UFC*; *Doping no UFC: uma violência velada, mas não invisível*; *O monopólio do UFC e suas formas de coerções*. Pôde-se perceber que diversas formas de violência se manifestam no âmbito do UFC, entre elas as coerções por meio de contratos unilaterais, os quais tendem a prejudicar os atletas, o uso de doping por parcela dos lutadores, as relações obscuras entre o UFC e as Comissões Atléticas (CAs) com sentido de preservar os atletas com maior expressão na organização, entre outras. Foi possível notar também que boa parte da produção acadêmica acerca do MMA e do UFC não costumam abordar estes tipos de violência que extrapolam aquelas do tipo interpessoal direta.

Palavras-chave: Mixed Martial Arts. Ultimate Fighting Championship. Violência. Esporte de combate. Confronto intermodalidade.

ABSTRACT

After 25 years of the first edition of the Ultimate Fighting Championship (UFC), it was possible to perceive that this Mixed Martial Arts (MMA) promoting event has gained noticeable visibility, which can now be compared to other traditional sports. However, since the first editions, still characterized as intermodality combats and not as a sporting modality, the organization of this event had always faced criticism that considered such disputes as a brutal, savage and descivilizing practice. Thus, this research aims to identify and to analyze what can be understood by violence within the scope of the Ultimate Fighting Championship (UFC). With the pretension of accomplishing the objective proposed in this thesis, a qualitative research of a historical/sociological nature is proposed. For that, it is necessary to identify, describe, analyze and contextualize the facts and power relations that influenced and determined the course of the modality, considering the violence as the main theme. This research is based on the hypothesis that MMA presents specific types of violence, which surpass those of the direct interpersonal type. In addition, although the current media discussions and much of the scholarly work are mostly centered on the regulations and the physical contact allowed by the rules, often understood as a form of direct interpersonal violence. In order to contemplate this objective we opted for a wide selection of sources, whose purpose is based on the diversified understanding of the phenomenon. Printed sources were used, such as newspapers, specialized magazines or not; audiovisual sources, such as broadcasting of fights, films, documentaries, television programs, interviews, web site materials; documentary sources, such as projects, regulations, protocols and also imagery sources. Opting for a methodological approach based on a single theoretical framework or on some specific explanatory model might be a limiting factor for understanding some forms of violence that manifest themselves (or not) in these disputes. Given the multiplicity of meanings related to the notion of violence, it was decided to articulate different areas of knowledge, with the aim of broadening the possibilities of analysis and spreading understanding of the notions of violence perceived in UFC disputes. In this way the research was divided into eight chapters, each of which corresponds to a specific objective. Besides the introduction and final considerations are: Reflections based on notions of violence; But who says this is sport? The discourses that permeate a modality in constitution; The regulatory process and the UFC: motivations and purposes; The fight before the fight: discussion about the processes of weight loss in UFC athletes; Doping in the UFC: veiled but not invisible violence; The UFC monopoly and its forms of coercion. It can be seen that various forms of violence manifest themselves within the UFC, including coercion through unilateral contracts, which tend to harm athletes, the use of doping by fighters, obscure relations between the UFC and the Athletic Commissions (CAs) with a sense of preserving the athletes with greater expression in the organization, among others. It was also possible to notice that much of the academic production about MMA and the UFC does not usually address these types of violence that extrapolate those of the direct interpersonal type.

Keywords: Mixed Martial Arts. Ultimate Fighting Championship. Violence. Combat sport. Combat intermodality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Imagem da luta entre Fábio Piemonte e Kunta Kinte	10
Figura 2. Vaso grego intitulado <i>Cena de Pancrácio</i>	40
Figura 3. Primeiro projeto da área de lutas do UFC	62
Figura 4. Segundo projeto da área de lutas do UFC	63
Figura 5. Projeto da área de lutas do UFC denominado <i>The Cage of Death</i>	64
Figura 6. Cena do Filme <i>The Octagon</i>	65
Figura 7. Projeto definitivo da área de lutas do UFC	65
Figura 8. Pôster de divulgação do primeiro evento do UFC	67
Figura 9. Capa e contracapa do DVD da primeira edição do UFC	69
Figura 10. Capa e contracapa do DVD da segunda edição do UFC	71
Figura 11. Steve Jennum VS Melton Bowen, UFC 4	91
Figura 12. Miesha Tate sofrendo com corte de peso antes de derrota	111
Figura 13. O vencedor da maratona das Olimpíadas de 1904, Thomas Hicks	125
Figura 14. Veja o antes e depois de Vitor Belfort, com e sem TRT	139
Figura 15. Comunicado oficial aos atletas do UFC sobre o patrocínio da Reebok	174
Figura 16. José Aldo no momento da luta e o banner de patrocínios ao fundo	174
Figura 17. Vitor Belfort no momento da luta e o banner de patrocínio ao fundo	175
Figura 18. Anderson Silva no momento da luta e o banner de patrocínio ao fundo	175
Figura 19. Parte do elenco do UFC usando o <i>Reebok fight kit</i>	176
Figura 20. Estimativa de ganhos de um lutador iniciante com patrocínios diretos	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de mortes por modalidade na França.....	52
Tabela 2. Número de mortes por modalidade.....	53
Tabela 3. Categorias de peso sugeridas pela Comissão Atlética de New Jersey.....	101
Tabela 4. Resumo da lista de Substâncias e Métodos Proibidos	131
Tabela 5. Cronologia das políticas antidopagem no UFC	140
Tabela 6. Resumo da lista de penalidades previstas pelo Código Mundial Antidopagem..	144
Tabela 7. Possíveis valores de rendimentos para primeiro contrato com UFC.....	158
Tabela 8. Lista de despesas segundo Myles Jury	159
Tabela 9. Valores das premiações dos lutadores do UFC Norfolk.....	160

LISTA DE SIGLAS

TRT – Terapia de reposição de testosterona
WADA – *World anti-doping agency*
NSAC – *Nevada State athletic commission*
Cas – Comissões Atléticas
WADC – *World Anti-Doping Code*
MMA – *Mixed Martial Arts*
UFC – *Ultimate Fighting Championship*
PPV – *Pay-Per-View*
IMMAF – *International Mixed Martial Arts Federation*
CABMMA – Comissão Atlética Brasileira De *Mixed Martial Arts*
PRP – Perda rápida de peso
AVC – Acidente vascular cerebral
USADA – *United States of America anti-doping agency*
AUT – Autorização para uso terapêutico
NCAA – *National Collegiate Athletic Association*
COI – Comitê olímpico internacional
IAAF – *International Association of Athletics Federation*
EPO – Eritropoetina
Gh – Hormônio Do Crescimento

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	10
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	22
2 REFLEXÕES PAUTADAS NAS NOÇÕES DE VIOLÊNCIA.....	32
3 MAS QUEM DISSE QUE ISSO É ESPORTE? OS DISCURSOS QUE PERMEIAM UMA MODALIDADE EM CONSTITUIÇÃO.....	60
4 O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DO UFC: MOTIVAÇÕES E FINALIDADES	86
5 A LUTA ANTES DA LUTA: DISCUSSÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE PERDA DE PESO EM ATLETAS DO UFC	105
6 DOPING NO UFC: UMA VIOLÊNCIA VELADA, MAS NÃO INVISÍVEL	121
7 O MONOPÓLIO DO UFC E SUAS FORMAS DE COERÇÃO.....	153
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS	187

PRÓLOGO

Possivelmente no ano de 1994, não posso precisar data, lembro que um colega comentou ter assistido em fita VHS a uma disputa internacional de “vale-tudo”. O termo não era desconhecido, pois, nas décadas de 1980 e 90, alguns combates desta natureza ganharam certa visibilidade na cidade de Curitiba, tais como a luta entre Rei Zulu e o lutador de telecatch Brasão – vitória de Zulu que quebrou a clavícula do atleta curitibano – ou, ainda, o confronto entre Fabio Piemonte, mais conhecido como Fabião, representante da academia Chute boxe (muay thai) e Kunta Kinte, representante da capoeira, na qual Fabião nocauteou este¹.



Figura 1. Imagem da luta entre Fábio Piemonte e Kunta Kinte. Fonte: Youtube, 2013².

O relato deste meu colega destacava que um lutador brasileiro havia se sagrado campeão do evento, sem haver dado um soco sequer em seus adversários. Fiquei curioso e fui a uma locadora de vídeos para procurar tal fita. O brasileiro era Royce Gracie, representante do jiu-jitsu, e o evento era a primeira edição do *Ultimate Fighting Championship* (UFC). Lembro de ter assistido pelo menos umas três vezes antes de devolver a fita à locadora. Pouco tempo depois, já estavam disponíveis a segunda, a terceira e a quarta edições do UFC. Possivelmente,

¹ Esta luta pode ser vista no *link* <<https://www.youtube.com/watch?v=T6CxrVGRkVI>>.

² Imagem retirada do Youtube, disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Kunta+kinte+vs+Fabi%C3%A3o&rlz=1C1GGRV_enBR757BR757&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwi7rImyoIDZAhUKjpAKHeX4BusQsAQINA&biw=1366&bih=662#imgsrc=vFStyHQhyZ-tlM:>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

essas fitas chegassem às locadoras de vídeo pelo menos alguns meses após a realização do evento, o que, de certa forma, não fazia muita diferença, pois, naquela época, sem *internet*, não havia a certeza da continuidade desses torneios.

Das quatro primeiras edições, três foram vencidas por Royce Gracie, evidenciando a superioridade das técnicas do jiu-jitsu sobre os outros esportes de combate. Esses resultados instigaram em mim um sentimento nacionalista, que me faria, na maioria das vezes, torcer por lutadores brasileiros, independente de qual modalidade eles representassem.

Em certa ocasião, um amigo me convidou para assistir um UFC na casa dele, seu pai havia assinado uma TV a cabo e esses eventos constavam na grade de programação. Lembro-me de ter assistido às vitórias de Marco Ruas, na sétima edição do torneio, na qual se sagrou campeão. Torcemos efusivamente pelo lutador brasileiro. Daí em diante se tornou frequente assistirmos aos espetáculos de “vale-tudo”, UFC, Pride ou eventos nacionais.

Embora já houvesse tecnologia suficiente para que esses eventos fossem transmitidos ao vivo, via sistema de *pay-per-view*, normalmente, havia um atraso de duas semanas entre a realização das lutas e a transmissão das mesmas. Isso passou a ser problemático, na medida em que os narradores já sabiam de antemão os resultados e “sem querer” os revelavam ao longo da luta ou mesmo antes de começar o combate. Algo mais ou menos assim: “o lutador brasileiro entrou no ringue com quarenta graus de febre e um dedo quebrado, mas ele é um guerreiro por lutar mesmo assim”, pronto, já sabíamos da derrota. Ou ainda, “dá para ver nos olhos a confiança e a determinação do lutador brasileiro que realizou um ótimo treinamento, está em plena forma e tem um potente direto de direita”, vitória por nocaute à vista. Este incômodo se tornava repetitivo e a consequência disso foi curiosa: assistir a inúmeros combates sem áudio.

De toda maneira, eu gostei muito daquilo, embora eu nunca tivesse lutado coisa alguma, à exceção de algumas aulas de judô na infância. Minhas práticas esportivas se restringiam às aulas de Educação Física, ao futebol com os amigos e aos treinos de vôlei no colégio. Pouco a pouco, comecei a tomar conhecimento do universo do “vale-tudo”, quem eram os principais lutadores, quando e onde seriam os eventos, quais eram as regras, o significado dos termos, a variação dos estilos, a compreensão das técnicas, entre outras coisas. De certa forma, eu entendia um pouco do assunto mesmo sem nunca ter a vivência prática.

Descobri logo após, que em Curitiba havia uma proeminente escola de muay thai, cujos lutadores se notabilizaram pela qualidade da luta em pé, e que na cidade do Rio de Janeiro existia uma longa tradição de lutadores especializados na luta de chão. Não tardou a intensificação de uma rivalidade entre atletas dessas cidades e estilos, este antagonismo

extrapolou o âmbito regional e colocou os lutadores brasileiros em destaque, principalmente no Japão.

Impulsionado pelo prazer de assistir as lutas me senti tentado a fazer aulas de muay thai. Nunca tive a pretensão de ser um competidor, minha prioridade estava pautada apenas no aprendizado das técnicas e isso me ocasionou alguns problemas. A escolha da academia se deu pela facilidade de acesso via ônibus. Descobri, depois de alguns dias, que frequentar aquela academia naquele horário específico era indicativo de que você estava disposto a se tornar um lutador competitivo, nas palavras do professor “deveria honrar a tradição da academia”, e isto não era minha pretensão. Em outros períodos do dia, havia turmas para alunos iniciantes, mas tais horários eram inadequados para mim. Decidi me matricular mesmo assim!

Os treinamentos tinham duração de uma hora e meia e seguiam uma lógica própria para competições. Na primeira parte, aquecimento, seguido de aprimoramento das técnicas de percussão e luta (muitas vezes, para valer). Cada uma das três partes deste treinamento tinha duração aproximada de meia hora e, para meu desprazer, a última meia hora era a mais penosa, eu era um dos únicos alunos sem experiência e também o mais leve da turma. O professor ainda tinha o cuidado de alertar os meus oponentes de *sparing*: “Vai de leve porque o menino acabou de chegar”. Mesmo assim, os *sparings* eram duros, muito duros. Obviamente, minha tentativa de aprender as técnicas de muay thai não durou mais do que três meses, dada a rispidez dos treinamentos e dos comuns hematomas nas pernas, olhos roxos ou sangramentos no nariz. Depois de alguns meses, descobri que a decisão de me matricular naqueles dias e horários havia sido um grande erro. Então desisti. Mas continuava sentindo prazer em assistir.

Cumpra aqui ressaltar que meu apreço em assistir lutas, sejam elas de MMA, de boxe, de jiu-jitsu, de judô ou de kickboxing, nunca esteve centrado no prazer pela violência. Eu passei a entender as técnicas, as movimentações, as estratégias e as regras, e o que mais me atrai é justamente o aspecto esportivo dessas disputas. Dessa forma, posso afirmar com certa convicção que esse interesse por assistir lutas variadas não alterou meu comportamento, não fiquei mais violento por acompanhar esportes dessa natureza. De certa maneira, sempre tive certa noção da diferença entre uma luta no âmbito esportivo e uma briga de rua – e dessas últimas sempre tentei manter distância, não quero participar tampouco presenciar, não gosto disso, acho isso violento. Hoje em dia minha esposa, meu pai, meus irmãos, vários dos meus amigos acompanham regularmente lutas de MMA, uns mais outros menos, no entanto, posso afirmar com segurança que nenhum deles tornou-se mais agressivo por causa disso. Mas eu sei que este discurso permeia muitas convicções acerca dessas disputas.

Depois de muitos anos, quando comecei a cursar a graduação em Educação Física, pude, enfim, pôr em prática o velho desejo de aprender alguma técnica de luta, desta vez de uma modalidade diferente, o jiu-jitsu. Essa segunda tentativa, um pouco mais próspera, foi muito além do mero aprendizado das técnicas, fiz no tatame grandes amigos, que de uma forma ou de outra, me auxiliaram a chegar até aqui. Além disso, tive contato com outras modalidades de esporte de combate na disciplina de lutas. Essas vivências práticas, combinadas com os conhecimentos teóricos apreendidos ao longo da graduação, me permitiram a elaboração de um projeto de pesquisa, visando um mestrado, que historicizasse os primórdios dos combates intermodalidades no Brasil. O professor André Capraro (UFPR) se interessou pelo projeto e aceitou o desafio de me orientar na construção da dissertação, defendida em 2014 e intitulada “Entre diretos, ceintures avant, chaves de braço e rabos de arraia: os primórdios dos combates intermodalidades na cidade do Rio de Janeiro, 1909-1929”.

Antes mesmo de iniciar o projeto de doutorado comecei a notar que a maioria dos discursos que tratavam da violência no MMA era dissonante das declarações dos lutadores e de outros envolvidos com a modalidade, isso me causava certa inquietação. Ao intensificar as leituras, notei que as lutas, aquilo que assistimos em um evento, é apenas uma parte ínfima da totalidade, é a ponta do iceberg. Então, o que acontece quando esses atletas não estão sob as luzes das câmeras? Que relações eles estabelecem com o mundo social que os cerca? Esse foi o ponto de partida, quero tentar entender as coisas para além do octógono, na verdade, quero tentar entender a violência para além do octógono.

Atualmente, faço aulas regulares de boxe, menos regulares de jiu-jitsu, tenho participado de cursos de arbitragem de diversas modalidades de esportes de combate e também faço parte do Grupo de Estudos Sócio-Históricos de Esportes de Combate, Lutas e Artes Marciais (GESHECLAM), coordenado por meu orientador Prof. André Capraro.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2018, o *Ultimate Fighting Championship* (UFC) completa 25 anos de existência. Desde o primeiro evento intermodalidades – a denominação *mixed martial arts* só foi cunhada no ano 2000 – organizado por esta instituição, o qual ocorreu no ano de 1993, já foram realizadas cerca de 430 edições, com aproximadamente 5.200 lutas. Isso sem falar das 34 edições do programa *The Ultimate Fighter*³ (UFC Fight Night, 2018).

Ao longo desses 25 anos, o UFC se consolidou como o principal promotor de eventos desta natureza e o MMA tornou-se um esporte relativamente consolidado⁴, figurando entre aqueles que mais cresceram no mundo. Sua popularidade nos Estados Unidos já pode ser comparada com o beisebol e com o futebol americano. Os principais lutadores são considerados ícones do esporte e a marca UFC, recentemente, foi negociada pelo valor de 4 bilhões de dólares, segundo o *site* da ESPN (Resende, 2016).

Com sentido de ilustrar a visibilidade que o UFC obteve ao longo desse quartel de século, pode-se aqui citar alguns números referentes ao UFC edição 100, realizado em 11 de julho de 2009, no Cassino Mandalay Bay em Las Vegas, no qual estiveram presentes 10.871 espectadores, gerando uma renda de bilheteria de 5,13 milhões de dólares, também foram vendidos aproximadamente 1,6 milhões de pacotes de *pay-per-view* somente nos Estados Unidos e a premiação para o vencedor da luta principal, Brock Lessnar, foi de US\$ 400 mil, incluindo a participação nas vendas de pacotes de *pay-per-view* (PPV) (Blue Book, 2011). Já o UFC edição 200, realizado em 9 de julho de 2016 no *T-Mobile Arena* em Las Vegas, reuniu um público de 18.200 espectadores, propiciando uma renda de 10,7 milhões de dólares. Esta edição superou a marca de 1 milhão de pacotes de PPV vendidos (Martins, 2016).

Mas não é apenas nos Estados Unidos que este esporte tem aumentado sua popularidade, ao longo das duas últimas décadas, o MMA vem crescendo gradualmente em vários países no mundo. Em um passado recente no Japão, por exemplo, ocorreu o evento Pride⁵ Shockwave (2005), realizado no Saitama Super Arena, no qual estiveram presentes 49.801 espectadores, e a transmissão em TV aberta atingiu o índice de 27,7 pontos de audiência, totalizando 35,2 milhões de público telespectador. O One Championship é atualmente o maior

³ Programa televisivo no formato de *reality show*. Confinados em uma casa, esses atletas disputam sua permanência no programa em lutas de MMA. O vencedor da temporada é premiado com um contrato com o UFC.

⁴ Embora parcela da comunidade esportiva considere o MMA uma modalidade esportiva consolidada, existem severas críticas acerca desta condição. As principais delas fazem menção ao elevado grau de contato físico permitido nessas disputas, à falta de critérios objetivos para a definição de um *ranking*, e por fim, à regulamentação desuniforme entre eventos.

⁵ Evento mais popular de MMA do Japão, logo depois de ser adquirido pelo UFC foi extinto em abril de 2007.

evento asiático de MMA e, no ano de 2018, realizará 24 edições pelo continente. Na Rússia, dois eventos se destacam pela popularidade, o Absolute Championship Berkut (ACB) e o M1 Global. Mas não há dúvida de que o UFC é o evento de MMA com maior visibilidade do mundo. Até a edição de 25 de novembro de 2017, vários países já haviam sediado eventos do UFC, entre eles o Estados Unidos (289 eventos), Brasil (30 eventos), Canadá (22 eventos), Austrália (13 eventos), Japão (9 eventos), Alemanha (5 eventos), Irlanda (4 eventos), Emirados Árabes (2 eventos), além de China, Cingapura, entre outros (UFC Fight Night, 2018). Ainda não foi realizada nenhuma edição em países africanos. A listagem de países que mais receberam eventos do UFC tem relação direta com a popularidade deste evento. Tendo sua marca já consolidada nos Estados Unidos, Canadá, Brasil, Japão, Austrália, o UFC projeta um crescimento em países europeus e continente asiático, em especial no Japão e na China.

No Brasil, o fenômeno do crescimento do MMA tornou-se evidente com a disputa do título dos pesos médios entre os brasileiros Anderson Silva e Vitor Belfort, ocorrida em 6 de fevereiro de 2011, na cidade de Las Vegas, Estados Unidos. Diversos jornais, dentre eles, O Globo, Folha de São Paulo, Jornal Extra, Diário Fluminense, Gazeta do Povo, entre outros, estamparam em suas páginas notícias e fotos dos dois oponentes na oportunidade da pesagem, inúmeras matérias foram publicadas em periódicos, *sites* especializados ou não, e portais da *internet*, dando conta da “luta do século”⁶. O mesmo ocorreu no dia seguinte ao evento: muitas matérias, fotos e comentários acerca do resultado desta disputa, que teve Anderson Silva se sagrando campeão. Em novembro do mesmo ano, outro fato alavancou ainda mais a visibilidade do MMA no Brasil. Uma parceria celebrada entre a organização do UFC e a maior rede de televisão aberta do país – a Rede Globo – previa que alguns destes eventos seriam transmitidos pela emissora: “A Rede Globo e o UFC anunciam nesta quinta-feira, dia 27, um acordo de transmissão exclusiva da programação do UFC. A emissora terá exclusividade para exibir ao vivo todos os eventos do UFC no Brasil e três no exterior, além da primeira edição brasileira do *reality show* ‘The Ultimate Fighter’” (TUF) (Globoesporte.com, 2011, s/p). A decisão da emissora em transmitir tais eventos em TV aberta⁷ desencadeou uma série de debates acerca da legitimidade do MMA, enquanto esporte e também várias críticas quanto ao elevado

⁶ Esta denominação é discutível. Para além do aspecto técnico, existem fatores comerciais que influenciam nas “lutas do século”. Possivelmente, o UFC trabalhe com esse discurso no âmbito regional, tendo em vista que, segundo Bart Beaty, na obra *How canadian communicates V* (2016), a luta do século se refere ao confronto entre Georges St Pierre *versus* Nick Diaz. Nos Estados Unidos, há um consenso de que a luta do século foi entre Randy Couture e Chuck Lidel.

⁷ Um dos canais do sistema Globosat, o canal Combate, já transmitia eventos do UFC em TV fechada via cabo.

grau de violência permitido nessas disputas. Mesmo sendo alvo de críticas⁸, os eventos do UFC transmitidos em TV aberta obtiveram elevados índices de audiência que potencializaram a visibilidade do UFC no Brasil. Já no ano de 2016, outro evento do UFC no Brasil, desta vez, realizado na cidade de Curitiba, também obteve números expressivos. Considerado pelo *site* da ESPN como “o maior evento de MMA já realizado no Brasil” (Linares; Resende, 2016, s/p), o qual reuniu mais de 45 mil pagantes, terceiro maior público da história do UFC, e injetou mais de R\$ 45 milhões na economia local. O MMA se consolida como uma modalidade espetacularizada e relativamente popular, envolvendo cifras milionárias, lutadores profissionais⁹ e centenas de agentes envolvidos em cada edição.

Considerando as perspectivas acima postas, tentar compreender o desenvolvimento do MMA e suas nuances, se configura como um novo desafio para as Ciências de uma maneira geral. Embora o meio acadêmico, em um passado recente, tenha se mostrado reticente quanto à importância desta nova temática, é possível notar, nos dias atuais, que este objeto, paulatinamente, tem atraído o interesse dos pesquisadores. Para se ter ideia da atual relevância do MMA para o meio acadêmico, somente no Portal da Capes constam 2.939 registros de artigos com o assunto “Mixed Martial Arts”, somados os periódicos nacionais e internacionais revisados por pares. Em periódicos nacionais revisados por pares, são 31 registros de artigos com os assuntos “Mixed Martial Arts” e “Artes Marciais Mistas”. Além disso, foram encontrados no Banco de Teses e Dissertações da Capes, 19 registros de dissertações, sendo que a primeira delas foi produzida no ano de 2013, e seis de teses, elaboradas a partir do ano de 2016, todas produzidas no Brasil. Nota-se que as primeiras produções com tal temática foram publicadas, pelo menos, 20 anos depois da realização dos primeiros eventos do UFC, este dado pode ser um indicativo de certo conservadorismo do meio acadêmico em relação a alguns fenômenos emergentes. Tais produções advêm das mais diversas áreas de conhecimentos, entre elas as Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e também das Ciências Sociais.

Das seis teses acima referidas – todas fundamentadas nos preceitos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais –, apenas Carmo (2016) considera como elemento central da pesquisa a relação entre MMA e violência. Embora Almeida (2016), Mariante Neto (2016), Camilo (2016), Salvini (2017) e Garcia (2017) tenham tratado desta relação, ela não se

⁸ José Trajano foi, por algum tempo, considerado como um dos mais proeminentes críticos de lutas de MMA. Então diretor de programação da ESPN, declarou que em nenhuma hipótese ele permitiria que aquelas lutas bárbaras e violentas fossem transmitidas naquele canal. Porém, no ano de 2016, José Trajano foi demitido da emissora, a qual atualmente transmite de maneira regular confrontos de MMA (Portal dos Jornalistas, 2017).

⁹ A condição de profissionalismo dos atletas do UFC será problematizada em um capítulo específico.

configurou enquanto temática principal, embora tenha sido também abordada nesses estudos. Esta pequena amostra já é suficiente para constatar que a relação entre a violência e o MMA é motivo de inquietações e investigações no âmbito acadêmico.

Como já evidenciado, a grande repercussão midiática, especialmente na última década, de uma modalidade com características de contato físico intenso, ensejou uma série de debates e críticas acerca dos supostos elevados níveis de violência permitidos. Boa parte dessas discussões apresentava, e ainda apresenta, uma tendência de polarização. De um lado, aqueles que compreendem o MMA como prática violenta e brutal e, de outro, aqueles que o consideram como um esporte não violento. Em meio a essa polaridade foi possível perceber que a violência, enquanto elemento central dessas discussões, era tratada de maneira insatisfatória e, quando muito, era problematizada a partir de conceitos descontextualizados. Exemplo disso, são os argumentos sustentados pelo deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) José Mentor – autor de um projeto de lei que visa proibir a transmissão de lutas não olímpicas no Brasil –, o qual entende a violência no MMA a partir de definições dicionarizadas, “Ato de violentar, abuso de força, constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer”. Por outro lado, o senador pelo Partido da República (PR), Magno Malta, pondera que as regulamentações da modalidade, as quais controlam os níveis de contato físico a tornam um esporte não violento.

Considerando os vários debates ocorridos ao longo da última década, foi possível constatar dois problemas principais. O primeiro deles faz referência ao fato de que as noções acerca daquilo que pode ser considerado um ato violento poucas vezes são tensionadas e, via de regra, o termo violência carrega valores morais que são particulares a cada indivíduo, a partir de suas sensibilidades e experiências pregressas (Elias; Dunning, 1992). O segundo problema reside no fato de que estas discussões se encerram entre os oito lados do octógono, ou seja, os debates estão majoritariamente centrados nos supostos elevados níveis de violência interpessoal direta.

Outras tantas discussões com essas mesmas alegações ocuparam espaços em programas televisivos especializados ou de variedades, páginas de jornais e revistas, redes sociais, entre outros. Embora este espaço midiático concedido a esses debates tenha sido importante, na maioria das vezes, tornava-se improfícuo devido à argumentação inconsistente dos envolvidos, e este quadro resultou em mais polarizações. Anos se passaram, o MMA sofreu sensíveis mudanças, tornou-se cada vez mais esportivizado (Gutmann, 1978), mas uma característica pouco se alterou: o estigma de uma prática bárbara, selvagem e violenta ainda se faz muito

presente, não são incomuns reportagens ou matérias jornalísticas, que naturalizem a relação entre MMA e violência.

De certa maneira, esse discurso midiático prevalecente influenciou várias pesquisas de cunho acadêmico, algumas delas admitiam que esta prática se configurava como prática brutal e violenta, apresentando, portanto, característica descivilizadora (Vasques, 2013); outras compreendiam o MMA como um vetor para violências sociais, ou mesmo como mais uma possibilidade de alienação (Santos; Filho, 2015).

Tendo em vista os aspectos acima elencados, objetiva-se com esta pesquisa identificar para, na sequência, analisar o que se pode entender por violência no âmbito circunscrito às disputas *Ultimate Fighting Championship* (UFC).

Desta maneira questiona-se: o que se pode entender por violência no âmbito esportivo, à luz dos eventos do UFC? E, ainda, onde tal violência está presente ou não nesses confrontos?

Esta pesquisa está balizada pela hipótese de que o MMA apresenta tipos específicos de violência, as quais extrapolam aquelas do tipo interpessoal direta. E, ainda, que as atuais discussões midiáticas e boa parte dos trabalhos acadêmicos estão majoritariamente centradas nas regulamentações e no contato físico permitido pelas regras, muitas vezes entendido como uma forma de violência interpessoal direta.

Quanto aos objetivos específicos, eles são contemplados em cada um dos capítulos, seguindo esta ordem: pensar os tensionamentos acerca das noções de violência, tanto em um sentido mais amplo quanto circunscrita ao âmbito esportivo, em especial no UFC; refletir sobre o MMA, em especial, os eventos promovidos pelo UFC a partir dos conceitos de esportes; discorrer acerca das motivações e finalidades do processo de regulamentação dos eventos do UFC; ponderar sobre os métodos utilizados para perda de peso; analisar a ocorrência de casos de doping em atletas da organização; refletir acerca das formas de cerceamento impostas aos lutadores do UFC pela organização do evento.

Com a pretensão de efetivar os objetivos propostos nesta tese, propõe-se uma pesquisa qualitativa de cunho histórico/sociológico. Para tanto, são necessárias a identificação, a descrição, a análise e a contextualização dos fatos e das relações de poder que influenciaram e determinaram o percurso da modalidade. O recorte temporal proposto compreende o período que vai do ano de 1993, com a realização do primeiro evento do UFC, ainda com características intermodalidades, até os eventos ocorridos no final do ano de 2017.

Conforme já explicitado no objetivo geral da pesquisa, as propostas de análises estão centradas apenas no UFC, portanto, este estudo não se propõe a extrapolar este âmbito. Talvez isso exija alguns esclarecimentos. Atualmente, o UFC é o maior promotor de MMA do mundo,

para além do prestígio e competitividade, o UFC, segundo Salminen, (2017), se configura como um monopólio, pois controla mais de 90% da receita gerada com os eventos de MMA. Além disso, os organizadores do UFC estabelecem relações singulares com seus lutadores, com os patrocinadores, com as Comissões Atléticas, com público e com os telespectadores, entre outros – questão que será abordada nos capítulos subsequentes. Seria muito difícil analisar o MMA de uma maneira geral, pois seria necessário compreender as condutas esportivas e comerciais de cada organização promotora, e isto seria inviável em um estudo desta natureza.

Esta pesquisa pode ser justificada a partir da premissa de que, nos estudos acadêmicos acerca do esporte, o termo “violência” é utilizado em várias situações e contextos, e tendem a exprimir uma ampla variedade de condutas e comportamentos. Porém, a multiplicidade de significados possíveis para este termo – inclusive, a grande maioria pautada meramente no próprio juízo de valor do pesquisador(a) – tende a confundir o entendimento de determinadas ações, se essas significações tiverem pretensões generalizantes. Ou seja, a violência se manifesta de maneiras distintas em cada esporte, isto porque cada modalidade se desenvolve em contextos específicos, a partir de regulamentações próprias, que permitem ou excluem o contato físico, por exemplo. Assim, pensa-se ser necessário um esforço no sentido de atribuir a este termo um significado mais preciso, que possa expressar com clareza a legitimidade de determinadas ações postas em prática em contextos singulares.

Partindo da premissa de que o MMA é um fenômeno cultural contemporâneo e que o processo de esportivização desta modalidade se sucede a partir de uma série de dinâmicas singulares – algumas delas serão tratadas adiante –, optar por uma abordagem metodológica pautada em um referencial teórico ou em algum modelo explicativo, talvez fosse fator limitante para a compreensão de algumas formas de violência que se manifestam (ou não) nessas disputas, sejam elas violências do tipo interpessoal direta ou institucional. Esta escolha pouco habitual para este tipo de produção acadêmica, dissertações ou teses, se deu tendo em vista a pluralidade de entendimentos acerca daquilo que é ou não considerado violência.

Portanto, dada a especificidade e variedade de violências que se pretende analisar neste estudo, optou-se por uma articulação entre diferentes áreas de conhecimento, com objetivo de ampliar as possibilidades de análise e espriar a compreensão acerca das noções de violência, percebidas nas disputas MMA, especialmente aquelas circunscritas ao âmbito do UFC. Como já destacado no objetivo geral, o entendimento do conceito de violência é fundamental para esta pesquisa, e é neste ponto que reside um primeiro entrave. Conforme será tratado com mais detalhes no próximo capítulo, a violência é um fenômeno que, em seu fundamento, possui características multifacetadas, subjetivas e, ao mesmo tempo, são também socialmente

construídas. Estabelecer conceitos universais para definir a violência em toda sua magnitude é improvável. Assim, pretende-se perceber, a partir das dinâmicas relacionais circunscritas ao contexto do UFC, se há ou não violência, e, se houver, de que forma ela é manifesta.

Mesmo considerando que alguns autores já tenham tratado sobre a temática violência no esporte, isto não parece ter sido suficiente para elucidar as dinâmicas desta nos contextos específicos do MMA, dadas as singularidades das relações estabelecidas e também considerando o recente surgimento deste, ao menos como objeto de pesquisa. Mesmo assim, torna-se imprescindível a apropriação de alguns conceitos e noções relacionados à violência, em especial, aqueles que apresentam afinidade com o âmbito esportivo, e a ideia aqui é elencar uma base conceitual que dialogue com as formas de violência apresentadas em cada um dos capítulos deste estudo, daí a importância de um conceitual multidisciplinar.

Com o propósito de subsidiar uma discussão acerca da violência no MMA, foram utilizados os pressupostos teóricos de autores que trataram sobre noções de violência ou, minimamente, tangenciaram esta temática, tais como Michel Foucault, Pierre Clastres, Santo Tomás de Aquino, entre outros; e também aqueles pressupostos preconizados por autores que tematizaram a violência no contexto dos esportes, como Norbert Elias, Eric Dunning, David Le Breton e Jay Coakley.

Tendo em vista que o MMA é uma modalidade esportiva extremamente espetacularizada, existe uma quantidade abundante de fontes nos mais distintos meios midiáticos, que versam acerca da relação entre violência e MMA. Com sentido de alargar a discussão acerca deste imbricamento, seria aqui um fator limitante adotar uma única tipologia de fonte, sob a pena de limitar a abrangência da pesquisa. Assim, optou-se por uma ampla seleção de fontes, cuja finalidade está assentada na compreensão diversificada do fenômeno. Portanto, foram utilizadas fontes impressas, tais como jornais, revistas especializadas ou não; fontes audiovisuais, tais como transmissões das lutas, filmes, documentários, programas televisivos, entrevistas, matérias em *sites* da *internet*; fontes documentais, tais como projetos, regulamentações, protocolos, entre outros.

Além da introdução e de um subcapítulo subjacente, intitulado “Contextualizando o objeto” – no qual se pretendeu historicizar o UFC, a partir do primeiro evento ocorrido no ano de 1993 até o último evento do ano de 2017 –, esta pesquisa foi dividida em seis capítulos além das considerações finais. No segundo capítulo, intitulado “Reflexões pautadas nas noções de violência”, pretendeu-se pensar os tensionamentos acerca das noções de violência, tanto em um sentido mais amplo quanto circunscrito ao âmbito esportivo, apreciando as óticas do senso comum e do meio acadêmico, comumente utilizadas na compreensão das disputas do UFC.

No terceiro capítulo, nomeado “Mas quem disse que isto é esporte? Os discursos que permearam uma modalidade em constituição”, pretendeu-se refletir sobre o MMA, em especial, os eventos promovidos pelo UFC a partir dos conceitos de esportes. Notou-se, ao longo da elaboração deste capítulo, que a condição de esporte, atribuída ao MMA, é contestada tendo em vista os níveis de violência admitidos. Daí a necessidade da verificação de tensões na análise dos discursos acerca da violência presente (ou não) nas competições do UFC.

Já no quarto capítulo, “O processo de regulamentação do UFC: motivações e finalidades”, pretendeu-se discorrer acerca das motivações e finalidades do processo de regulamentação dos eventos do UFC. Tal análise coloca em pauta o processo de esportivização do MMA, a partir de uma discussão teórica acerca do conceito de esporte. A discussão deste capítulo também abarca o controle das regras sobre as ações violentas (ou não) dos lutadores. Este capítulo foi dividido em duas partes: a primeira delas refere-se ao período anterior à homologação das Regras Unificadas do MMA pela Comissão Atlética de New Jersey (NJAC). Já a segunda parte refere-se ao período que vai do estabelecimento de Regras Unificadas do MMA até o final do ano 2017.

No quinto capítulo, “A luta antes da luta: discussão acerca dos processos de perda de peso em atletas do UFC”, pretendeu-se ponderar sobre os controversos métodos utilizados para perda de peso, principalmente perdas bruscas e suas consequências para os atletas e para o próprio evento.

No sexto capítulo, denominado “Doping no UFC: uma violência velada mas não invisível”, propôs-se uma reflexão acerca da ocorrência de casos de doping em atletas da organização, as consequências para os atletas e as providências tomadas pelo evento, em conjunto com as Comissões Atléticas com sentido de evitar tais transgressões.

No sétimo capítulo, intitulado “O monopólio do UFC e suas formas de coerção”, a proposta se pautou em uma reflexão sobre as formas de cerceamento e opressão – consideradas aqui como tipos específicos de violência impostas aos lutadores pela organização –, existente no evento a partir da consolidação do monopólio do MMA por esta instituição, especialmente a partir dos anos de 2010, quando o evento passou a ter visibilidade mundial.

Nas considerações finais, intentou-se uma síntese integradora com a retomada da questão problema e amálgama das argumentações propostas nos capítulos anteriores, com sentido de corroborar ou não com a hipótese de pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

Em 12 de novembro de 1993, no *McNichols Sports Arena*, na cidade de Denver estado do Colorado nos Estados Unidos, ocorreu a primeira edição do *Ultimate Fighting Championship*¹⁰ (UFC), co-denominada *The beginning*. Este torneio reuniu oito lutadores de modalidades de esporte de combate distintas, cujo objetivo principal era constatar qual daquelas era a mais eficiente em combates com regramentos mínimos. Para estas disputas, não estavam previstas divisões por categorias de peso, tempo pré-determinado ou mesmo obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção. As lutas se desenvolveram em um octógono, cercado por grades, com intuito de evitar que algum dos oponentes escapasse da área de combate. Nessas disputas, cada um dos atletas poderia se utilizar de técnicas próprias, com a finalidade de subjugar seu adversário, as regras se restringiam a proibir dedos nos olhos e mordidas. O torneio foi formatado no sistema de eliminatória simples, ou seja, o vencedor da luta prosseguiria ao próximo combate e o perdedor seria eliminado sumariamente. Dessa maneira, seria necessário que um lutador vencesse três confrontos para sagrar-se campeão. As lutas só seriam encerradas em caso de desistência de um dos atletas ou de seus *corners*¹¹ (jogar a toalha), um nocaute, ou por decisão médica, o árbitro da luta não tinha a autonomia de encerrar o combate em quaisquer outras circunstâncias.

Em sua terceira estada nos Estados Unidos, no ano de 1978 (Gracie, 2012), Rorion começou a ministrar aulas de defesa pessoal e jiu-jitsu na garagem de sua casa em Los Angeles¹² e a desafiar mestres de outras modalidades, na tentativa de evidenciar a eficiência das técnicas do jiu-jitsu, cujo objetivo era atrair mais alunos. Aos poucos, Rorion passou a atrair um contingente razoável de alunos, entre eles, Art Davie, um emergente executivo de negócios. Pouco tempo depois, Rorion teve a oportunidade de participar como figurante de alguns filmes nos estúdios de Hollywood, onde conheceu John Milius, conceituado cineasta e roteirista¹³. Se em um momento anterior, Rorion pretendia aumentar a visibilidade do jiu-jitsu por meio de aulas e desafios, sua aproximação e associação a Davie e Milius tornaram suas pretensões mais ousadas. Rorion e Davie criaram a empresa *War of the Worlds* (WOW Promotions), cuja missão estava pautada na elaboração de um evento de lutas televisionado que, em caso de êxito,

¹⁰ Maior evento de *mixed martial arts* dos dias atuais.

¹¹ Técnicos ou auxiliares que acompanham seus lutadores do lado de fora do octógono.

¹² Segundo Awi (2012), em 1972 – portanto, antes de Rorion – Carley Gracie já ministrava aulas de jiu-jitsu nos Estados Unidos.

¹³ Segundo o site IMDB, John Milius roteirizou 29 filmes, dentre os quais, *Amanhecer violento*, *Apocalypse now*, *Conan, o bárbaro* e o seriado *Roma*. Além disso, foi diretor de 13 obras cinematográficas.

“aceleraria o processo” de divulgação e disseminação do jiu-jitsu nos Estados Unidos (Engelhart, 2011), o *Ultimate Fighting Championship* (UFC). John Milius foi contratado como consultor da referida empresa.

Combates entre modalidades distintas não eram estranhos a Rorion, já que, ao longo da década de 1930, na cidade do Rio de Janeiro, integrantes da família Gracie passaram a se utilizar do recurso de desafios a outros mestres, objetivando comprovar que as técnicas do jiu-jitsu eram superiores às outras modalidades¹⁴ em combates com regramentos mínimos, os quais eram comumente denominados “vale-tudo”¹⁵.

A ideia de usar a televisão como meio de divulgação do jiu-jitsu não era exatamente original, pois, no ano de 1959 na cidade do Rio de Janeiro, integrantes da família Gracie levaram ao ar o programa “Heróis do Ringue”. Esta atração era exibida semanalmente ao vivo pela TV Continental e consistia em confrontos entre lutadores de jiu-jitsu e de outras modalidades de esportes de combate. O programa foi mantido na grade até o ano de 1962, quando, em um dos confrontos, o representante do jiu-jitsu causou uma fratura exposta no braço de seu adversário. Este incidente repercutiu de forma negativa e a emissora decidiu retirar o programa da grade de programação. Mas os três anos em que o programa permaneceu no ar contribuíram para o aumento da visibilidade do jiu-jitsu na cidade do Rio de Janeiro (Gracie, 2012). Com a experiência de Rorion em combates desta natureza, somado ao empreendedorismo de Art Davie e à expertise de Milius com produções cinematográficas, o projeto foi levado adiante.

Sem atrair o interesse de patrocinadores, Rorion e Davie estabeleceram uma associação entre a *WOW Promotions* e a empresa *Semaphore Entertainment Group* (SEG), de propriedade de Bob Meyrowitz. A SEG era uma empresa especializada em produzir eventos para transmissão televisiva pelo sistema de *pay-per-view* (PPV). Dessa maneira, o êxito financeiro do evento estava diretamente relacionado com a presença de público, com as vendas de pacotes de PPV e com a comercialização de fitas VHS.

Em entrevista concedida ao *site* Veja.com, Rorion afirma: “Nosso slogan no comercial da época era: não existem regras. No começo, o pessoal não entendia, mas era simples: entravam duas pessoas na jaula e saía apenas uma” (Gracie *In* Correia, 2012, s/p). Na mesma entrevista, Rorion relembra que ele e Milius chegaram a aventar a possibilidade de colocar

¹⁴ Capoeira, luta romana, luta livre, boxe ou mesmo lutadores sem modalidade definidas.

¹⁵ Vários autores atribuem aos integrantes da família Gracie a “invenção” dos combates intermodalidades, notabilizados pelos Gracie como “vale-tudo”. Vale aqui ressaltar que este tipo de estratégia já havia sido utilizada por Sada Myiako, na primeira década do século XX, com sentido de disseminar a prática do jiu-jitsu no Brasil, conforme aponta a dissertação de mestrado intitulada “Entre diretos, cinturas avant, chaves de braço e rabos de arraia: os primórdios dos combates intermodalidades na cidade do Rio de Janeiro 1909-1929” (Lise, 2014).

jacarés e tubarões em um lago artificial, ao redor do octógono, para aumentar o impacto visual do evento, ideia esta abandonada devido ao elevado custo e riscos eminentes. Era evidente que a estratégia de *marketing* adotada pelos organizadores estava balizada na ênfase ao excêntrico e à suposta violência.

Cada modalidade seria representada por um atleta que já tivesse em seu cartel pelo menos um título relevante. Para representar o jiu-jitsu, Rorion escolheu seu irmão mais novo, o faixa preta Royce Gracie. Dos oito atletas selecionados para os combates, Royce era o de menor estatura e mais leve (1,85 metro de altura e 81 quilogramas), mas essa escolha foi premeditada. Desde os tempos de “vale-tudo” na cidade do Rio de Janeiro os integrantes da família Gracie preconizavam o discurso de que um praticante de jiu-jitsu, mesmo com compleição física inferior poderia derrotar adversários mais fortes e corpulentos e o UFC era uma oportunidade de colocar este discurso em prática (Cruz, 13 nov. 1994, p.35).

Em entrevista concedida ao site da revista VIP, Rorion afirma “A meta neste primeiro evento era vender 40 mil pay-per-views. Vendemos 85 mil” (Gracie *In* Lima; Vituri, 2013). Segundo o próprio Rorion, o resultado foi surpreendente, somado a isso, cerca de 2.800 pessoas estiveram presentes ao evento. Tais números indicam que a campanha de marketing elaborada pela *WOW Promotions* foi um sucesso.

Considerando a estratégia de *marketing* adotada pelos organizadores, é possível hipotetizar que grande parte do público que pagou para ter acesso ao evento (de forma presencial ou pela TV), ou praticasse algum tipo de luta ou estivesse interessado pela violência destacada pela campanha. Tal expectativa foi correspondida já no primeiro combate. Adentraram ao octógono Teila Tuli, lutador havaiano representante do sumô com 185 quilogramas, e Gerard Gordeau, holandês praticante de savate¹⁶ pesando 96 quilogramas. Surpresos, os comentaristas do evento imediatamente associaram esta disputa à luta entre Davi e Golias, dado o disparate físico entre os atletas. A luta teve duração de apenas 22 segundos e terminou com um chute de Gordeau na face de Tuli, a potência do golpe arrancou dois dentes da boca do havaiano. Na segunda luta, Zane Frazier representante do caratê, segurou seu adversário pelos cabelos e desferiu algumas joelhadas na região genital. Royce Gracie se sagrou campeão do evento, finalizando seus três adversários de maneira muito rápida e recebeu das mãos de seu irmão o prêmio de 50 mil dólares e uma medalha.

O êxito alcançado por este primeiro evento do UFC estimulou seus organizadores a repeti-lo já no ano seguinte, 1994. Com pequenas alterações – desta feita, seriam 16 lutadores

¹⁶ Também conhecido como boxe francês, o savate permite golpes de percussão com as mãos e com os pés.

se enfrentando em eliminatória simples, ou seja, para que um atleta vencesse o evento, seriam necessárias quatro vitórias na mesma noite –, mas mantendo a mesma lógica do regulamento e do *marketing* adotados no evento anterior.

De maneira semelhante à primeira edição, os combates corresponderam ao *marketing* sensacionalista empregado por Milius. Embora também houvesse a expectativa em relação a um lutador misterioso, praticante do ninjitsu – a arte marcial dos ninjas –, o qual se intitulava “um guerreiro das sombras”. Um dos comentaristas se mostrava preocupado com a possibilidade de esse lutador matar seu adversário, com um dos golpes mortais daquela arte marcial. No entanto, o representante do ninjitsu foi nocauteado ainda no primeiro minuto de luta. Outro fato inusitado desta segunda edição, foi a atuação do árbitro estreante John McCarthy. Ciente da impossibilidade de interromper a luta mesmo quando um dos lutadores não estivesse mais em condições de se defender, McCarthy usou do artifício de coagir os *corners* a jogarem a toalha, quando algum atleta estivesse em situação de risco: “Joguem a toalha, joguem a toalha, ele está acabado!”. Novamente, o brasileiro Royce Gracie, representando o jiu-jitsu, finalizou rapidamente seus quatro adversários, sagrando-se campeão e recebendo como prêmio a quantia de 60 mil dólares.

Com o sucesso comercial da segunda edição do UFC, não tardou que um terceiro evento fosse realizado, em 9 de setembro de 1994. A terceira edição intitulada *American dream* ocorreu no Grady Cole Center, localizado na cidade de Charlotte, estado da Carolina do Norte, e seguiu os mesmos moldes das edições anteriores, desta feita, com oito lutadores se enfrentando em sistema de eliminatória simples.

De forma similar à primeira edição, o combate que abriu este evento reuniu o lutador de sumô Emmanoel Yarbrough, norte-americano com 2,03 metros de altura e pesando 270 quilogramas, e Keith Hackney, também norte-americano e especialista em “*white tiger kenpo kung-fu*”, pesando 90 quilogramas. A luta terminou aos dois minutos, com a derrota do atleta do sumô, para espanto dos comentaristas que, momentos antes, afirmavam que o tamanho de Yarbrough o tornava invencível. Outra luta que causou certa perplexidade foi entre Kimo, norte-americano representante do tae-kwon-do e Royce Gracie. Kimo, autointitulado “o guerreiro a serviço do Senhor”, chegou até o octógono carregando nas costas uma enorme cruz de madeira com a inscrição “Jesus ama você”. O combate foi muito disputado e Royce, com dificuldades de controlar a força e a movimentação de Kimo no chão, o agarrou pelos cabelos a ponto de arrancar o rabo-de-cavalo do lutador norte-americano. Royce venceu esta luta com uma chave de braço, mas saiu do octógono amparado por seus *corners* devido à fadiga. Royce não voltaria a lutar naquela noite. O vencedor do evento foi Esteve Jennun, que recebeu 60 mil

dólares de premiação. Este evento não alcançou o sucesso de vendas de PPV da edição anterior, mesmo assim, obteve o número razoável de 90 mil pacotes comercializados e bilheteria de 3 mil ingressos vendidos.

Em 16 de dezembro de 1994, ocorreu no Expo Center Pavilion na cidade de Tulsa Estado de Oklahoma, a quarta edição do UFC denominada *The revenge of the warriors*. Seguindo os mesmos padrões dos eventos anteriores, com oito lutadores disputando o torneio. Nesta edição, foram comercializados 180 mil pacotes de PPV e 6 mil ingressos. A exemplo da primeira e segunda edições, Royce Gracie venceu o torneio finalizando todos seus oponentes e garantindo a premiação de 64 mil dólares. No entanto, um fato inusitado ocasionou um significativo prejuízo financeiro aos organizadores do UFC. O contrato de compra de sinal de satélite previa no máximo duas horas de transmissão, porém, este tempo foi excedido e a transmissão foi interrompida antes do término da luta principal entre Royce Gracie e Dan Severn. Diante disso, os assinantes não assistiram ao final do combate e uma ação coletiva na justiça norte-americana obrigou os promotores a reembolsarem integralmente os 180 mil assinantes de PPV.

Este fato evidenciou a necessidade de mudança no regulamento da competição, com sentido de adequá-la às transmissões televisivas. Tanto Art Davie quanto Bob Meyrovitz (SEG) eram favoráveis à imposição de um limite de tempo, contrário a essa alteração, Rorion alegava que aquilo não se tratava de uma prática esportiva, mas de uma briga quase desprovida de regras. No entanto, esta percepção não era plenamente compartilhada por seus sócios. Rorion Gracie era contrário à esta mudança, alegando que “Para eles, era um show de televisão sobre briga. Para mim, o evento era uma briga de verdade, sendo televisionada. E briga de verdade não tem tempo” (Gracie *In* Awí, 2012).

O debate acerca de novas regras para o evento ocasionou um desentendimento entre as partes envolvidas. Tendo em vista o enorme prejuízo causado pela longa duração de alguns combates na quarta edição, e considerando a possibilidade de que isto pudesse se repetir, Davie e Meyrovitz decidiram impor um limite de tempo para cada combate, mesmo Rorion sendo contra esta decisão.

Se, por um lado, os eventos do UFC ganhavam relativa popularidade a cada edição, por outro, aumentavam também as críticas em relação ao elevado grau de contato físico permitido nessas disputas, bem como à falta de uma regulamentação efetiva, o que tornava os combates potencialmente violentos. O principal articulador de tais críticas era o então senador republicano, John McCain. O senador era favorável à proibição de tais práticas em solo americano, tendo em vista que classificava tais disputas como um desregramento da sociedade

ou ainda “uma rinha de galos entre homens”. O senador obteve relativo sucesso na “cruzada” contra o UFC: por meio de uma mobilização política, conseguiu a proibição destes eventos em 36 estados, posicionamento semelhante foi adotado também no Canadá. Em um período posterior, os eventos do UFC foram proibidos em 49 dos 50 estados norte-americanos.

As crescentes pressões a favor da proibição do UFC nos Estados Unidos, os tensionamentos entre os idealizadores do evento quanto à adoção de novas regras, somados aos prejuízos financeiros decorrentes da quarta edição, motivaram a saída de Rorion Gracie da direção do UFC. O brasileiro optou por vender sua parte da sociedade para a SEG – por 2 milhões de dólares –, sob a justificativa de que o evento teria sua essência descaracterizada. Perguntado se estava arrependido de vender sua parte na sociedade do UFC, Rorion declarou “Caí fora. Não me arrependo, porque para mim não era questão de dinheiro. Consegui mostrar o que queria: o jiu-jitsu era a arte marcial mais completa” (Gracie *In* Lima; Vituri, 2013, s/p). Porém, Awi (2012) acrescenta que a saída de Rorion foi também motivada pela redução de seu potencial de poder, em outras palavras, Rorion já não decidia, “Ou o brasileiro saía da reunião com o rabo entre as pernas ou vendia sua parte no negócio” (Awi, 2012, p. 125). Com a saída de Rorion, Art Davie se uniu a Bob Meyrovitz (SEG) e ambos assumiram os direcionamentos do UFC. John Milius também optou por se desligar do evento.

A partir da narrativa acima posta, torna-se possível hipotetizar que o relativo sucesso alcançado pelo UFC estava fundamentado em uma lógica violenta, seja no formato excêntrico dos combates – com regras mínimas – ou no engendramento da identidade do evento, que por meio de um marketing sensacionalista, potencializou um imaginário brutal e selvagem daqueles confrontos. Se em um primeiro momento tais fatores foram benéficos, com sentido de popularizar tal prática, estes mesmos elementos serviram como fundamentação para uma tentativa de interdição do MMA nos Estados Unidos e Canadá. Por mais que houvesse obtido certa popularidade ao longo das primeiras edições, os eventos do UFC repercutiram de forma muito negativa em grande parte da imprensa norte-americana, justamente pelo fato de propagandear violência de forma deliberada.

Cientes da inadequação do UFC a uma lógica televisiva, bem como das sistemáticas críticas relacionadas ao precário regramento – que tornavam estas disputas potencialmente violentas –, Meyrovitz e Davie pretendiam agora traçar um novo rumo ao evento, porém, sem perder de vista o sucesso alcançado por este. Sem a interferência de Rorion, os organizadores, de forma consensual, se propuseram a dar início a um processo de normatização dos combates. A decisão de regulamentar o evento era justificada por uma série de interesses. As Comissões Atléticas (CAs) norte-americanas pretendiam diminuir o grau de violência permitida nos

combates, estabelecendo regras que limitassem as ações dos combatentes, com o propósito de reduzir os riscos de lesões graves¹⁷. Por outro lado, os organizadores temiam que o público perdesse o interesse pelas lutas no caso de mudanças muito drásticas das regras, que ocasionassem diminuição da excitação gerada pela disputa (Elias; Dunning, 1992). Outro fator, já mencionado, consta na adequação dos combates para a televisão, tendo em vista que a longa duração dos eventos elevava significativamente o custo de transmissão, reduzindo a margem de lucro.

A partir da quinta edição do UFC, algumas regras passaram a ser implementadas com o fim de corresponder aos diversos interesses envolvidos. Alguns ajustes foram pacíficos, tal como o de estabelecer um limite de tempo para cada combate, objetivando adequá-lo ao formato televisivo. Posteriormente, porém, outros ajustes resultaram em tensionamentos entre as CAs – ou, na ausência destas, as autoridades locais – e os organizadores do evento. À guisa de exemplo, pode-se mencionar que na nona edição do UFC, realizado em 17 de maio de 1996, na cidade de Detroit, estado de Michigan, as autoridades locais¹⁸ proibiram socos com os punhos fechados. Tal imposição desagradou aos organizadores, aos lutadores e principalmente ao público presente, que permaneceu vaiando durante os quase 30 minutos da luta principal. Um dos protagonistas do referido combate, Ken Shamrock, declarou em uma entrevista ao *site* SB Nation, “Aquela luta foi, provavelmente, a mais chata na história do UFC, foi horrível...”¹⁹ (Shamrock *In* Kaplowitz, 2013, s/p). Este exemplo evidencia um desequilíbrio entre uma regulamentação excessiva que restringia a ação dos lutadores e as excitações provocadas pelos combates²⁰.

Somente no ano 2000, após uma série de ajustes na regulamentação do UFC, a comissão atlética de New Jersey homologou oficialmente as Regras Unificadas das Artes Marciais Mistas. Este sancionamento reconheceu que o *mixed martial arts* (MMA) era, a partir daquele momento, uma modalidade esportiva legalizada naquele estado, até então era considerado apenas um evento *no holds barred*.

“Mixed martial arts” significa combate desarmado envolvendo o uso, sujeito a quaisquer limitações aplicáveis estabelecidas nestas Regras Unificadas e outros

¹⁷ Dada a complexidade, esta questão será tratada com mais detalhes em um capítulo específico.

¹⁸ Como neste período ainda não havia um conjunto unificado de regras sancionado por alguma comissão atlética, o evento deveria se sujeitar às determinações regulamentares das autoridades locais, sob pena de ter o evento proibido.

¹⁹ Originalmente: “That fight was probably the most boring fight in the UFC history, it was horrible...” (Shamrock *In* Kaplowitz, 2013, s/p).

²⁰ Este equilíbrio entre regulamentação e excitação foi tematizado por Norbert Elias e Eric Dunning na obra *A busca da excitação* (1992).

regulamentos da Comissão aplicável, de uma combinação de técnicas de diferentes disciplinas das artes marciais, incluindo, sem limitação, nessas apresentações são válidas luta agarrada, submissões e percussões²¹ (Unified Rules, s/d, p. 1).

Mesmo sendo reconhecido, após o ano 2000, como uma modalidade esportiva pela Comissão Atlética de New Jersey, o UFC passava por uma crise financeira sem precedentes. As maiores transmissoras de PPV dos Estados Unidos, em concordância com a tentativa do senador John McCain de proibir os combates do UFC, se recusavam a transmitir os eventos, esgotando, assim, a principal fonte de renda, as vendas de pacotes de PPV. Agravando ainda mais a situação financeira do UFC, que até este período era tido como o principal evento de MMA no mundo, começa a despontar no Japão um evento que atraiu as atenções do público interessado na modalidade, o Pride. Assim, seis anos após assumir o controle, Meyrovitz estava disposto a vender o UFC. Em janeiro de 2001, a SEG vendeu o UFC, pelo valor de 2 milhões de dólares para a *Zuffa Entertainment*, empresa pertencente a Lorenzo e Frank Fertitta – donos de uma rede de hotéis e cassinos em Las Vegas – e Dana White um ex-empresário de lutadores de boxe.

White passou a presidir o UFC e uma de suas primeiras ações foi obter a legalização da modalidade na Comissão Atlética de Nevada, a mais influente dos Estados Unidos²². Após admitir algumas alterações no regulamento, White obteve êxito e, em um curto período de tempo, os eventos de MMA já eram permitidos em quase todos os estados norte-americanos. Vale aqui ressaltar que o sancionamento de um conjunto de regras oficiais não estagnou o transcurso de regulamentação do MMA nos Estados Unidos. Prova disso é que, ainda nos dias atuais, algumas regras têm sido efetivadas, sejam elas com o objetivo de tornar as lutas mais atraentes, de preservar a integridade física dos lutadores ou mesmo de corresponder às novas exigências das comissões atléticas. Ou seja, é possível então afirmar que o processo de regulamentação do MMA ainda está em curso. Outro êxito obtido pela Zuffa foi o retorno das transmissões dos eventos via PPV, que até aquele momento estavam suspensas.

Tendo em vista esse contínuo processo de regulamentação do MMA que prossegue até os dias atuais, é possível afirmar que, atualmente, todos os eventos da modalidade seguem uma

²¹ Originalmente: “‘Mixed martial arts’ means unarmed combat involving the use, subject to any applicable limitations set forth in these Unified Rules and other regulations of the applicable Commission, of a combination of techniques from different disciplines of the martial arts, including, without limitation, grappling, submission holds, kicking and striking” (Unified Rules, s/d, p.1).

²² A Comissão Atlética de Nevada (NSAC) é considerada a mais antiga e mais atuante dos Estados Unidos, tendo em vista que a cidade de Las Vegas, local que sedia as principais disputas de MMA e boxe, se localiza naquele estado.

única normativa universal? Certamente, a resposta seria negativa. Em alguns eventos europeus, em países orientais ou mesmo no Brasil, é possível perceber pequenas diferenças na regulamentação dos combates. Mas também é inegável que as regras impostas pelas comissões atléticas norte-americanas ao UFC tornam-se referências para outros eventos. Com o sentido de promover uma universalização regulamentar, foi fundada, em fevereiro de 2012, na cidade de Estocolmo, Suécia, a *International Mixed Martial Arts Federation* (IMMAF)²³. Segundo o *site* da instituição, “O objetivo do IMMAF é promover o desenvolvimento e o reconhecimento da modalidade esportiva Mixed Martial Arts, possibilitando competições internacionais através da organização de federações nacionais de MMA em todo o mundo”^{24 25}.

No Brasil, a Comissão Atlética Brasileira de MMA (CABMMA), afiliada à IMMAF, tornou-se a instituição oficial responsável pelo cumprimento das regras unificadas do MMA. Criada no ano de 2013, a CABMMA “é uma instituição neutra e sem fins lucrativos. E foi fundada com o intuito de cuidar, principalmente, da segurança dos atletas (amadores ou profissionais), tendo como foco o crescimento seguro e organizado do esporte” (CABMMA, 2013, s/p). Ao contrário dos Estados Unidos, onde qualquer evento de MMA deve estar sujeito às comissões atléticas (vinculadas a órgãos estatais), no Brasil, a atuação da CABMMA em eventos desta natureza é facultativa, tendo em vista que a mesma funciona oferecendo consultoria técnica, ou seja, é uma prestadora de serviços. Embora seu estatuto a considere como uma entidade sem fins lucrativos, vale aqui ressaltar que a aplicação de todos os protocolos exigidos pela CABMMA tem um custo relativamente alto, assim, eventos de menor porte tendem a suprimir esta consultoria oficial adotando procedimentos próprios.

Mesmo com todos os problemas acima destacados, ao longo desta última década, notou-se, de forma geral, um crescente interesse acerca do MMA. Eventos desse tipo se tornam cada vez mais frequentes e populares, ocupando relativo destaque em diversas mídias. Para se ter ideia do aumento da visibilidade da organização, no ano de 2005, o UFC organizou dez eventos, todos eles em solo norte-americano; já no ano de 2017, foram 39 eventos espalhados por 13 países²⁶. As transmissões das disputas em TV aberta, matérias em jornais e revistas, *sites* especializados em MMA, filmes ou ainda a midiaticização dos agentes, tais como os atletas, os

²³ Não foi possível mensurar a importância desta instituição, pelo menos no Brasil, Canadá e Estados Unidos, tendo em vista que entre as fontes elencadas para esta pesquisa não houve sequer uma menção a ela.

²⁴ Originalmente: “The purpose of IMMAF is to further the development and recognition of the sport of mixed martial arts, enabling international competition through the organization of national MMA federations around the world” (IMMAF, s/d).

²⁵ Disponível no *site*: <<http://www.immaf.org/>>.

²⁶ Estados Unidos, Canadá, Brasil, Inglaterra, Suécia, Austrália, Singapura, Escócia, México, Holanda, Japão, Polônia e China.

treinadores, os dirigentes, os árbitros, entre outros, refletem tal popularidade. Contudo, esse processo de popularização e midiaticização do MMA ainda tem suscitado uma série de críticas e questionamentos, principalmente quanto ao elevado grau de contato físico permitido. Nota-se, no entanto, que a discussão acerca da violência no MMA, destacada nas principais mídias está, majoritariamente, centrada nos níveis de violência que a regulamentação da modalidade permite, ou seja, a suposta violência interpessoal.

2 REFLEXÕES PAUTADAS NAS NOÇÕES DE VIOLÊNCIA

Conforme já explicitado na introdução, este estudo priorizou os conceitos e percepções de violência em detrimento da escolha de uma única matriz teórica, seja ela histórica ou sociológica. Esta escolha pouco usual para este tipo de produção acadêmica, dissertações ou teses, se deu tendo em vista a pluralidade de entendimentos acerca daquilo que é ou não considerado violência. Vários autores, e alguns deles serão tratados ainda neste capítulo, já teorizaram sobre este conceito, seja no âmbito social mais amplo ou mesmo restrito ao contexto esportivo. Tais teorizações evidenciam a magnitude deste conceito que é empregado em inúmeros contextos e se refere a uma multiplicidade de ações, comportamentos e fenômenos, tais como assassinatos, agressões, verbalizações, assédios, coerções, intimidações, intolerâncias, racismo, preconceitos de gênero, sexismo, *bullying*, entre tantas outras. Portanto, admite-se aqui, em primeira análise, que a violência detém um caráter amplo, e mais, os sentidos a ela atribuídos são carregados de valores sociais e mesmo pessoais. Dessas primeiras observações, deriva, provavelmente, o problema fulcral na tentativa de compreender um fenômeno que, em sua essência, possui características multifacetadas, subjetivas e, ao mesmo tempo, são também socialmente construídas. Com o sentido de ilustrar os adjetivos acima elencados, segue um pequeno excerto que pode explicitar as dificuldades de compreensão da violência.

De acordo com o último Mapa da Violência, do Ministério da Justiça do Brasil, em um ano, 42 pessoas foram assassinadas por lá (aldeia indígena Ianomâmi). Entre elas, 37 índios, todos recém-nascidos, mortos pelas próprias mães, pouco depois do primeiro choro. [...] A prática acontece em pelos menos 13 etnias indígenas do Brasil, principalmente nas tribos isoladas, como os suruwahas, ianomâmis e kamaiurás. Cada etnia tem uma crença que leva a mãe a matar o bebê recém-nascido. [...] Para os índios, isso é um gesto de amor, uma forma de proteger o recém-nascido. Criança com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados dependendo da tribo e acabam sendo envenenados, enterrados ou abandonados na selva (Globo.com, 2014, s/p).

A ideia aqui é explicitar que as mortes dos recém-nascidos, por um gesto de amor de mãe e de proteção da aldeia, fazem sentido naquele tipo de sociedade. Enquanto para eles, isto é considerado um ato de amor, é moralmente inconcebível para o resto da sociedade brasileira. A partir de uma lógica jurídica, como é evidenciado na citação, tais ações são compreendidas como assassinatos, embora, do ponto de vista indígena, seja percebida de outra maneira. Em segunda instância, vale aqui ressaltar que os tipos de organizações socioculturais de indígenas e brancos se estruturam de formas distintas, portanto, as noções acerca da percepção da

violência diferem enormemente, pelo menos neste aspecto. Não se pretende, aqui, um aprofundamento nas questões morais ou etnocêntricas suscitadas por este ato, procurou-se apenas evidenciar que as percepções acerca da violência são mutáveis e podem variar de acordo com os sentidos, com as temporalidades, com os contextos e com as condições sociais e culturais de determinada sociedade. E mesmo dentro de uma sociedade específica tais, percepções podem ser dissonantes, considerando que as experiências pessoais, as sensibilidades e as subjetividades, podem alterar drasticamente a forma de percepção de atos violentos (Elias, 1992). Talvez um dos casos mais notórios e fomentadores de posicionamentos acalorados seja o do MMA.

Tendo em vista a complexidade acerca da percepção da violência, notou-se que as tentativas de estabelecer uma definição única e com validade universal são extremamente problemáticas. Esta evidente limitação conceitual acerca do entendimento da violência tem ocasionado outro problema. Alguns autores optam por adotar critérios próprios para estabelecer o que é ou não violento e, via de regra, os principais agentes envolvidos não são levados em consideração²⁷. No caso específico do MMA, raramente, ouve-se o que os lutadores têm a dizer sobre este assunto. Isto implica uma situação, na qual intelectuais ou estudiosos de determinados temas definem um entendimento de violência a partir de suas próprias experiências e sensibilidades, negando-se a ouvir os principais artífices. Por exemplo, pode-se aqui citar Vasques (2013), segundo ele:

O principal foco da discussão em torno da legitimidade do MMA enquanto prática social deve-se a violência presente nas lutas. Essa violência ocorre de um lado com os lutadores, profissionais e amadores, pois machucam uns aos outros nos combates; e, de outro, com os espectadores e telespectadores pois assistem os lutadores machucarem-se, o que pode ser considerado uma forma de violência simbólica (Vasques, 2013, p. 10).

Já o lutador do UFC Vitor Belfort contesta reiteradamente o estigma de violência atribuído ao MMA. Em entrevista concedida a J.R. Duran, quando perguntado se considerava o MMA violento, ele afirma que: “Se você procurar a definição de violência no dicionário, vai ver que é algo como ‘empregar força física contra alguém ou intimidar moralmente com crueldade’. Violência é um ato infringido contra o outro sem regra. O que eu faço não é violento porque tem regra” (Belfort *In* Duran, 2012, p. 86). Nesses dois excertos, é possível constatar

²⁷ Exemplo disso é a obra *As Prisões da Miséria* (2001) de Loïc Wacquant, na qual o autor expressa uma severa crítica à política de “tolerância zero”, implementada pelo então prefeito de Nova Iorque Rudolf Giuliani. No entanto, esta política teve majoritariamente apoio irrestrito da população daquela cidade.

parte do problema acima relacionado. Por um lado, a produção acadêmica afirma que o MMA é violento e, por outro, o principal envolvido com a luta diz o contrário.

Há, de certa maneira, um consenso entre os estudiosos e os pesquisadores das Ciências Sociais, de que os substratos de produção de conhecimento desta área estejam amparados por conceitos precisos, os quais devem explicar ou minimamente reconhecer os fatos sociais (Dukheim, 2014). Em outras palavras, a imprecisão de conceitos pode levar a distorções, ambiguidades e desentendimentos. Este problema foi abordado por um estudo conduzido por Matthews e Channon (2016), no qual a dupla analisara uma série de produções acadêmicas que tratava de questões relacionadas à violência, tanto no sentido social mais amplo, quanto nos esportes. Os autores notaram que, nas produções analisadas, a utilização do termo violência era naturalizada e tratada sem um mínimo de clareza “[...] sem uma cuidadosa consideração do que pode constituir ‘violência’, os estudiosos se arriscam a deturpar o mundo social que eles investigam”²⁸ (Matthews; Channon, 2016, p. 2).

Neste sentido, pretende-se estabelecer aqui um distanciamento de muitas pesquisas acadêmicas ou mesmo de discursos populares que, eivados de valores morais, atribuem às disputas do UFC um caráter violento pautado apenas em noções preconcebidas sobre o significado de violência. Com sentido de exemplificar esta situação, pode-se aqui citar duas produções acadêmicas que enfatizam o caráter violento do MMA a partir de valores morais próprios, sem, no entanto, tensionar certos entendimentos acerca da percepção da violência. O primeiro deles refere-se a um artigo publicado na Revista Sociologia Ciência e Vida, edição 48, no qual Alexandre Quaresma considera que as lutas de MMA se configuram como “interações telemático-cibernéticas” cuja descrição segue:

A salvo de golpes, socos, murros, cotoveladas, estrangulamentos, quedas, chutes, pontapés e espancamentos, o telespectador vai se identificando subliminarmente com o espetáculo dos combates que assiste e, por meio deles, revisita seus instintos mais primitivos de animalidade, agressividade e violência (Quaresma, 2013, p. 1).

Ao longo do texto, o autor se dispõe a descrever ao público leitor de que maneira uma disputa do UFC se estrutura, no entanto, ou por desconhecimento da modalidade ou mesmo por desaprovação pessoal, a descrição se desenvolve de maneira hiperbólica, retocada por um verniz intelectualizado, o qual transmite aos leitores mais incautos uma impressão um tanto distorcida das realidades dessas disputas. Os termos “pontapés e espancamentos” são

²⁸ Originalmente: “[...] without careful consideration of what can constitute ‘violence’, scholars risk misrepresenting the social worlds they investigate” (Matthews; Channon, 2016, p. 2).

inadequados para exprimir as técnicas utilizadas nessas disputas. Esta terminologia evidencia certo desconhecimento do autor em relação àqueles confrontos e ressaltam juízos de valores, possivelmente com sentido de aviltar tais lutas. As atribuições de animalidade, agressividade e violência não são problematizadas enquanto noções ou conceitos sociológicos, que é o que se espera de uma publicação com viés fundamentado nas Ciências Sociais; ao contrário dessa expectativa, o autor imprime ao texto suas próprias convicções, deturpadas, pautadas principalmente em suas sensibilidades. Pois, quais foram os indícios ou comprovações de que uma disputa de MMA faz com que instintos animais e violentos tomem conta dos indivíduos que a assistem? A resposta para esta pergunta só seria possível a partir da fala de quem assiste as lutas de MMA, coisa que certamente o autor não o faz.

O segundo exemplo faz menção a um artigo publicado na Revista do Centro de Pesquisa e Formação edição número 4, na qual Jaime Ginzburg versa sobre as relações entre a contemplação de cenas de violência e o prazer propiciado por estas. Ao mencionar o MMA, Ginzburg comenta:

Na televisão a cabo, a existência de um canal economicamente viável como o Combate, que apresenta continuamente lutas de *mixed martial arts* (MMA) e empreendimentos como *Ultimate Fighting Championship* (UFC), é uma evidência de que a visão de corpos em confronto, admitindo o sangramento, a mutilação e a aniquilação dos competidores, é um fator seguro de prazer para o público assinante. Não existe consenso teórico, nos contextos acadêmicos, quanto às razões que podem levar seres humanos a ficarem satisfeitos com a contemplação de destruição de outros seres humanos (Ginzburg, 2017, s/p).

De maneira análoga ao primeiro excerto, as afirmativas de Ginzburg distorcem as características fundamentais de uma modalidade esportiva, o MMA. Será mesmo que o objetivo principal de um lutador é mutilar ou aniquilar seu adversário? Ou esta afirmação serve apenas para comprovar que o autor desconhece as dinâmicas de qualquer modalidade de esporte de combate. Além disso, poder-se-ia aqui questionar de que maneira o autor chegou à conclusão de que o público interessado em disputas de MMA se deleita apenas com “[...] a destruição de outros seres humanos”? Novamente, este tipo de afirmativa só teria validade se o público assinante do referido canal fosse inquirido acerca de suas fontes de prazer. Esta situação seria menos problemática se os autores deixassem claro em suas produções que tais impressões acima postas fossem as deles próprios, no entanto eles afirmam que esta é, de uma maneira geral, uma predisposição de todos aqueles que apreciam a modalidade, pessoas que talvez eles nunca conheceram. Nota-se, assim, que ambos os autores não possuem dados, tampouco evidências plausíveis, para sustentar suas argumentações. Ou seja, de maneira arbitrária, eles projetam nos

telespectadores impressões pessoais acerca das disputas de MMA. Embora eles falem com certa autoridade sobre os instintos animais e prazeres sádicos que tomam conta dos telespectadores interessados no MMA, possivelmente eles não tiveram interesse em saber o que os telespectadores realmente pensam acerca destas lutas.

Michel Foucault, ao tratar do poder, optou por não o conceituar, tendo em vista que, para ele, o poder não é um objeto natural ou coisa qualquer que possa ser adquirida ou apropriada. O poder segundo Foucault (2011, 2015) só pode ser compreendido a partir das práticas e das relações. Foucault apresenta, em pelo menos duas de suas obras²⁹, reflexões pautadas principalmente nas noções de relações de poder. Nessas obras, a violência não se apresenta como temática principal, mas o próprio autor admite que esta é um derivado das relações de poder. Foucault pondera que nunca foi sua pretensão elaborar visões cristalizadas acerca desses temas, muito pelo contrário, suas pesquisas objetivavam demonstrar que as noções acima postas possuem características mutáveis que estão relacionadas à temporalidade, contextos específicos e subjetividades. Nesse sentido, tanto Foucault (2011, 2015) quanto seus mais respeitáveis comentadores (Duarte, 2010; Machado *In* Foucault, 2015; Passos, 2013) não admitem a existência de um macromodelo explicativo de poder pautado nas obras do autor.

Segundo Roberto Machado – responsável pela organização, tradução e revisão técnica da obra *Microfísica do poder* (2015) –, a utilização de um modelo teórico sobre poder ou violência, pautado nos constructos de Foucault não é viável,

Porque a análise de Foucault sobre o poder é o resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados. Por isso, embora às vezes suas afirmações tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas, que não podem e não devem ser aplicadas indistintamente a novos objetos, fazendo-lhes assim assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade (Machado *In* Foucault, 2015, p. 20).

Em concordância com as limitações do uso de uma suposta teoria de poder e violência, pautada nas obras de Michel Foucault, Passos (2013) concorda com Machado.

Foucault não almeja grandes generalizações sociológicas; interessa-se, isto sim, pela investigação de práticas locais, demarcadas numa época histórica específica. Também, porque não pode haver teoria geral de algo a que falta precisamente uma essencialidade, algo que não é coisa alguma, que não pode ser apropriado por ninguém. Poder, para Foucault é apenas a forma, variável e instável, do jogo de forças que definem as relações sociais em cada momento histórico concreto, e que se define através de práticas e discursos específicos. Só se pode apreender o tipo de poder em jogo em um determinado campo de práticas e discursos – local e temporalmente

²⁹ *Vigiar e punir: história da violência nas prisões* (2011) e *Microfísica do poder* (2015)

delimitados – através da descrição minuciosa, em detalhes, do funcionamento dessas práticas, nunca pela aplicação de uma teoria geral do poder “apriorística”. São as práticas que dizem o tipo de poder que as mantém ou as desestabiliza (Passos, 2013, p. 11).

Se, por um lado, conforme Foucault alerta, torna-se impossível elaborar uma teoria geral acerca das manifestações do poder e, por consequência, da violência, por outro, ele aponta que, dar voz aos agentes envolvidos nessas relações, talvez seja a única maneira de compreender as dinâmicas instáveis do poder.

E quando os presos começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Essa espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência” (Foucault, 2015, p. 133).

Esta lógica do pensamento de Foucault se apresenta como uma possibilidade na tentativa de apreender alguns fenômenos de difícil compreensão, como é o caso supracitado das mães indígenas. Perceber como as relações de poder se manifestam naquelas aldeias, de que forma tais relações podem ou não derivar em algum tipo de violência e isso, a partir das percepções, vivências e falas dos próprios índios, pode ser a chave para uma compreensão que pode ir muito além da repugnância etnocêntrica.

Esta forma de pensamento de Foucault auxiliou na elaboração desta pesquisa, tendo em vista que a pretensão deste estudo não está pautada na formulação de teorias acerca da violência ou suas formas mais amplas de manifestação, mas sim, perceber como as relações de poder e as consequentes violências se manifestam no âmbito restrito do UFC, a partir da fala dos principais agentes envolvidos, tais como os lutadores, ex-atletas, treinadores, técnicos, médicos, organizadores, membros de comissões atléticas, empresários, entre outros.

Os excertos acima postos reúnem duas condições que, via de regra, permeiam boa parte das escassas produções acadêmicas acerca da violência presente (ou não) nas disputas de MMA, em especial do UFC. A primeira delas refere-se ao fato de que não sendo possível estabelecer um conceito universalizado de violência. Considerando que a percepção desta pode variar de acordo com as condições sociais, culturais, temporais e, principalmente, contextuais, autores como Quaresma (2013) e Ginzburg (2017), entre outros, optam por imprimir seus próprios juízos valorativos de violência, sem muitas preocupações teóricas que objetivem tensionar ou problematizar tal noção. Essa postura dificulta, desta forma, os avanços dos conhecimentos acerca de um tema de fundamental importância. Ou seja, não é plausível que cada um que trate

desta temática considere apenas suas próprias convicções e sensibilidades para definir se alguma ação pode ou não ser considerada violenta.

Em segundo lugar, não é incomum observar equívocos que consistem no uso de definições de violência que foram elaboradas em contextos específicos, e que, se transpostas acriticamente ao âmbito esportivo, podem também causar distorções e desentendimentos. A modo de exemplo, alguns estudos entendem a violência a partir da definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual é o “[...] uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (OMS, 2002, s/p). Tal definição pode ser muito útil, quando compreendida dentro do contexto específico para o qual foi elaborada, isto é, as manifestações sociais da violência. Mas se esta definição for utilizada para compreender as dinâmicas dos esportes de combate, certamente tais modalidades estarão desvirtuadas.

O que se tentou mostrar até agora é que, embora seja uma tarefa laboriosa, torna-se necessário tensionar e problematizar aquilo que pode ser entendido como formas de violência. Não se trata aqui de estabelecer um amplo conceito de validade universal, mas sim tentar perceber se determinadas ações, em determinados contextos, podem ser consideradas violentas; em outras palavras, não se objetivou responder o que é a violência. Pois, tal resposta talvez seja inviável em um estudo desta natureza. Porém, várias alternativas se apresentariam, caso as perguntas fossem: as disputas do UFC podem ser consideradas violentas? Ou, ainda: como alguns tipos de violência se manifestam no âmbito do UFC? De maneira semelhante, Foucault (2015) observa que elaborar uma teoria sobre a delinquência, pautada no questionamento do que é a delinquência, é menos importante do que saber o que os delinquentes e detentos têm a falar sobre esta condição. Tais observações colocam em evidência alguns problemas recorrentes relacionados à percepção da violência no MMA, bem como em outros esportes de combate ou artes marciais.

Retomando os dois textos supracitados (Quaresma, 2013; Ginzburg, 2017), nota-se também que ambos os autores desconsideram que o contato físico, permitido nessas disputas, está restrito a um contexto muito específico, o esportivo, no qual as regulamentações permitem ações técnicas que, em outros contextos, poderiam ser consideradas violentas. Em outras produções acadêmicas, ou mesmo discursos populares, as questões relacionadas à desatenção aos contextos, sejam eles temporais, sociais ou mesmo culturais também causam impressões distorcidas acerca de determinados tipos de violência, talvez a mais comum delas seja a

comparação das lutas de MMA da atualidade com confrontos físicos competitivos da Antiga Grécia ou do Império Romano.

Muitas das críticas relacionadas ao MMA estão pautadas na alegação de que esta modalidade, por conta do “elevado grau de violência física”, remonta a algumas práticas competitivas gregas ou romanas, tais como o pancrácio³⁰, o pugilato³¹ ou mesmo as práticas gladiatórias. Em outras palavras, um retorno à barbárie. Contudo, no capítulo III da obra *A busca da excitação*, intitulado “A gênese do desporto”, Norbert Elias, tensiona essas assertivas, considerando a inviabilidade de analisar tais lutas fora do contexto específico daquelas épocas.

Os antigos Jogos Olímpicos duraram mais de 1000 anos. Os padrões de violência na luta podem ter oscilado durante todo este período, mas, fossem quais fossem as oscilações ao longo de toda a Antiguidade, o limiar de sensibilidade quanto à provocação de ofensas físicas e mesmo da morte num combate, e, de acordo com isso, todo o *ethos* da prova, era muito diferente daquele que, nos nossos dias, é representado pelo tipo de confrontos caracterizado como “desporto” (Elias; Dunning, 1992, p. 202).

Segundo Elias (1992), torna-se necessário reconhecer as diferenças entre as lutas, que se apresentam como um desporto moderno e como *ágon*. Com sentido de demarcar tais distinções, o autor discorre sobre as regulamentações às quais as lutas como *ágon* estavam sujeitas. Regras tradicionais, não escritas, indiferenciadas e cuja aplicação era flexível. Embora houvesse um juiz, sua ação estava limitada a impedir mordidas e dedos nos olhos com intenção de arrancá-los e, mesmo assim, não eram raros casos de morte. Vale ainda ressaltar que estas práticas agonísticas detinham um caráter hierático. O pancrácio era uma delas.

No pancrácio os adversários lutavam com todas as partes do corpo, as mãos, os pés, os cotovelos, os joelhos, os pescoços e as cabeças; em Esparta usavam mesmo os pés. Os lutadores do pancrácio podiam arrancar os olhos uns aos outros... podiam, também obstruir, agarrar os pés, narizes e orelhas, deslocar os dedos e braços e aplicar estrangulamentos. No caso de conseguirem derrubar o outro, podiam sentar-se sobre ele e bater-lhe na cabeça, cara e orelhas; também podiam dar-lhe pontapés e pisá-lo. Não é preciso dizer que os lutadores dessa prova brutal eram atingidos por vezes pelos mais terríveis ferimentos e, não raro, morriam! (Elias; Dunning, 1992, p. 201).

³⁰ Prova de luta dos Jogos Olímpicos gregos, na qual eram permitidas ações tanto em pé quanto no solo e quase não havia restrição aos recursos utilizados pelos lutadores (Elias; Dunning, 1992).

³¹ Prova de luta dos Jogos Olímpicos gregos desenvolvida em pé, onde só era possível a utilização de golpes com as mãos. Em certas circunstâncias, tiras de couro com pregos recobriam as mãos dos lutadores (Elias; Dunning, 1992).



Figura 2. Vaso grego intitulado *Cena de Pancrácio*³² (490 AC.). Fonte: The British Museum³³.

Práticas agonísticas como o pancrácio, o pugilato e a gladiatura eram muito populares, cada uma a seu tempo. Seria, então, correto afirmar que sociedades antigas evidenciavam certo apreço por práticas violentas, onde as mortes eram recorrentes? Este questionamento, de acordo com os preceitos teóricos de Elias, em parte, não faz sentido, na medida em que não se sabe ao certo se as sociedades daqueles períodos consideravam tais práticas violentas. Em outras palavras, o emprego do termo violência traz consigo um significado contemporâneo de percepção de violência, ou seja, um juízo moral etnocêntrico hodierno estigmatizando as práticas antigas. Historiadores classificariam isto como anacronismo.

A comparação entre o nível de violência verificado nos combates de jogos na Grécia antiga, ou nos torneios e jogos populares da Idade Média, e o que se revela nas provas de desporto atuais mostra claramente o elemento específico do processo de civilização, mas o estudo deste elemento integrante do aspecto civilizador das provas de jogos permanece inadequado e incompleto se não o relacionarmos com outros

³² Cerâmica: kylix com pintura vermelha. Na cena da direita um lutador de pancrácio tenta arrancar o olho de seu oponente, uma falta para a qual o árbitro está prestes a golpeá-lo. Na cena da esquerda, dois lutadores de pugilato se enfrentam com as mãos recobertas por tiras de couro.

³³ Disponível na coleção online do British Museum: <http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?assetId=14758001&objectId=399793&partId=1>. Acesso em: 10 jan. 2018.

aspectos das sociedades de que estes confrontos de jogos são manifestações. Em resumo, o nível variável de civilização nas competições de jogos mantém-se incompreensível se não for relacionado, pelo menos, com o nível geral de violência socialmente permitida, com o nível da organização do controle da violência e com a correspondente formação da consciência em causa (Elias; Dunning, 1992, p. 211).

Aqui, Norbert Elias aponta para os perigos de apartar, por exemplo, as lutas competitivas da Grécia Clássica ou da Roma Antiga, de um contexto social mais amplo. Nesse sentido, a avaliação dos níveis de violência permitidos em tais práticas deve estar relacionada aos níveis de violência socialmente permissíveis, bem como aos níveis das organizações do controle da violência daquelas épocas. Torna-se, assim, imprescindível atentar para as normas socialmente estabelecidas, as quais balizam o comportamento humano de dado período.

Segundo Norbert Elias, o termo desporto é comumente utilizado de forma indiscriminada, considerando que esta expressão se refere a um tipo específico de atividades de lazer modernas e cujas competições são norteadas por um conjunto de regras escritas, as quais propiciam igualdade de possibilidade de vitória, a redução de riscos graves e obtenção de elevada tensão.

No entender de Elias e Dunning,

[...] o esporte é uma atividade de grupo organizada, centrada no confronto de pelo menos duas partes. Exige um certo tipo específico de esforço físico. Realiza-se de acordo com regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados, incluindo aquelas que definem se a força física pode ser totalmente aplicada. As regras determinam a configuração inicial dos jogadores e dos seus padrões dinâmicos de acordo com o desenrolar da prova. (Elias; Dunning, 1992, p. 230).

Segundo os autores, determinadas práticas corporais começaram a ganhar contornos de esporte ao longo dos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra em especial. Esse processo denominado “sociogênese dos esportes” está imbricado em uma série de condições sociais, políticas e culturais específicas daquele período e também daquele país. Deve-se aqui ressaltar, dentre vários, quatro aspectos de fundamental importância, que propiciaram tal processo: o estabelecimento do parlamentarismo como sistema de governo inglês; o aumento da sensibilidade da sociedade inglesa com relação à violência; a ampliação dos controles sociais, que se referem ao controle multipolar; e a ampliação do autocontrole individual, no que se refere ao refreamento das emoções. Tais condições foram imprescindíveis no sentido de diminuição dos níveis de violência presentes naquela sociedade.

Nos períodos anteriores aos séculos XVIII e XIX, as práticas corporais competitivas – as quais Elias e Dunning (1992) denominam passatempos – possuíam caráter violento e

agressivo, podendo ser consideradas como uma expressão ritualizada de guerra de bandos ou ainda circunscritas a práticas belicosas ou religiosas. A ruptura entre práticas físicas tradicionais e os esportes modernos se verifica a partir de alguns fatores fundamentais: 1) Igualdade formal entre jogadores, propiciando a todos os competidores chances iguais para obtenção de vitória. 2) Autonomização, estabelecimento de regulamentações que suspendem temporariamente as regras sociais vigentes, além da criação de espaços específicos. 3) Conjunto de regulamentações escritas, permanentes e rigorosamente obedecidas. 4) Caráter esportivizado, desvinculado de natureza belicosa ou religiosa (Elias; Dunning, 1992). Tais rupturas acima apresentadas consolidam a ideia de que os esportes são fenômenos eminentemente modernos, e que práticas físicas competitivas da antiguidade possuíam características e sentidos próprios que muito pouco tem a ver com os esportes modernos. Portanto, tentar estabelecer uma relação de continuidade entre dois fenômenos tão distintos seria, a partir dos constructos teóricos de Eric Hobsbawm (2012), uma tradição inventada.

Feitas estas breves considerações acerca da diferenciação entre práticas agonísticas e esportes modernos, retorna-se ao elemento central deste capítulo, a violência. A atenção agora estará voltada para o capítulo VIII da obra *Busca da Excitação* (1992), intitulado “As ligações sociais e a violência no desporto” e escrito por Eric Dunning. Neste capítulo, o autor apresenta uma tipologia das várias manifestações da violência humana, a qual comumente é utilizada para a verificação de tipos de violência nos esportes. Esta tipologia estabelecida por Dunning tem sido amplamente aceita e utilizada pelos pesquisadores que se ocupam de estudar o tal fenômeno especialmente no âmbito esportivo (Lise, 2014; Carmo, 2017; Matthews, Channon, 2016), entre tantos outros. Não há dúvidas de que a tipologia proposta por Eric Dunning tem contribuído sobremaneira para o entendimento da violência nos esportes. Porém, como já apontado anteriormente, conceituações generalistas acerca da violência tendem a ser problemáticas, tendo em vista as particularidades deste fenômeno, e a tipologia proposta por Dunning parece não fugir desta regra.

Logo no início do subcapítulo 3, denominado “Os desportos e a violência na perspectiva do desenvolvimento”, Eric Dunning afirma que “[...] Todos os desportos são, por natureza, competitivos e conduzem deste modo, ao aparecimento de agressão e de violência” (Elias; Dunning, 1992, p. 331). Esta assertiva de caráter generalizante proposta por Dunning é contrariada pelo próprio Norbert Elias, quando este acentua que “[...] Porém, não só o futebol, mas o desporto, de uma maneira geral, possui o caráter de um combate mimético controlado e não violento” (Elias; Dunning, 1992, p.83). Não se pretende aqui negar que, em determinadas circunstâncias, algumas disputas de caráter esportivo podem tornar-se violentas, a partir de uma

rejeição do quadro de regras preestabelecido, mas isso é menos comum do que aquelas disputas que se encerram sem violências ou agressões; e, aqui, segundo Dunning, devemos considerar todos os esportes, inclusive o tênis de mesa ou de campo, natação, saltos ornamentais, tiro esportivo, voleibol, salto com vara no atletismo, canoagem, ginástica artística, entre outros. Nesta pesquisa, o entendimento é de que, em circunstâncias específicas, algumas modalidades, principalmente aquelas que envolvem certo contato físico, apresentam relativa potencialidade de tornarem-se agressivas ou violentas, mas isso está diretamente relacionado ao fato de os atletas transgredirem às regras. Da mesma maneira, modalidades nas quais o contato físico é parcialmente permitido, tal como o vôlei, por exemplo, ou outros esportes em que o contato é totalmente suprimido, como nas ginásticas, esta potencialidade é bastante reduzida.

A seguir, Dunning argumenta que:

Contudo, em alguns, por exemplo, o rãguebi [rúgbi], o futebol e o boxe, a violência é, sob a forma de “representação de uma luta” ou “confronto simulado” entre dois indivíduos ou grupos, um ingrediente central. Esses desportos constituem oportunidades para a expressão da violência física socialmente aceitável e ritualizada e, neste contexto, preocupar-me-ei, apenas com os desportos deste tipo (Elias; Dunning, 1992, p. 331).

Aqui, o autor evidencia que nas modalidades acima elencadas a violência física é um elemento central, acrescentando, ainda, que tais formas de violência física são socialmente aceitáveis. Portanto, o autor compreende que, mesmo o contato físico e as técnicas permitidas pelas regulamentações destes esportes, são considerados violentos, embora sejam socialmente aceitos. Dunning considera, também, que, em determinadas situações – se o desporto for levado muito a sério, por pressões sociais, por recompensas financeiras ou mesmo pelo prestígio envolvido –, os níveis de tensões podem elevar-se a certos patamares, ocasionando uma suspensão das regras que limitam os níveis de violência, propiciando o que ele denomina de “luta a sério”, exemplificando da seguinte maneira: “[...] Ou no boxe, onde o infligir de ferimentos constitui uma parte legítima da prova, torna-se possível a luta depois de ter terminado o assalto ou após o final da prova” (Elias; Dunning, 1992, p. 331). Em outras palavras, Dunning considera que nos esportes de combate, por exemplo, tanto a conduta regulamentar de um atleta quanto atitudes desregradas são violentas, retomando a argumentação inicial de que todos os esportes são violentos por natureza.

A problematização desta argumentação torna-se pertinente, na medida em que esta sustenta a tipologia proposta pelo autor, apresentada a seguir:

- 1) Se a violência é real ou simbólica, isto é, se apresenta a forma de uma agressão física directa ou envolve simplesmente atitudes verbais e/ou atitudes não verbais.
- 2) Se a violência apresenta a forma de um “jogo” ou “simulação” ou se ela é “séria” ou “real”. Esta dimensão pode também ser apreendida através da distinção entre violência “ritual ou não ritual”, embora se tenha de assinalar que, com o *devido respeito* a Marsh e aos seus colegas, ritual e jogo podem possuir um conteúdo violento.
- 3) Se uma arma ou armas são utilizadas ou não.
- 4) No caso de as armas serem utilizadas, se os atacantes chegam a estabelecer contacto directo.
- 5) Se a violência é intencional ou a consequência accidental de uma sequência de acções que, no início não tinha a intenção de ser violenta.
- 6) Se se considerar a violência iniciada sem provocação ou como sendo uma resposta, em retaliação a um acto intencionalmente violento, ou sem a intenção de o ser.
- 7) Se a violência é legítima no sentido de estar de acordo com as regras, normas e valores socialmente prescritos ou se não é normativa ou ilegítima no sentido de envolver uma infracção dos padrões sociais aceites.
- 8) Se a violência toma uma forma “racional” ou “afectiva”, isto é, se é escolhida de modo racional como um meio de assegurar a realização de um objectivo dado, ou subordinada a “um fim em si mesmo” emocionalmente satisfatório e agradável. Outra forma de conceptualizar esta diferença seria distinguir entre a violência nas suas formas “intrumentais” e “expressivas”. (Elias; Dunning, 1992, p. 330).

As análises referentes à tipologia proposta por Eric Dunning foram centradas nos itens 7 e 8. Tal escolha pode ser justificada, tendo em vista que estes itens apresentam relação direta com questões regulamentares, o que possibilita pensar esta tipologia a partir das peculiaridades dos esportes de combate, cujo contato físico intenso é permitido pelas regras, aceito pelos lutadores e também socialmente aceito.

O item 7 da tipologia Dunning opõe violência legítima – a qual se apresenta de acordo com as regras sociais mais amplas e, quando transposta para o âmbito esportivo, deve se situar no quadro de regras de cada modalidade – e violência ilegítima – entendida pelo autor como aquele tipo de violência que está em desacordo com as normas sociais vigentes e, em sentido mais restrito, que transgridem às regras de determinadas modalidades. No item 8 da tipologia, o autor opõe violência instrumental e violência afetiva, sendo que a primeira delas se refere a uma escolha racional com objetivo de atingir determinado fim dentro de um quadro de regras estabelecidas; e a outra como um descontrole emocional, com sentido de obter uma satisfação por causar dano físico, sem levar em conta o quadro de regras e as punições às quais estará sujeito.

Estes dois itens da tipologia proposta por Eric Dunning possuem relação direta com o quadro de regulamentações que controla cada modalidade. E, aqui, se localiza a principal divergência entre esta pesquisa e a terminologia conceitual adotada na referida tipologia. Ao imaginar uma disputa de judô, na qual um dos lutadores se comportasse de maneira legítima e instrumental, de acordo com a regulamentação proposta, e, em contrapartida, seu adversário no

decorrer do combate adotasse uma postura com golpes ilegítimos e de caráter afetivo em desacordo com o quadro das regras, ambos seriam considerados violentos? Tendo em vista que legítimo/ilegítimo e instrumental/afetivo se configuram como formas de violência, a resposta é afirmativa. Lembrando, ainda, que esta tipologia se propõe a pensar também outras modalidades mesmo aquelas nas quais o contato físico é suprimido, pois, retomando a fala de Dunning, “[...] todos os esportes [...] conduzem ao aparecimento de agressão e da violência” (Elias; Dunning, 1992, p. 331). Em outras palavras, o uso da referida tipologia serve apenas para qualificar tipos de violência, inviabilizando, porém, a possibilidade de que, em algumas disputas, a violência – o que quer que seja esta para Dunning – esteja ausente.

Tal exposição pode ser um indicativo de que a terminologia utilizada por Eric Dunning é, de certa maneira, relativamente imprecisa. Esta impressão ganha relevo quando outra tipologia, elaborada por Michael Smith (1983), é analisada.

A tipologia sócio-legal proposta por Smith identifica quatro categorias de contato físico interpessoal³⁴, com base em uma escala de legitimidade regulamentar jurídica e na cultura esportiva, no entanto, as atenções estarão centradas apenas nos dois primeiros tópicos desta tipologia. A primeira categoria refere-se ao contato corporal bruto, que segundo o autor:

Compreende todo contato corporal significativo realizado dentro das regras oficiais de um determinado esporte: *tackles*, bloqueios, controles corporais, colisões, golpes legais de todos os tipos. Esse contato é inerente aos esportes, como boxing, wrestling, hóquei no gelo, rugby, lacrosse, futebol americano e graus menores em futebol, basquete, pólo aquático, handebol e outros. É dado por certo que, quando se participa dessas atividades, aceita-se automaticamente a inevitabilidade do contato, também a probabilidade de lesões corporais menores e a possibilidade de ferimentos graves. Dentro dos termos legais os jogadores admitem o “consentimento” para receber tais golpes (Smith, 1983, p. 34)³⁵.

Por se tratar de um contato físico previsto no quadro de regras estabelecidas, é socialmente aceito e os jogadores o entendem como parte integrante da dinâmica esportiva. Sobre o cuidado acerca do uso do termo violência por Smith, os analistas Matthews e Channon (2016) observam:

³⁴ São elas, contato corporal bruto, violência fronteira ou limítrofe, violência quase criminal e violência criminal.

³⁵ Originalmente: “Comprises all significant body contact performed within de official rule of a given sport: tackles, blocks, body checks, collisions legal blows of all kind. Such contact is inherent in sport such as boxing, wrestling, ice hockey, rugby, lacrosse, football and lesser degrees in soccer, basketball, water polo, team handball, and the like. It is taken for granted that when one participates in these activities one automatically accepts the inevitability of contact, also the probability of minor body injury, and the possibility of serious injury. In legal terms players are sais to “consent” to receive such blows” (Smith, 1983, p. 34).

A hesitação de Smith em usar a palavra "violência" aqui é indicativa de uma sensibilidade para o consentimento que os atletas dão, de forma implícita ou explícita, ao comércio de tais golpes dentro das regras dos jogos que eles disputam; sendo mutuamente acordado, o contato bruto do corpo não pode se constituir diretamente enquanto violência ou como violação (Matthews e Channon, 2016, p. 7)³⁶.

De forma contrária a Eric Dunning, Michael Smith entende que o elemento central de alguns esportes não é a violência, mas sim o contato físico ensejado pelas condições regulamentares específicas de cada modalidade. E aqui se apresenta um dado fundamental para a utilização de uma terminologia que exprima com precisão as dinâmicas dos esportes, em especial os de combate. Smith compreende que o contato físico poderá ser considerado violento se este estiver em desacordo com as regulamentações de cada modalidade, independente do fato de que este contato poderá causar algum tipo de lesão. Tal concepção de violência no âmbito esportivo é também compartilhada por Terry e Jackson (1985), os quais consideram “[...] a violência esportiva como comportamento indutor de danos fora das regras do esporte, sem relação direta com os objetivos competitivos do esporte” (Terry; Jackson, 1985, p. 37).

O segundo item da tipologia proposta por Smith refere-se à violência fronteira, entendida da seguinte maneira:

Nesta categoria estão ataques que, apesar de proibidos pelas regras oficiais de um determinado esporte (e das leis do país), ocorrem rotineiramente e são mais ou menos aceitos por todos os interessados. Para saber: a briga de hóquei, o golpe tardio no futebol americano, os carrinhos no futebol, a tentativa de acertar o rebatedor com a bola no baseball, a “linguagem corporal” de basquete, o às vezes viciante jogo de cotovelo e empurrão em corridas de trilha e estrada. Tais práticas ocasionalmente produzem ferimentos graves, mas estes geralmente são descartados como acidentes infelizes. A violência limítrofe é essencialmente a província de juízes, árbitros e outros funcionários imediatos dos jogos, os oficiais mais altos da liga e as autoridades policiais raramente se envolvem. As sanções nunca excedem a suspensão do jogo que está sendo jogado, junto a, talvez, uma multa (Smith, 1983, p. 36)³⁷.

³⁶ Originalmente: “Smith’s hesitation to use the word ‘violence’ here is indicative of a sensitivity towards the consent that athletes give, either implicitly or explicitly, to trade such blows within the rules of the games they play; being mutually agreed upon, brutal body contact cannot directly constitute violence-as-violation” (Matthews e Channon, 2016, p. 7).

³⁷ Originalmente: “In this category are assaults which, though prohibited by the official rules of a given sport (and the law of the land), occur routinely and are more or less accepted by all concerned. To wit: the hockey fistfight, the late hit in football, the high tackle in soccer, the baseball knock-down pitch, basketball “body language”, the sometimes vicious elbowing and bumping that takes place in track and road races. Such practices occasionally produce serious injuries, but these are usually dismissed as unfortunate accidents. Borderline violence is essentially the province of referees, umpires, and other immediate game officials, higher league officials and law enforcement authorities seldom becoming involved. Sanctions never exceed suspension from the game being played, plus perhaps a fine” (Smith, 1983, p. 36).

No caso da violência fronteira, o autor admite que se trata de uma forma de violência, pois tais ações são realizadas em desacordo com o conjunto de regras de cada modalidade. O autor ressalta que, em várias dessas situações, há uma aceitação por parte dos jogadores que, por vezes, consideram-nas como parte integrante do jogo, mesmo assim os atletas que se utilizam de tais recursos são punidos de acordo com as regulamentações específicas. No caso do MMA, existem duas situações evidentes de violência fronteira que ocorrem nessas disputas, embora, com frequência um tanto reduzida. A primeira delas refere-se a uma situação na qual um dos lutadores, com intenção de aparar um soco do adversário, ou com objetivo de manter a distância do mesmo, atinge os olhos do oponente com os dedos³⁸; e a outra faz menção aos chutes na região genital. Em ambas as situações, se o árbitro entender que tal contato ocorreu de forma acidental, normalmente o atleta causador da ação é advertido verbalmente. Caso haja repetição do ato, possivelmente haverá uma penalização com a perda de pontos; e se este fato se repetir pela terceira vez, o lutador estará sujeito à desclassificação. Porém, se o árbitro interpretar que este ato foi intencional, o atleta infrator poderá ser desclassificado já na primeira ocorrência. Ao atleta atingido será facultado um tempo de 5 minutos para que este retorne à disputa. Caso o lutador que tenha sofrido tal ação não se recupere no tempo preestabelecido, a luta será considerada sem resultado. Embora a regra considere este gesto como uma infração, normalmente os atletas entendem isso como um acidente de trabalho.

Estes dois itens propostos na tipologia de Smith parecem corresponder de maneira mais precisa às situações de contato físico e violência, que comumente ocorrem em disputas de esportes de combate. E, mais importante, o cuidado terminológico tomado por Smith permite pensar tais esportes como modalidades de contato intenso, na qual a violência não pode ser compreendida sem a conjugação com a especificidade das regulamentações. Ao se colocar aquela situação imaginária entre lutadores de judô sob a perspectiva de Smith, teríamos apenas um competidor considerado violento, aquele que desrespeitou o conjunto de regras estabelecido pela organização da modalidade.

Este tensionamento acerca das definições utilizadas nas tipologias propostas por Dunning e Smith tornam-se pertinentes, na medida em que estas balizam os sentidos dos termos “violência” e “contato físico” nesta pesquisa. Outro problema conceitual/terminológico, que se apresenta aqui faz menção à utilização do termo agressão e agressividade. Quando estes conceitos são tratados, a partir de referenciais da psicologia (Pagliari; Piber, 2016)

³⁸ Em alteração recente nas regras do UFC, ficou terminantemente proibido medir a distância do oponente com as mãos espalmadas.

principalmente, eles se apresentam sob a forma de comportamento violento, concebido de forma negativa.

Para Jay Coakley, “Violência é o uso excessivo de força física, o qual causa ou tem um claro potencial de causar dano ou destruição” (Coakley, 2007, p. 196). Ao passo que agressão corresponderia a “[...] ações físicas ou verbais fundamentadas na intenção de dominar, controlar ou causar dano a outra pessoa” (Coakley, 2007, p. 197). Via de regra, a agressão está envolvida com a violência – daí a confusão de termos –, porém, esta pode acontecer sem a intenção agressiva. Coakley usa como exemplo o fato de uma pessoa competitiva poder usar violência durante um jogo, sem intenção de dominar, controlar ou prejudicar outros indivíduos, destacando a diferença entre ser agressivo e ser, apenas, truculento ou se esforçar para vencer. Mitch Abrams afirma que as definições que permearam a psicologia do esporte, durante décadas, declararam que a agressão é a ação de prejudicar o outro como um objetivo. Porém, segundo o autor, esta definição vem ao longo dos últimos anos sendo reformulada, incorporando a ideia de proatividade pessoal, como no seguinte exemplo: “[...] as mulheres que conseguiram ascender em Wall Street escalaram a escada corporativa de forma agressiva³⁹” (Abrams, s/d, p. 1). A proposta do autor para compreensão do termo agressividade está pautada na tipologia acerca de violência proposta por Dunning, ou seja, ele compreende a agressividade nas formas instrumental, e afetiva. A primeira refere-se a ações agressivas, as quais não teriam como objetivo principal o dano intencional ao outro, mesmo considerando que tal dano possa de fato ocorrer. Já a agressividade afetiva faz menção ao comportamento que tem como objetivo primário e, às vezes, solitário, prejudicar alguém, na maioria das vezes, motivados pela raiva.

Nota-se que, em produções relacionadas aos esportes de combate, muitas vezes estes termos apresentam certa ambiguidade conceitual. Em algumas situações, a agressividade é entendida de forma positiva enquanto atitude proativa, impetuosidade ou mesmo ofensividade. Por outras vezes, é descrita de forma negativa sendo comumente pensada em conjunção com a violência. Esta dubiedade quanto aos entendimentos e usos diversos do termo agressividade pode ocasionar interpretações distorcidas. Com objetivo de evitar imprecisões conceituais acerca do uso do termo acima posto, ele será substituído pelo termo “combatividade”, quando se referir à ação ofensiva dos lutadores, quando estas estiverem de acordo com as regras. Tal opção está respaldada no reconhecimento de que a combatividade é um pressuposto fundamental dos esportes de combate, ao contrário da agressividade, quando esta tem significações relacionadas a uma predisposição à violência.

³⁹ Originalmente: “[...] the women who succeeded on Wall Street climbed the corporate ladder aggressively” (Abrams, s/d, p. 1).

Outra importante contribuição teórica para este estudo são as noções de desvios elaboradas por Jay Coakley (2007). Segundo o autor, a concepção de desvio está intimamente relacionada às normas, isto é, tudo o que foge à norma é considerado desviante. Os desvios são identificados quando as ideias, traços ou ações de um indivíduo são percebidos por outros enquanto fora dos padrões de aceitação, seja em um contexto específico ou no sentido social mais amplo.

Desta maneira, Coakley (2007) estabelece, num primeiro momento, dois tipos de desvios. O desvio subconformativo consiste em ideias e ações que indicam uma rejeição às normas ou ignorância sobre suas existências, refletindo uma condição social que existe quando a subconformidade se espalha e cria uma ausência geral de leis. O desvio supraconformativo, por sua vez, consiste em ideias e ações que indicam uma aceitação acrítica de normas e o fracasso ao reconhecer qualquer limite para segui-las, refletindo uma condição social que existe quando a supraconformidade se espalha e cria uma ilimitada obediência às normas ou aos comandos dos líderes. É importante ressaltar que ambos os desvios envolvem ideias e ações anormais, ora relacionadas ao cumprimento rigoroso – e, portanto, autodestrutivo – das regras, ora ao rompimento com estas. Para definir se há ou não desvio em determinado comportamento, bem como para identificar se o desvio é sub ou supraconformativo, faz-se necessário o conhecimento e compreensão do grupo social em que ocorreu a ação.

No que se refere ao âmbito dos esportes de combate, em especial no MMA, as formas de desvio supraconformativo, referem-se, em sua maioria, a lesões por excesso de treino, estratégias extremas de controle de peso, competir lesionado, enfim: reflete o que Coakley (2007) chama de “código dos atletas”. Tal código, relacionado ao sacrifício e à dedicação, precisa ser cumprido – ainda que por meio de medidas extremas, que possam comprometer o bem-estar ou sua integridade física.

Pensando o desvio subconformativo enquanto a quebra das regras – representada, por exemplo, pelo uso da violência, ações ou técnicas vetadas pelas normas, ou mesmo pelo uso de substâncias dopantes –, tais condutas tendem a ser marginalizadas e condenadas em diferentes âmbitos sociais – este acaba por ser menos perigoso do que o supraconformativo, exatamente pela condenação. Concorde-se com Coakley (2007), quando este afirma que o desvio supraconformativo se torna perigoso, pelo fato de este não ser combatido. Aliás, muito pelo contrário: a supraconformidade soa como reafirmação de dedicação, trabalho árduo e realização. Não se busca afirmar, aqui, que o desvio subconformativo é brando. O que acontece é que, por representar uma violação aos valores sociais, os atletas tendem a ser punidos com veemência pública.

Embora este capítulo seja dedicado às noções e aos conceitos de violência e seus derivativos é perceptível que, até aqui, ele esteve centrado nas noções de violência interpessoal direta e no contato físico permitido pelas regulamentações esportivas. No entanto, este trabalho se propõe a uma análise mais ampla daquilo que pode ser considerado como formas de violência, ou seja, focado, sobretudo, nos desvios supraconformativos. Nesse sentido, a proposta de Audi (1971, p. 59) pode auxiliar na formulação de uma noção que abarque tal pretensão. Segundo o autor, “Nos casos mais comuns, a violência envolve a violação de algum direito moral”. No entendimento de Audi, formas de violência no âmbito esportivo, mas não somente aquelas de caráter interpessoal direto, podem ser observadas e analisadas a partir do binômio força/violação. Portanto, pensar-se-á, a partir desta perspectiva, outros tipos de violência que ainda serão tratados neste estudo. Vale ressaltar que o uso da força, enquanto um dos elementos constituintes da violência, está diretamente vinculada ao tipo de violência interpessoal direta, ou contato físico permitido pelas normatizações, ambos já tratados anteriormente. A violação, cuja característica tende a extrapolar as noções de violência interpessoal direta, pode ser entendida como forma de privação, coerção ou mesmo cerceamento de um indivíduo ou grupo. As violações comumente implicam perda temporária ou definitiva de direitos e da liberdade individual ou grupal, em algumas situações se configuram como uma violência institucional.

David Le Breton (2009), na obra *Condutas de Risco*, traz à luz um fenômeno cada vez mais recorrente nas sociedades contemporâneas: a escolha deliberada por situações que envolvam certos perigos. Balizado por abordagens sociológicas e antropológicas, o autor delineia um amplo quadro sociocultural, no qual tais condutas se avolumam, em especial a partir da década de 1970. Segundo Le Breton, “[...] os adeptos dessas práticas insistem sobre a falta de estímulo que pesa sobre as existências superprotegidas pelas regras sociais e pelo conforto técnico de nossas sociedades” (Le Breton, 2009, p. x). Assim, as condutas de risco servem como um meio de intensificação das sensações.

Sobre a noção de conduta de risco Le Breton discorre:

[...] como um jogo simbólico ou real com a morte, um arriscar-se, não para morrer, muito pelo contrário, mas que contém em si a possibilidade não desprezível de perder a vida ou de vir a sofrer alteração das capacidades físicas ou simbólicas do indivíduo. Ela atesta um enfrentamento com o mundo, cuja aposta não é morrer, mas viver mais (Le Breton, 2009, p. 2).

Ou seja, embora alguns indivíduos arrisquem sua existência em práticas perigosas, com sérios riscos para a vida, o desejo é de sobrepujar a morte e não sucumbir a ela deliberadamente,

como nos casos de suicídio. O autor faz alusão a uma série de condutas daquele tipo, desde práticas de lazer, tais como montanhismo, *rafting*, escaladas, asa-delta, ultra-leve; ou mesmo esportes como o esqui, surfe, canoísmo, motovelocidade ou o automobilismo; ou ainda a toxicomania e comportamentos sexualmente descuidados. Em sua obra, Le Breton lista aproximadamente 60 atividades esportivas ou de lazer, as quais são consideradas como condutas de risco.

O autor destaca que a noção de condutas de risco e também de perigo são conceitos subjetivos, socialmente construídos que dependem das experiências de cada indivíduo, “A percepção do perigo é produto de uma aprendizagem” (Le Breton, 2009, p. 42). Reforçando a ideia da subjetividade do risco e perigo, alpinistas quando questionados sobre os perigos de escalar uma montanha costumam responder que esta prática é menos perigosa do que atravessar uma rua ou mesmo ir de carro para o trabalho. Obviamente, motoristas ou pedestres terão percepções distintas se tiverem consciência da elevada frequência de mortes em escaladas.

Embora esta comparação fique fragilizada se posta em termos estatísticos – quantos milhões de pessoas dirigem para o trabalho ou atravessam ruas diariamente e quantas morrem em colisões ou atropelamentos –, o que se está tentando dizer é que mesmo que as escaladas se apresentem como práticas que envolvam certo risco, os casos de mortes ou de danos graves estão alçados à condição de acidente. Em outras palavras, os riscos assumidos por especialistas em escalada, ou mesmo outras atividades que envolvam certos riscos, são minuciosamente calculados a partir do conhecimento do meio, das condições climáticas, dos materiais utilizados e das capacidades individuais, tais como a prudência, a tecnicidade, a coragem e a intuição.

Mesmo considerando o caráter subjetivo de percepção de risco e perigo, quais são as evidências objetivas que o autor considera ao tentar determinar quais atividades se configuram como condutas de risco? O autor se utiliza de dois parâmetros objetivos, a quantificação de danos sérios à saúde, que impliquem em alteração das capacidades físicas ou simbólicas, e o número de mortes ensejados por tais práticas. Curiosamente, Le Breton (2009) não inclui em sua obra esportes considerados mais tradicionais, tais como futebol, hóquei, rúgbi ou qualquer modalidade de lutas, mesmo tendo ciência de que tais modalidades, praticadas em alto rendimento, por vezes, apresentem alguns casos de lesões sérias ou mesmo mortes. Ou seja, o autor não trata de esportes que envolvam contato físico ou mesmo violência interpessoal direta. Além disso, é possível notar que Le Breton (2009) toma certos cuidados quanto à utilização da noção de violência para qualificar esportes ou práticas físicas que, em sua execução, causam relativos índices de mortes ou lesões incapacitantes.

Em pesquisa realizada pelo Centro de Documentação e Informação de Seguros da França, foi contabilizado o número de mortes ocasionadas por práticas esportivas consideradas tradicionais⁴⁰.

Modalidade	Número de mortes por praticantes
Voo livre	1 a cada 93
Alpinismo	1 a cada 590
Ciclismo	1 a cada 1.559
Motociclismo	1 a cada 2.587
Automobilismo	1 a cada 5.940
Boxe	1 a cada 6.304
Canoagem	1 a cada 17.784
Rugby	1 a cada 21.685

Tabela 1. Número de mortes por modalidade na França. Fonte: Centro de Documentação e Informação de seguros *In* Lopes, 2011.

Via de regra, este tipo de levantamento é bastante controverso, tendo em vista as falhas metodológicas que normalmente apresentam. Este, por exemplo, está circunscrito ao território francês, onde a prática de alpinismo e do ciclismo são muito praticados; em outros países certamente estes números sofreriam alterações, impedindo dessa forma maiores generalizações. Outro detalhe que pode colocar em suspeição este tipo de levantamento refere-se ao fato de que algumas mortes ocorridas nas montanhas não se tratavam de atletas especializados em montanhismo; mas de pessoas leigas, que por desconhecimento estavam alheias aos perigos de tal atividade, apenas atrás de uma atividade de lazer, assim, creditar estas mortes ao alpinismo pode ser enganoso. Apesar de os problemas metodológicos, este levantamento pode apresentar um quadro, mesmo que parcial, do número de mortes em determinadas modalidades. Dado importante é que a única modalidade de esporte de combate constante na lista é o boxe.

Outro levantamento deste tipo, porém mais amplo – por incluir modalidades de esportes radicais e também pela maior abrangência⁴¹ –, apresenta outra perspectiva acerca do número de mortes nos esportes.

⁴⁰ Modalidades que tenham instituições formalizadas em instância nacional e internacional. A modo de exemplo, no Brasil, o voo livre é organizado e controlado pela Confederação Brasileira de Voo Livre (CBVL). Já em caráter mundial, tal esporte é gerenciado pela Fédération Aéronautique Internationale (FAI).

⁴¹ Confederações esportivas de países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido forneceram dados para esta pesquisa.

Modalidade	Número de mortes por 1.000 praticantes
Wing walking ⁴²	5
Big wave surf	3
Free style motocross ⁴³	1,8
Street luge ⁴⁴	1,7
Heli-skiing ⁴⁵	0,85
Base jump	0,83
Sky surfing ⁴⁶	0,5
Montaria em touro	0,25
Paraquedismo	0,12
Rafting	0,001

Tabela 2. Número de mortes por modalidade. Fonte: Parker *In* Sant'Ana, 2010.

Nesta investigação, Parker (2010), demonstra que em um cenário mais amplo de modalidades, aquelas consideradas tradicionais, causam menos mortes do que aquelas ditas radicais. Talvez os dados apresentados por Parker possam justificar a exclusão de esportes de combate, enquanto conduta de risco na obra de Le Breton. Hipoteticamente, tal exclusão pode estar pautada no fato de que as próprias regulamentações dessas modalidades já estabeleçam um controle rigoroso dos riscos eminentes, cuja consequência é um número insuficiente de ferimentos graves ou mortes para considerá-las como condutas de risco. Ainda sobre a taxa de mortalidade nos esportes, García e Malcolm (2010) ponderam:

A comparação com as taxas de mortalidade em outros esportes revela o caráter relativamente “seguro” do MMA. Segundo Gross (2001), a taxa de mortalidade para o boxe em os EUA é de 0,13 por 1.000 participantes, em comparação com 0,3 no futebol americano, 5,1 em montanhismo, e até 12,3 em paraquedismo em queda livre e 12,8 em montaria a cavalo⁴⁷ (García; Malcolm, 2010, p. 48).

Tais exposições podem suscitar um questionamento pertinente. Segundo Norbert Elias, “O desporto é sempre, em todas as suas variedades, uma luta controlada, num quadro

⁴² Prática radical na qual o atleta caminha sobre as asas de um avião.

⁴³ Modalidade na qual o atleta salta com a moto sobre uma rampa realizando manobras.

⁴⁴ Corrida realizada em ladeiras íngremes, nas quais os atletas chegam a atingir velocidades superiores a 100 quilômetros por hora deitados sobre uma espécie de *skate* sem freios.

⁴⁵ Modalidade de esqui na neve, na qual o atleta é levado até o cume da montanha por um helicóptero e a descida é feita sem qualquer tipo de sinalização.

⁴⁶ Variação do paraquedismo, na qual o saltador deve realizar manobras sobre uma prancha, enquanto ainda estiver em queda livre.

⁴⁷ Originalmente: “Comparison with death rates in other sports reveals the relatively ‘safe’ character of MMA. According to Gross (2001), the death rate for boxing in the US is 0.13 per 1000 participants, compared to 0.3 in American football, 5.1 in mountaineering, and up to 12.3 in free falling parachuting and 12.8 in horse riding” (García; Malcolm, 2010, p. 48).

imaginário, quer o adversário seja a montanha, o mar, a raposa ou outros seres humanos” (Elias; Dunning, 1992, p. 84). Tendo em vista que o número de mortes é comumente considerado como um dos indicadores para avaliar se algum esporte é violento, e constatando que o MMA está ausente nas listas acima elencadas, seria correto afirmar que o MMA é perigoso e violento? Por certo que, se o critério de avaliação for o número de mortes, a resposta é negativa. Segundo Rudnick (2017), o número de mortes em decorrência de lutas regulamentadas de MMA totaliza seis casos⁴⁸ – sendo que, no UFC, principal instituição promotora deste tipo de evento, nunca foram registrados quaisquer casos de óbitos. Rudnick afirma ainda que “Só em 2015, para efeito de comparação, oito pessoas morreram praticando futebol” (Rudnick, 2017, s/p).

Sabe-se, porém, que embora seja um critério objetivo relevante, o número de mortes não deve ser tomado como indicativo único para avaliar se um esporte é ou não violento. Outro elemento objetivo que pode auxiliar nesta avaliação é o número de lesões graves ou incapacitantes.

O estudo quantitativo elaborado pelo pesquisador italiano Daniele Bolelli (2003) desconstrói a ideia de que as lutas do UFC terminam majoritariamente sob a forma de nocaute. Analisando 176 lutas, ocorridas no período entre 1993 a 1999, o autor constatou que 35,8%, (63 combates) terminaram sob a forma de finalização no chão e 24,4% (43 lutas) se encerraram com golpes de percussão com os oponentes no chão – *ground and pound*. Importante aqui notar que, na maioria das vezes, este tipo de situação não envolve o nocaute; via de regra, estas lutas terminam com a intervenção do árbitro, o denominado nocaute técnico. Apenas 16,5% (29 disputas) foram encerradas com golpes de percussão, enquanto os dois oponentes estavam em pé, ou seja, sob a forma de nocaute. Por fim, 23,3% (41 lutas) foram decididas por decisão dos juízes laterais. Estes dados apresentados por Bolelli indicam que os lutadores do UFC daquele período, priorizavam as técnicas de luta agarrada em detrimento de socos e chutes, e isso pode ser um indicativo de diminuição de lesões traumáticas, principalmente no cérebro, embora tal afirmação precise ainda de estudos específicos e de longo prazo.

Bledsoe et al. (2006), ao comparar os riscos de lesões cerebrais traumáticas entre lutadores de MMA e boxe, constataram que o uso de técnicas de luta agarrada durante as disputas de MMA reduzia o número de percussões na cabeça dos oponentes. Segundo os autores, o número reduzido de golpes na cabeça e de nocautes no MMA, em relação ao boxe, torna os pugilistas mais suscetíveis a lesões traumáticas cerebrais.

⁴⁸ Segundo García e Malcolm, até o ano de 2010, apenas um único registro de morte em decorrência de lutas de MMA foi documentado em Kiev no ano de 1998.

Essa pesquisa analisou 171 lutas no período compreendido entre setembro de 2001 e dezembro de 2004. Foi constatado um total de 96 lesões, sendo que 47,9% delas referem-se a lacerações faciais; lesões nas mãos totalizaram 13,5%; lesões no nariz 10,4%; e nos olhos 8,3%. As formas mais comuns de término das lutas foram respectivamente o nocaute técnico e o *tap out*⁴⁹. Outro dado desta pesquisa indica que as taxas de lesões em disputas de MMA são compatíveis com as de outras modalidades de esporte de combate que envolvem percussões (Bledsoe et al, 2006).

Outro fator que deve ser levado em consideração é que a pesquisa de Bledsoe et al. (2006) está circunscrita ao âmbito das lutas, não levando em consideração questões relacionadas aos treinamentos. Amtmann (2004) salienta que lutadores de MMA fazem no máximo cinco treinos semanais de simulação de luta. Estes treinamentos são divididos em técnicas de percussão, luta agarrada e luta agarrada no chão. Assim, o autor conclui que os treinamentos diários de MMA envolvem menos danos causados por percussão do que outros esportes de combate que utilizam tais técnicas. Somado ao fato de que ainda não houve mortes em disputas de MMA ocorridas nos Estados Unidos, Bledsoe e colaboradores afirmam que as impressões sobre o MMA têm sido baseadas na percepção, ao invés dos reais níveis de violência (Bledsoe et al., 2006).

Denominado por Bledsoe et al. (2006) como “pânico moral”, que seria uma percepção exagerada da violência no MMA, García e Malcolm (2010) concluem que tais percepções estão fundamentadas naquilo que eles nomearam de “figurações de desaprovação”. Tais termos podem ser justificados pelos estudos de Audi (1971) e Coady (1986), os quais entendem que tanto o contato físico permitido pelas regras, quanto a violência de natureza interpessoal direta estão associados, no imaginário das pessoas, àquilo que mais se aproxima de uma violência vivida fora do contexto esportivo. Nesse sentido, é possível compreender porque aquelas condutas de risco explicitadas por Le Breton (2009) causam menos reprovação do que os combates de natureza interpessoal, mesmo que aquelas causem mais mortes ou lesões incapacitantes do que estas.

Outro ponto fundamental para o entendimento da noção de conduta de risco está assentado na escolha do indivíduo em participar, de livre e espontânea vontade, de tais práticas. Via de regra, as atividades que envolvem risco desencadeiam sensações intensas de prazer

⁴⁹ Finalização na qual um dos oponentes expressa sua vontade de desistir da luta dando três tapas. Normalmente, este tipo de situação acontece quando um estrangulamento ou manipulação de articulação está encaixada e não pode mais ser defendida. Esta ação tende a evitar que, em caso de estrangulamento, o oponente perca os sentidos; ou em caso de manipulação de articulação, que haja luxação articular ou fratura óssea.

desde que sejam livremente escolhidas, e esse é o objetivo principal, a obtenção de sensações prazerosas. O contrário acontece se um indivíduo for coagido contra sua vontade a participar de uma situação que envolva riscos, os quais ele gostaria de evitar. Ao invés de prazer, as sensações provavelmente invocariam dramas, angústias, estresse ou mesmo pânico. Em outras palavras, “[...] se o ator é levado contra a vontade para uma situação perigosa ou insólita, a emoção sentida desperta a angústia, o estresse, no sentido clássico do termo definido por Hans Selye: é insuportável e fonte de ansiedade” (Le Breton, 2009, p. 110). Ou seja, a sensação de prazer desencadeada por alguma atividade que envolva certos riscos está diretamente relacionada ao desejo de participar ou não.

Tal observação de Le Breton coaduna-se com a noção de livre-arbítrio elaborada por Santo Tomás de Aquino, na clássica obra *O livre arbítrio: quaestiones disputatae de veritate*, publicada originalmente no ano de 1255. O autor parte do questionamento: “Há livre-arbítrio no homem?”. Em relação a esta pergunta, Tomás de Aquino conclui que sim, o homem é dotado da faculdade do livre-arbítrio. Segundo ele, o livre-arbítrio está fundamentado em dois aspectos elementares, a razão e a vontade. Assim, ele compreende que a conjugação entre a racionalidade, faculdade que diferencia os seres humanos dos animais, e as vontades de cada indivíduo compõem as disposições necessárias pelas quais o homem elege livremente uma coisa e recusa outra. Desta maneira, o homem não é livre de suas ações, mas é livre das suas eleições, que é o juízo sobre o agir.

Mas o homem, pela virtude da razão, julgando sobre as coisas a agir, pode também julgar enquanto conhece a razão do fim e disso que está para o fim, e a conformidade de um em relação com o outro. E, por isso, não é só causa de si mesmo no mover-se, mas também no juízo; e tem livre arbítrio como se dissesse livre arbítrio do juízo em relação ao agir e não agir (Aquino, 2015, p. 56).

Santo Tomás de Aquino entende que as ações humanas, alicerçadas no livre-arbítrio, devem ser eleitas por juízos próprios, os quais devem ser conduzidos pela razão e pelo conhecimento, predisposição da liberdade. Retomando os pressupostos de Le Breton (2009), sobre as escolhas de indivíduos em participar de atividades que envolvam risco, o autor explicita que, em primeiro lugar, esta escolha está sedimentada nas vontades dessas pessoas, as quais buscam sensações que segundo elas próprias não poderiam ser alcançadas de outra maneira. Porém, ao olhar do leigo, esta exposição ao eminente risco de morte parece estar apartada da racionalidade. O autor pondera que “[...] Muitas dessas práticas apoiam-se sobre riscos cuidadosamente calculados, sobre sólido conhecimento do ambiente, do material utilizado, das capacidades dos parceiros” (Le Breton, 2009, p. 27). Em outras palavras, a

percepção acerca da exposição ao risco em determinadas práticas varia de acordo com os conhecimentos de cada indivíduo. Por este motivo, especialistas tendem a considerar suas práticas menos perigosas do que um leigo, e esta percepção deriva dos conhecimentos e dos saberes, pois... “A percepção do perigo é produto de uma aprendizagem” (Le Breton, 2009, p. 42).

Trazendo essa noção de percepção subjetiva dos riscos para o âmbito do MMA, Scoggin (2010) afirma que “A luta de MMA pode parecer caótica para o olho não treinado, mas os participantes se preparam tão meticulosamente como qualquer atleta de elite” (Scoggin, et al., 2010, p. 247). Conforme será apresentado em capítulo posterior, as percepções acerca da violência no MMA também apresentam acentuados contrastes entre leigos e especialistas. Tais contrastes evidenciam uma espécie de confronto entre especialistas – os quais afirmam que a modalidade não tem caráter violento, “Existe o consentimento mútuo entre o meu oponente e eu. Somos como qualquer desportista. Nós não tentamos nos ferrar, não é o que é o MMA. É um jogo entre dois esportistas; eles respeitam as habilidades de luta e estão lá para proteger seus corpos”⁵⁰ (Stenius, 2014, p. 86) – e os leigos, que alegam que o MMA é uma prática brutal selvagem e violenta – são os casos de Quaresma (2013) e Ginzburg (2017).

Na obra intitulada *Corpo e Alma*, Loïc Wacquant (2002), na tentativa de realizar uma pesquisa etnográfica que objetivava conhecer a realidade cotidiana de um gueto norte-americano com ênfase nas relações entre classes e o racismo, “por engano e por acaso” ingressou em uma academia de boxe e a partir de sua inserção nesta prática passou a explorar um universo que até então lhe era remoto. Esta entrada no campo fez com que o autor rompesse com o discurso moralizante “[...] que alimenta, indiferentemente, a celebração e a difamação – produzido pelo ‘olhar distante’ de um observador externo, colocado na retaguarda ou acima do universo específico” (Wacquant, 2002, p. 23).

Outra importante contribuição para esta pesquisa são os constructos teóricos elaborados pelo antropólogo francês Pierre Clastres. Na obra *Arqueologia da violência*, Clastres (2014) realizou pesquisas etnográficas em comunidades indígenas sul-americanas. Especialmente no capítulo homônimo, o autor empreendeu uma análise pormenorizada acerca da eclosão de atos violentos nestas tribos. Com sentido de desmitificar alguns discursos dominantes que intentam explicar a violência em sociedades primitivas, o autor desenvolve uma pertinente crítica que

⁵⁰ Originalmente: “There is mutual consent between my combatant in the ring and me. We are just like any sportsmen. We don’t try to injure each other, that’s not what MMA is about. It’s a game between two sportsmen; they respect fighting abilities and they are there to protect themselves, their bodies” (Stenius, 2014, p. 86).

desconstrói algumas teorizações simplistas e desarticuladas acerca das manifestações de atos violentos naquelas sociedades.

Segundo o autor, existem três discursos que norteiam as discussões acerca do aparecimento de tipos de violência em sociedades primitivas. O discurso naturalista, o discurso economista – que considera a violência como consequência da miséria ocasionada pela fraqueza das forças produtivas e a escassez de bens materiais. E, por fim, o discurso relativo à troca, o qual compreende que a violência é causada por frustrações de trocas malsucedidas. Neste momento, as atenções estarão centradas no discurso naturalista, tendo em vista sua grande aceitação pela comunidade científica.

De acordo com esta vertente teórica, a violência e a agressividade são propriedades imanentes dos seres humanos, ou seja, são determinações biológicas, das quais nenhum ser humano pode escapar. Leroi-Gourhan, um dos principais articuladores do discurso naturalista, afirma que “O comportamento de agressão pertence à realidade humana desde os australopitecos pelo menos, e a evolução acelerada do dispositivo social em nada alterou o lento desenrolar da maturação filética” (Leroi-Gourhan *In* Clastres, 2014, p. 222). Ou seja, a humanidade como espécie pode ser caracterizada por meio da violência. Esta formulação teórica é sustentada pelo fato de que a violência está fundamentalmente ligada a formas de aquisição, que no homem primitivo referia-se à caça. Pois, para adquirir alimentos era necessário matar o animal, portanto, a violência determina-se como uma forma de sobrevivência.

Com sentido de subsistência, os homens passaram a confeccionar aparatos como lanças e flechas e desenvolver técnicas agressivas e violentas para obtenção de alimentos. Porém, com o passar dos tempos, a caça já não era mais necessária para a sobrevivência, neste momento a violência e a agressividade empregada pelos homens sofreu um deslocamento. Se antes era necessário ser caçador, em um período posterior havia a necessidade de tornar-se um guerreiro para adquirir terras, proteger suas posses, família, etc. Os instrumentos e as técnicas se alteraram, mas o objetivo de aquisição e a violência instintiva permaneciam os mesmos, só que agora orientadas para a “caçar” outros homens. Segundo este discurso, tais instintos ficaram tão arraigados na natureza humana que a violência se perpetua até os dias atuais.

Importante aqui notar que tais observações de Leroi-Gourhan derivam de pesquisas etnográficas, as quais, via de regra, não têm caráter generalizante, tendo em vista que este tipo de pesquisa objetiva justamente constatar o significado das ações humanas em comunidades específicas. Somente este argumento seria suficiente para fragilizar a análise, mas Clastres avança ainda mais nas críticas a esse discurso. O autor reconhece que atos violentos e guerras

são traços evidentes nas sociedades primitivas, porém, asseverar que tais atos são consequências de determinações biológicas instintivas torna as análises acerca da violência um tanto simplistas e estanques. Ou seja, se a violência realmente fosse evocada por determinação biológica qual o sentido de tentar compreender este fenômeno por meio das Ciências Sociais? Este assunto estaria esgotado.

Atribuir aos instintos biológicos as causas da violência e das guerras seria desconsiderar a própria natureza humana e toda sua complexidade. Clastres, ao longo de sua obra, evidencia que a violência mesmo nas sociedades primitivas não são nem simples, tampouco determinadas por instintos biológicos. Com uma densa descrição de situações que culminaram com o desencadeamento de atos violentos, Clastres demonstra a complexidade das circunstâncias que geraram atos violentos ou mesmo guerras. Segundo ele, “[...] há bem mais do que imprudência nessa aposta no continuísmo ao serem analisados fatos humanos, nessa redução do social ao natural, do institucional ao biológico. A sociedade humana tem a ver não com zoologia, mas com a sociologia” (Clastres, 2014, p. 224). Embora Pierre Clastres esteja tratando de manifestações de violência em um contexto bem específico – nas sociedades primitivas –, tais observações podem, sim, ter um caráter generalizante, pois, se mesmo naquelas sociedades a violência não é ocasionada por determinações biológicas instintivas, por que seria em nossa sociedade atual?

3 MAS QUEM DISSE QUE ISSO É ESPORTE? OS DISCURSOS QUE PERMEIAM UMA MODALIDADE EM CONSTITUIÇÃO

Não é incomum verificar em artigos científicos, reportagens, matérias em jornais e revistas, publicações na *internet* o questionamento se o MMA é ou não um esporte (Carmo, 2016; Mentor, 2014; Ferreira, 2011; Amaro, 2012, Quaresma, 2013; Ginzburg, 2017). O principal argumento daqueles que não consideram MMA uma modalidade esportiva, independente de outros fatores⁵¹, está diretamente vinculado aos supostos níveis⁵² de violência presentes nessas disputas.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo está pautado na verificação destas tensões e na análise dos discursos acerca da violência presentes (ou não) nas competições do UFC. Para tanto, foram aqui elencados variados tipos de fontes, tais como os encartes das fitas VHS, esboços e projetos, depoimentos de agentes envolvidos ou não com a modalidade.

Conforme já descrito anteriormente, a primeira edição do UFC ocorreu em 12 de novembro de 1993, na cidade de Denver, estado do Colorado. A ideia primordial era que este evento reunisse lutadores de modalidades diversas, com o fim de constatar qual esporte de combate ou arte marcial possuía as técnicas mais eficientes em um confronto intermodalidades. Por se tratar, até então, de um evento desconhecido, ao menos do grande público⁵³, o simples fato de reunir lutadores de modalidades distintas para um desafio talvez não fosse suficiente para que o evento ganhasse destaque, tendo em vista que, nesse período, as lutas coreografadas de *pro-wrestling* representavam uma expressão de violência simulada muito popular no imaginário de parcela da população norte-americana (Beaty, 2016). Com o objetivo de atrair a atenção dos espectadores, os idealizadores sentiam a necessidade de se distanciar das lutas coreografadas e mesmo do boxe. Este distanciamento seria evidenciado a partir do estabelecimento de uma estratégia de *marketing*, que ressaltasse o caráter de lutas não simuladas enfatizando um traço distintivo de violência insuspeita. Havia, naquele momento, a intenção de se utilizar de duas principais plataformas de divulgação, a primeira delas estava

⁵¹ Secularidade, igualdade de oportunidade para competir e das condições da competição, especialização de posições, racionalização, organização burocrática, quantificação, busca por recordes (Gutmann, 1978).

⁵² O parâmetro de níveis de violência aqui referido está pautado no referencial de Elias (1992).

⁵³ Este tipo de evento de caráter intermodalidade já é bem documentado desde a primeira década do século XX (Lise, 2014). Já na década de 1950 e início da década de 1960, houve uma tentativa mais ambiciosa de espetacularizar confrontos desta natureza. Integrantes da família Gracie lançaram um programa intitulado “Heróis do Ringue”, que foi ao ar na TV Continental. A atração consistia na exibição de disputas entre lutadores de jiu-jitsu contra atletas de outras modalidades de esportes de combate ou artes marciais. O Programa foi veiculado por aproximadamente três anos (Awi, 2012).

baseada nas vendas de pacotes de PPV e a outra consistia na comercialização de fitas VHS (Buffer, 2013).

O responsável por engendrar uma imagem que expressasse uma representação carregada de violência ao UFC foi John Milius, proeminente cineasta e roteirista vinculado aos estúdios de Hollywood. Milius já detinha certa notoriedade por ter escrito e dirigido alguns longas-metragens de sucesso, tais como *Apocalypse Now* (1979)⁵⁴, roteirizado por Milius e dirigido por Francis Ford Coppola, *Conan, o bárbaro* (1982), e *Amanhecer violento*, originalmente *Reddawn* (1984), nos quais foi diretor e roteirista. A maioria dos filmes nos quais trabalhou tinha como temática principal, ou pano de fundo, questões relacionadas à violência. John Milius era um especialista em representar a violência nas telas do cinema, porém, sua função, naquele momento, era imprimir um imaginário violento e brutal a uma disputa entre lutadores de modalidades distintas, pretendia-se algo diferente de tudo aquilo que já havia sido feito antes (Davie; Wheelock, 2014). Por se tratar de um diretor de cinema com um apurado senso estético, ele estava consciente de que o apelo visual do evento não devia estar restrito apenas à atuação dos lutadores nos combates. Milius se preocupava com os elementos visuais periféricos e o cenário das lutas – e, inclusive, os corpos dos atletas – deveria estar em consonância com as pretensões de produzir uma estética impactante (Rossen, 2013). E isto levando em consideração que o foco principal dos organizadores era o público telespectador.

Como o objetivo dos organizadores era produzir um evento *sui generis*, havia algumas premissas quanto ao aspecto visual geral dos combates. A primeira delas era que o cenário das lutas tivesse uma característica singular, diferente dos tradicionais ringues quadrangulares, que serviam de palco para as lutas de boxe e também do *pro-wrestling*. O espaço deveria causar um impacto visual capaz de remeter o imaginário dos espectadores a um cenário de batalhas épicas. Além disso, havia o aspecto funcional, os ringues tradicionais eram circundados por quatro cordas, o que permitia, em caso de luta de solo, que um dos oponentes escapasse do tablado escorregando por elas (Doria, 2016). Rorion Gracie já havia constatado a ineficiência das cordas em lutas agarradas nos confrontos intermodalidades, protagonizados por integrantes de sua família no Brasil. Como a elaboração de projetos exigia certo talento e conhecimentos específicos, os organizadores optaram pela contratação de um *designer*, Gregory Harrison. Harrison já havia trabalhado como diretor de arte em Hollywood e, naquele momento, estava

⁵⁴ Esta película ganhou o Oscar de melhor fotografia, melhor mixagem de som; Prêmio Palma de ouro de melhor diretor; Globo de Ouro de melhor diretor, melhor ator coadjuvante e melhor trilha sonora; Prêmio Bafta de melhor diretor e melhor ator coadjuvante; Prêmio David de Donatello de melhor diretor; e ainda foi premiada pela National Society of Film Critics Award e London Film Critics Circle (IMDb, 2017).

envolvido com a produção de clipes musicais (Davie; Wheelock, 2014). Além disso, Rorion pedia a seus alunos de jiu-jitsu que elaborassem esboços, os quais deveriam contemplar os elementos acima elencados.

Vários projetos foram elaborados até que a forma do espaço para os combates fosse considerada satisfatória pelos organizadores. Seguem alguns desses projetos rejeitados total ou parcialmente.

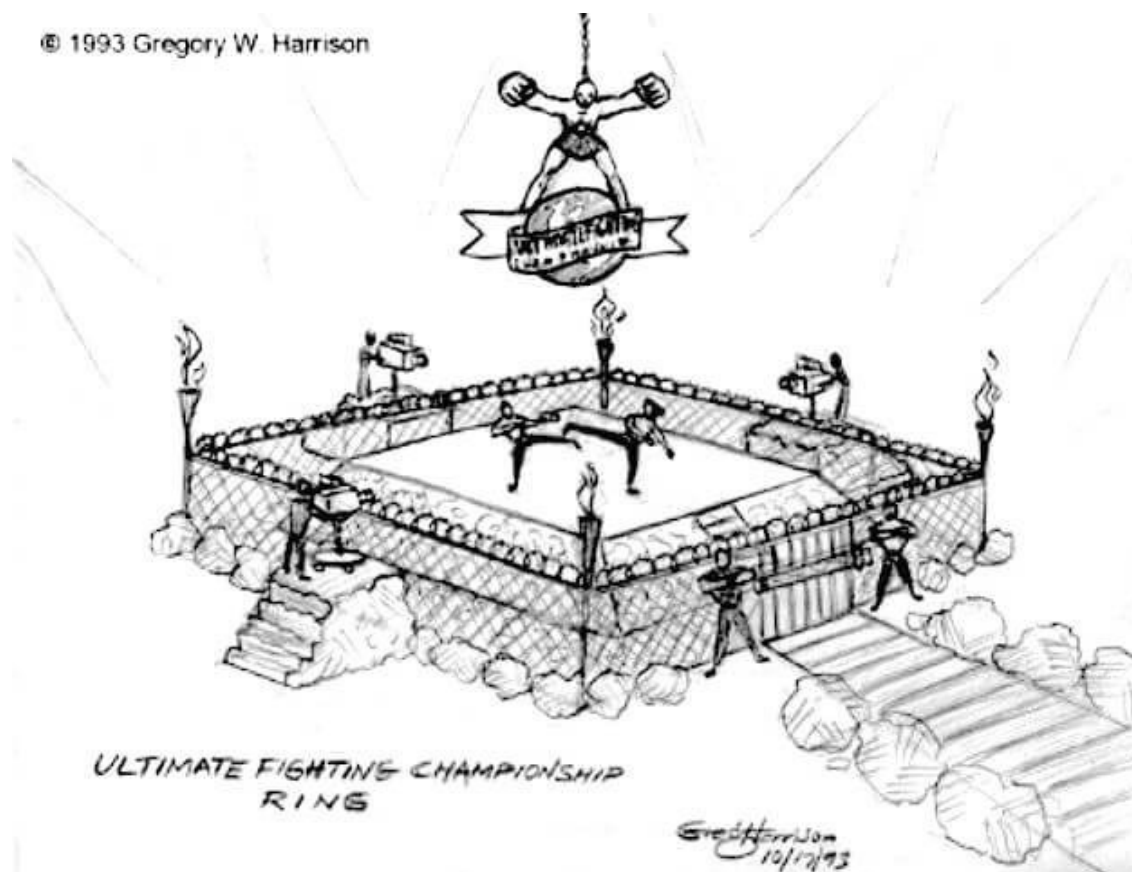


Figura 3. Primeiro projeto da área de lutas do UFC. Fonte: Doria, 2016.

Elaborado por Harrison, este foi um dos primeiros esboços propostos para o espaço das lutas. Inspirado na arquitetura de castelos medievais, este projeto contemplava boa parte dos quesitos exigidos pelos organizadores do UFC, o impacto visual era satisfatório, tochas com fogo, boa visibilidade para o formato televisivo e o *slogan* da marca UFC no alto. Porém, alguns detalhes não agradaram: o formato quadrangular da área de luta ainda se assemelhava a um ringue; o desnível entre o tablado e as grades poderia supostamente facilitar a fuga de um dos oponentes ou mesmo causar algum acidente, por não haver delimitação entre a área plana e a inclinação na lateral. John Milius sugeriu, então, que neste desnível fosse posto água com jacarés, piranhas ou até mesmo tubarões, ideia prontamente rejeitada por motivos óbvios (Rossen, 2013). As ideias extravagantes de Milius evidenciam sua intenção de elaborar uma

identidade visual balizada pela lógica exagerada de suas películas. Este projeto se mostrou definitivamente inviável, devido ao fato de que exigiria alguns recursos de engenharia e, além disso, a montagem e desmontagem da estrutura seriam demoradas, o que implicaria o aumento do tempo de locação do ginásio e isto não estava previsto nos orçamentos da organização.

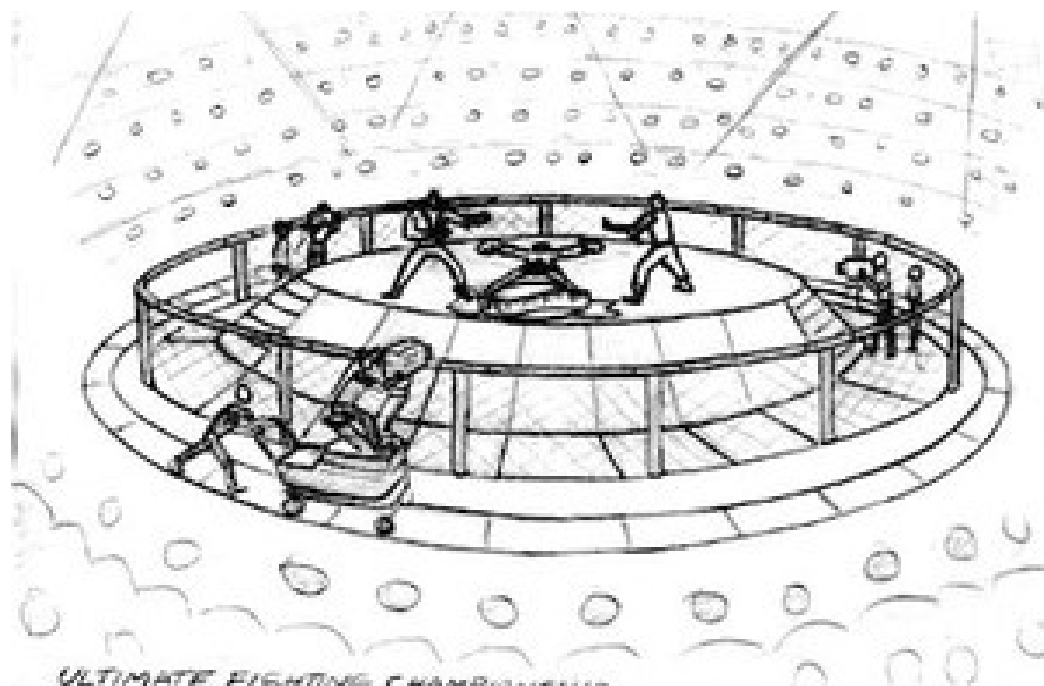


Figura 4. Segundo projeto da área de lutas do UFC. Fonte: Doria, 2016.

O esboço acima se refere ao segundo projeto elaborado por Harrison, para sediar os confrontos do UFC. Ele foi considerado como uma evolução do projeto anterior. Por ter aspecto arredondado, já não se parecia com um ringue, com a inclusão de um trilho ao seu redor apresentava excelente visibilidade para as câmeras de TVs, as quais poderiam exibir as cenas em movimento e em diversos ângulos, o impacto visual era satisfatório (Davie; Wheelock, 2014). Tais elementos apontam para a intenção de tornar as lutas do UFC atrativas, principalmente, para o formato televisivo. No entanto, este projeto apresentava dois problemas que já haviam sido verificados no esboço anterior. O desnível na lateral da área plana de luta poderia se constituir em uma possibilidade de fuga, ou mesmo causar um sério acidente em caso de queda. Além disso, esta estrutura demandava muito tempo para ser montada e desmontada, aumentando os custos, também foi considerado muito oneroso para o orçamento disponível (Doria, 2016).

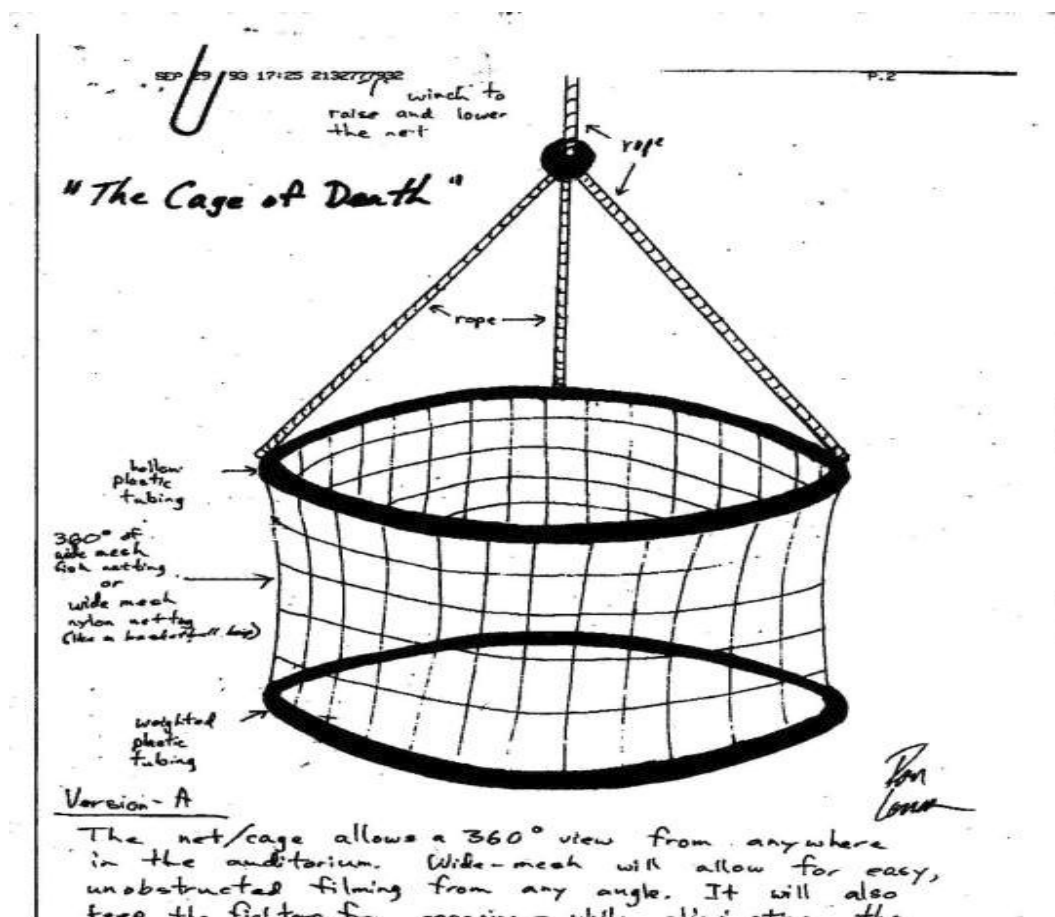


Figura 5. Projeto da área de lutas do UFC denominado *The Cage of Death*. Fonte: Doria, 2016.

Este foi um esboço elaborado por um dos alunos de Rorion Gracie, denominado “A jaula da morte” e era muito mais simplório do que os dois primeiros. Consistia em dois grandes anéis de aço interligados por grades. A ideia era que houvesse um tablado pouco acima do nível do solo, onde esta estrutura se encaixaria depois que os lutadores e o árbitro estivessem posicionados. Este projeto contemplava quase todas as exigências dos organizadores: era bem diferente de um ringue; permitia boa visibilidade para as câmeras de televisão; impedia que algum lutador empreendesse fuga; sua montagem era rápida; era financeiramente viável; e o impacto visual da estrutura descendo e sendo suspensa seria impressionante. No entanto, havia dois problemas que inviabilizaram sua execução. O primeiro deles estava relacionado à falta de segurança, tendo em vista que o projeto não previa a existência de portões para acesso e saída da área de luta e, em caso de lesão grave, seria demasiadamente lento içar a estrutura para prestar o atendimento médico. O segundo problema seria a necessidade de introduzir um guindaste dentro do ginásio para suspender e descer a pesada estrutura de aço. Caso o acesso ao ginásio não fosse suficientemente grande para a passagem do guindaste, a estrutura não

de engenharia; a montagem e desmontagem eram rápidas; e era viável financeiramente. Foi o projeto definitivo. Art Davie, principal organizador, teve as seguintes impressões do octógono:

O local onde seria o combate, foi desempacotado e em seguida montado no chão da arena naquela mesma manhã. Os ajustes ainda estavam sendo feitos e quando eu o vi pela primeira vez, fiquei realmente sem palavras. Tão bom quanto o esboço feito por Harrison, eu senti que essa incrível combinação de arte e engenharia foi ainda mais impressionante ao vivo. Um octagonal de nove metros envolto por estofamento cinza, a tela-metálica coberta de plástico preto, a lona branca com nosso proeminente logo ao centro — tudo combinando para alcançar um equilíbrio entre o primitivo e futurista (Davie, 2016).

O cenário estava pronto, fundamentado em uma estética impactante e coadunado a outros elementos visuais – gelo seco, jogos de luzes – e auditivos, tais como músicas e efeitos sonoros. O evento passava, então, a adquirir uma identidade visual singular, inspirada em produções cinematográficas. Embora o cenário, entendido aqui como uma construção discursiva (Maingueneau, 1989), inspirasse certa expectativa de combates violentos e brutais, seria ainda necessário reforçar tais características por meio de outras formas de discurso.

A intenção dos organizadores era que as lutas não tivessem tempo pré-determinado, ou seja, durariam até que um dos oponentes fosse nocauteado ou finalizado, desistisse por iniciativa própria ou por vontade do seu *corner* (como no boxe, jogado a toalha dentro do espaço de luta). Os lutadores não seriam obrigados a utilizar equipamentos de proteção, nem mesmo as indumentárias tradicionais de cada uma das modalidades, porém, alguns deles fizeram uso desses acessórios⁵⁸. O uso compulsório das luvas e a permissão de elementos de percussão, tais como chutes, socos, joelhadas, cotoveladas e cabeçadas, conferiam às lutas um aspecto rudimentar. Tais características estéticas tendiam a aproximar as disputas do UFC dos confrontos de *pro-wrestling*, que, frisa-se novamente, naquele período eram muito populares nos Estados Unidos. Mesmo com tal proximidade, os organizadores ressaltavam a grande distinção entre uma e outra prática competitiva: os combates do UFC não eram coreografados.

⁵⁸ Kevin Rosier, representante do kickboxing se utilizou de protetor bucal. Royce Gracie, lutador de jiu-jitsu, adentrou o octógono com o tradicional kimono branco e faixa preta. Art Dimmerson, representante do boxe usava protetor bucal e luva apenas na mão esquerda, na direita usava ataduras (Vimeo, 2016).

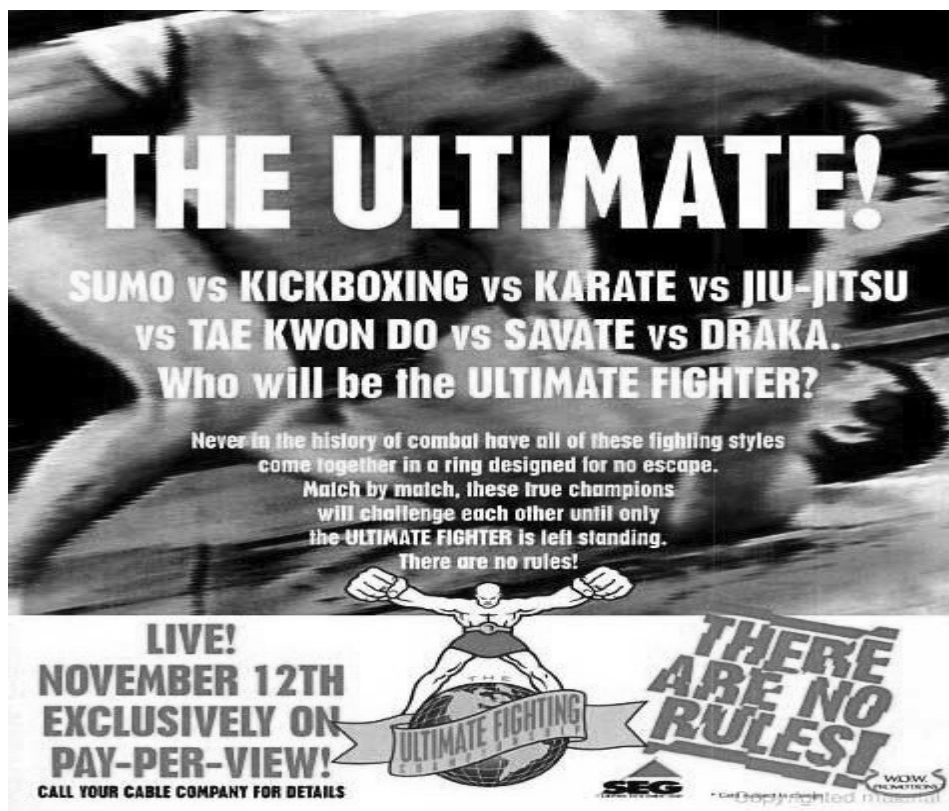


Figura 8. Pôster de divulgação do primeiro evento do UFC. Fonte (Luta MMA, 2011).

A imagem acima destacada refere-se ao pôster de divulgação do primeiro evento do UFC. Como o impacto visual das lutas e do octógono só seria perceptível no momento da realização do evento, o discurso impresso no pôster deveria antecipar o caráter sensacionalista dos combates: “Nunca na história do combate todos esses estilos de luta se juntaram em um ringue projetado para não permitir fugas. Luta por luta, estes verdadeiros campeões vão desafiar uns aos outros, e apenas o Ultimate Fighter vai ficar em pé. Não há regras!”. Apesar do discurso escrito, o elemento principal do pôster – a foto – evidencia dois lutadores sem luvas, combinando luta de solo com percussão. Além disso, a impressão com os nomes das modalidades e os escritos subsequentes tendiam a reforçar a máxima de que aqueles combates não seriam coreografados, seriam mesmo lutas com contato efetivo. No canto direito do pôster, está destacado em vermelho que tais lutas não seriam norteadas por regras e, esta, talvez, fosse a mensagem de maior impacto até então.

De certa maneira, este pôster apresenta uma construção discursiva, pautada na violência dos combates, um tanto comedida se comparada com as capas e contracapas das fitas VHS. Provavelmente, os organizadores estivessem apreensivos com os possíveis desdobramentos das lutas. Neste caso específico, os discursos estavam centrados no caráter de competição intermodalidades, porém, sem regras. Como as disputas envolveriam certos riscos – uma

contusão mais séria, por exemplo –, o plano neste momento era manter os discursos mais amenos em relação à violência, pois as lutas seriam transmitidas ao vivo via PPV e algum acidente de maior relevância poderia ter repercussão negativa⁵⁹, embora tenha-se a impressão de que os organizadores não estivessem tão preocupados com essa possibilidade. O principal incidente, ocorrido nesta edição do UFC⁶⁰, se deu logo na primeira luta que reuniu um lutador de sumô⁶¹ com 185 quilogramas, chamado Teila Tuli, e o representante do savate⁶², Gerard Gordeau. Este último desferiu um chute na face de Tuli que perdeu dois dentes. Fora isso, não houve lesões significativas, apenas um sangramento no nariz do representante do kickboxing⁶³, Kevin Rousier (Vimeo, 2016).

Com o término do evento, sem nenhuma lesão grave, os discursos que destacavam aspectos relacionados à violência se potencializaram. Segue um exemplo da construção discursiva pós-evento, que faz menção à contracapa da fita VHS da primeira edição do UFC.

Isto nunca foi feito antes: um torneio sem limites entre campeões de artes marciais. Mestres nas habilidades de boxe, jiu-jitsu, karate, kung-fu, sumô e muito mais. Oito homens que lutam em eliminatória simples para encontrar um único campeão. Implacável. Trancados em um Octagon de aço. Sem regras. Não há limites de peso. Nenhum árbitro. Testemunhe você mesmo os combates brutais que se tornaram lenda e geraram legiões internacionais de aficionados⁶⁴ (Ultimate Fighting Championship I, 1994).

Neste trecho fica evidenciado alguns aspectos que não constavam no pôster pré-competição. De início, os discursos são parecidos, dando destaque para a natureza esportiva do evento, citando as modalidades participantes. Porém, do meio para o final, em especial as últimas frases, passaram a enfatizar a natureza violenta de tais disputas. Essa lógica é

⁵⁹ A exemplo, no final da década de 1950, integrantes da família Gracie protagonizavam na TV Continental um programa ao vivo de confrontos intermodalidades, intitulado “Heróis do Ringue”. Este programa deixou de ser veiculado depois de um acidente, no qual um dos lutadores sofreu uma fratura exposta durante a transmissão ao vivo (Awí, 2012).

⁶⁰ O evento pode ser assistido na íntegra no *site*: <<https://vimeo.com/156067156>>.

⁶¹ Esporte de combate de origem japonesa, no qual o combate desenvolve-se dentro de um círculo de 4,56 m de diâmetro sobre chão de terra batida, muito dura, e perde a luta quem sair do círculo ou tocar o chão com qualquer parte do corpo que não seja a sola do pé. Uma luta pode levar de alguns segundos a até 3 minutos, no máximo. Os lutadores de sumô geralmente pesam mais de 150 quilogramas (Cultura Japonesa, s/d).

⁶² Arte marcial francesa que permite a utilização de técnicas de chutes e socos, sendo vetado o uso de joelhos e cotovelos para atacar o adversário (Lutas e artes marciais, s/d).

⁶³ Esporte de combate, no qual é permitido o uso de técnicas de socos e chutes, os competidores usam luvas de boxe (Belmar, 2006).

⁶⁴Originalmente: “It had never been done before: a no-holds-barred tournament of martial arts champions. Masters in the skills of boxing, jiu-jitsu, karate, kung-fu, sumo and more. Eight men fighting in the single elimination to find one lone Champion. Bare knuckle. Locked inside a steel Octagon. No rules. No weight limits. No referee. Witness for yourself the brutal matches that became a legend and spawned international legions of die hard followers” (Ultimate Fighting Championship I, 1994).

compreensível, pois, já seguros de que nada de inconveniente havia acontecido, os organizadores agora iriam explorar a representação de violência contida nos combates. Embora conste na citação que não havia nenhum árbitro, todas as lutas foram mediadas por juízes. Segundo Reila Gracie, “Helio Vício e João Alberto Barreto foram convidados para arbitrar as lutas (Gracie, 2012, p. 533). Informação compartilhada por Felipe Awi: “Rorion apresentou os dois juízes do primeiro UFC, trazidos do Brasil: o psicólogo João Alberto Barreto e o delegado Hélio Vício” (Awi, 2012, p. 97).

A seguir os encartes de capa e contracapa do DVD⁶⁵.

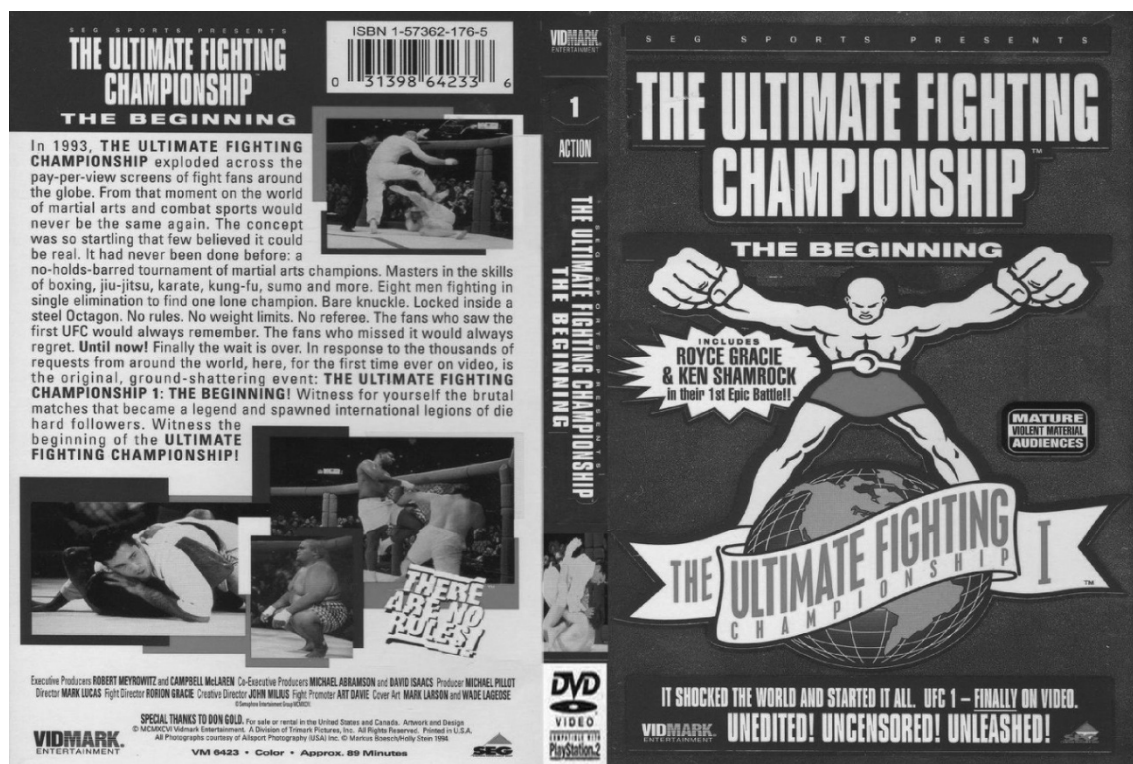


Figura 9. Capa e contracapa do DVD da primeira edição do UFC. Fonte: The Underground, 2016.

Além do êxito alcançado por este primeiro evento do UFC, em termos de bilheteria e vendas de pacote de PPV, a comercialização das fitas VHS também propiciou substancial rendimento. Os organizadores do UFC estavam seguros de que o sucesso obtido pelo evento era, em parte, propiciado pelo imaginário de violência que foi engendrado nessas lutas. O resultado financeiro positivo, proporcionado pela primeira edição, estimulou seus organizadores a repeti-lo já no ano seguinte, 1994. Estavam previstas pequenas alterações na formatação da competição, mas a ênfase na lógica discursiva pautada no destaque aos aspectos violentos já adotados no evento anterior estava mantida, ou melhor, seria intensificada.

⁶⁵ As fotos com os encartes em VHS originais dificultavam a leitura da sinopse do evento, devido à má qualidade de visualização, por isso, a substituição pelo encarte do DVD. Vale aqui ressaltar que os encartes em VHS e DVD são idênticos.

O Ultimate Fighting Championship é a competição de artes marciais mais perigosa do mundo! [...] Ossos fraturados, pontos, contusões, concussões, lacerações, hematomas, hiper-extensões, ligamentos rasgados, hematomas e sangue. E é tudo real. [...] Sem luvas. Sem proteções. Sem pontuação de juizes. Sem restrições de rounds ou regras! Neste torneio, você não luta para vencer, você luta para sobreviver. Se você está procurando um combate real, aqui está (Ultimate Fighting Championship II, 1994)⁶⁶.

O trecho acima citado se refere à contracapa da fita VHS da segunda edição do UFC denominada *No way out*. Torna-se perceptível que as alusões à violência estão ainda mais evidenciadas. As menções aos tipos de lesões enfatizam o imaginário violento dessas disputas, que de maneira pouco sutil insinua que uma derrota pode significar a morte. Possivelmente, John Milius estivesse interessado em reforçar a representação de violência, tendo em vista o sucesso comercial obtido na primeira edição. O evento foi realizado em 11 de março de 1994, no Mammoth Gardens na cidade de Denver, e foi transmitido ao vivo pelo sistema de PPV. Os 2 mil ingressos colocados à venda se esgotaram e foram comercializados aproximadamente 120 mil pacotes de PPV (Lima; Vituri, 2013), além da posterior comercialização das fitas VHS.

Segue o encarte do DVD da segunda edição do evento.

⁶⁶ Originalmente: “The Ultimate Fighting Championship is the most dangerous martial arts contest in the world! [...] Fractured bones, stitches, contusions, concussions, lacerations, hematomas, hyper-extensions, torn ligaments, bruises and blood. And it’s all real. [...] No gloves. No pads. No judges scores. No restrictions rounds or rules! In this tournament, you don’t just fight to win, you fight to survive. If you are looking for reality combat this is it” (Ultimate Fighting Championship, 1994).

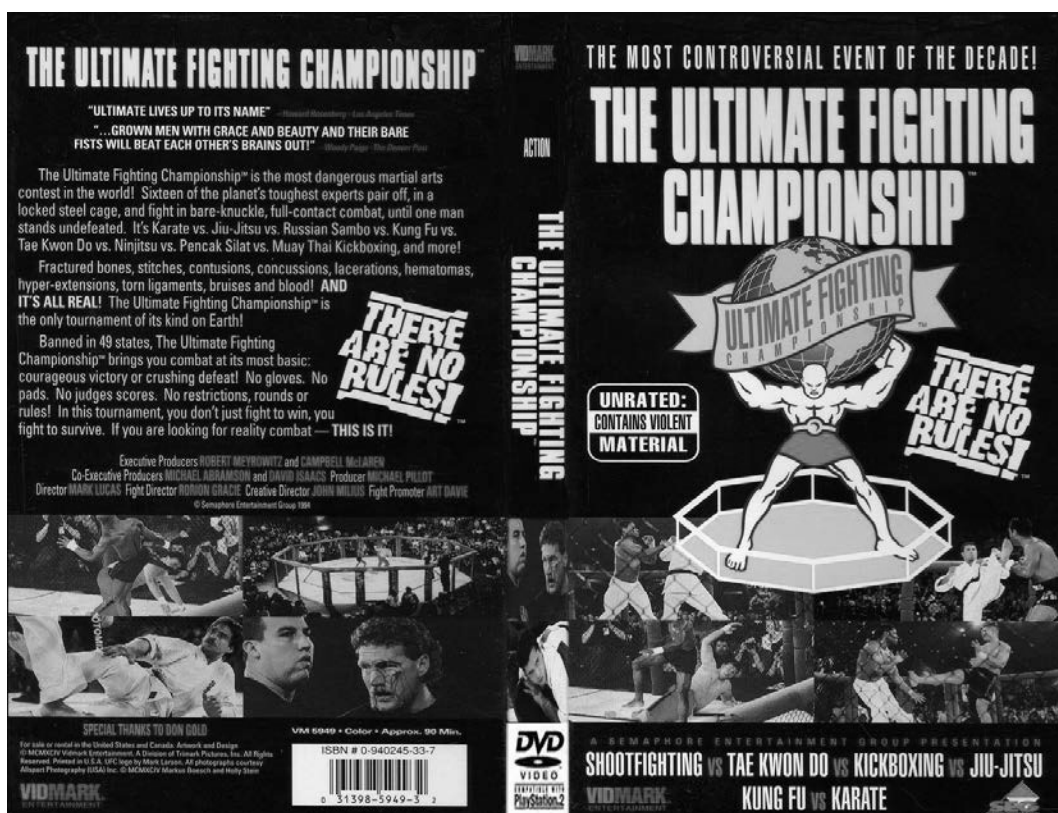


Figura 10. Capa e contracapa do DVD da segunda edição do UFC. Fonte: The Underground, 2016.

Após o sucesso da segunda edição do UFC, os organizadores decidiram organizar o terceiro evento e assim sucessivamente. Na quarta edição, as vendas de PPV alcançaram 180 mil pacotes vendidos.

Apesar da boa vendagem de pay-per-view, a grande imprensa americana começou a tratar o novo evento com um misto de surpresa e desconfiança. Era compreensível a reação de colunistas esportivos que classificavam o torneio de *freak show*, um show de aberrações. O sangue, os golpes visualmente fortes eram mais importantes do que a técnica, apontavam (Awi, 2012, p. 126).

A afirmativa de AWI, acima posta, oferece indícios de que a estratégia de *marketing* do evento havia funcionado de acordo com as pretensões dos organizadores. O UFC tinha ratificado uma identidade fundamentada em um imaginário de violência e isso atraía cada vez mais público. Porém, não tardou para que as construções discursivas engendradas pelo evento se tornassem alvos de críticas de alguns setores da sociedade norte-americana.

Um dos principais críticos do evento era o então senador republicano pelo estado do Arizona, John Sidney McCain III⁶⁷. O referido senador se notabilizava por defender propostas políticas de cunho extremamente conservadoras. O discurso de McCain considerava o UFC como uma rinha de galos entre homens, dado o grau de violência que era sugerido pelos próprios organizadores do UFC, e que a popularização desta prática poderia degenerar os aspectos humanos da juventude norte-americana (Johnson, 17 abr. 1995, p. 20; Will, 24 nov. 1995, p. 39; Will, 11 dez. 1995, p. 4).

Com esse discurso, McCain conseguiu a proibição de eventos do UFC em quase todos os estados do país e influenciou as principais redes de TVs a cabo a suspender as transmissões do UFC. Esse discurso, em defesa da moralidade da juventude norte-americana, alçou o senador aos holofotes da mídia. Com a proposta de promover a proibição dos eventos do UFC, ele participou de vários debates explicitando os motivos pelos quais ele intentava tal interdição, foi presença constante em programas de entrevistas e variedades, foi personagem de reportagens, assinou matérias jornalísticas, entre outros (Johnson, 17 abr. 1995, p. 20; Will, 24 nov. 1995, p. 39; Will, 11 dez. 1995, p. 4).

Se por um lado John McCain participava de uma série de debates, nos principais meios de comunicação dos Estados Unidos, condenando a prática de tais combates, por considerá-lo uma forma de degeneração da sociedade norte-americana, por outro, atuava em favor da intensificação da ação bélica contra o Iraque. O senador empenhava-se na articulação de uma comissão que decidiu formar uma coalizão entre Estados Unidos e países aliados, os quais deveriam invadir o Iraque por este representar um perigo iminente à paz mundial. Supostamente, o Iraque poderia reunir condições para fabricação de armas nucleares e químicas⁶⁸. Mais tarde, defendeu o aumento do contingente de tropas para a manutenção da paz naquele país (The New York Times, 2007).

Com sua imagem projetada pelos principais meios de comunicação dos Estados Unidos, sob a égide de defensor da moral republicana, McCain transformou sua batalha contra o UFC e a favor da guerra no Iraque em uma eficiente plataforma de campanha. Seus índices de

⁶⁷ McCain foi prisioneiro de guerra durante a invasão americana ao Vietnã, aposentado pela Marinha americana em 1981. Eleito pela primeira vez para a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos no Arizona em 1982, com a proposta de fortalecimento das forças armadas. Foi eleito senador no ano de 1986 e reeleito em 1992, 2000, 2006 e 2010. Em 2008, concorreu ao cargo de presidente, sendo derrotado pelo democrata Barack Obama. Até o ano de 2012, participou das Comissões de Serviços Armados, Relações Exteriores, Segurança Interna e Assuntos Governamentais (U.S. Senator John McCain, 2012).

⁶⁸ Ainda sobre a conduta do senador John McCain, acerca da tentativa de proibição de eventos de MMA, havia a suspeição de que o mesmo tivesse envolvimento com promotores e organizadores de eventos de boxe, a hipótese é que o crescimento do MMA poderia ofuscar o sucesso do boxe no país.

popularidade se elevaram a tal ponto que o Partido Republicano o lançou como candidato às primárias, para eleição presidencial do ano de 2000, mas foi derrotado por George W. Bush.

As ações de McCain quase levaram o UFC à falência. Ao longo da segunda metade da década de 1990, a direção do evento tentava desfazer a imagem de violento, selvagem e sem regras, que antes era intencionalmente propagada. Este episódio é relatado na biografia de Bruce Buffer⁶⁹, da seguinte maneira:

A caça às bruxas estava funcionando. As arenas fechavam as portas para nós e a organização enfrentava problemas legais quanto ao direito de promover um espetáculo decente para os fãs dispostos a pagar. Olhando hoje para este passado, essa foi, na verdade, a melhor coisa que poderia ter acontecido com o esporte. Isso fez com que os poderes constituídos olhassem para o esporte e perguntassem: “Bem, o que há de ruim, o que está nos causando problemas e o que podemos abandonar sem que percamos a essência e a pureza dessas lutas fenomenais?”. No fim, a perseguição dessa época tornou a organização mais forte. Ela não tinha onde ir a não ser para cima. (Buffer, 2013, p. 84).

Visando recuperar sua principal forma de receita – as vendas de pacotes de PPV –, os organizadores do evento deram início à implementação de regras que possibilitassem o reconhecimento dos combates do UFC como uma modalidade esportiva. Para isso, era necessário que alguma Comissão Atlética norte-americana sancionasse um conjunto de regras e admitisse que aqueles confrontos intermodalidades pudessem ser considerados um esporte. Depois de seis anos de tentativas frustradas, no ano 2000, a Comissão Atlética de New Jersey sancionou o “Conjunto de regras Unificadas do MMA” (Engelhart, 2011). Na prática, todos os confrontos intermodalidades que seguissem este regulamento seriam admitidos como modalidade esportiva. Mesmo com esse reconhecimento, os prejuízos causados pela proibição do UFC em quase todos os estados norte-americanos, bem como a suspensão das transmissões via PPV, em face aos discursos de McCain, eram irreversíveis. A organização do UFC, principalmente o seu principal investidor, Bob Meyrowitz, acumulava dívidas e, além disso, o evento havia perdido relativa popularidade para um concorrente japonês, o Pride. Essas condições levaram Meyrowitz a vender o evento para a Zuffa entretenimento. A valor desta negociação foi de 2 milhões de dólares (Buffer, 2013).

Após a aquisição do UFC, agora reconhecido como um evento promotor de MMA, a Zuffa conseguiu reverter as suspensões das transmissões via TV a cabo e o UFC seguia agora um novo caminho (Awi, 2012).

⁶⁹ Intitulada “*It’s time!* Minha visão 360° do UFC” (2013), a biografia conta a relação do *announcer* do evento, desde a primeira edição do UFC até o ano de 2013.

Importante aqui destacar que, no intervalo entre os anos de 1994 e 2001, boa parte da sociedade norte-americana participou dos debates acerca dos confrontos do UFC, sua veiculação nos meios de comunicação, sua validade enquanto prática esportiva, entre outras reflexões. Via de regra, essas discussões tinham como base o imaginário violento e brutal, elaborados pela própria organização do evento, os discursos do então senador John McCain e aqueles que eram favoráveis à prática. De certa maneira, esses debates legitimaram as modificações incorporadas pela organização do UFC e o reconhecimento enquanto modalidade esportiva.

Conforme apontado em um estudo elaborado por Lise e Capraro (2016), no Brasil, estes debates com sentido de refletir acerca dos confrontos intermodalidades não se efetivou. E, quando o regulamentado UFC começou a ganhar notoriedade no país, as críticas em relação ao elevado grau de contato físico permitido nessas disputas e as tentativas de proibição, já superadas nos Estados Unidos, reverberaram aqui tardiamente. Embora haja inúmeras publicações com este tipo de conteúdo, optou-se por elencar aqui apenas quatro enunciadores brasileiros cuja notoriedade midiática potencializaram o alcance de suas convicções acerca do MMA.

O primeiro deles é José Carlos Amaral Kfourir, mais conhecido como Juca Kfourir. Formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e jornalista esportivo, Kfourir foi chefe de reportagem e diretor de redação da revista Placar que, durante as décadas de 1980 até 2000, era considerado o periódico esportivo mais importante de Brasil. Além disso, foi diretor de esportes em várias emissoras de televisão, tendo participado de programas de debates ou entrevistas, sempre com cunho esportivo, foi colunista dos jornais O Globo e Folha de São Paulo. Atualmente, mantém um *blog*, no qual emite opiniões acerca do mundo esportivo (Pró-TV, 2017). Em várias ocasiões, Kfourir se pronunciou acerca de suas impressões sobre o MMA, em uma delas ele conclui:

Que o MMA é sinônimo de barbárie, falta de civilidade e não é esporte nem aqui nem no quinto dos infernos é absolutamente óbvio, digam o que quiserem dizer seus adeptos. Assim como o boxe, uma prática cujo objetivo é privar o rival de seus sentidos, não pode ser saudável, por mais que o treinamento possa ser (Kfourir, 2012).

Em outra coluna publicada em seu *blog*, Kfourir endossa uma matéria assinada por Odair Borges. Este último possui mestrado em Educação Física pela Universidade de São Paulo, é

professor de judô e jiu-jitsu⁷⁰ e, ainda, membro das Comissões de Graduação da Federação Paulista de Judô e da Confederação Brasileira de Judô (Borges, 2010). Segundo Borges:

É o retorno aos combates sangrentos da antiga Roma, demonstrando a supremacia da nova afirmação da fera sobre o homem, levando jovens praticantes a serem adestrados para demonstrações narcisistas em busca de afirmação, através da agressão física. A mídia por sua vez, apresenta o programa de lutas ou o “Panes et Circences”, da época dos perversos Calígula (12-41 AD) e Cômodus (161-192 AD), como sendo a mais pura e moderna atração contemporânea. Ao mesmo tempo, o grande público vê nesse teatro de violência a oportunidade para exteriorizar uma perigosa agressividade que transcende o evento esportivo e que muitas vezes sem motivo aparente é transferida para a convivência social. Há pouco tempo, quando de transmissão direta pela TV, torcedores de uma equipe de futebol, após assistirem em sua sede as lutas de MMA, saíram às ruas e mataram a socos e ponta pés outro torcedor de equipe rival de futebol, levados que foram pela violenta emoção (Borges, 2012).

Com um discurso análogo ao de Borges, Milton Neves, jornalista especializado em esportes, comandou, ao longo de sua carreira, vários programas esportivos em emissoras de televisão e rádio, tendo como temática principal o futebol (Rosemberg, 2013). Em relação ao MMA, Neves afirma:

Para mim MMA é uma briga de galos com humanos! Spartacus jamais participaria do MMA e nem o lúcido Nero autorizaria esse tipo de carnificina no Coliseu de Roma! Meu Deus, quanta violência! Os gladiadores de Roma voltaram? Naquela época escravos como Spartacus lutavam na marra e morriam como bois nas touradas espanholas. E as multidões antigamente também não adoravam ver leão comendo cristão? No esporte MMA a selvageria só pára [sic] quando um arranca pedaço do outro (Neves, 2011).

Por fim, o atual deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), José Mentor, com formação em Direito e membro da Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos de São Paulo (PT, 2017), explicita suas impressões acerca do MMA em sua página na *internet*.

No MMA os golpes são ferinos e brutais (socos, cotoveladas, pontapés sucessivos, reiterados e continuados, na cabeça inclusive), mesmo quando o atleta já está grogue. As regras não garantem a integridade do praticante. Apesar de treinados e assistidos por médicos há casos graves de fraturas de braços, pernas e coluna provocando lesões permanentes (tetras ou paraplégicos) ou até a morte. São lutas brutais e sangrentas, nas quais prevalece a agressão e a violência. Quanto mais rápidos e contundentes forem os golpes, mais cedo o lutador comemora a vitória. No período de veiculação do MMA na TV temos nos deparado com casos e exemplos lamentáveis, como das crianças que numa brincadeira de luta mataram o irmão caçula de apenas dois anos em Maceió (AL); o caso dos alunos de um tradicional colégio particular de Goiânia (GO) que promoviam o UFB, em alusão ao campeonato de lutas, em que a letra ‘B’ significa “banheiro”, onde as brigas ocorriam; a morte de um adolescente de 17 anos

⁷⁰ Na apresentação do autor ainda consta que Odair Antonio Borges é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de São Paulo, embora estes dados não puderam ser confirmados por meio de pesquisa na Plataforma Lattes.

durante uma “luta” entre amigos em Sobrado (PB); o flagrante do ataque de 14 jovens, supostamente praticantes de MMA, a dois garotos no Rio de Janeiro (RJ). Mas existem também outros casos como a briga envolvendo lutadores de MMA num posto de gasolina de Camboriú (SC) a cotovelada contundente – como as vistas nas lutas – desferida por um comerciante contra uma mulher em São Roque (SP) (Mentor, 2016).

Não se pretende aqui registrar um inventário exaustivo de críticas ao MMA. Por ora, estas quatro citações são suficientes para comprovar a existência de um discurso que, além de evidenciar a negação do MMA à qualidade de esporte, ressaltam as brutalidades presentes nesta prática. Ao serem enunciados por especialistas esportivos de notório reconhecimento midiático, e também pelo político Mentor, os discursos acima elencados reverberam intensamente nos mais diversos meios de comunicação do país e têm um considerável potencial de influenciar opiniões. Vale aqui ressaltar que as ideias expressas nas notas acima não representam um discurso hegemônico, haja vista existirem vozes dissonantes. Embora contundentes, tais discursos devem ser analisados a partir dos rigores acadêmicos que um estudo desta natureza reivindica.

Embora as fontes acima sejam passíveis de análises robustas e merecedoras de críticas contundentes devido, sobretudo, ao desconhecimento de causa, em termos didáticos serão analisadas sob apenas três categorias: 1) a negação do MMA enquanto esporte, devido ao elevado grau de contato físico permitido; 2) a relação do MMA com antigas práticas corporais; 3) a extrapolação da violência para o mundo social. Obviamente, essas três categorias não esgotam as possibilidades de análise, tendo em vista que elas podem ensejar outras apreciações.

1) A negação do MMA enquanto esporte, devido ao elevado grau de contato físico.

Não é de hoje que os esportes de combate, em especial aqueles que envolvem golpes de percussão, sofrem críticas quanto ao elevado grau de contato permitido em suas regulamentações. Já na década de 1910, o boxe era tido por parcela da imprensa brasileira como uma prática violenta e condenável⁷¹: “As partidas de boxe constituem realmente o sport mais estúpido e bestial, de que há notícia. De igual bestialidade só a savate, que se pode chamar de o boxe com os pés e com as mãos” (M. A., 20 jul. 1910, p. 1), ou ainda:

A tolerância com que nossa polícia tem deixado a realização de espectáculos pouco compatíveis com o estado atual da civilização humana, deve-se a quasi [sic] paixão de uma parte de nosso público por certo gênero de diversões positivamente bárbaras. Desses espectáculos apresentados em scena aberta a toda uma população, um dos mais barbaros é sem duvida alguma o de “box” [sic] (O Paiz, 27 out. 1912, p. 2).

⁷¹ Estas questões foram problematizadas com mais profundidade na dissertação de mestrado intitulada “Entre diretos, *ceintures avant*, chaves de braço e rabos de arraia: os primórdios dos combates intermodalidades na cidade do Rio de Janeiro (1909-1929)” (Lise, 2014).

Mesmo tendo se passado mais de 100 anos entre a publicação das matérias de jornais referentes ao boxe e os discursos atuais acerca do MMA, é possível notar evidentes semelhanças. Conforme problematizado por Lise (2014), algumas modalidades de esporte de combate, principalmente aquelas que admitem elementos de percussão, tendem a ser naturalmente vinculadas à noção de violência, devido à similaridade entre o gesto técnico da modalidade – um soco, por exemplo – e uma agressão física fora do âmbito esportivo. Embora a mecânica dos gestos seja análoga, existe uma enorme diferença entre uma disputa de MMA ou boxe e uma briga de rua. Se as análises não levarem em consideração as circunstâncias – motivação, contexto e sentido – nas quais ocorrem tais situações, possivelmente as impressões sejam deturpadas. Em decorrência dessa aproximação descabida, alguns esportes tendem a ser classificados como modalidades violentas. Ao considerar que, em contextos bem específicos, o gesto técnico de uma percussão não se converte em agressão, utilizar-se-á nesses casos o termo “contato físico intenso” em detrimento do termo “violência”.

Kfourri, Neves e Mentor, ao negligenciarem as evidentes discrepâncias entre uma disputa de MMA e um confronto físico ordinário, cometem a imperícia de associar uma e outra coisa negando, assim, a característica de esporte ao MMA. Nesse sentido, Allen Guttmann, na obra *From ritual to Record: the nature of modern sports* (1978), pode trazer luz a essa discussão e retificar tais distorções. Ao teorizar sobre a gênese dos esportes modernos, Guttmann (1978) afirma que uma forma de entender um fenômeno é vê-lo em contraste ao que ele não é, e com sentido de distinguir os esportes de outras coisas – passatempos, jogos ou práticas corporais violentas, atividades rituais – o autor estabelece um conjunto com sete características fundamentais que singularizam os esportes. São elas: a **secularidade**, que diferencia os esportes de atividades ritualizadas ou hieráticas; a **igualdade de oportunidades** para obtenção da vitória; a **especialização** das posições, atletas, árbitros, cronometristas, juizes, entre outros; a **racionalização**, uma competição deve ter início, meio e fim e este processo deve ser prescrito por regras; **organização burocrática**, federações, ligas, confederações, etc.; **quantificação**, do tempo, dos pontos, da distância, dos resultados, etc.; e, por fim, a **busca por recordes**.

Ainda com objetivo de refletir acerca da caracterização do MMA enquanto modalidade esportiva ou não, busca-se, nos constructos teóricos de Norbert Elias, a compreensão do que vem a ser um esporte.

O desporto – qualquer que seja – é uma atividade de grupo organizada, centrada entre, pelo menos, duas partes. Exige um certo tipo de esforço físico. Realiza-se de acordo com regras conhecidas, que definem os limites da violência que são autorizados,

incluindo aquelas que definem se a força física pode ser totalmente aplicada. As regras determinam a configuração inicial dos jogadores e dos seus padrões dinâmicos de acordo com o desenrolar da prova (Elias; Dunning, 1992, p. 230).

Na obra *A Busca da Excitação*, Norbert Elias e Eric Dunning (1992) tratam pormenorizadamente da questão da violência nos esportes. De acordo com o excerto acima, é possível notar que o MMA se enquadra na categoria de desporto, tendo em vista que, dentre os outros fatores acima listados, a regulamentação desta modalidade restringe o uso de técnicas que possam realmente colocar em risco real a integridade física dos atletas.

Levando em consideração a tipologia proposta por Guttmann (1978) e a definição sociológica acerca de esporte preconizada por Elias (1992), para que uma prática física seja considerada esporte, ela deve estar em conformidade com todas as características acima postas. Qualquer atividade que não contemple todos os itens especificados, a partir dos referenciais teóricos aqui considerados, não deve ser classificada como esporte. Levando em consideração os atributos acima destacados, os argumentos enunciados por Kfoury, Neves e Mentor encontram respaldo apenas em suas convicções arbitrárias, as quais declinam a qualidade de esporte ao MMA, considerando apenas o grau de contato físico permitido nesta modalidade. Além disso, é necessário atentar para o fato de que, segundo os próprios lutadores – os quais unanimemente, não consideram o MMA como esporte violento –, eles estão preparados física e psicologicamente para enfrentar os desafios no octógono. E, mais importante, eles decidem, a partir de suas vontades e razão se vão ou não participar de eventos desta natureza; em outras palavras, eles têm o livre-arbítrio (Aquino, 2015).

2) A relação do MMA com antigas práticas corporais. Nas fontes previamente apresentadas, Neves e Borges naturalizam a relação entre o MMA e as práticas gladiatórias. Retomando algumas ideias já postas na introdução desta pesquisa, esta naturalização tem como objetivo evidenciar que o atual MMA detém elevados níveis de violência, de maneira análoga às *munera gladiatorum*⁷², ocorridas no Império Romano ou mesmo práticas corporais competitivas da antiga Grécia. Jargões populares que denominam atletas de MMA como “gladiadores do terceiro milênio” reforçam este tipo de equívoco. Na edição 2.260, de março de 2012, a revista *Veja*⁷³ estampa na capa a foto do lutador brasileiro de MMA Anderson Silva, com a manchete “O gladiador tranquilo”. Na longa matéria, assinada por Silvio Nascimento e Davi Correia, nota-se a vinculação com a antiguidade tardia, pois, além de a capa fazer uma

⁷² Termo em latim usado para definir o combate entre os gladiadores (BROWN, 2007; FAGAN, 2011).

⁷³ Periódico semanal de maior circulação e um dos mais influentes do Brasil. Esta edição específica teve uma tiragem de 1.212.690 exemplares. Fonte da própria revista.

associação com a popular prática cultural romana, o MMA é associado – de modo a reforçar aquilo que é chamado de “usos do passado”⁷⁴ – também à mitologia grega: “Hércules apagou o leão de Nemeia, no primeiro de seus doze trabalhos, com um estrangulamento que honra Antônio Rogério Minotouro e Antônio Rodrigo Minotauro”, duas das estrelas brasileiras do UFC (Nascimento; Correia, 2012).

Este tipo de generalização pode ser constatado também em diversas produções acadêmicas, quando o assunto é MMA. Em sua tese de doutorado em Psicologia Social, Camilo (2016) descreve, no capítulo intitulado “‘*O Mixed Martial Arts*’ no Tempo Longo da História”, a justaposição entre práticas corporais remotas e MMA, como nesse trecho: “Ainda no Egito foram encontrados também desenhos de combate no túmulo 15, em Beni Hassan, datados de 2400 a.C. com, aproximadamente, 200 lutadores representando golpes que são utilizados frequentemente em lutas de MMA” (Camilo, 2016, p. 40-41). Outras produções também se utilizam desse recurso (Colli, 2004; Paiva, 2015; França, 2010).

Com sentido de desfazer tais equívocos, apresenta-se o conceito de “tradição inventada”, elaborado por Eric Hobsbawn e Terence Ranger:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Hobsbawn; Ranger, 2012, p. 12).

A partir do conceito formulado por Hobsbawn, é possível tensionar as construções discursivas que estabelecem uma lógica de continuidade entre práticas antigas e o atual MMA. Conforme afirma o autor, a tentativa deliberada de estabelecer vínculos entre práticas distanciadas temporalmente é bastante artificial, e a busca por uma origem remota geralmente objetiva estabelecer um passado histórico apropriado, seja para o bem ou para o mal. Neste caso específico, a busca por este passado apropriado visa legitimar um discurso que vincula a violência às duas práticas, desconsiderando as particularidades – temporais, sociais e de sentidos – de cada uma delas⁷⁵ (Lima; Martins; Capraro, 2009). Elias e Dunning (1992) corroboram com a ideia de Hobsbawn, na medida em que... “Muitos dos escritos relevantes de hoje apresentam uma forte tendência para minimizar as diferenças e aumentar as similaridades.

⁷⁴ Referências feitas à antiguidade, com sentido de legitimar ações do presente (Bonfá, 2016; Garraffoni, 2008).

⁷⁵ Nos esportes, as tradições inventadas são muito comuns, dentre elas pode-se destacar as Olimpíadas da Grécia antiga e as Olimpíadas Modernas; o futebol com práticas medievais europeias ou práticas guerreiras chinesas; o boxe ou o MMA vinculado ao pancrácio ou ao pugilato da Grécia antiga (Hobsbawn, 2012; Elias; Dunning, 1992).

O resultado disso é um quadro distorcido de nós próprios, bem como da sociedade grega, e um quadro falseado das relações entre as duas realidades” (Elias; Dunning, 1992, p. 195).

Cabe ressaltar o processo de “sociogênese dos esportes”, tratado por Elias e Dunning, no sentido de destacar que os esportes modernos ganharam tais contornos apenas entre os séculos XVIII e XIX, na Inglaterra. Dessa forma, de acordo com Elias e Dunning (1992), as comparações acima postas são ininteligíveis, tendo em vista que alguns aspectos fundamentais são negligenciados, por exemplo: quais os sentidos intrínsecos da gladiatura para a sociedade romana? São os mesmos sentidos que o MMA detém em relação a nossa sociedade? A resposta claramente é negativa, levando em consideração que as *munera gladiatorum* detinham caráter hierático e ritualizado (Garrafoli, 2008) e o MMA é uma prática esportiva inserida em uma lógica espetacularizada voltada ao consumo. Ambas as condições, esporte e espetacularização/consumo, são características eminentemente modernas, sem precedentes históricos plausíveis. Ou seja, tenta-se comparar duas coisas que não se relacionam nem temporalmente nem quanto aos sentidos sociais suscitados por elas.

No artigo intitulado “Arenas antigas e estádios modernos”, Garrafoli (2008) alerta que os usos do passado com objetivo de legitimar discursos ou práticas modernas são inadequados, na medida em que os sentidos são distintos:

Em seus primórdios os combates estavam inseridos em um contexto religioso, realizados com a função de manter viva a memória de pessoas importantes falecidas. Com o passar do tempo, essa atividade foi se transformando e adquirindo um viés público, mas nunca anulou definitivamente sua faceta religiosa e sua relação com um passado a ser lembrado. Talvez o aspecto que mais indique essa permanência é a própria terminologia empregada, pois os combates de gladiadores nunca deixaram de serem chamados de *munera*, ou seja, o termo empregado durante séculos para se referir a essa forma de combate está relacionado ao caráter funerário do evento (Garrafoli, 2008, p. 5).

O MMA é, indubitavelmente, um fenômeno esportivo moderno e as comparações despropositadas com as *munera gladiatorum* são improcedentes. Seria o mesmo que afirmar que, quando guerreiros da antiga China decapitavam e chutavam as cabeças de seus conquistados, estavam jogando uma partida de futebol. Essas vinculações têm um claro objetivo de atribuir aos fenômenos modernos características remotas que deixaram de existir ao longo do tempo, e este é um marco já superado pela historiografia atual (Lima; Martins; Capraro, 2009).

Não se pretende aqui negar a existência de lutas em outros períodos históricos, os confrontos entre indivíduos ou grupos rivais são largamente documentados em estudos acerca da antiguidade. No entanto, estas comparações que valorizam vagas semelhanças, em

detrimento de diferenças fundamentais, não encontram respaldo científico. Mesmo assim, os argumentos que atestam a semelhança entre MMA e práticas corporais antigas são constantemente mencionados como forma de legitimação de discursos, conforme apontam as fontes elencadas neste capítulo. Vale ainda ressaltar que, no caso das *munera gladiatorum*, a maioria dos gladiadores eram escravos infames, portanto, não tinham o direito de escolher se queriam ou não participar daquelas práticas, eles eram obrigados a isso; em outras palavras, eles não tinham o livre-arbítrio (Aquino, 2015), e esta é uma diferença fundamental em relação aos esportes modernos.

3) **A extrapolação da violência para o mundo social.** Outro elemento, bastante destacado nos discursos negativos e populistas acerca do MMA, consiste no fato de que os eventos da modalidade são vetores de uma violência que extrapola o âmbito esportivo e se irradia para o mundo social. Borges e Mentor destacam algumas situações nas quais, supostamente, o MMA teria sido responsável por violências consideradas criminais, causando inclusive a morte de alguns indivíduos. Esta questão deve ser problematizada, no sentido de que ambos descrevem situações que, mesmo sem muito esforço investigativo/intelectivo, não deveriam ser relacionadas ao MMA.

As afirmações soam vagas ou mesmo tendenciosas, quando Borges afirma que integrantes de uma torcida de futebol, levados pela forte emoção de assistir a um evento de MMA, mataram um rival a socos e pontapés. É sabido que torcidas de futebol, em especial as organizadas, em recorrentes situações, se comportam de maneira violenta em relação aos seus rivais. Segundo um estudo desenvolvido pelo jornal O Lance, no ano de 2016, já foram contabilizados no Brasil 296 mortes em confrontos de torcidas organizadas desde o ano de 1988 (Vessoni, 2016). A maioria delas se deve ao confronto entre torcidas organizadas rivais. Mas esses dados não são exclusividade das torcidas brasileiras. Na Inglaterra, as ações violentas dos *hooligans* já vitimaram milhares de torcedores (King, 2002). Em um estudo elaborado por Trejo, Murzi e Yoshida (2017), desde 1922 até junho de 2017, já foram contabilizadas na Argentina 319 mortes causadas pela violência, produzida dentro ou nas imediações de estádios de futebol (Trejo; Murzi; Yoshida, 2017). Ou seja, esses índices evidenciam que as torcidas organizadas de futebol, mesmo em países onde o MMA não detém tanta popularidade, apresentam comportamento violento e agressivo, o que parece ser uma característica geral de torcidas de clubes de futebol. Exemplo disso, ocorreu na cidade de Pío XII, interior do estado do Maranhão no ano de 2013. Em disputa por um campeonato amador de futebol da região. Questionado por ter expulsado um jogador do time da casa, o árbitro da partida desferiu uma facada no atleta o levando a óbito. Logo após o ocorrido, a torcida invadiu o campo de jogo e

espancou o árbitro até a morte, o decapitaram e penduraram sua cabeça em uma estaca (Globo.com, 2013). Outro dado importante, e que coloca em suspeição a assertiva de Borges, refere-se ao fato de que, desde 1998 até 2017, foram realizados em cidades brasileiras 30 eventos do UFC e, em nenhum deles, foram noticiados casos de mortes nos ginásios onde tais eventos foram realizados, bem como nos seus respectivos entornos, que tivessem relação com os apreciadores da modalidade. Tendo como base tais números, é possível afirmar categoricamente que as torcidas organizadas de clubes de futebol representam um perigo social muito maior do que os torcedores de MMA, embora estes argumentos tenham sido negligenciados por Borges.

Na mesma esteira, o deputado federal José Mentor alega que a veiculação do MMA nas TVs tem sido motivadora de uma série de condutas violentas. Ao elencar uma série de condutas criminosas, Mentor as justifica como tendo sido uma consequência direta da vinculação do MMA nas TVs. Parece óbvio que essas comparações não levam em consideração outros elementos que potencializam a violência no país, tais como a proliferação da miséria; aumento de criminalidade; desestruturação familiar; alcoolismo e uso de drogas; intolerância de gênero ou racial; ou mesmo os graves problemas com a educação. Em uma das situações citadas, na qual dois irmãos de 11 e 13 anos espancaram até a morte outro irmão de apenas dois anos, fica evidente que tal vinculação é tendenciosa. A mãe dos meninos, desempregada e viciada em crack, já havia abandonado a criança de dois anos, entregando-a a um vendedor de picolés. A criança foi reintegrada ao lar pelo Conselho Tutelar da cidade de Maceió. Segundo o inquérito policial, dias depois a mãe, em busca de drogas, havia saído, deixando as crianças sozinhas e trancadas na casa por dois dias (Globo.com, 2013). Não se sabe ao certo quais os reais motivos que levaram os irmãos a espancar uma criança indefesa, mas é evidente que as causas são mais complexas do que a influência de lutas de MMA exibidas na televisão. Em outra situação, o deputado menciona a agressão de um comerciante a uma mulher com uma cotovelada na saída de uma festa em um clube na cidade de São Roque. Não há, neste caso, nenhum indício de que tal agressão tenha sido uma consequência das lutas de MMA. Tanto vítima como agressor se encontravam alcoolizados quando ocorreu tal fato (Globo.com, 2016). A vinculação entre MMA e a agressão se deu por uma suposta semelhança ao gesto técnico da cotovelada.

Vale aqui ressaltar que confrontos físicos, durante o período de adolescência ou mesmo na escola, não são raros e acontecem há muito tempo. Exemplo disso é um estudo viabilizado por Pereira (2016), no qual a autora discorre que a violência em período escolar é uma preocupação desde os anos de 1950 e se agravou no Brasil a partir da década de 1980, tornando-se, segundo ela, parte da rotina escolar.

Os discursos de José Mentor, tentando vincular tipos diversos de violências ou mesmo crimes ao MMA, estão eivados de interesses, políticos inclusive. Conforme já observado neste estudo, o referido deputado elaborou a proposta de projeto de lei nº 5.534, que está tramitando no Congresso Nacional desde o ano de 2009, a qual pretende proibir a transmissão de lutas não olímpicas, especialmente o MMA, nas TVs abertas e fechadas do país. Provavelmente, este “combate à violência” tenha por objetivo estabelecer uma plataforma de campanha, visando angariar votos daqueles que não simpatizam com o MMA. Tal pretensão se configura de forma evidente como meio de censura.

Considerando a análise dos principais argumentos enunciados pelos críticos do MMA, foi possível perceber que as características atribuídas a esta modalidade não encontram subsídios em uma literatura acadêmica; seja quanto à negação do MMA enquanto esporte, seja quanto à aproximação da modalidade a práticas corporais antigas, ou até mesmo a consideração de que o MMA é um propagador de violências sociais. Portanto, pode-se afirmar que tais impressões acerca do MMA estão balizadas por uma série de juízos de valor, plataformas políticas ou mesmo por desconhecimento ou aversão à modalidade.

Até agora, a pretensão deste capítulo esteve pautada em problematizar alguns discursos de críticos do MMA com notório alcance midiático. Notou-se, a partir das despropositadas e tendenciosas argumentações desses agentes, que estes tendem a refutar a condição de esporte ao MMA. Com o sentido de dar voz a outros agentes, desta feita, serão analisados alguns discursos favoráveis ao MMA. Consequentemente, foram selecionados alguns atletas ou mesmo dirigentes para perceber suas falas no que concerne à modalidade. Chamando, metaforicamente, os envolvidos para prestar o seu depoimento, partindo de um princípio do livre arbítrio, o poder individual de escolha (Aquino, 2015):

Não é violência porque estou preparado. Estou conivente, assinei um contrato, estou competindo com um adversário mediante aquelas regras. Há limites para seguir. Somos o único esporte de artes marciais que tem um plano de saúde. No UFC são 380 lutadores com um plano de saúde. Imagine qual é a dificuldade de conseguir isso. Mas por que eles descolaram um plano de saúde? Porque existem regras claras e existem limites. As contusões que acontecem na luta são muito menos agressivas do que as que acontecem no ciclismo, na Fórmula 1, na Indy, porque nestes outros esportes se perdem vidas (Belfort *In* J.R Duran, 2012, p. 86).

O excerto acima se refere à fala de Vitor Belfort, proeminente lutador de MMA. Belfort nega a condição de violência ao MMA e se fundamenta em dois aspectos. No primeiro deles, o lutador vincula violência e regulamentação. Ou seja, a violência é determinada a partir das ações que transgridam as normativas da modalidade, algo muito próximo ao conceito de desvio

subconformativo, proposto por Coakley (2007). Levando em consideração que nas disputas de MMA os índices de violação das regras são reduzidos, tal modalidade não deveria ser classificada como violenta. O segundo aspecto faz menção a um elemento objetivo, o número de mortes. Caso este critério seja adotado para determinar se uma modalidade é ou não violenta, o MMA apresentaria níveis inferiores aos das corridas automobilísticas, segundo Belfort.

Em sua tese de doutorado, cuja temática tangencia questões relacionadas à violência no MMA, Carmo (2016) interroga seus entrevistados – todos lutadores de MMA – sobre as percepções de violência na modalidade. As respostas são unânimes em não considerar o MMA como um esporte violento. Seguem alguns trechos das entrevistas.

Não, na minha opinião o MMA não é violento, não é nem um pouco violento. Mas se fosse fazer uma análise entre futebol que é o esporte nacional nosso, nosso carro chefe, eu diria que futebol é mais violento do que o MMA. Porque no MMA você nunca, eu pelo menos, nunca vi um cara em cima do ringue, do octógono xingar o outro de filho de uma puta, vai tomar no teu cu, palavreados desse tipo, já no futebol constantemente você vê o cara falando pro Juiz [sic], pro técnico, você vê o técnico falando pro jogador, o jogador falando pra outro, enfim, são coisas desse nível. E dentro de um estádio de futebol que já acompanhou na torcida sabe como é o auê, é disso pra pior: sua mãe é uma puta, sua mãe é uma cadela, vou estuprar sua filha, vou comer sua mãe seu desgraçado, cartão amarelo aí por que e o cara não se liga que do lado dele tem um pai com uma menininha de cinco anos e um filho de sete assistindo.[...] Então eu acredito que violência no MMA não existe. É um esporte onde duas pessoas se preparam pra aquele momento e se preparam mesmo. [...] Então não existe violência. Tanto é que depois do combate você vê os caras sangrando todos desgastados, um cumprimenta o outro, conversa com o outro, agradece pelo combate ergue a mão do outro, mostrando o fair play, mostrando respeito então acredito que não é violento. É um esporte em que as duas pessoas estão bem preparadas pra aquele momento (LUTADOR 1). (Carmo, 2016, p. 80-81).

Conforme a citação acima, o Lutador 1, faz menção a um tipo de violência geralmente desconsiderada pelos analistas, a violência verbal. Neste caso específico, o Lutador 1 afirma que este tipo de violência notadamente presente no futebol é quase ausente no MMA. Além disso, o atleta se refere ao *fair play* e à preparação dos atletas, com sentido de refutar a qualidade de esporte violento ao MMA.

Em outra entrevista, o Lutador 6 discorre sobre o tema violência no MMA.

O MMA é um esporte como um outro qualquer, não vejo como um esporte violento, eu acho que é um esporte de contato como outros esportes de luta, como o boxe, Karatê né, ele tem suas regras como todo esporte de contato [...] Antigamente quando ele era Vale-Tudo poderia até ser classificado dessa forma, mas hoje em dia ele é um esporte com regras, um esporte como outro qualquer (LUTADOR 6). (Carmo, 2016, p. 83).

De forma semelhante à análise de Vitor Belfort, o entendimento de violência está centrado nas regulamentações que norteiam cada modalidade. O atleta diferencia violência de contato físico mediado por regras. E isso fica evidenciado quando ele considera violento os antigos combates intermodalidades, os quais não possuíam um conjunto de regulamentações que controlassem os níveis de contatos permitidos.

Por fim, o jornalista Fellipe Awi, em sua obra *Filho teu não foge à luta* (2012), ressalta que o processo de regulamentação do MMA tornou a modalidade mais segura. “Há alguns anos, em seus principais eventos, esse é um esporte regulamentado, com exames periódicos, medicina especializada, testes antidoping e, o mais importante, regras bem claras. O UFC hoje possui 31 proibições que ajudam a reduzir o risco de lesões sérias (Awi, 2012, p. 20).

Nos excertos acima elencados, um elemento é recorrente: as regulamentações. Nota-se, a partir desses discursos, que o MMA deixa de ser violento, no entendimento desses agentes, quando são estabelecidas regras que normalmente são respeitadas. Assim, a violência é entendida a partir das transgressões a essas normativas.

Finalizando, a proposta deste capítulo esteve balizada na identificação e análise dos diversos tipos de discursos que permeiam a constituição do MMA enquanto modalidade esportiva (violenta ou não). Os tensionamentos presentes nos discursos de diversificados agentes revelam não haver um consenso quanto a esse aspecto. E esse é um evidente indicativo de que as dinâmicas da modalidade, em especial sua regulamentação, ainda estão em processo de construção; isto se torna perceptível na medida em que, ainda nos dias atuais, novas regras estão sendo estudadas ou incorporadas a esse esporte. Porém, um fator não deve ser negligenciado: as críticas quanto ao suposto grau de violência contido nesses combates estão assentadas em juízos de valor, desconhecimento da modalidade ou, ainda, interesses externos. Notou-se, também, que os principais julgamentos negativos ao MMA, majoritariamente, são formulados por agentes alheios à modalidade, ao passo que o entendimento de que o esporte não é violento é quase uma unanimidade entre aqueles que participam ativamente das competições.

4 O PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DO UFC: MOTIVAÇÕES E FINALIDADES

Neste capítulo, pretendeu-se discorrer acerca das motivações e finalidades do processo de regulamentação dos eventos do UFC. Nesse sentido, este foi dividido em duas partes: a primeira delas refere-se ao período anterior à homologação das Regras Unificadas do MMA pela Comissão Atlética de New Jersey (NJAC); ou seja, entre 12 de novembro de 1993 (com a primeira edição do UFC) e 17 novembro de 2000 (período imediatamente anterior à oficialização do MMA como modalidade esportiva). Durante este intervalo, as exclusões ou acréscimos de regras eram de responsabilidade exclusiva dos idealizadores do evento, tendo em vista a inexistência de qualquer outra instituição que mediasse a regulamentação de tais disputas. Esta observação permite perceber quais eram os direcionamentos pretendidos pela organização do UFC, quanto ao controle dos níveis de violência permitidos nesses combates. A segunda fase refere-se ao período que vai do estabelecimento de Regras Unificadas do MMA até os dias atuais. Neste período, a adoção de novas regulamentações era imposta ou mediada pelas CAs, órgãos vinculados ao Estado norte-americano, assim, torna-se possível notar quais eram as preocupações dos estados norte-americanos com relação aos níveis de violência nos combates do UFC. Tais verificações e análises colocam em realce aspectos relacionados ao aumento do controle de ações violentas (ou não) nos combates do UFC, além do processo de esportivização do MMA.

Conforme já apontado na introdução desse estudo, o surgimento do UFC tinha como principal intenção constatar quais técnicas eram mais efetivas em um combate mediado por regras mínimas. Tratava-se de um evento de disputas intermodalidades com pretensões de espetacularização, tendo em vista que a formatação das lutas priorizava as transmissões televisivas (Beaty, 2016). Nas fontes elencadas para essa pesquisa, não se verificou nenhuma menção, por parte dos organizadores, a qualquer tentativa de criação de uma nova modalidade esportiva. A ideia inicial era (re)elaborar um evento de lutas intermodalidades com número reduzido de regras e sem limitações para a utilização de técnicas de esportes de combate distintos, tais como socos, chutes, estrangulamentos, manipulações de articulações, quedas e combate no solo. Neste primeiro momento, estabelecer regulamentações que restringissem determinadas ações poderia tornar o evento tendencioso, considerando que, inevitavelmente, alguma modalidade de combate pudesse ser prejudicada em função do impedimento de uso de técnicas específicas.

Com o sentido de tornar estes eventos lucrativos, a pretensão dos organizadores era veiculá-lo nos canais de PPV norte-americanos como uma atração violenta, brutal e sem regras. Para tanto, foi elaborada uma campanha publicitária enfatizando a violência contida nesses combates (Beaty, 2016). Segundo o lutador holandês Frank Hamaker, participante de segunda edição do UFC, aquilo se trataria “[...] de uma briga de rua entre praticantes de artes marciais” (Bottenburg; Heilbron, 2006, p. 261). Todavia, a publicidade sensacionalista engendrada pelos organizadores, com o objetivo de atrair público e aumentar as vendas de pacotes de PPV, sustentava que não havia regras – poucos lembram que a primeira luta do UFC terminou com a intervenção do árbitro após um knockdown sofrido pelo lutador havaiano Teila Tuli, em consequência de um chute desferido pelo holandês Gerard Gordeau (Ultimate Fighting Championship I, 1994). Tal fato permite hipotetizar que, embora não houvesse regras escritas que permitissem tal ação da arbitragem, possivelmente existisse uma orientação para que os juízes garantissem a segurança dos combatentes, evitando, assim, lesões mais graves. Ou seja, mesmo que a publicidade anunciasse apenas duas regras explícitas – proibição de dedos nos olhos e mordidas –, talvez houvessem outras, não oficializadas e veladas por motivos comerciais.

Bottenburg e Heilbron (2006) atentam para o fato de que, inicialmente, quase todos os esportes foram organizados e regulamentados de acordo com as expectativas e desejos dos atletas. No decurso do século XX, conforme estas modalidades passaram a atrair um relativo contingente de público espectador, os quais tinham afinidades e podiam compreender as lógicas técnicas e táticas que permeavam determinado esporte, as organizações esportivas, já sistematizadas, orientavam suas ações objetivando coadunar as expectativas dos atletas e deste crescente público. Nas últimas décadas, a disseminação de sistemas de TVs a cabo, *pay-per-view* e *internet*, fomentou uma nova forma de relacionamento entre as organizações esportivas, as instituições midiáticas e o público telespectador. Para os autores, “A estrutura e regulação das lutas livres posteriores, UFCs e outros eventos NHB, foram inspirados menos pelo ponto de vista daqueles que participam e mais pela perspectiva da audiência”⁷⁶ (Bottenburg; Heilbron 2006, p. 267). Tais relações ocasionaram várias alterações nas regras de muitos esportes, na tentativa de corresponder, principalmente, aos interesses de empresas de mídia e telespectadores. Ao considerar que o surgimento e o desenvolvimento do UFC se deram na virada dos séculos XX e XXI, ele está temporalmente vinculado à última categoria acima

⁷⁶ Originalmente: “The structure and regulation of the later free fights, UFCs and other NHB events, were inspired less by the viewpoint of those taking part and more by the perspective of the audience” (Bottenburg; Heilbron 2006, p. 267).

elencada. Assim, os autores afirmam que questões mercadológicas, pautadas no aumento de audiência televisiva, passaram a sobrepujar os interesses dos praticantes e do público espectador entendido. Com o sentido de conquistar um público telespectador cada vez maior, os organizadores lançaram mão de aumentar deliberadamente os níveis de violência presentes em tais disputas. Segundo eles, o telespectador majoritariamente está mais interessado nos riscos e na violência ensejados pelos combates do UFC do que nas técnicas de um combate esportivizado. Daí as ações de investimento em publicidade com realce na violência e a flexibilização das medidas de proteção aos atletas (Bottenburg; Heilbron, 2006).

As alegações de Bottenburg e Heilbron, pautadas em um aumento deliberado da violência, com sentido de elevar os índices de audiência dos telespectadores, são problemáticas, considerando que logo após a segunda edição do UFC cada vez mais regras foram acrescentadas aos combates. Embora com motivações diversas, não há dúvidas de que estas novas regulamentações contribuíram para um aumento paulatino do controle dos níveis de violência presentes nessas disputas. Portanto, ao contrário do que pensam tais autores, o que se percebeu ao longo das primeiras edições do UFC foi uma diminuição dos níveis de violência, a partir do incremento de novas regras.

García e Malcolm (2010) também discordam dos fundamentos propostos por Bottenburg e Heilbron (2006), quanto ao fato de que os organizadores aumentaram deliberadamente os níveis de violência no UFC. Eles argumentam que os promotores regulamentaram cada vez mais os combates do UFC, porém, com intuito de manter a atenção dos telespectadores, eles empreenderam algumas “mudanças cosméticas”, as quais objetivavam aumentar a aparência de violência descontrolada daqueles combates. Com o fim de explicitar o que seriam tais “mudanças cosméticas”, os autores recorrem à exemplificação do uso do capacete de proteção no boxe amador. Ao público leigo, o uso deste equipamento transmite a falsa impressão de que os atletas estão protegidos dos danos dos socos na cabeça, e isso não é verdade. O capacete não diminui o impacto dos socos, no entanto, este equipamento tende a diminuir outro tipo de dano, os sangramentos. Portanto, parece que as denominadas “mudanças cosméticas” não são tão cosméticas assim. Além disso, os autores não identificam objetivamente quais seriam as “mudanças cosméticas” empreendidas pelos promotores do UFC, com sentido de potencializar uma aparência de violência no evento. Os exemplos dados pelos autores referem-se, sim, à publicidade engendrada pela organização do evento, a qual era pautada em uma ênfase exagerada de aspectos relacionados à violência. Vale também ressaltar que este tipo de propaganda, que resultou no aumento das pressões de setores políticos e sociais

da sociedade norte-americana, foi diminuindo e sendo progressivamente substituída por aspectos relacionados à esportividade.

Com o relativo aumento da visibilidade do UFC, constatada a partir do crescimento de vendas de pacotes de PPV a cada edição e da publicidade sensacionalista pautada em um imaginário exageradamente violento dos combates, não tardou que setores mais conservadores da sociedade norte-americana se voltassem contra este tipo de disputas. As pressões políticas e a opinião pública, de maneira geral, consideravam que aquela prática não estava de acordo com os limiares de violência aceitos (Elias; Dunning, 1992). Já na terceira edição do UFC, ocorrida em 9 de setembro de 1994, as tentativas de proibição daqueles eventos tiveram início (Walters, 2015).

Convictos de que a formatação e a publicidade elaborada para tais disputas eram comercialmente promissoras, os organizadores relutavam em empreender quaisquer mudanças que pudessem comprometer o sucesso do UFC. No entanto, as pressões pela proibição eram cada vez mais intensas e, com a atuação do então senador John McCain, vários estados passaram a impedir que essas disputas fossem realizadas naquelas jurisdições (Awi, 2012). Em resposta a esta proibição, os organizadores passaram a “driblar” a legislação realizando eventos em estados nos quais o UFC ainda não estava impedido, reservas indígenas ou mesmo no país vizinho Porto Rico, no qual não havia restrições quanto a essas práticas (Doeg, 2013).

Para a organização do UFC, os locais onde seriam realizados os eventos não tinham tanta importância, tendo em vista que as principais fontes de rendimentos se constituíam nas vendas de pacotes de PPV e na posterior comercialização de fitas VHS. Cientes desta situação, os críticos do UFC passaram a pressionar as TVs a cabo que disponibilizavam os canais de PPV que, naquele momento, também eram alvos de debates na mídia norte-americana, por conta da veiculação de conteúdos considerados inadequados: “[...] o pay-per-view era dominado por wrestling, boxe e pornografia” (Walters, 2015, p. 63). Em pouco tempo, as principais TVs a cabo suprimiram os eventos do UFC de suas grades de programação. A partir deste momento, as transmissões só estavam disponíveis para canais independentes via satélite (Coombs; Batchelor, 2013). A queda vertiginosa de vendas de pacotes de PPV, causada pela exclusão do UFC das grandes redes de TVs a cabo e a eminente possibilidade de proibição definitiva do UFC nos Estados Unidos, fizeram com que os organizadores aventurassem a possibilidade de realizar alterações nas regras, com sentido de tornar as disputas socialmente aceitas.

O que se observa, ao ler matérias especializadas ou mesmo artigos científicos que tratam do processo de regulamentação do UFC, é que houve uma transformação repentina do *no holds*

*barred*⁷⁷ em MMA, a partir das imposições das CAs norte-americanas sobre a organização do UFC, como demonstra o seguinte excerto: “O caso mais flagrante ocorreu no UFC, onde as categorias de peso, número de rounds e mais 31 ações ilegais foram introduzidas. Em 2001, estas regras foram oficialmente sancionadas pela Comissão Atlética do Estado de Nevada e lutas com cobertura televisiva foram retomadas”⁷⁸ (García; Malcolm, 2010, p. 52). Ou ainda,

Somente em 2001, quando o acesso a esse lucrativo mercado de nichos foi bloqueado e a maioria dos torneios de NHB nos Estados Unidos tinha desaparecido, os novos proprietários do UFC iniciaram um processo de regulação e supervisão mais rigorosa, reorganizaram e rebatizaram o evento como "Artes Marciais Mistas". Obtendo o reconhecimento de comissões atléticas em vários estados dos EUA e retomando o acesso à televisão pay-per-view, as "Artes Marciais Mistas" tornaram-se desde então um evento de mídia de alcance global⁷⁹ (Bottenburg; Heilbron, 2010, p. 126).

Via de regra, o processo de regulamentação do UFC é descrito de maneira reducionista, não apresentando os contextos esportivos, políticos e sociais que permearam tais intervenções. Conhecer a cronologia da regulamentação e perceber quais motivações levaram os organizadores – em um primeiro momento – e, posteriormente, as Comissões Atléticas, a estabelecer um conjunto de regras, pode auxiliar na compreensão do desenvolvimento do UFC e o consequente aumento do controle de ações potencialmente violentas. É também senso comum que a prescrição de novas regras tinha como principal objetivo salvaguardar a integridade física dos lutadores, tais fatos serão questionados neste capítulo.

Um dos fatores que diferencia esteticamente uma luta esportiva e uma briga desregrada consiste no uso de equipamentos de proteção. Em esportes de combate este é um indicativo evidente da preocupação com a integridade dos lutadores, especialmente em modalidades que envolvem elementos de percussão tais como socos e chutes⁸⁰. Normalmente, as instituições que controlam modalidades deste tipo exigem que os atletas usem equipamentos de segurança tais

⁷⁷ Nomenclatura comumente utilizada para referir-se aos confrontos intermodalidades promovidos pelo UFC nos Estados Unidos.

⁷⁸ Originalmente: “The clearest case occurred in UFC, where weight categories, time limits, rounds, and 31 illegal actions were introduced.3 In 2001 these rules were officially sanctioned by the Athletic Commission of the State of Nevada and bouts and television coverage resumed” (García; Malcolm, 2010, p. 52).

⁷⁹ Originalmente: “Only in 2001, when the access to this lucrative niche market was blocked and most of the cage fighting tournaments in the US had disappeared, did the new owners of the UFC initiate a process of stricter regulation and supervision, re-organizing and re-branding the event as ‘mixed martial arts’” (Bottenburg; Heilbron, 2010, p. 126).

⁸⁰ Em competições oficiais de taekwondo é obrigatório o uso de protetores bucais, coquilhas, coletes protetores do tórax, caneleiras, protetores de antebraço, luvas e capacetes (International Taekwon-do Federation, 2017). Na maioria das competições de karate é obrigatório o uso de protetor bucal, coquilha, protetor de tórax e luvas (World Karate Federation, 2017). As entidades controladoras do boxe, kickboxing, exigem que os atletas estejam equipados com coquilha, protetor bucal e luvas (International Boxing Association, 2013; World Association of a kickboxing Organization, 2017).

como protetores bucais, coquilhas, luvas, entre outros (International Boxing Association, 2013; World Karate Federation, 2017; Interational Taekwon-do Federation, 2017; World Association of a kickboxing Organization, 2017). No caso específico do UFC, em suas primeiras edições não havia obrigatoriedade do uso de nenhum destes equipamentos (Tatame online, 2014). Essa flexibilidade, quanto à utilização destes aparatos, reforçava a ideia publicitária de que aquelas disputas tinham características que se aproximavam de um confronto desregrado e violento.

Mas, foi apenas no UFC edição 12, que o uso das luvas passou a ser obrigatório nesses confrontos (Engelhart, 2011), no entanto, já na quarta edição, a organização do evento passou a disponibilizar luvas com os dedos vazados para os lutadores, porém, o uso era facultativo e nessa edição apenas um atleta – o pugilista Melton Bowen – optou pelo uso das mesmas.



Figura 11. Steve Jennum VS Melton Bowen, UFC 4. Fonte: Exploregram, 2017.

Embora a imagem acima não seja muito nítida, é possível notar que Bowen, de costas no chão, está utilizando as luvas disponibilizadas pelo UFC, ao passo que seu adversário, Steve Jennum, optou por lutar com as mãos nuas. Este equipamento já possuía o formato característico, com os dedos para fora da área acolchoada. Bowen foi derrotado por uma chave de braço (Sherdog, 2017).

Possivelmente, o UFC não tenha disponibilizado estas luvas com sentido de proteger a integridade do lutador que levasse o soco, mas, sim, de quem o desferisse. Há um equívoco quanto à percepção da proteção oferecida pelas luvas. Embora sejam acolchoadas, elas não reduzem o impacto do soco; sua verdadeira função é a de proteger os punhos do atleta de fraturas ou luxações, tipos de lesões muito comuns em lutadores de boxe e de outros esportes de combate, nos quais o soco se constitui como técnica de ataque. “Portanto, diferentemente do que se imagina, as luvas não foram inseridas no boxe para proteger o rosto dos praticantes, mas

sim para impedir ou adiar fraturas nas mãos. Ou seja, elas foram desenvolvidas para proteger quem bate e não quem apanha” (Matos, 2017, s/p). Parte-se aqui da premissa de que esta medida tinha como principais motivações questões mercadológicas. Esta alegação pode ser respaldada pelo fato de que, na edição de número 2 do UFC, o atleta holandês Frank Hamaker fraturou um osso de sua mão ao nocautear seu adversário, e tal situação o obrigou a abandonar a competição. Esta circunstância se repetiu na terceira e na quinta edições do UFC, quando Keith Hackney e Dave Beneteau, respectivamente, também foram impedidos de prosseguir na disputa por terem fraturado ossos de suas mãos ao desferir socos em seu adversário. Estas desistências ocasionadas por lesões nos punhos causavam certa estranheza para o público e eram indesejadas pela organização, pois um lutador substituto tomava o lugar do vencedor da disputa anterior⁸¹. Outra utilidade das luvas, em uma disputa que envolve socos, está relacionada ao fato de que a parte acolchoada impede que ossos dos carpos e metacarpos se choquem diretamente com os ossos da face causando cortes e, conseqüentemente, sangramentos, portanto, sua função não é meramente “cosmética”.

Do ponto de vista da organização, a obrigatoriedade da utilização das luvas era ponderada a partir de dois pontos considerados negativos – as luvas salientam um aspecto esportivizado aos combates diferenciando-os de uma briga desregrada e também tendem a evitar alguns sangramentos – e apenas um positivo, elas diminuem a possibilidade de lesões nos punhos permitindo aos atletas continuar nas disputas. A decisão de desobrigar os atletas do uso das luvas foi amplamente utilizada nas campanhas publicitárias das primeiras edições do UFC, como demonstram as contracapas das fitas VHS, que enfatizavam que as lutas seriam nos moldes “*barre-knuckle*” – briga com mãos nuas ou briga de rua. “As fitas de vídeo dos primeiros eventos exibiam fotografias sangrentas e avisos de imagens chocantes” (Bottenburg; Heilbron, 2006, p. 260)⁸². Ou, ainda, “[...] lacerações, hematomas, ferimentos e sangue! [...] sem luvas e sem proteções”⁸³ (Ultimate Fighting Championship, 1994, s/p). Assim, pode-se notar que a decisão de não tornar o uso de luvas obrigatório estava balizada principalmente por questões comerciais, tendo em vista que a organização do evento pretendia vendê-lo como uma disputa violenta e desregrada. Ao observar as filmagens das primeiras edições do UFC, nota-se que

⁸¹ Neste período os eventos do UFC eram disputados no formato de torneios de eliminatória simples, ou seja, um atleta deveria disputar até quatro lutas em uma mesma noite para sagrar-se campeão, esta situação será discutida com mais detalhes neste mesmo capítulo.

⁸² Originalmente: “The videotapes of the first ultimate events displayed bloody photographs and warnings of shocking images.” (Bottenburg; Heilbron, 2006, p. 260).

⁸³ Originalmente: “[...] lacerations, hematomas bruises and blood [...] No gloves. No pads” (Ultimate Fighting Championship, 1994, s/p).

somente a partir da quinta edição o uso das luvas tornava-se cada vez mais frequente, principalmente entre lutadores que priorizavam técnicas de percussão.

As pressões políticas e sociais que intentavam a proibição de eventos do UFC nos Estados Unidos, por conta dos elevados níveis de violência, levaram os organizadores a tornar obrigatório o uso de luvas, protetores genitais e bucais, isto aconteceu na edição 14, realizada no estado do Alabama, em 27 de julho de 1997 (Engelhart, 2011). Neste período, os organizadores do UFC anunciaram que tais mudanças foram implementadas na tentativa de preservar a integridade física dos lutadores; porém, estas novas regras tinham outro sentido, desfazer a imagem de evento de lutas desregradas e violentas com intuito de impedir a proibição dos combates em solo norte-americano. Ou seja, em nenhum momento, a disponibilidade e depois a obrigatoriedade do uso de luvas teve como motivação principal a salvaguarda da integridade física dos lutadores ou mesmo a diminuição dos níveis de violência permitidos nesses combates. Tais fatores eram, na verdade um pano de fundo que justificava parcialmente as reais motivações: aumentar as vendas de pacotes de PPV realçando a natureza violenta e a estética rudimentar do UFC.

Outra modificação regulamentar significativa, ocorrida antes mesmo do sancionamento das Regras Unificadas do MMA, faz menção à duração dos combates do UFC. Nas primeiras edições do evento, não havia um tempo pré-estabelecido para que as lutas tivessem um término, ou seja, o combate se prolongaria até que um dos oponentes fosse derrotado, não havia a previsão de *rounds*, tampouco intervalos (Walters, 2015). Esta normativa foi alvo das severas críticas direcionadas ao UFC. Com este formato, as lutas só poderiam ser encerradas por nocaute ou finalização, desistência do atleta ou de seu *corner*, já que supostamente os árbitros não tinham autoridade de encerrar a luta por quaisquer outros motivos. Essa informação era constantemente divulgada pelos organizadores do evento e também pelos críticos que intentavam proibir a realização de lutas do UFC nos Estados Unidos da América. No entanto, vale aqui lembrar que a primeira luta do UFC foi encerrada por decisão do árbitro. Além disso, em recente declaração, John McCarthy afirmou que já na terceira edição ele tinha a autorização dos organizadores para encerrar um combate caso um dos oponentes não tivesse condições de defesa,

Em muitas ocasiões os caras do *corner* eram estúpidos e não jogavam a toalha, mesmo eu pedindo. Então, fui até o Rorion e expliquei: “Não vou fazer isso de novo. Alguém vai sair daqui seriamente machucado, porque muitos não sabem se defender como seu irmão (Royce) e eu não posso parar a luta” (McCarthy *In Dehò*, 2011, s/p).

Novamente, os críticos tinham motivações para comparar estes combates com brigas de rua desregradas, mas isto, em um primeiro momento, não preocupava os organizadores, tendo em vista que este era o grande mote publicitário do evento.

Na primeira edição, a luta mais longa teve duração de 4 minutos e vinte segundos. Na segunda edição, as lutas foram em geral um pouco mais longas, sendo que uma delas se prolongou por 12 minutos e quinze segundos. Na terceira edição, nenhum combate excedeu 5 minutos. Porém, na quarta edição, a ausência de um limite de tempo ocasionou um grande problema para os organizadores (Luta MMA, 2013).

Neste evento, estavam previstas um total de 10 lutas, das quais três eram as chamadas lutas reservas⁸⁴ – essas lutas não foram transmitidas via PPV, mas foram incluídas nas fitas VHS – e as sete restantes referem-se ao torneio principal (quartas de final, semifinais e final) (UFC, 2017). Assim como nos outros eventos, nenhuma luta das quartas e semifinais tiveram duração acima de 5 minutos e meio. Mas os longos intervalos entre uma luta e outra fizeram com que o evento se estendesse demasiadamente. Quando a luta final entre Royce Gracie e Dan Severn teve início restavam pouco mais de quinze minutos para que a operadora do satélite encerrasse a transmissão. Este combate teve duração de 15 minutos e 50 segundos, ou seja, a transmissão foi cortada antes do término da luta final que teve como vencedor o brasileiro Royce Gracie (UFC Brasil, 2017). Segundo Awi (2012, p. 123), “Nos Estados Unidos, um episódio como esse representa um crime grave contra o consumidor. Além de devolver o dinheiro para os 260 mil lares que compraram o UFC 4, o SEG mandou junto uma fita VHS com a íntegra de todas as lutas da noite”. Conforme o relato de Awi, a organização do evento teve que arcar com um grande prejuízo financeiro. Tal fato serviu de alerta aos organizadores, embora não tivesse sido causado pela longa duração de lutas, mas sim pelos excessivos intervalos entre elas. A interrupção da transmissão poderia ocorrer novamente se alguns combates se prolongassem excessivamente, e os dirigentes não queriam correr este risco.

A partir desse ocorrido, os organizadores decidiram impor um limite de tempo para a duração de cada combate. Já na edição seguinte, UFC 5, a organização determinou que as lutas de quartas e semi-finais teriam um limite máximo de 20 minutos, a final do torneio e a super-luta não poderiam exceder 30 minutos. Embora a super luta que reuniu os lutadores Royce Gracie e Ken Shamrock tenha tido duração de 36 minutos, devido à inclusão de um tempo de prorrogação, mesmo com esse acréscimo a contenda terminou empatada (Sherdog, 2017). Já na oitava edição do evento, denominada *Ultimate Ultimate*, os limites máximos de duração dos

⁸⁴ As lutas reservas foram introduzidas nesta edição, com sentido de que, se algum lutador do torneio principal se lesionasse e não pudesse seguir na disputa, o ganhador da luta reserva seria escalado para substituí-lo.

combates foram reduzidos para 15 minutos nas lutas de quartas e semi-finais e 27 para a luta final; além disso, esta foi a primeira edição a contar com jurados que decidiriam qual lutador seria o vencedor caso a luta terminasse pelo comando do cronometrista, evitando desta forma os empates (Engelhart, 2011). Já na edição de número 14, o limite de tempo máximo das lutas finais foi reduzido para 21 minutos, enquanto que lutas de quartas e semifinais permaneceram limitadas aos 15 minutos.

Na edição 21 do UFC, outras mudanças significativas nas regulamentações foram adicionadas, uma delas foi a alteração da formatação das lutas que até então eram disputadas em *round* único, sem intervalos. A partir desta edição, ficava estabelecido que os combates do *card* preliminar seriam disputados em dois *rounds* de 5 minutos, as contendidas do *card* principal teriam três *rounds* de 5 minutos e as lutas que envolvessem disputas de títulos teriam cinco *rounds* de 5 minutos; e todas as lutas teriam um minuto de descanso entre *rounds*. Além disso, esta edição passou a contar com um sistema de pontuação semelhante ao boxe, o ganhador do *round* marcaria dez pontos enquanto o perdedor somaria oito ou nove (Doeg, 2010).

A partir desses fatos, foi possível perceber que a maioria das alterações na regulamentação correspondia primariamente à adaptação do evento ao formato televisivo de PPV – tempo de disponibilidade do satélite. Embora a inclusão dessas novas regras tenha servido de resposta às críticas fundamentadas no fato de que os lutadores eram levados ao extremo limite de suas capacidades físicas, as motivações dos organizadores eram majoritariamente mercadológicas.

Outra crítica veemente ao UFC fazia menção ao formato de torneios. Como se tratava de uma disputa intermodalidades, que pretendia constatar quais técnicas eram mais eficientes em combate com regras mínimas, os organizadores optaram por adotar o sistema de disputas de eliminatória simples. Na primeira edição, foram convocados oito atletas, assim, o evento seria fragmentado em três fases – quartas de final, semifinais e final –; ou seja, para que um atleta fosse declarado vencedor era necessário que o mesmo vencesse três lutas em uma mesma noite (UFC, 2017). Mas o caso mais grave foi constatado na edição 2 do UFC, quando 16 lutadores foram escalados para participar do evento. Dessa maneira, para sagrar-se vencedor o atleta deveria vencer quatro lutas na mesma noite (UFC, 2017).

Esse sistema de disputa, quando adotado em esportes de combates realizados em uma só noite, torna-se problemático, primeiro porque as lutas podem tornar-se extremamente desgastantes, principalmente considerando que o UFC não estabelecia um limite de tempo para os combates. Segundo, porque uma luta que envolve diversas técnicas de combate tende a causar lesões, especialmente se o uso de equipamentos de proteção for negligenciado. Disputar

várias lutas em uma mesma noite potencializa os índices de lesões. No boxe amador, por exemplo, o regulamento exige que os atletas tenham um descanso mínimo de 12 horas entre cada luta, justamente com sentido de preservar a integridade do atleta evitando estado de fadiga extrema (AIBA, 2013).

Geralmente, já na segunda luta os atletas se apresentavam fadigados e sentindo as lesões das lutas anteriores, vale ainda ressaltar que a supressão das luvas causava sangramentos abundantes que iam aumentando conforme alguns lutadores avançavam de fase. Estas condições evidenciavam o descaso da organização do evento com relação à preservação da integridade física dos atletas, e isso motivava ainda mais os críticos do evento a tentar a proibição destas disputas.

Os organizadores não pretendiam abrir mão do formato de torneio, mas eles próprios constataavam que, via de regra, os atletas que disputavam a terceira luta já se apresentavam em estado de exaustão extrema e as contendidas não ofereciam uma ação satisfatória, devido à falta de combatividade efetiva dos lutadores. Esta situação, somada ao fato de que este formato era motivação de várias críticas ao UFC, fez com que os organizadores estabelecessem duas categorias de peso. Até então, esta divisão era inexistente. Atletas mais leves disputavam as lutas em evidentes condições de desigualdade, com lutadores de porte físico mais avantajado. A modo de exemplo, a oitava edição do UFC foi denominada “David vs Golias” (UFC, 2017), enfatizando a diferença de porte físico entre os oponentes. De forma até previsível, os lutadores mais pesados ganharam os quatro confrontos contra os lutadores mais leves. Com o estabelecimento de categorias de peso, os eventos do UFC seriam divididos em dois minitorneios – um para lutadores com mais de 90 quilogramas, intitulado pesos-pesados, e outro para atletas com menos de 90 quilogramas, os pesos leves. Essa alteração, ocorrida já na edição 12 do UFC, fez com que cada torneio tivesse apenas quatro lutadores e cada um deles realizaria, no máximo, duas lutas por noite (UFC, 2017). A inclusão dessa nova regulamentação não afetava diretamente os planos da organização em seguir com o formato de torneios, além disso, a ausência de divisões por categorias de peso era outro estímulo para as tentativas de proibição do UFC. Vale aqui ressaltar que o *lobby* feito por políticos contrários à continuidade de eventos como o UFC nos Estados Unidos da América começava a apresentar resultados efetivos. A *Cablevision*, então maior operadora de canais a cabo daquele país, acabara de suprimir de sua programação as transmissões desses eventos, considerando que as críticas direcionadas a estes espetáculos faziam sentido (Coombs; Batchelor, 2013). Portanto, tais alterações, possivelmente, tenham sido acrescentadas com o objetivo de evitar que outras operadoras de TV a cabo tomassem decisão semelhante. Esses fatos indicam que, cada vez mais, as pressões

e as sanções sofridas pela organização do UFC seriam respondidas com alterações nos regulamentos, os quais intentavam tornar o UFC socialmente aceito, evitando assim sua proibição.

O formato de torneio foi definitivamente abandonado em outubro de 1998, na edição UFC Brasil. A partir daí, o evento aderiu ao formato de lutas casadas, cada atleta lutaria apenas uma vez na noite. As lutas reservas foram suprimidas e o evento passou a ser dividido entre *card* preliminar e *card* principal. Além disso, outras categorias de peso foram incluídas evitando, dessa maneira, desigualdade significativa entre os atletas. Antes mesmo de ser sancionado pelas CAs, o UFC já apresentava quatro categorias de peso, leve (até 77 quilogramas), médio (77,1 até 83,9 quilogramas), meio pesado (84 até 92,9 quilogramas) e pesado (acima de 93 quilogramas) (Engelhart, 2011).

Todas as modificações regulamentares acima postas – pautadas no modelo de outras modalidades, como o boxe e o judô – se efetivaram principalmente a partir de interesses comerciais, de adaptações ao formato televisivo ou mesmo na tentativa de amenizar as pressões sofridas pelo evento, com objetivo de evitar a proibição dos combates ou a suspensão das transmissões via PPV. A salvaguarda da integridade física nunca foi elemento primordial para a adoção de novas regras, o que, de certo modo, reforça a ideia de que os eventos do UFC correspondiam principalmente às expectativas das empresas de mídia e de parte dos telespectadores ávidos por programas com conteúdo violento. García e Malcolm compreendem este processo de maneira distinta:

No entanto uma análise do desenvolvimento sugere que as disputas de MMA foram relativamente mais violentas em sua emergência, sob a forma do NHB, e isto ocorreu em grande parte impulsionado por membros de dentro da comunidade das artes marciais em busca de atividades mais “excitantes”⁸⁵ (García; Malcolm, 2010, p. 53).

Os autores têm razão em afirmar que as primeiras disputas do UFC, ainda sob o formato de confrontos intermodalidades, nomeadas *no holds barred*, eram relativamente violentas, principalmente em virtude da regulamentação permissiva e flexível que controlava aqueles primeiros combates. No entanto, admitir que este caráter violento foi impulsionado por membros da comunidade das artes marciais não parece plausível, pois, em nenhum momento, conforme apontam as fontes, os lutadores tiveram oportunidade de expressar suas aspirações quanto à formatação daquelas disputas. Ao contrário, era a própria organização com vistas a

⁸⁵ Originalmente: “However a developmental analysis suggests that MMA contests were relatively more violent in their emergent, NHB, form; that is to say, when largely driven from within the martial arts community in a search for more ‘exciting’ activities” (García; Malcolm, 2010, p. 53).

interesses próprios que determinava o rumo dos combates do UFC, cabendo aos atletas aceitar ou não tais imposições. Outro problema percebido no excerto acima faz menção ao fato de que, segundo os autores, aqueles lutadores buscavam intencionalmente combates com caráter desregrado, portanto, mais violentos, sob a justificativa de obtenção de mais excitação. Este argumento pode ser questionado a partir das considerações feitas por Bottenburg e Heilbron (2006). Segundo eles, o perfil e a motivação dos lutadores podem elucidar os propósitos pelos quais estavam dispostos a expor suas integridades em disputas com regramentos mínimos.

Primeiro, as considerações financeiras desempenharam um papel. Além da perspectiva e a possibilidade de levar para casa o prêmio em dinheiro, os homens sabiam que participar de um evento do NHB poderia melhorar a sua reputação de forma a gerar outras fontes de renda (lições, demonstrações, contratos para outras lutas, espaços em filmes ou propagandas, e publicidade para seus próprios dojos). Eles estavam bem conscientes dos perigos, mas aceitaram o risco de lesões ou perdas, já que o lucro esperado falou mais alto⁸⁶ (Bottenburg; Heilbron, 2006, p. 274).

A citação acima parece ter melhores argumentos. Os lutadores sabiam dos riscos, mas o lado financeiro serviu de estímulo fundamental para que eles aceitassem lutar sob aquelas condições. Não há dúvidas de que os aspectos relacionados ao desafio e à busca por atividades mais excitantes também tenham contribuído, mas de maneira secundária. Além disso, García e Malcolm (2010) não teriam como comprovar empiricamente a sua tese. Já a de Bottenburg e Heilbron (2006) sim, bastando uma investigação pormenorizada do perfil socioeconômico dos competidores.

Ao analisar o perfil de lutadores de confrontos intermodalidades, daquele período, Bottenburg e Heilbron (2006) constataram que eles eram majoritariamente atletas mais velhos, alguns ex-campeões e outros com poucas perspectivas de tornarem-se campeões em suas modalidades de origem; muitos deles em vias de aposentadoria das competições de alto rendimento ou aqueles que não conseguiram estabilidade financeira em suas carreiras de atleta. Exemplo desse perfil de lutador foi Mark Schultz⁸⁷, medalhista de ouro na modalidade *wrestling* estilo livre na Olimpíada de Los Angeles 1982, na época com 22 anos⁸⁸. Aos 36 anos,

⁸⁶ Originalmente: “First, financial considerations played a role. Besides the sure prospect of an appearance fee and the possibility of taking home the prize money, the men knew that taking part in a NHB event could enhance their reputation in ways that would generate other sources of income (lessons, demonstrations, contracts for other fights, parts in movies or advertisements, and publicity for their own dojos). They were well aware of the dangers, but accepted the risk of injury or loss, since the expected profit counted for more” (Bottenburg; Heilbron, 2006, p. 274).

⁸⁷ A trajetória atlética de Mark Schultz foi dramatizada no impactante filme *Foxcatcher* (2014).

⁸⁸ Para mais detalhes sobre o filme *Foxcatcher: uma história que chocou o mundo*, acesse a resenha crítica da película intitulada: “Revelando o mal-estar no esporte: resenha do filme *Foxcatcher*, uma história que chocou o mundo” (Lise, Oliveira e Capraro, 2016).

Schultz aceitou participar da edição nove do UFC e se sagrou vencedor na luta contra Gary Goodridge.

O Art Davie (um dos criadores do UFC) falou que estava sem ninguém para colocar no lugar do Benneteau e ficou doido quando soube que o Schultz era campeão mundial de wrestling. O melhor pagamento naquela época girava em torno de 20 mil dólares. Eu pedi 100 mil. Três horas da manhã, o Art me ligou oferecendo 50 mil perdendo ou ganhando. O Mark ganhava esse valor por ano como técnico da BYU (Sauer *In Barone*, 2016, s/p).

A vitória no UFC foi mais importante do que conquistar o ouro olímpico. O mais significativo ao pisar no octógono foi provar para mim mesmo que estava encarando meu maior medo. O medo faz duas coisas: ele te paralisa ou te empurra para a ação. Soa estranho, mas eu me senti calmo e confortável no octógono. Eu me senti em casa. Sou mais conhecido por ter lutado no UFC do que por ter lutado wrestling nas Olimpíadas. Passei anos no wrestling e tenho apenas uma luta no Ultimate. Eu sabia que provavelmente não morreria na luta, embora houvesse uma possibilidade real de eu ficar paralisado, sofrer danos cerebrais ou ficar aleijado. A expressão Artes Marciais Mistas ainda não havia sido cunhada, não havia regras, a não ser a proibição de morder e enfiar o dedo nos olhos. Havia uma infinidade de formas de eu ficar incapaz para sempre (Schultz *In Barone*, 2016, s/p).

Os dois excertos acima elencados corroboram com as proposições de Bottenburg e Heilbron (2006): na primeira citação, Pedro Sauer, amigo e companheiro de treino, declara que a aceitação de Schultz para lutar no UFC se deu devido ao retorno financeiro, uma luta no UFC era equivalente a um ano de trabalho. Schultz ainda dava aulas de *wrestling*, mas já não disputava competições relevantes da modalidade principalmente devido a sua idade. No segundo excerto, Mark Schultz revela a importância de ter lutado no UFC tendo em vista o reconhecimento que obteve a partir daquele confronto. Além disso, Schultz evidencia as preocupações em relação a disputar uma luta com regramentos mínimos e eventualmente comprometer sua integridade física, possivelmente esta era uma preocupação da maioria dos lutadores que se dispuseram a aceitar o desafio de lutar no UFC. Mesmo aos olhos dos participantes, aquela competição era considerada violenta. Nota-se, ainda, que, embora o discurso de Schultz seja bem recente, ele ainda reforça a publicidade engendrada pelos organizadores na época do referido evento. Lembrando que, nesta edição, já haviam sido acrescentadas algumas regras, mesmo que estas não tivessem como objetivo principal garantir a integridade física dos lutadores, elas aumentavam o controle dos níveis de violência nos combates.

Conforme as pressões políticas e sociais se tornavam cada vez mais intensas, as mudanças nas regulamentações se tornavam mais evidentes. Caso emblemático foi o UFC edição 15, realizado em 17 de outubro de 1997 no estado do Mississippi, um dos únicos que

ainda não havia proibido os eventos da organização. Contando com apenas uma pequena operadora de TV a cabo a transmitir este evento, a organização impôs importantes mudanças nas regras das disputas. Foram proibidas cabeçadas, ataques na nuca do oponente, chutes na cabeça do adversário enquanto este estivesse no chão (tiro de meta), manipulação das articulações dos dedos, golpes na região genital e puxões de cabelos (Doeg, 2015). Além disso, conforme já apontado aqui, o uso de equipamentos de proteção já era obrigatório (luvas, coquilha e protetor bucal), havia divisão por categorias de peso, os torneios já estavam formatados para no máximo duas lutas por noite e os combates tinham um tempo preestabelecido. Os árbitros já haviam adquirido autonomia para encerrar as disputas, caso um atleta estivesse com dificuldades de se defender. Segurar a grade já estava proibido. Todas estas alterações modificaram o aspecto geral das lutas do UFC, a proteção integridade física dos atletas estava consideravelmente contemplada e, de maneira geral, aquelas primeiras disputas intermodalidades consideradas selvagens e brutais estavam no caminho da esportivização.

O intervalo de quatro anos, entre a primeira disputa do UFC e a 15ª edição, foi marcado por tentativas de equilíbrio entre os níveis de tensões causados por tais disputas e a salvaguarda da integridade física dos lutadores. Tal fato é apontado por Norbert Elias e Eric Dunning (1992) como um dos pressupostos do processo de esportivização dos passatempos, elemento fundamental para entender o processo de civilização e de contenção da violência na vida cotidiana das sociedades industrializadas.

A partir das fontes elencadas para este estudo, não há dúvidas de que este curto período representou um grande avanço no processo de esportivização das disputas do UFC. Esse estabelecimento gradativo de novas regras, elaboradas pela organização do evento teve prosseguimento nas edições seguintes. Até que, em 17 de novembro de 2000, a Comissão Atlética de New Jersey reconheceu que o MMA era uma modalidade esportiva a partir da homologação do Conjunto de Regras Unificadas do MMA. Basicamente, as regras efetivadas pela própria organização serviram de esboço basilar para o estabelecimento da regulamentação oficial pelas CAs.

Portanto, é errôneo admitir que uma grande ruptura se deu a partir da intervenção das CAs. Obviamente, isto teve influência no sentido de esportivização de uma atividade competitiva ainda em constituição, mas não foi fator decisivo, tendo em vista que o evento já apresentava normativas razoavelmente delineadas. Conforme demonstrado nos parágrafos anteriores, nota-se que as mudanças foram paulatinas e cada vez mais o UFC se afastava de uma suposta prática competitiva violenta e desregrada, aproximando-se de uma lógica

esportivizada (Gutmann, 1978). Mesmo assim, o estigma de violência e brutalidade até hoje permeia as apreciações acerca deste esporte.

A partir da homologação, ocorrida em novembro de 2000, o UFC passou a ser oficialmente reconhecido como uma entidade promotora de eventos de modalidade esportiva *Mixed Martial Arts*. A partir deste momento, as inclusões de regras deveriam ser reportadas às CAs e estas poderiam ou não as aprovar. Além disso, normativas referentes à proteção da integridade física dos lutadores poderiam ser impostas ao evento. O primeiro estatuto previa 24 itens regulamentares, dentre os quais estavam previstas 25 proibições de ações consideradas faltosas⁸⁹.

Das 25 proibições constantes nesta primeira regulamentação da NJAC, a maioria delas já constava nas regras estabelecidas anteriormente pelo evento, algumas poucas foram inseridas, tais como cotoveladas de cima para baixo e o uso de linguagem abusiva. Outras diretrizes, além das proibições, também foram prescritas, tais como as dimensões do octógono, posicionamento dos *corners*, uniformização das bandagens, além da inserção de novas categorias de peso, conforme a tabela a seguir.

CATEGORIAS	LIMITE DE PESO
Mosca*	Até 56 kg
Galo*	Até 61 kg
Pena*	Até 65 kg
Leve**	Até 70 kg
Meio-médio**	Até 77 kg
Médio**	Até 84 kg
Meio-pesado **	Até 93 kg
Pesado**	Até 120 kg
Super pesado***	Acima de 120 kg

Tabela 3. Categorias de peso sugeridas pela Comissão Atlética de New Jersey. Fonte: New Jersey State Athletic Control Board, 2002.

* Categorias adotadas posteriormente pelo UFC.

** Categorias adotadas imediatamente pelo UFC.

*** Categoria ausente no UFC.

Embora esse primeiro estatuto basicamente legitimasse aquilo que já vinha sendo colocado em prática, mesmo antes da homologação do Conjunto de Regras Unificadas do MMA, no decorrer dos anos outras importantes alterações foram sugeridas, impostas ou mesmo mediadas pelas CAs norte-americanas.

⁸⁹ O regulamento original pode ser acessado no *site* oficial da Comissão Atlética de New Jersey: <<http://www.nj.gov/oag/sacb/docs/martial.html>>.

Uma das alterações mais importantes, e que será tratada em capítulo posterior, foi a admissão de exames antidoping. Tal medida visava conter o uso de substâncias ilícitas que pudessem oferecer artificialmente vantagens fisiológicas aos combatentes (Camilo; Furtado, 2017). Embora tal medida não tenha sido muito efetiva em um primeiro momento, de qualquer forma, era um indicativo de que as CAs estavam relativamente preocupadas com a preservação da integridade física dos atletas.

Foram inseridas, também, regras que apuravam os cuidados médicos com os lutadores. Para que um lutador esteja apto a participar de um evento do UFC, ele deve agora passar por um rigoroso exame médico, promovido pelo Comitê Médico das CAs. Nestes exames, são verificadas desde doenças contagiosas, lesões ortopédicas, até alterações cardíacas e neurológicas. Segundo o ex-lutador do UFC, Carlo Prater:

Semestralmente eu tenho que entregar exames de sangue completos contra HIV, hepatite B, hepatite C, eu tenho que frequentar oftalmologista e fazer exames com os olhos dilatados pra ver se tem alguma retina descolada, alguma coisa assim mais séria. Eu recebo semestralmente um exame físico completo por fora, ressonância magnética uma vez por ano com contraste pra ver se tá alguma coisa ruim acontecendo com meu sistema neurológico, cérebro, tudo (Prater *In* Câmara dos Deputados, 2012, s/p).

Caso o lutador apresente algum resultado adverso, ele será considerado inelegível para o combate até que este problema seja solucionado. Este tipo de impedimento é, além de raro, um tanto controverso. Não é incomum o relato de atletas afirmando que participaram de eventos do UFC com lesões ortopédicas preexistentes ou mesmo com outros tipos de patologia, tendo em vista a necessidade de obter rendimentos. Excluído do *card* um mês antes do evento UFC Austrália, realizado em novembro de 2017, sob a justificativa de apresentar alterações neurológicas, Mark Hunt deu a seguinte declaração “Eles deixaram um cara lutar com estafilococos⁹⁰ há umas semanas [Kevin Lee]. Se eles estão preocupados com o nosso bem-estar, como eles fazem essas coisas?” (Hunt *In* Ag Fight, 2017, s/p). Nesta entrevista, Mark Hunt afirma que a suspensão médica que o retirou do evento foi uma forma de punição imposta pelo UFC com a conivência da CA responsável, devido a algumas declarações críticas contra a organização do evento.

Outro cuidado médico, inserido na regulamentação do MMA, refere-se às suspensões pós-lutas. Sob a justificativa de evitar o agravamento de lesões ortopédicas ou da Encefalopatia

⁹⁰ Bactérias esféricas, que formam colônias de células aderidas umas às outras, ora encadeadas, aos pares ou formando correntes, ora agrupadas em forma de cachos, geralmente estas colônias de bactérias fixam-se na pele (Health Latin America, 2000).

Traumática Crônica (ETC)⁹¹, entre outras, as CAs, após todos os eventos do UFC, anunciam o tempo de suspensão para cada lutador. Essa suspensão pode variar de um a seis meses, dependendo da forma como termina a luta ou do tipo de lesão sofrida. Normalmente, as suspensões mais longas são impostas aos lutadores que sofrem nocaute com perda de consciência ou quando é constatado algum tipo de fratura mais grave. Suspensões medianas geralmente são determinadas a atletas que sofreram nocaute sem perda de consciência, nocaute técnico, *knockdown* ou algum tipo de fratura menos grave e luxações. Suspensões mais curtas são prescritas para atletas que sofreram cortes ou lesões ortopédicas consideradas leves.

No período de suspensão, o atleta estará impedido de participar de qualquer evento oficial que envolva esportes de combate, além disso, há uma recomendação para que o lutador evite *sparring*⁹² durante este intervalo, pois este tipo de treinamento pode agravar alguns tipos de traumatismos, sejam eles agudos ou crônicos.

Ainda em referência aos cuidados que foram incluídos no rol de regulamentação do UFC pelas CAs, consta a parada para atendimento médico. Se o árbitro julgar necessário, ele tem a prerrogativa de interromper o combate para que o médico responsável examine as condições físicas do atleta; caso este, por sua vez, entenda que a gravidade da lesão, corte, fratura ou luxação, deva impedir o atleta de continuar em combate, ele deve comunicar ao árbitro e este é obrigado a encerrar a luta. O atleta lesionado perde a luta por decisão médica (Comissão Atlética Brasileira de MMA, 2013).

Outro acréscimo nas regulamentações faz menção à adoção do *cutman*. Já há algum tempo admitido nas lutas de boxe, o *cutman* tem como função principal estancar sangramentos provenientes de cortes. A ação do *cutman* é restrita aos intervalos entre *rounds*. Os *cutmans* são parte integrante do *staff* do evento, portanto, estes profissionais não pertencem ao quadro de funcionários que constituem as equipes médicas das CAs (Combate.com, 2015).

Ao analisar as duas fases distintas do processo de regulamentação, primeiro dos confrontos intermodalidades e depois como modalidade esportiva instituída, é possível notar que, em um primeiro momento, as regras impostas pela iniciativa da própria organização tinham como motivações principais questões mercadológicas, adaptação ao formato televisivo e também objetar as críticas e tentativas de proibição daqueles eventos. A partir da homologação

⁹¹ A Encefalopatia Traumática Crônica é caracterizada clinicamente por declínio cognitivo, alterações de comportamento e sinais parkinsonianos. Do ponto de vista neuropatológico, o achado mais marcante é o de numerosos emaranhados neurofibrilares no córtex cerebral na virtual ausência de placas senis (Areza-Fegyveres, Caramelli, Nitrini, 2005).

⁹² *Sparring* é o termo que comumente designa uma forma de treino comum a vários desportos de combate, este tipo de treinamento consiste em uma simulação da luta.

das Regras Unificadas do MMA, as CAs, na figura dos estados norte-americanos, impuseram outras regulamentações e estas tinham como prioridade preservar a integridade física dos lutadores e controlar mais efetivamente os níveis de violência permitidos nestas disputas.

Por se tratar de uma prática de combate competitiva muito recente, pode-se afirmar que as regulamentações ainda estão em processo de constituição. Ao versar sobre este tema, Norbert Elias (1992) atenta para o fato de que os regulamentos de determinada prática esportiva devem manter um equilíbrio entre as tensões propiciadas por tais disputas e os riscos de ferimentos graves aos participantes. Se por um lado, é necessário que as regras mantenham determinadas práticas dentro de padrões aceitos socialmente, por outro lado devem permitir que a ação dos jogadores propicie determinadas excitações. Se, eventualmente, este equilíbrio pender para qualquer um dos dois lados – ou seja, para uma prática muito regulamentada, que restrinja em demasiado as ações entre adversários, ou para uma prática cuja regulamentação permita uma violência afetiva –, em ambos os casos, o quadro de regras comprometerá o efeito catártico da disputa.

5 A LUTA ANTES DA LUTA: DISCUSSÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE PERDA DE PESO EM ATLETAS DO UFC

No ano de 1997 – por exigência das comissões atléticas norte-americanas –, os organizadores do UFC instituíram, pela primeira vez, divisões por categorias de peso. Neste primeiro momento, apenas duas classes de peso foram estabelecidas, os leves, com atletas pesando até 90 quilogramas, e os pesados, acima de 90 quilogramas. No ano de 2001, o UFC já possuía cinco categorias, atualmente existem dez.

A divisão por categorias de peso se mostrou como um grande avanço, com o objetivo de propiciar condições de igualdade entre os atletas (Elias; Dunning, 1992), evitando, dessa forma, os disparates ocorridos nas primeiras edições, quando o UFC ainda era considerado um evento intermodalidade. Mas a introdução sucessiva de novas categorias de peso também correspondeu a outros interesses, os mercadológicos. Eventos cujos *cards* tenham disputa de títulos tendem a atrair mais a atenção do público e, por consequência, a vender mais⁹³. Atualmente, existem oito categorias masculinas e duas femininas⁹⁴, como consequência disso, no ano de 2015, foram realizadas 41 edições do UFC, das quais, em 18 delas houve disputa de algum cinturão⁹⁵, ou seja, pouco menos de metade dos eventos.

O que se notou quando apenas duas classes de peso foram estabelecidas foi um enquadramento quase natural dos atletas às categorias estabelecidas. Porém, com a inserção de novas categorias e com o aumento da competitividade, passou a ser cada vez mais comum que lutadores empreendessem esforços, com sentido de se manterem em suas categorias ou mesmo diminuir seu peso corporal, para lutar em categorias mais leves.

A intenção dos atletas em baixar seu peso corporal e “descer” de categoria está fundamentada na lógica de lutar contra adversários fisicamente mais fracos (Artioli et al., 2006), aumentando, assim, a possibilidade de vitória. No entanto, os procedimentos de perda de peso tornaram-se tão comuns que, atualmente, os atletas baixam seus pesos para lutar em igualdade de condições contra seu adversário, que também perdeu peso para o confronto. Segundo Lima e Hirabara (2013), existem duas alternativas para o processo de perda de peso em período pré-

⁹³ Não se pretende aqui afirmar que eventos com título em jogo sempre vendem mais do que outros, pois esta não é a única variável que define estes números. Em situações específicas, eventos sem disputa de títulos ocasionalmente podem obter melhores resultados financeiros. A título de ilustração, no ano de 2015, a luta entre Connor McGregor e Chad Mendes, não válida pelo título da categoria de peso pena, foi a luta com o quarto melhor desempenho de vendas de pacotes de PPV naquele ano (The Sports Daily, 2016).

⁹⁴ A título de comparação, no Conselho Mundial de Boxe, por exemplo existem 18 categorias de peso, todas masculinas (WBC, 2016) e na Associação Mundial de Boxe são 17 categorias de peso masculinas (WBA, 2016).

⁹⁵ Tanto no MMA quanto no boxe, o título de campeão é simbolizado por um cinturão. Outros objetos detêm simbologia semelhante, a medalha de ouro na Olimpíada ou a Taça nos torneios de futebol.

competitivo. A primeira delas é denominada de perda ponderal de peso, a qual sugere que os atletas se submetam a uma restrição moderada de energia na dieta hiperproteica e adequação no aporte de carboidratos. A perda ponderal reduz significativamente o peso corporal, bem como o percentual de gordura. Se utilizada por um período de duas semanas, a perda ponderal de peso não apresenta qualquer redução de desempenho ou mesmo alterações fisiológicas, no entanto, este procedimento é pouco utilizado por atletas em período pré-competitivo. A outra alternativa, muito mais utilizada, é denominada perda rápida de peso (PRP), que consiste em vários procedimentos distintos tais como,

[...] restrição alimentar severa; realização de exercícios intensos; desidratação alcançada pela restrição da ingestão de líquidos, pelo uso de saunas e pelo treinamento em ambientes quentes, muitas vezes com uso de roupas de plástico e borracha. Alguns relatos apontam que até indução de vômitos e ingestão de laxativos e diuréticos (Artioli et al, 2006, p. 93).

Normalmente, tais procedimentos duram cerca de três semanas e, nos dias que antecedem a pesagem, a ingestão calórica pode ser reduzida a 500 kcal por dia e o consumo de líquidos é suprimido (Lima; Hirabara, 2013). O fato agravante é que alguns atletas utilizam vários desses métodos simultaneamente, colocando em risco sua integridade física. A utilização da PRP pode apresentar as seguintes alterações fisiológicas: “[...] aumento do GH e diminuição da testosterona; diminuição do fluxo sanguíneo renal e do volume de filtração glomerular; aumento da perda de eletrólitos; diminuição da atividade do sistema imunológico; e interrupção temporária do crescimento” (Artioli et al, 2006, p. 95). A partir da citação acima é possível afirmar que a maioria dos métodos utilizados por atletas que se submetem à PRP está voltado para o procedimento de desidratação severa. As consequências no desempenho dos lutadores foram: redução de força muscular, na potência anaeróbia e na capacidade aeróbia, alteração na capacidade de manutenção da glicemia, entre outros (Lima; Hirabara, 2013). Guerra (2004), ao discorrer sobre o processo de desidratação em atletas, afirma que pode ocorrer uma redução do volume plasmático, do fluxo periférico e do ritmo da transpiração, dificultando assim a termorregulação. “Se a desidratação persistir com perda de água superior a 7%, o risco de colapso circulatório torna-se iminente e, em extremo a hipertermia pode levar ao choque térmico e morte (Casa et al, 2000 *apud* Guerra, 2004, p. 168).

Em pesquisa realizada com 179 atletas de MMA, de ambos os sexos, Santos Junior (2016) aponta que 100% deles já perderam peso para participar de alguma competição e houve uma alta prevalência da utilização da PRP. Este estudo indica que a maioria dos atletas perde, em média, de 8 a 12 quilos (por volta de 13% do peso corporal) em período pré-competitivo,

em um prazo médio de 20 dias. Porém, há um caso em que o lutador chegou a perder 33 quilos antes de um evento para se enquadrar na categoria de peso pretendida (Santos Junior, 2016). A Sociedade Brasileira de Medicina Esportiva recomenda que processos de perda de peso não ultrapassem a média de um quilo por semana, de forma controlada e sem colocar o atleta sob risco. Tais números indicam que a utilização do método de PRP é uma prática recorrente entre atletas de MMA. A frequência da utilização da PRP está diretamente relacionada ao número de eventos que determinado atleta vai participar. No caso do UFC, os lutadores disputam, em média, três lutas por ano. Estudos apontam que a repetição frequente do uso da PRP pode causar o desenvolvimento de compulsão alimentar, diminuição do ritmo metabólico, que potencializa ganho de sobrepeso e obesidade (Santos Junior, 2016).

O método de PRP é mais utilizado do que a perda de peso ponderal por proporcionar maior índice de perda de peso, no entanto, apresenta maiores riscos de comprometimentos fisiológicos, sejam eles para o desempenho do atleta na competição ou mesmo para manutenção geral da saúde. No entanto, perdas de peso por conta de desidratação severa exigem um período de tempo mais longo para que o organismo recupere os padrões normais de hidratação, o que pode causar prejuízos na *performance* do lutador.

Seguramente, a opção pelo método da PRP, bem como a escolha da categoria de peso na qual determinado atleta vai lutar não são decisões individuais. Via de regra, atletas de MMA fazem parte de equipes, e alguns integrantes destes grupos são instituídos a intervir nessa decisão. Nesse sentido, outro dado importante da pesquisa de Santos Junior (2016) faz referência a quais pessoas influenciam a decisão do atleta, quanto ao uso do método PRP. Os resultados foram os seguintes, em ordem decrescente de influência: técnico/treinador, colegas de treino, preparador físico, lutadores mais velhos, nutricionista e médico. Esses dados indicam que as pessoas mais qualificadas para intervir na decisão da adoção ou não do uso do método de PRP – o nutricionista e o médico – são as que exercem menor influência na resolução do atleta. Vale ainda ressaltar que não são todas as equipes que contam com o acompanhamento regular de médicos ou nutricionistas. Ou seja, em muitos casos, os procedimentos de perda de peso, por meio de restrição alimentar e desidratação, são realizados de forma empírica e sob a orientação de pessoas inabilitadas que possivelmente desconheçam os potenciais riscos deste método. Então, por que atletas se submetem a tais métodos? Loic Wacquant (2002), em sua pesquisa etnográfica intitulada *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*⁹⁶, relaciona alguns pontos que podem ajudar a responder esta questão.

⁹⁶ Embora Wacquant esteja tratando de outra modalidade, o boxe, não é possível desconsiderar as semelhanças nos métodos de treinamento e dietas empregadas tanto no boxe quanto no MMA.

Os sacrifícios exigidos do boxeador não param na porta da academia. O devotamento monacal exigido pela preparação do combate imiscui-se até mesmo na vida social fora dali e impregna todos os domínios da esfera privada. Para chegar a seu peso ótimo de luta, todo boxeador deve seguir uma dieta restrita (evitar açúcares, fêculas e frituras, comer peixe, carnes brancas e legumes cozidos, beber água e chá), manter horários regulares e impor-se um toque de recolher precoce, para dar ao seu corpo tempo de recuperar. Ensinam-lhe, além disso, desde que ele entra na academia, que deve renunciar a qualquer contato sexual durante semanas antes da luta, sob pena de perder seus fluidos vitais e de minar sua força física e sua energia mental (Wacquant, 2002, p. 86-87).

Ou ainda:

Dee Dee prescreveu-me um regime de peixe branco, peito de frango e filé de peru, acompanhados por legumes cozidos e frutas. Regados a chá e água natural. Evitar pão, açúcar, refrigerantes nem pensar. E se eu ainda tiver fome? Ele pragueja: “Ter fome, mas isto não quer dizer nada! Isso está na sua cabeça, não existe – é uma cisma, é só”. Mas privar-se da alimentação não é nada, comparado com a privação na cama. A mulher é o objeto de todos os desejos e de todos os terrores. Afirma-se e acredita-se piamente que é preciso ficar sem sexo durante as longas semanas que precedem o combate, porque transar amolece, fragiliza, enfraquece. E com razão: “Quando você goza, você perde o sangue que vem da coluna vertebral” (Wacquant, 2002, p. 277-278).

Esses dois trechos do livro de Wacquant descrevem algumas renúncias, impostas pelo seu técnico, com a justificativa de melhorar o desempenho dos lutadores. Privações na alimentação e no sexo são quase uma prerrogativa de ser lutador. No entanto, quais seriam as evidências acerca da eficiência desta dieta específica ou da supressão do sexo para a melhora da *performance*, tendo em vista a inconsistência da argumentação? Dee Dee era um senhor de aproximadamente 82 anos de idade e pouca escolaridade, seus conhecimentos advieram de sua experiência, primeiro como lutador e depois como treinador de boxe. Wacquant (2002) se refere a esta sabedoria como “conhecimento indígena”, ou seja, não está pautada em nenhuma evidência científica, mas na observação e experimentação de métodos práticos. Assim, a concordância do atleta em relação aos procedimentos de um técnico, mesmo que isto cause certo sofrimento, está alicerçada principalmente em uma relação de confiança, ou seja, na certeza de que ele sabe exatamente o que está fazendo. Em outra passagem da obra, Wacquant escreve que:

Curtis adquiriu o mau hábito de comer um Mars e beber um suco de laranja exatamente antes da luta, para se dopar rapidamente com açúcar, a despeito da interdição formal de seu treinador. Até o dia em que vomitou tudo no ringue, na hora de lutar, para satisfação de Dee Dee. Este não cessa de lembrar a seus boxeadores as regras que se devem seguir, em termos de alimentação e sexo, mas sem nunca lhes explicar as razões disso: cabe a cada um aceitar os “sacrifícios” necessários, tendo

confiança nele, ou sofrer as consequências da falta de ética profissional (Wacquant, 2002, p. 235).

No MMA atual, é recorrente que as relações entre técnicos e atletas extrapolem o âmbito esportivo, este vínculo afetivo está assentado no esforço do atleta, na sabedoria do treinador e na confiança entre ambos. É muito comum treinadores e lutadores se referirem às suas equipes como uma grande família, não sendo raro que um lutador atribua a seu treinador a figura paterna. Tais características são habituais no meio dos esportes de combate, como se pode perceber a seguir.

Como a maioria dos treinadores, sobretudo os da “velha escola”, Dee Dee mantém relações complexas e ambíguas com seus pupilos, para os quais ele é, ao mesmo tempo, treinador mentor, guardião, conselheiro sentimental e confidente, e que devotam a ele um respeito filial que ultrapassa de longe a admiração profissional (Wacquant, 2002, p. 130).

Não há dúvidas de que os procedimentos de perda rápida de peso e desidratação são sacrificantes e arriscados, mas como já apontado anteriormente, esta escolha se dá de maneira conjunta. A confiança que um atleta tem em seu treinador e a certeza de que este quer e pode torná-lo um campeão estimulam o empreendimento desmedido de esforços, tais como a decisão de descer uma ou duas categorias de peso, mesmo que isto implique danos à saúde do atleta.

Situações análogas a esta foram teorizadas por Jay Coakley (2007), a partir do que ele estabeleceu como desvio supraconformativo. O desvio supraconformativo consiste em ideias e ações que indicam uma aceitação acrítica de normas e o fracasso ao reconhecer limites para segui-las, refletindo uma condição social que existe quando a supraconformidade se espalha e cria uma ilimitada obediência às normas ou aos comandos dos líderes. É importante ressaltar que este tipo de desvio envolve ideias e ações anormais, relacionadas ao cumprimento rigoroso das regras, mesmo que elas sejam nocivas.

No que se refere ao âmbito esportivo, as formas de desvio supraconformativo, identificadas nos esportes, referem-se, em sua maioria, a lesões por excesso de treino, estratégias extremas de controle de peso, competir lesionado, enfim: reflete o que Coakley (2007) chama de “código dos atletas”. Tal código, relacionado ao sacrifício e à dedicação, precisa ser cumprido – ainda que por meio de medidas extremas, que possam comprometer o bem-estar –, para aceitação dos pares. É esta necessidade de socialização, a partir da aceitação, que cria as condições para que os atletas tendam a se supraconformar com as normas estabelecidas no código ou na ética dos esportes, em especial os de combate.

Embora a PRP seja considerada um método temerário, não há dúvidas quanto a sua eficiência. Ou seja, atletas que se dispõem aos sacrifícios de tais procedimentos, geralmente conseguem atingir seus objetivos, enquadrando-se na categoria desejada. Conforme já apontado, tal método visa única e exclusivamente ao êxito na medição da balança; por outro lado, este recurso não deveria prejudicar o desempenho do atleta na luta, mas isso nem sempre é possível devido ao grande déficit hídrico.

Mesmo que os atletas de MMA tenham por volta de 24 horas para recompor os padrões normais de hidratação, para que seu desempenho não seja prejudicado, estudos apontam que este tempo não é suficiente. A pesquisa de Jetton *et. al.* (2013), na qual foi analisada o processo de reidratação em 40 atletas de MMA, que se submeteram ao método de PRP, aponta que 39% deles ainda apresentavam um quadro de desidratação significativa, duas horas antes das lutas⁹⁷. Possivelmente, estes atletas tiveram seus desempenhos comprometidos durante a competição.

Ultimamente, tornaram-se mais frequentes notícias sobre atletas de MMA que apresentaram quadros extremos de desidratação, inclusive com risco de morte. Na madrugada do dia 8 de julho de 2016, dia da pesagem do UFC 200, evento no qual seria disputado o título dos pesos galo feminino entre a norte-americana Miesha Tate e a brasileira Amanda Nunes, Tate apresentou um quadro de desidratação severa por conta da necessidade de perder alguns quilos antes da pesagem oficial.

⁹⁷ Este estudo não especifica se os atletas faziam ou não uso da reposição hídrica intravenosa.



Figura 12. Miesha Tate sofrendo com corte de peso antes de derrota. Fonte: Sportv.com, 14 jul. 2016.

Esta foto foi tirada pelo fotógrafo Joe Amon (2016), durante o processo de desidratação da atleta. Miesha Tate aparece deitada sobre toalhas, aparentemente sob estado de semiconsciência. O técnico de Tate, Bryan Caraway, que também é marido da lutadora, aparece na foto aferindo a frequência cardíaca da atleta, enquanto outros dois membros da equipe preparam a banheira com água quente para dar prosseguimento ao processo de desidratação. A foto evidencia que o processo de desidratação não foi acompanhado por médicos ou nutricionistas, o que confirma as respostas da pesquisa de Santos Junior (2016), sobre o acompanhamento de profissionais especializados durante tais procedimentos.

Na tarde anterior à pesagem, Tate postou uma foto em redes sociais na qual afirmava estar com 146 libras, algo em torno de 66 quilogramas, ou seja, até o momento da pesagem, a atleta teria que perder mais 5 quilogramas, aproximadamente 7,5% de todo seu peso corporal. No evento oficial de pesagem, Tate apareceu extremamente pálida, abatida e sem qualquer expressão facial, a lutadora teve que ficar nua sobre a balança para alcançar os 61,2 quilogramas, limite máximo da categoria (Tatame, 2016). Cumpre aqui notar que, neste período, haviam apenas duas categorias de peso, palha (até 52,2 quilogramas) e galo (até 61,2 quilogramas). Tal fato levava as lutadoras mais pesadas a um sacrifício ainda maior. Já em dezembro de 2016, foi instituída a categoria peso pena (até 65,8 quilogramas) e, em dezembro

de 2017, criou-se uma categoria intermediária entre o palha e o galo, o peso mosca (de 52,3 até 56,7 quilogramas) (UFC Fight Night, 2018). A adição de novas categorias tende a amenizar a perda de peso entre lutadoras.

Concorda-se com Coakley (2007), quando este afirma que os desvios supraconformativos tornam-se perigosos, por não serem combatidos. Muito pelo contrário: a supraconformidade soa como reafirmação de dedicação, trabalho árduo e realização, neste caso, dada a dificuldade de bater o peso da categoria, Miesha cumpriu seu dever e todo o sofrimento passa a ser reconhecido por seus pares. Desse modo, pode-se relacionar a ética esportiva ao desvio supraconformativo, já que esta se refere a um conjunto inter-relacionado de regras ou padrões, usados para guiar e avaliar ideias, traços e ações em um mundo social – no caso, o esportivo. Formada com base em quatro normas: 1) atletas são dedicados ao “o jogo” sobre todas as outras coisas; 2) atletas lutam por distinção, vencer simboliza melhora e estabelece distinção; 3) atletas aceitam riscos e jogam com dor; e 4) atletas não aceitam obstáculos na busca pelo sucesso nos esportes. É com base nesta ética, sobretudo, que os atletas se empenham na supraconformidade, sem percebê-la enquanto um desvio.

Na noite da luta (cerca de 24 horas depois da pesagem), Miesha, então campeã, e considerada favorita para o confronto, se apresentou de forma apática e foi facilmente finalizada pela lutadora brasileira em pouco mais de três minutos de luta. Possivelmente, o tempo para recuperar os padrões hídricos ideais para o combate não foi suficiente e, ao que parece, isto prejudicou sensivelmente a *performance* da lutadora. Cumpre aqui ressaltar que casos como este estão cada vez mais comuns.

A foto acima foi postada na rede social *Facebook* e grande parte dos comentários fazia referência à necessidade de mudanças nos procedimentos de pesagem do UFC. Também mencionavam os erros cometidos pela equipe técnica da lutadora com relação à perda de peso progressiva, durante o período preparatório da luta. Outro comentário coloca em questão a assertiva de que esporte é saúde. Cabe aqui a ressalva de que a página na qual esta foto foi postada era especializada na cobertura de eventos de MMA.

Outro caso que obteve ampla repercussão na imprensa foi o de Renan Barão. Na manhã do dia 29 de agosto de 2014, dia da pesagem para o UFC 177 – para o qual estava prevista a disputa do título de campeão dos pesos galos entre o brasileiro Barão e o norte-americano T. J. Dillashaw –, o atleta da equipe Nova União teve que ser hospitalizado. Barão realizava, naquela manhã, procedimentos de desidratação severa no quarto do hotel onde estava hospedado em companhia de André Pederneiras, líder da equipe, e mais alguns integrantes. A assessoria de

imprensa da Nova União divulgou uma nota oficial intitulada “Lutador da Nova União foi rapidamente atendido e se recupera bem do susto”, na qual tenta esclarecer o ocorrido.

Na tarde desta sexta-feira, dia 29 de agosto, Renan Barão sofreu um forte mal estar enquanto finalizava o processo de perda de peso e não poderá participar do aguardado combate contra TJ Dillashaw, agendado para sábado, dia 30, na cidade de Sacramento, nos Estados Unidos, pelo UFC 177. Barão seguia normalmente descendo de peso quando, ao sair da banheira do seu quarto de hotel, sentiu-se tonto e acabou chocando a cabeça contra a parede do banheiro. Desacordado, o atleta foi prontamente socorrido por André Pederneiras, líder da Nova União, e pelo staff que o acompanha na viagem. O ex-campeão peso-galo do UFC foi atendido no hospital local e passa bem. Renan Barão retorna ao Brasil no domingo, dia 31, e continuará em acompanhamento médico até estar 100% recuperado do susto. Durante esse período, para se dedicar exclusivamente à recuperação, o atleta se reserva ao direito de não conceder entrevistas (Nova União *In MMA Space*, 2014, s/p).

Esta nota oficial informa novamente que os procedimentos de PRP não foram assistidos por médicos ou nutricionistas, já que o primeiro socorro prestado a Barão partiu do próprio técnico da equipe. De certa maneira, esta nota tenta minimizar a gravidade desta situação, referida como um “susto”. A forma como a nota foi redigida parece insinuar que o desmaio de Barão fora causado pelo choque em sua cabeça e não como consequência do processo de desidratação. A descrição do método de perda de peso é mencionada na nota como “seguia normalmente descendo de peso”, o que pode ser entendido que o uso da PRP é correto. Segundo o *site* G1, o atleta foi levado de ambulância para o hospital em estado de inconsciência e só recobrou os sentidos após o procedimento de reposição hídrica intravenosa, indício de que o desfalecimento foi ocasionado pela desidratação severa (PM Jucurutu, 2014). Os médicos que realizaram o atendimento de emergência ao lutador entraram em contato com a junta médica do evento, informando a situação clínica do atleta. Cientes do quadro de saúde do lutador, os organizadores do evento imediatamente cancelaram este combate.

Não era a primeira vez que Barão tinha enfrentado problemas com perda de peso, em outras duas situações o atleta brasileiro já havia se apresentado para a pesagem oficial do UFC com peso acima do limite da categoria dos pesos galos (61,2 quilogramas). Segundo o *site* Veja.com “Para a revanche, Barão mudou sua estratégia de corte de peso em relação à última luta, ao invés de iniciar sua dieta dez dias antes da luta, ele decidiu mudar seus hábitos alimentares apenas quatro dias antes do evento” (Veja.com, 2014, s/p). Não se sabe ao certo quanto peso Barão já havia perdido no processo de desidratação, mas algumas notícias afirmavam que faltavam apenas 700 gramas para que o atleta se enquadrasse no limite da categoria, embora esta informação também pareça desagavar a situação.

Onze meses antes do acidente com Renan Barão, outro caso ainda mais grave aconteceu com o atleta da equipe Nova União, Leandro Caetano de Souza, conhecido por Leandro Feijão. Escalado para disputar o evento Shooto Brasil edição 43, programado para o dia 27 de setembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, Feijão passou mal antes da pesagem do evento, perdeu a consciência e foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Botafogo. Pouco tempo depois, os médicos responsáveis pelo caso divulgaram nota informando que o atleta havia entrado em óbito.

A causa da morte de Leandro Feijão, segundo o laudo oficial foi um Acidente Vascular Cerebral Hemorrágico (AVC). Alguns dias após a morte do lutador, a Secretaria de Estado e Segurança do Rio de Janeiro emitiu um laudo toxicológico, no qual não foi constatado nenhum tipo de droga no organismo do atleta. Após a emissão desse laudo, a assessoria de imprensa da equipe Nova União se pronunciou lamentando o fato e afirmando que a morte do lutador não tinha nenhuma relação com o fato do atleta se predispor ao método de perda rápida de peso, desonerando-se de qualquer tipo de culpa.

André Pederneiras, líder da equipe Nova União e organizador do Shooto, foi a público e declarou que este acidente poderia ter ocorrido com qualquer um, alegando que não havia relação direta entre a causa da morte e os procedimentos de corte de peso. Entretanto, esta alegação foi relativizada pelo médico neurologista Rafael Brandão, segundo o médico, a causa mais provável do AVC foi o rompimento de um aneurisma cerebral, “Cerca de 5% da população tem uma falha na artéria que leva o sangue para o cérebro. Há um enfraquecimento do vaso, por isso, em casos de pessoas com hipertensão ou alterações congênitas, poderá haver o rompimento dessa artéria e levar ao AVC” (Brandão *In* Sulina, 2013, s/p). Ainda segundo o médico, um quadro de desidratação súbita pode alterar drasticamente o funcionamento do organismo, provocando um aumento abrupto da pressão arterial e esse aumento na pressão pode ter sido fator motivador do rompimento do aneurisma. Em outras palavras, o processo de desidratação empreendido pelo atleta pode ter sido causa indireta da morte. O caso já foi encaminhado ao Ministério Público, que ainda não se pronunciou sobre o assunto (Albuquerque; Barone, 2015).

Não se pretende aqui produzir um inventário exaustivo de todos os casos de complicações clínicas desencadeadas em virtude do processo da PRP, esses três casos já são suficientes para proceder algumas conclusões mesmo que em caráter parcial. Nos três casos acima elencados, pode-se perceber a ausência de profissionais qualificados com sentido de tornar o método da PRP menos arriscado para os atletas, ou seja, os procedimentos são executados de maneira empírica, em caráter experimental, embasados em conhecimentos

rudimentares acerca das necessidades nutricionais e dos danos fisiológicos relacionados a tal método. Em todas as situações supracitadas, havia a concordância do atleta – que possivelmente estivesse parcialmente ciente dos riscos pertinentes à utilização deste recurso –, o apoio dos colegas de treino e a prescrição e anuência dos técnicos e líderes das equipes. Mesmo após centenas de casos apresentando esses mesmos desfechos, esse método continua sendo largamente utilizado, parece haver uma aceitação tácita do conjunto dos esportistas de combate, incluindo aqui lutadores de MMA, quanto à necessidade de se perder peso antes de uma luta. Se este estímulo parte de dentro das próprias academias, quais seriam os recursos para tentar pelo menos amenizar este problema?

O método da PRP oferece perigo à saúde dos atletas tanto de forma aguda quanto crônica, no entanto, os potenciais prejuízos causados pela utilização da PRP extrapolam os indivíduos dispostos a fazê-los. Existem também os prejuízos financeiros decorrentes dos cancelamentos dos eventos – como foi o caso do Shooto 43, cancelado por conta da morte de Feijão –, da suspensão de lutas conforme o caso de Renan Barão ou ainda prejuízos para toda a cadeia esportiva, tendo em vista que ocorrências desta natureza causam repercussão negativa e tendem a afastar patrocinadores interessados em investir no MMA.

Cientes dos prejuízos e das repercussões negativas acima elencadas, os organizadores dos eventos de lutas, em especial o UFC, assumiram um compromisso de tentar restringir a utilização da PRP. As primeiras providências tomadas nesse sentido fazem menção às bolsas que os atletas recebem. No UFC, se algum atleta não conseguir se enquadrar na categoria de peso pretendida no dia da pesagem, o mesmo perde de maneira sumária 20% do valor que receberia originalmente e esse dinheiro é repassado para seu adversário. Em caso de cancelamento da luta, o atleta que não conseguir atingir o peso necessário não terá direito a bolsa, somente seu adversário, caso ele esteja dentro do limite da categoria. No entanto, essa medida não foi capaz de inibir técnicos e atletas, ao contrário, tornou ainda mais dramático o processo da PRP, pela eminência de perda de grandes quantias de dinheiro. Outra medida tomada teve um caráter mais autoritário, os organizadores do UFC obrigaram alguns atletas, que sabidamente tinham dificuldades em bater o peso estabelecido, a se enquadrar em uma categoria superior. Este foi o caso de Renan Barão que, para não ser desligado do evento, migrou do peso galo (61.2 quilogramas) para a categoria imediatamente acima, peso pena (65.8 quilogramas). Existe também uma espécie de norma velada – que não consta nos regulamentos da modalidade, mas é de certa forma empregada –, na qual o atleta que ultrapassar o limite de peso no dia da pesagem por três vezes, é automaticamente desligado do evento.

Outras duas tentativas de controlar este problema têm um caráter menos arbitrário. A primeira delas consiste na proibição da reposição hídrica intravenosa, em outras palavras, o uso de soro como forma de repor os fluidos corporais, técnica largamente usada no processo de reidratação após a pesagem. Esta regra foi elaborada em uma parceria que o UFC estabeleceu com a U. S. Anti Doping Agency (USADA) e passou a vigorar a partir do dia 01 de outubro de 2015.

Todas as infusões e/ou injeções intravenosas (IV) de mais de 50 ml (~3,4 colheres de sopa) por um período de 6 horas são proibidas em todas as ocasiões, tanto dentro quanto fora da competição, exceto aquelas recebidas de forma legítima durante internações hospitalares, procedimentos cirúrgicos ou investigações clínicas, sem uma Autorização de Uso Terapêutico (AUT) (USADA, 2015).

Antes tratada como um método comum de reposição hídrica, agora com a nova legislação da modalidade passou a fazer parte do conjunto de substâncias proibidas pela USADA (doping). Foram desenvolvidos exames que conseguem detectar este tipo de reposição de fluidos, e atletas que forem flagrados utilizando este tipo de expediente podem ser suspensos por até um ano e, em caso de reincidências, podem até ser banidos do esporte. No entanto, o que se percebeu com a proibição da reposição hídrica intravenosa foi uma notória queda de desempenho dos lutadores. Foi possível notar, por meio das transmissões televisivas, que muitos atletas apresentavam um grau de fadiga extrema já no final do primeiro *round* de combate, algo incomum até então. Tal fato evidencia que a grande maioria, senão a totalidade dos lutadores do UFC, recorria ao expediente da reposição hídrica intravenosa. Certamente, esta queda de qualidade do espetáculo preocupou os organizadores do evento, os quais realizaram uma sutil, mas significativa mudança nos protocolos de pesagem, o que permite um tempo maior para a reidratação oral de atletas que se utilizam da perda rápida de peso, conforme será visto adiante.

A outra tentativa mais complexa e também mais polêmica ainda está em fase de estudos. O UFC e a USADA estão pretendendo implantar a “Política de Gerenciamento de Peso”, na qual, “[...] os lutadores precisarão provar, na semana da luta, que não estão com mais de 8% a mais do peso que precisam atingir na pesagem” (Uol Esporte, 2016, s/p). Segundo esta diretiva, os atletas deverão chegar na semana do evento com um excesso de peso, além do limite da categoria, de no máximo 8% do seu peso corporal. Ou seja, um atleta que pretende lutar na categoria de peso leve (70.3 quilogramas), sete dias antes da pesagem não pode apresentar um peso superior a 76 quilogramas. Assim, o atleta teria até o momento da pesagem que perder cerca de 800 gramas por dia para atingir o limite máximo da categoria. Sem dúvida, isto

significaria um sensível avanço no sentido de tentar evitar que atletas se utilizassem do método de perda rápida de peso, faltando três ou quatro dias para a pesagem oficial. Há ainda, em fase de estudos, a proposição de estabelecer protocolos que determinem o peso do atleta e em qual categoria ele deve lutar, a partir de suas características corporais, embora isso pareça utópico.

Embora o UFC tenha implementado regras e estudado novas possibilidades de coibir os procedimentos referentes à perda rápida de peso, em especial os processos relativos à desidratação, uma outra medida tomada recentemente parece ir na contramão dessas novas políticas e tende a facilitar o procedimento de reidratação por via oral.

As pesagens do UFC, ao longo os anos se tornaram cada vez mais espetacularizadas. Hoje em dia se configuram como um acontecimento quase independente do evento principal. Com venda de ingressos, transmissão ao vivo pela TV e possibilitando ao público a interação com os lutadores. As pesagens servem como uma espécie de pré-luta, mas desta feita contra a balança, daí a ideia de intitular este capítulo como “A luta antes da luta”. Para ilustrar esta espetacularização, na edição 198 do UFC, realizada na cidade de Curitiba, em 14 de maio de 2016, todos os 15 mil ingressos das pesagens foram comercializados com antecedência, estabelecendo um recorde de público (Linares; Resende, 2016).

Até a edição do UFC 199, existia um protocolo específico para as pesagens. Normalmente, 24 horas antes do início do evento principal, os dois atletas que realizariam a primeira luta do evento eram chamados ao palco, um a um, e subiam na balança, o peso de cada um deles era anunciado ao público, os dois se aproximavam, se encaravam e se retiravam do palco. Isto se repetia sucessivamente até que os dois oponentes que realizariam a luta principal fossem chamados. Fim da pesagem, início do processo de recuperação de peso, de reidratação, ainda no palco da pesagem. A balança utilizada neste espetáculo era oficial e aferida pelas Comissões Atléticas responsáveis pela normatização do evento, e a pesagem era realmente pública. Se algum lutador extrapolasse o peso previsto para sua categoria, o público ficava sabendo já naquele momento, existia ainda o intervalo de uma hora a mais para que o atleta que não tivesse conseguido bater o peso na primeira vez fizesse uma segunda tentativa.

Esta descrição minuciosa serve para ilustrar o fato de que a pesagem oficial e o respectivo evento ocorriam em um mesmo momento e tinham um caráter público. Com a modificação dos protocolos do UFC, a partir da edição 199, a pesagem oficial passou a ter um caráter privado, fechada ao público e à imprensa. Agora a balança oficializada pelas Comissões Atléticas fica sediada no hotel onde os atletas estão hospedados. A balança fica disponibilizada das 10 horas da manhã até as 2 horas da tarde do dia anterior ao evento principal, e agora os

lutadores têm apenas uma tentativa para se enquadrar no limite da categoria de peso, todo este processo é acompanhado somente pelos delegados das Comissões Atléticas.

A mudança parece ser sutil, mas, de certa maneira, pode contribuir para que atletas sigam realizando o procedimento de perda rápida de peso. Isso porque esse novo protocolo permite aos lutadores um tempo maior para executar o processo de reidratação via oral, agora o único permitido. Se antes os lutadores tinham cerca de 27 horas de intervalo entre a pesagem e a luta, agora podem ter até 33 horas de intervalo, ou seja, seis horas a mais. Pode parecer pouco, mas esta alteração foi muito bem recebida pela maioria dos lutadores. Michael Bisping, ex-detentor do título dos pesos médios do UFC, declarou: “Eu vou aproveitar essa vantagem de me pesar às 10 da manhã, simplesmente porque terei mais tempo para me reidratar. Faz sentido. O meu oponente vai fazer a mesma coisa, então não há nenhuma vantagem mesmo nisso, eu só acredito que, para os lutadores em geral, isso será muito mais seguro” (Bisping *In* Rodrigues, 2016, s/p).

A declaração de Bisping é, de certa forma, tendenciosa e ambígua. Ao anunciar que esta alteração de protocolo não vai se converter em vantagens para ele em relação ao seu oponente, ele tem razão. Mas, ao admitir que será vantajoso ter mais tempo para se reidratar, está reconhecendo, de maneira implícita, que esta mudança beneficiará todos aqueles que adotam a PRP como procedimento usual. Neste atual momento, onde o UFC toma providências para coibir os métodos de perda rápida de peso, esta alteração do protocolo de pesagem parece ser contraditória.

Ao longo deste capítulo tratou-se, majoritariamente, dos aspectos relacionados à perda rápida de peso em atletas de MMA. Essa centralidade atribuída ao MMA é decorrente do objetivo específico referente a este capítulo e da especificidade inerente a esse esporte. No entanto, esta opção metodológica pode passar a falsa impressão de que os procedimentos da PRP e suas consequências consistam em um problema exclusivo desta modalidade. Isto não procede. Das 33 pesquisas pré-elencadas para a elaboração deste capítulo, apenas quatro delas tratavam especificamente do MMA; as outras 29 pesquisas tinham como elemento central a perda rápida de peso, mas no contexto de outros esportes de combate tais como judô, jiu-jitsu, muay thai, tae-kwon-do, luta olímpica e boxe. Três artigos faziam referência aos esportes de combate de uma maneira geral, mas nenhum deles sequer tratava do MMA.

Este esclarecimento implica o reconhecimento de que o método de perda rápida de peso é um recurso largamente utilizado por esportistas de combate de diversas modalidades. Para ilustrar esta afirmação, na pesquisa realizada por Lima e Hirabara (2013), a qual trata de efeitos da perda rápida de peso em atletas de combate, há o relato de três mortes de colegas norte-

americanos saudáveis e praticantes de luta olímpica somente no ano de 1997, esses óbitos foram causados por paradas cardiorrespiratórias decorrente do processo severo da PRP. Com sentido de tentar evitar mais mortes, a Associação Atlética Universitária Nacional (NCAA) implementou algumas modificações regulamentares, na tentativa de coibir o uso frequente deste método. O filme *Foxcatcher: uma história que chocou o mundo* (2014) explicita, em determinada cena, Mark Schultz – medalhista de ouro nas Olimpíadas de Los Angeles 1984 e campeão mundial de luta olímpica – recorrendo ao método de perda rápida de peso, antes de uma importante competição. Após um episódio bulímico, devido à pressão a que era submetido pelo pseudotécnico John Du Pont, o protagonista necessitava perder aproximadamente 6 quilos em poucas horas. Com o apoio do irmão, recorreu a estratégias heterodoxas: vomitar e fazer exercícios aeróbicos trajando vestimentas pesadas, com a finalidade de desidratar. Realmente, conseguiu bater o peso da sua categoria, mas, logo após a pesagem, nu, desmaia nos braços do irmão.

Tendo em vista todos os problemas relacionados a PRP, a CA do Estado da Califórnia apresentou uma proposta ousada, contendo dez itens que podem reduzir drasticamente os riscos ocasionados pela utilização de métodos temerários. Em maio de 2017, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos membros da referida CA, e, em julho de 2017, passou a vigorar. A seguir, os dez itens da resolução:

- 1) Solicitar que os lutadores de MMA selecionem a categoria de peso mais baixa para competir. Fazer perguntas sobre o corte de peso e desidratação para que seja aprovado para competir. A divisão escolhida deve ser declarada segura por um médico.
- 2) O lutador que falhar na pesagem oficial é multado em 20% da sua bolsa, com 10% indo para a Comissão e 10% para seu adversário. Além de um desconto de 20% no bônus de premiação, em caso de vitória, com o dinheiro indo integralmente para o oponente.
- 3) Quatro classes de peso adicionais - 165 libras (74,8kg), 175 libras (79,4kg), 195 libras (88,5kg) e 225 libras (102,1kg) - para dar aos atletas mais opções.
- 4) Alterações de política para a forma como as lutas são aprovadas, com ênfase na categoria de peso apropriada.
- 5) Restrições de categoria de peso para lutadores que falharem na pesagem mais de uma vez. Esses atletas podem ser obrigados a competir em uma divisão mais alta até que um médico certifique que é apropriado e a Comissão aprove.
- 6) Continua o procedimento de pesagem mais cedo, na véspera da luta, para permitir aos lutadores o tempo máximo para reidratação.
- 7) Uma segunda verificação do peso no dia do evento, para garantir que os lutadores não ganharam de volta mais que 10% do seu peso corporal. Atletas que ganharem peso excessivo podem ser convidados a passar para uma categoria de peso mais alta.
- 8) Verificar a desidratação por gravidade específica da urina e/ou física por médicos da CSAC.
- 9) Recomendação de uma verificação de peso de 30 dias e 10 dias antes para "lutas de título de alto nível", semelhante àquelas feitas por algumas organizações de boxe.
- 10) Exame e educação para matchmakers, promotores de evento, treinadores e atletas na oferta, aceitação e contratação de lutas (Combate.com, 2017, s/p).

Esta nova regulamentação contém itens importantes, que, se postos em prática, podem se configurar como uma forma de combate muito eficiente em relação aos métodos arriscados de PRP. As atenções estarão voltadas para os itens 5, 7 e 9. O quinto item da resolução já seria por si só uma possibilidade de evitar que atletas insistissem no método de PRP, tendo em vista que, na segunda falha na pesagem da categoria almejada, o atleta automaticamente subiria de categoria. Já o item 7, consiste em uma segunda pesagem no período imediatamente anterior a luta, se verificado que o atleta recuperou, sob a forma de hidratação mais de 10% de seu peso corporal, da mesma maneira que o item 5, será conduzido a uma categoria superior de peso. O item 9 obriga os atletas a se utilizarem dos métodos de perda de peso ponderal em detrimento da PRP, tendo em vista que dificilmente um atleta conseguirá manter o processo de desidratação por um período de mais de dez dias, em função da perda das capacidades físicas adquiridas ao longo dos treinamentos. Esta proposta é viável do ponto de vista financeiro, tendo em vista que os agentes das CA colhem periodicamente exames antidopagem dos lutadores, bastaria ter uma balança homologada pela instituição responsável.

Até agora, fevereiro de 2018, esta proposta entrou em vigor apenas no estado da Califórnia, tendo em vista a autonomia das CAs norte-americanas para adotar critérios próprios para tentar reduzir os métodos de PRP. Outras CAs estão esperando os resultados desta resolução para adotar ou não tais critérios. A modo de exemplo, no *UFC Fight Night: Swanson vs Ortega* realizado em 9 de dezembro de 2017, na cidade de Fresno, estado da Califórnia, quatro atletas – Marlon Moraes, Iuri Alcantara, Davi Ramos e Luke Sanders – tiveram recomendação para subir uma categoria de peso, tendo em vista que eles extrapolaram o limite de 10% de diferença entre a pesagem oficial, no dia anterior a luta, e na pesagem antes da disputa.

A partir da data do evento, os atletas têm um prazo para apresentar exames expedidos por médicos credenciados pela CA da Califórnia, nos quais deve haver uma certificação de que a categoria de peso escolhida pelo atleta é apropriada. Sem esta certificação o atleta estará impedido de lutar na mesma categoria que gerou a recomendação, sendo assim obrigado a subir uma categoria de peso. Porém, ainda existe a dúvida se a recomendação terá valor apenas no estado da Califórnia ou se outras jurisdições vão acatar tal decisão, mesmo não tendo regulamentações semelhantes. Nenhuma outra CA se manifestou acerca deste caso. Dos quatro atletas punidos, nenhum deles foi escalado para outro evento.

6 DOPING NO UFC: UMA VIOLÊNCIA VELADA, MAS NÃO INVISÍVEL

A proposta deste capítulo é apresentar uma reflexão acerca da ocorrência de casos de doping em atletas vinculados ao UFC. Nesse sentido, tornou-se necessário ampliar a escala de análise e compreender de que maneira o uso de dopagem, ao longo das últimas décadas, tem se tornado um dos principais problemas relacionados aos esportes de uma maneira geral, e tem afetado de maneira perceptível as disputas do UFC. Portanto, o capítulo foi organizado da seguinte maneira: conceituação do doping, segundo as principais instituições médicas e esportivas de controle de dopagem; historicização do doping nos esportes, a partir de fontes, tais como regulamentos, protocolos, fontes imagéticas, depoimentos dos atletas e dos dirigentes do UFC, documentários e propagandas de caráter comerciais; análise de algumas substâncias e métodos ilícitos que melhoram (ou não) a *performance* dos atletas; descrição de alguns casos de doping ocorridos no UFC; problematização e identificação de tensões acerca das providências tomadas pela organização do UFC, em conjunto com as instituições de controle de dopagem, com sentido de evitar tais transgressões; as consequências para os lutadores que se utilizam desses recursos e para aqueles que são vitimados em função de algum tipo de dopagem; e, por fim, apresentar as proposições institucionais que objetivam coibir este tipo de prática.

Conceitualmente, este capítulo estará fundamentado a partir dos constructos teóricos propostos por Jay Coakley, especialmente no livro *Sports and society: issues and controversies* (2007) e ainda em algumas reflexões acerca das noções de vigilância e punição descritas por Michel Foucault, na obra *Vigiar e punir: história da violência nas prisões* (2011). É necessário aqui ressaltar que a noção de violência apresentada nas obras foucaultianas detém um caráter constitutivo das relações de poder. Porém, ao contrário de alguns pressupostos teóricos que entendem que o poder seja essencialmente repressivo e violento, Foucault propõe que as relações de poder sejam analisadas de forma particularizada e, somente a partir destas análises, torna-se possível perceber se as relações de poder se convertem ou não em ações violentas.

Como afirmado, a elaboração deste capítulo foi inspirada em algumas noções foucaultianas, postas aqui como pano de fundo, com sentido de pensar as relações de poder, entre o UFC, CAs, WADA, atletas, equipes, entre outros. A própria construção discursiva seguiu a lógica do referido autor, com a descrição e investigação de um contexto bem delimitado, tentando demonstrar as relações de poder e violência circunscritas ao UFC.

Partindo da premissa de que este estudo pretende abordar formas de violências que se manifestam no âmbito do UFC, torna-se imprescindível, já no início deste capítulo, justificar

por que o doping está sendo considerado um tipo de violência. Nesse sentido, pretende-se elencar dois pressupostos que fundamentam esse entendimento.

1) Por dificultar a autonomia da escolha – a autonomia é aqui entendida no sentido proposto por Kant (2007), ou seja, a capacidade humana de se autodeterminar segundo uma racionalidade individual, a qual deve estar livre de fatores coercitivos externos e balizados pela moralidade e pelas normativas sociais e legais, pois o direito passa a legitimar-se na autonomia individual do homem (Hupffer, 2011). No artigo intitulado “Doping e a lógica da escolha” (Camilo; Furtado, 2017), os autores descrevem dois casos nos quais os atletas tiveram sua autonomia prejudicada em função de coerções externas. “O caso de Miguel”, no qual o referido atleta de MMA se recusa, em um primeiro momento, a usar substâncias ilícitas com objetivo de melhora da *performance* atlética. Mas, após as intensas coerções do técnico e dos colegas de treino, o lutador acaba cedendo às pressões: “Eu não quero tomar. Eu sei que é uma luta importante e eu não posso perder, mas eu não quero tomar... Mas o mestre me falou que, se eu não tomar, eu não tenho chance” (Miguel *In* Camilo; Furtado, 2017, p. 33). Ou, ainda: “Quando cheguei à academia estava lá o mestre com a injeção e já foi falando para eu parar de ‘viadagem’ e deixar que ele aplicasse logo” (Miguel *In* Camilo; Furtado, 2017, p. 34). Na descrição do outro caso, “Thiago” estava sendo sistematicamente pressionado pelo técnico e pelo patrocinador para perder peso de maneira brusca, com objetivo de baixar de categoria, sem obter sucesso por meio de dietas, o atleta recorre a meios ilícitos: “Então, eu passei em um nutricionista ‘top’ que me receitou umas ‘paradas’ que estão dando certo” (Thiago *In* Camilo; Furtado, 2017, p. 38).

Salvini (2017) e Mariante Neto (2016), em suas pesquisas de doutorado em academias de MMA, observaram a existência daquilo que é denominado de “família”. Foi possível perceber, por meio desses dois estudos, que “a família” é um espaço privilegiado de coerções, no qual a autonomia de cada atleta está sujeita à aquiescência dos “patriarcas” e dos “irmãos”, ou seja, técnicos e colegas de treino, respectivamente. Estas “famílias” não são estabelecidas por fatores consanguíneos, mas por uma noção de pertencimento, privilégios e privações. As vontades próprias dos atletas devem se conformar com as imposições “familiares” e, por vezes, o uso de substâncias ilícitas está em questão. Importante aqui ressaltar que a decisão final de usar ou não tais substâncias é do atleta, ele será responsabilizado caso seja flagrado no exame antidoping, no entanto, o que se pretende aqui evidenciar é que existem algumas formas de coerções às quais tais atletas estão sujeitos.

Na obra *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*, Loïc Wacquant (2002) apresenta um capítulo intitulado “O chefe da orquestra”, cuja lógica de coerções de um

ginásio de boxe se aproxima das noções de “família” descritas por Salvini (2017) e Mariante Neto (2016). O título do capítulo faz referência ao proprietário do ginásio que, com uma postura por vezes autoritária, obriga seus pupilos a se conformarem com suas convicções. Neste caso específico, o problema do doping não é evidenciado, mas as coerções impostas comprometem a autonomia de suas escolhas, seja nos treinamentos, quanto à alimentação, a conduta fora do ginásio, entre outros.

Nos quatro trabalhos acima elencados existe um fator comum: a vida dos lutadores dentro e fora das academias é compartilhada e controlada por técnicos e colegas de treino. A não obediência às imposições estabelecidas pela “família” geralmente implica em exclusão. Ou seja, a privação da autonomia é compensada pelo privilégio do pertencimento. A partir desses estudos, é possível notar que a decisão em admitir o uso de doping, frequentemente, é coletiva e, em alguns casos, contrariam a vontade dos lutadores e isso é um pressuposto da violência.

2) Por se tratar de um desvio subconformativo – segundo Coakley (2007), o desvio subconformativo consiste em ideias e ações que indicam uma rejeição às normas ou ignorância sobre suas existências, refletindo uma condição social que existe quando a subconformidade se espalha e cria um descumprimento geral de leis. Ao se tratar do âmbito esportivo, os desvios subconformativos se constituem em ações que infringem as regulamentações que controlam cada modalidade. Lembrando que tais regras visam, por exemplo, possibilitar condições de igualdade entre os adversários ou mesmo a manutenção da integridade física de um atleta, entre outros elementos. Regularmente, os desvios subconformativos são potencialmente violentos. Esta violência, portanto, está alicerçada na transgressão às normativas estabelecidas. Assim, o uso de substâncias dopantes, ao proporcionar vantagens indevidas aos seus usuários, se caracteriza como uma forma de violência.

Embora as duas características acima aludidas não sejam as únicas, elas já são suficientes para justificar o entendimento de que o doping se caracteriza como uma forma de violência. Essas teorizações, mesmo que por ora parciais, tornam-se necessárias na medida em que se pretende, ao final deste estudo, apresentar um conjunto de condições capazes de caracterizar a violência no contexto específico do UFC.

A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) considera doping “[...] a utilização de substâncias ou métodos proibidos capazes de promover alterações físicas e/ou psíquicas que melhoram artificialmente o desempenho esportivo do atleta” (ABCD, 2014, s/p). Segundo o Departamento Médico do Comitê Olímpico Brasileiro o doping pode ser definido da seguinte maneira:

Considera-se como doping a utilização de substâncias ou métodos capazes de aumentar artificialmente o desempenho esportivo, sejam eles potencialmente prejudiciais à saúde do atleta ou a de seus adversários, ou contrário ao espírito do jogo. Quando duas destas três condições estão presentes, pode-se caracterizar um doping, de acordo com o Código da Agência Mundial Antidoping (AMA) (Comitê Olímpico Brasileiro, 2009, p. 24).

No ano de 1963, o Comitê Olímpico Internacional (COI) publicou a primeira lista de substâncias e métodos proibidos em suas competições (ABCD, 2014). Como neste período ainda não havia a obrigatoriedade de exames que constatassem o uso destes produtos, a lista tinha apenas um caráter informativo. No entanto, o COI já tinha a pretensão de sistematizar e unificar as diretrizes de controle de doping que, até aquele momento, estava restrita a algumas normativas difusas e ineficientes estabelecidas de forma independente por algumas federações, entre elas, a *International Association of Athletics Federation* (IAAF), a qual já dispunha, desde 1928, de um código⁹⁸ com as primeiras medidas de combate aos métodos e substâncias proibidas em suas competições (IAAF, 2006).

Possivelmente, a elaboração de uma listagem com substâncias consideradas ilícitas e métodos proibidos tenha sido o primeiro passo do COI com o objetivo de coibir, de maneira regulamentar, uma conduta cada vez mais recorrente nos esportes de alto rendimento, tendo em vista que a dopagem fere um dos principais pressupostos do esporte – a igualdade de condições entre os atletas (Guttmann, 1978). Existem evidências que sugerem que o uso deste tipo de procedimento era habitual muito antes da elaboração da lista com a relação de substâncias proibidas. Tais evidências puderam ser constatadas em vários casos, a modo de exemplo, na Olimpíada de 1904, ocorrida na cidade de Saint Louis, Estados Unidos. Durante a prova da maratona, o atleta norte-americano Thomas Hicks, precisou, por duas vezes, de atendimento médico, ocasionado por um estado de exaustão severa. Em ambas as ocorrências, foram ministradas ao atleta doses de estricnina⁹⁹ que, embora fosse um veneno mortal, era também usada como substância estimulante, o que possivelmente permitiu ao atleta terminar a prova na primeira colocação, obtendo assim a medalha de ouro (Harkup, 2016).

⁹⁸ Trechos deste código denominado “Handbook of the International Amateur Athletic Federation 1927-1928” pode ser acessado e baixado no *site* da IAAF < <https://www.iaaf.org/news/news/a-piece-of-anti-doping-history-iaaf-handbook> >.

⁹⁹ Segundo o Manual de Toxicologia Clínica, a estricnina é um alcaloide derivado das sementes da árvore *Strychnos nux-vomica*. Já foi utilizada como ingrediente de tônicos isentos de prescrição. No entanto, a estricnina é fatal na dosagem de 1mg/kg. Atualmente é utilizada como pesticida e rodenticida (Nordt, 2014, p. 231).



Figura 13. O vencedor da maratona das Olimpíadas de 1904, Thomas Hicks, carregado por seu treinador. O atleta recebeu injeções de estricnina e doses de ‘brandy’ durante a prova para conseguir completar o percurso. Fonte: Instituto Ciência Hoje, 2014.

A consolidação do esporte profissional – e o consequente aumento da competitividade, a necessidade de bons resultados, o empenho na quebra de recordes e o declínio de um *ethos* amador orientado pela lógica do *fair-play* – ocasionou uma busca desmedida por alternativas que melhorassem a *performance* dos atletas de alto rendimento, com objetivo de obtenção de êxito na carreira esportiva. Mudanças nos métodos de treinamentos fundamentados nos avanços dos conhecimentos fisiológicos, o refinamento das técnicas possibilitado por novas tecnologias, o desenvolvimento de novos materiais mais leves e resistentes, aperfeiçoamentos nutricionais e suplementares, entre outros fatores, contribuíram sobremaneira para a melhora do desempenho dos atletas. Foi nesse mesmo período que os problemas com doping foram se agravando. Avanços científicos e tecnológicos possibilitaram aos laboratórios químicos e farmacêuticos a produção de substâncias artificiais, tais como hormônios sintéticos, que, na maioria das vezes, objetivavam tratamentos terapêuticos (Silva; Danielski; Czepielewski, 2002; Pardos et.al, 1999; Garcia; Yonamine; Moreau, 2005); mas, por outro lado, poderiam também maximizar as capacidades físicas (força, potência, resistência) e psíquicas (concentração, controle emocional) de atletas.

Prevendo os desdobramentos problemáticos que o uso de doping poderia causar aos Jogos Olímpicos – uso massivo de substâncias para melhoria de desempenho –, o COI, com o propósito de identificar e reprimir o uso de tais substâncias, implementou no ano de 1968 a obrigatoriedade de exames antidoping em período de competição¹⁰⁰. E, neste mesmo ano, na Cidade do México, ocorreu a primeira punição motivada por doping em Olimpíadas. O

¹⁰⁰ Período compreendido entre as 12 horas que antecedem o evento até o término do mesmo. Durante este intervalo de tempo, deverão ser recolhidas as amostras que serão enviadas aos laboratórios credenciados (Código Mundial Antidopagem, 2015, p. 143).

pentatleta sueco Hans-Gunnar Liljenwall foi desclassificado da competição após a comprovação de ingestão de bebida alcoólica (Polonini, 2016; Marques, 2016). Embora representasse um avanço na tentativa de coibir o doping, a ação do COI estava restrita apenas aos Jogos Olímpicos. Outras competições, no entanto, ainda dependiam de procedimentos elaborados pelas federações de cada modalidade e isso tornava a tentativa de contenção do doping nos esportes ineficiente.

Já no ano de 1998, uma situação emblemática levou o COI a adotar medidas mais efetivas contra o uso de doping. O “caso Festina” consistiu em uma operação realizada pela polícia francesa, a qual apreendeu, durante a competição ciclística *Tour de France*¹⁰¹, um carro da equipe Festina, dirigido por um dos comandantes do grupo. No veículo, a polícia encontrou uma grande quantidade de seringas e de eritropoetina (EPO)¹⁰² (Christiansen, 2006). Interrogados, o diretor da equipe Willy Voet, o médico Bruno Roussel e mais nove atletas da Festina admitiram o uso sistemático de EPO e foram sumariamente eliminados da prova. Os integrantes da equipe Festina sugeriram à polícia e à organização do *Tour de France* que estendessem a investigação às outras equipes participantes. No 17º dia da competição, a organização *Tour* impôs a obrigatoriedade de coleta de sangue a todos os atletas, com objetivo de averiguar o uso de substâncias proibidas. Imediatamente, seis equipes se recusaram a realizar os exames exigidos e abandonaram a prova sob o argumento de que tais exames não estavam previstos no regulamento da competição, e que os ciclistas estavam sendo coagidos pela polícia francesa. A alegação de coação foi motivo de uma matéria publicada no jornal espanhol Mundo Deportivo. Referindo-se ao *Tour de France*: “Eles estão o matando. É uma morte lenta, cruel, indigna. Mata-o a polícia francesa com uma atuação desproporcionada, sem atender aos direitos mais elementares de qualquer cidadão, maltratando os esportistas e o esporte com controles de madrugada, detenções sem sentido e atuação humilhantes”¹⁰³ (Nolla, 1998, s/p). Todas as

¹⁰¹ O *Tour de France* é uma prova ciclística de estrada que teve sua primeira edição no ano de 1896. Disputada anualmente é considerada a principal e mais tradicional prova ciclística do mundo. Atualmente, esta competição é fragmentada em etapas e a prova tem duração de aproximadamente 21 dias (Paris Tours, 2017).

¹⁰² A eritropoetina é indicada no tratamento da anemia associada à insuficiência renal crônica, incluindo os pacientes em diálise. Visa elevar ou manter o nível de hemácias no sangue (expresso pelo nível de hematócrito ou de hemoglobina), reduzindo o número de transfusões nestes pacientes. Após dois meses de tratamento, praticamente todos os pacientes não necessitarão mais de transfusões sanguíneas (Fiocruz, 2014). Entretanto, a eritropoetina recombinante vem sendo administrada também por atletas que buscam maior resistência física, em especial, atletas que praticam esportes de alto desempenho aeróbico e endurance. Isto porque a eritropoetina tem a capacidade de aumentar a concentração de hemácias, disponibilizando maior aporte de oxigênio aos tecidos musculares, gerando como consequência maior resistência física (Eritropoetina, 2012).

¹⁰³Originalmente: “O están matando. Es una muerte lenta, cruel, indigna. Lo mata la Policía francesa con una actuación desproporcionada, sin atender a los derechos más elementales de cualquier ciudadano, vejando a los deportistas, al deporte, con controles de madrugada, detenciones sin sentido, actuaciones humillantes” (Nolla, 1998, s/p).

outras equipes também cogitavam a saída da competição, caso a organização mantivesse suas decisões. O *Tour de France* corria sérios riscos de, pela primeira vez na história, ser interrompido e esta era uma possibilidade rejeitada pelos organizadores da competição.

A imprensa europeia evidenciava em seus editoriais os tensionamentos que permeavam o *Tour de France*, edição de 1998. Se, por um lado, havia a cobrança de punição aos atletas que se recusavam a realizar os exames – o que, de certa maneira, poderia indicar o uso de dopagem –, por outro, havia o interesse por parte da organização do evento que a prova tivesse um término. A disputa só teve continuidade depois que os organizadores da competição se reuniram secretamente com os atletas remanescentes e os convenceram, de maneira obscura, a finalizar a prova. Dos 189 ciclistas que iniciaram a disputa, apenas 96 completaram a corrida. A intensa repercussão do escândalo nos meios de comunicação europeus, continente onde o ciclismo de estrada é popular, foi bastante negativa. Alguns jornais passaram a se referir à prova como o “*Tour de Farce*”, em português a “Volta da farsa” (BBC, 1998).

A repercussão do caso Festina, além de abalar a credibilidade do *Tour de France*, também colocava em suspeição a competição olímpica do ciclismo de estrada, tendo em vista que alguns participantes que haviam abandonado a disputa, os quais supostamente se utilizavam de doping, competiam na prova olímpica, entre eles: Richard Virenque, Laurent Brochard, Laurent Dufaux, Neil Stephens, Servais Knaben, entre outros (Olympic Games, 2016). De acordo com o jornal português Record, Willie Voet e Bruno Roussel foram suspensos das atividades esportivas e ainda foram punidos a dez meses e um ano de prisão, respectivamente. Todos os ciclistas investigados ou foram absolvidos ou tiveram penas simbólicas (RECORD, 2000) – possivelmente, esta tenha sido uma das condições negociadas na reunião entre os atletas e os organizadores para que a prova tivesse um término. A repercussão das brandas penas impostas aos ciclistas repercutiu de forma negativa e a organização da corrida recebeu severas críticas.

Pressionado por parte da imprensa europeia, principalmente, o COI, que historicamente se colocava de maneira contrária ao uso de substâncias dopantes, admitiu que era então necessário estabelecer políticas mais amplas, resolutas e eficazes contra o uso do doping. No ano de 1999, a referida organização realizou a primeira Conferência Mundial sobre dopagem nos esportes. Durante os três dias dessa assembleia – que reuniu as principais federações de modalidades esportivas diversas, além de outras instituições de gerenciamento esportivo –, foi elaborada uma vasta documentação que previa o estabelecimento de políticas efetivas no combate ao doping. Entre as principais resoluções constava a criação de uma agência mundial

antidopagem, independente à World Anti-doping Agency (WADA) (World Anti-doping Agency, 2017).

De acordo com os termos da Declaração de Lausanne, a Agência Mundial Antidopagem (WADA) foi criada em 10 de novembro de 1999, para promover e coordenar a luta contra o doping no esporte internacionalmente. A WADA foi criada como uma base na iniciativa do COI com o apoio e a participação de organizações intergovernamentais, governos, autoridades públicas e outros órgãos públicos e privados que combatem a dopagem no esporte (World Anti-doping Agency, 2017, s/p)¹⁰⁴.

Em seu primeiro ano de vigência, a WADA estabeleceu o World Anti-doping Code¹⁰⁵ (WADC), em português Código Mundial Antidopagem, o qual previa uma série de políticas que visavam banir o doping do esporte. O referido código passou a vigorar oficialmente no ano de 2004 e as primeiras atualizações ocorreram a partir de 2009. Vale aqui ressaltar que o documento utilizado para esta pesquisa já inclui as alterações aprovadas pelo Conselho Constitutivo da Agência Mundial Antidopagem no ano 2013. Entre as principais diretrizes do Código Mundial Antidopagem, estava o estabelecimento de uma ampla lista de substâncias proibidas ou agentes mascarantes¹⁰⁶; a normatização dos protocolos antidopagem; o credenciamento e padronização de laboratórios para coleta e análise de amostras de urina e sangue de atletas; a obrigatoriedade de exames em período não competitivo; além de penas severas aos infratores mesmo em caráter retroativo – tais como perda de medalhas, longas suspensões e até mesmo o banimento do esporte –; e de políticas voltadas para a educação e ética no esporte. Com sentido de manter a eficiência do Código Internacional Antidopagem, a WADA realiza atualizações constantes, via de regra, anuais, que visam incluir novas substâncias ilícitas que potencializem as capacidades físicas dos atletas (ABCD, 2014).

¹⁰⁴ Originalmente: “Pursuant to the terms of the Lausanne Declaration, the World Anti-Doping Agency (WADA) was established on November 10, 1999, in Lausanne to promote and coordinate the fight against doping in sport internationally. WADA was set up as a foundation under the initiative of the IOC with the support and participation of intergovernmental organizations, governments, public authorities, and other public and private bodies fighting doping in sport” (World Anti-doping Agency, 2017, s/p).

¹⁰⁵ Segundo a fonte consultada, o Código é o documento fundamental e universal que serve de base ao Programa Mundial Antidopagem nos esportes. O objetivo do Código é estimular o esforço antidopagem através da harmonização universal dos princípios antidopagem. Pretende ser específico o bastante para harmonizar integralmente as questões que demandam uniformidade, ainda que seja geral o suficiente em outras áreas para permitir flexibilidade em relação à implantação dos princípios antidopagem acordados. O Código foi elaborado levando em consideração os princípios da proporcionalidade e os direitos humanos. Para ter o acesso integral ao Código Internacional Antidopagem, visite <<https://www.wada-ama.org/en>>.

¹⁰⁶ Os agentes mascarantes são substâncias que não têm efeitos dopantes, mas que são usadas para dissimular o consumo de produtos que manipulam de forma significativa o desempenho desportivo, como os anabolizantes ou a dopagem sanguínea. A lista completa de agentes mascarantes pode ser acessada em <http://www.cbat.org.br/anad/lista_proibida.pdf>.

O estabelecimento da WADA e a simultânea criação de algumas agências nacionais de controle de dopagem representaram uma sensível melhora no combate ao doping nos esportes. Em quase 20 anos de atuação, a agência ganhou notoriedade internacional e tornou-se a principal referência no combate ao doping. Dezenas de federações internacionais, de modalidades diversas, adotaram o Código Mundial Antidopagem da WADA como forma de coibir o uso de substâncias proibidas. Embora haja um esforço conjunto entre a WADA, o Comitê Olímpico Internacional (COI), os Comitês Olímpicos Nacionais e as Agências Nacionais de Controle de Dopagem, os casos de doping no esporte continuam a se avolumar. Um acontecimento recente evidenciou o uso sistemático de dopagem que envolveu a delegação russa de atletismo. Conforme o relatório apresentado por uma comissão da WADA, atletas, técnicos, dirigentes, oficiais da Agência Russa Antidopagem (RUSADA), integrantes do Ministério do Esporte da Rússia, membros da polícia secreta e componentes da IAAF participaram de um grande esquema que visava burlar o Código Mundial Antidopagem. A descoberta dessa abrangente organização resultou na exclusão da equipe de atletismo russa dos Jogos Olímpicos, realizados na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016 (Globo.com, 2015).

O caso de doping da delegação russa de atletismo, bem como a ampla rede de corrupção que atuava nas mais diversas esferas de poder daquele país, aponta para os múltiplos interesses que envolvem a busca por resultados expressivos no âmbito esportivo. A considerar que o esporte, atualmente com características espetacularizadas, é considerado como um dos fenômenos sociais de maior expressão popular, e abriga em si aspectos mercadológicos (abertura de novos mercados esportivos, a construção de ídolos), nacionalistas (projeção das capacidades esportivas de um país, consolidação de um ideal nacionalista, reconhecimento da nação enquanto potência mundial por meio do esporte), entre outros. Ou seja, a mobilização de instituições em favor do doping é indício de que existem variados interesses que permeiam a busca por excelentes *performances* e obtenção de medalhas.

Um dado alarmante na luta contra o doping faz menção ao relatório produzido pela WADA ao longo do ano de 2016 e divulgado em agosto de 2017. A instituição verificou um aumento de 26% de casos de dopagem em relação ao ano anterior. O relatório contabilizou 4.814 resultados positivos para uso de substâncias proibidas (Vechioli, 2017). Segundo a instituição, esse aumento se deu, entre outros fatores, pela inclusão de novas substâncias proibidas incluídas ao rol da WADA. Importante aqui ressaltar que estes números se referem também a esportes não olímpicos. Esses dados merecem ser analisados de forma mais cuidadosa, pois os números declarados podem representar apenas um quadro parcial e

impreciso sobre a quantidade de atletas que se utilizam de meios ilícitos para melhorar o desempenho esportivo. Essa parcialidade está pautada principalmente em três situações.

A primeira delas refere-se ao fato de que algumas instituições que gerenciam modalidades esportivas simplesmente não adotam os procedimentos estabelecidos pelo Código Internacional Antidopagem elaborado pela WADA. Exemplo disso são algumas modalidades esportivas não olímpicas¹⁰⁷, as quais têm autonomia para adotar critérios próprios, desconsiderando algumas das diretrizes sugeridas pela Agência Norte-americana de Antidoping (USADA), a qual está vinculada à WADA. Vale aqui ressaltar que o próprio Código Mundial Antidopagem não prevê a obrigatoriedade de adoção integral de seus procedimentos, pois “Os modelos e diretrizes serão recomendados pela WADA e ficarão disponíveis aos signatários e outras partes interessadas, mas os mesmos não serão obrigatórios” (Código Mundial Antidopagem, 2015, s/p).

A segunda situação está relacionada a casos de corrupção e conivência de algumas agências nacionais, as quais burlam deliberadamente os procedimentos e protocolos estabelecidos pela WADA. Além do caso com os esportistas russos, já mencionado, a Comissão Anti-doping da Jamaica, por exemplo, suspendeu no ano de 2012 todos os testes antidopagem que deveriam ser realizados em integrantes da equipe de atletismo, no período fora de competição. Esta suspensão antecedeu a uma série de quebra de recordes de velocistas jamaicanos em *meetings* internacionais. Ciente desta situação e desconfiada dos resultados obtidos pelos atletas jamaicanos, a WADA de maneira sigilosa organizou uma comissão independente, com objetivo de testar esses atletas. O resultado desta diligência foi o flagrante de doping em cinco atletas da referida equipe em exames-surpresa realizados fora da Jamaica (Romanelli, 2013; BBC, 2013).

Já a terceira condição está assentada no fato de que os laboratórios químicos e farmacêuticos desenvolvem em velocidade vertiginosa substâncias para melhora de desempenho atlético, que ainda não constam no rol de proibições da WADA, nesse sentido, a instituição tem tomado algumas medidas para tentar coibir estas situações. Daí a importância de punições de caráter retroativo.

Mesmo que imprecisos e parciais, os dados apresentados no relatório supracitado apontam para o uso generalizado de doping em diversas modalidades esportivas, que vão desde

¹⁰⁷ Beisebol, futebol americano, entre outros. Vale aqui ressaltar que o boxe profissional segue as diretrizes das Comissões Atléticas Norte-americanas e o boxe amador ou Olímpico é controlado pela Associação Internacional de Boxe Amador (AIBA), cujas regulamentações estão vinculadas ao COI e as políticas de antidopagem seguem as diretrizes da WADA (AIBA, 2018).

o tiro esportivo ao hipismo – neste último, o doping é constatado também em cavalos. Embora os resultados apresentem índices considerados alarmantes e apontem para o uso massivo de dopagem, por outro lado, é necessário ressaltar que o aumento de flagrantes em casos de doping evidencia a eficácia dos procedimentos estabelecidos pela WADA, visando à contenção deste tipo de conduta ilícita. Este relativo êxito tem, nos últimos anos, compelido várias instituições que organizam eventos esportivos, em especial os não olímpicos, a se comprometerem na adoção dos procedimentos da Agência Mundial Antidopagem. Exemplo recente dessas adesões pode ser constatado nos protocolos empregados pelo UFC, como veremos mais adiante.

A seguir apresenta-se uma tabela com o resumo de substâncias proibidas pelo WADC.

S1	Agentes anabolizantes	Esteroides androgênicos endógeno/exógeno
S2	Hormônios peptídeos	Eritropoetina, hormônio do crescimento
S3	Beta-2 agonistas	Salbutamol, formoterol, salmeterol
S4	Moduladores hormonais e metabólicos	Androstatrienediona, insulinas
S5	Diuréticos e agentes mascarantes	Glicerol, furosemida
M1	Manipulação do sangue	Qualquer forma de manipulação intravascular
M2	Manipulação química e física	Injeções intravenosas, adulteração
M3	Dopagem genética	Transferência de polímero de ácidos nucleicos
S6	Estimulantes*	Anfetamina, efedrina
S7	Narcóticos*	Morfina, heroína
S8	Canabinoides*	Maconha, haxixe
S9	Glucocorticosteroides*	Todos
P1	Álcool ^{108*}	Etanol
P2	Beta-bloqueadores*	Atenolol, propranolol
*Substâncias proibidas apenas durante o período de competição.		

Tabela 4. Resumo da lista de Substâncias e Métodos Proibidos. Fonte: o autor.

¹⁰⁸ Na última atualização do Código Mundial Anti-dopagem (2017), a WADA excluiu o álcool da lista de substâncias dopantes. Essa exclusão terá validade a partir de primeiro de janeiro de 2018. As confederações mundiais de esportes aéreos, tiro com arco, esportes com automóveis, motocicletas e barcos deverão a partir da referida data considerar álcool como “[...] substância proibida por razões de segurança” (Grande prêmio, 2017, s/p).

Conforme já apresentado em capítulo anterior, o UFC surge como um evento intermodalidades, cujo principal objetivo constava em evidenciar qual modalidade de combate possuía as técnicas mais eficientes em uma luta com regramento mínimo. Vale aqui retomar a ideia, já apresentada anteriormente, de que a modalidade MMA ainda não existia, as competições desta natureza tratavam-se de eventos com características intermodalidades, portanto não era ainda considerado um esporte. Nesses momentos iniciais do UFC, não havia por parte dos organizadores uma preocupação quanto ao uso de substâncias que melhorassem a *performance* dos lutadores, essa afirmação está pautada na inexistência de fontes que evidenciem tal cuidado. Neste período, havia apenas a desconfiança e rumores de que alguns lutadores se utilizavam de esteroides anabolizantes, objetivando aumento de massa muscular e força. Por não haver divisões por categorias de peso, ter um volume de massa muscular proeminente representava uma vantagem considerável naqueles combates.

Quando a Comissão Atlética de New Jersey sancionou o Conjunto de Regras Unificadas do *Mixed Martial Arts*, no ano de 2000, o MMA passava a ser considerado legalmente como um esporte (Engelhart, 2011). Esta regulamentação sujeitava os eventos do UFC realizados no estado de New Jersey às normativas estabelecidas pela Comissão Atlética daquele estado. Em um curto período de tempo, outras Comissões Atléticas norte-americanas adotaram procedimentos semelhantes. Entre as principais diretrizes das Comissões Atléticas, constava a obrigatoriedade de adoção de um programa para a realização de exames antidoping. Como já ressaltado, as Comissões Atléticas norte-americanas são entidades autônomas, sem fins lucrativos e legislam os esportes em consonância com as leis estaduais norte-americanas. Segundo as diretrizes da Nevada State Athletic Commission (NSAC), considerada a mais importante dos Estados Unidos¹⁰⁹, esta instituição tem como missão:

A conduta e a regulamentação do combate desarmado em Nevada são regidas pelo Estatuto Revisado de Nevada (NRS) capítulo 467, e são esclarecidas pelo Regulamento da Comissão capítulo 467 do Código Administrativo de Nevada (NAC). A Comissão administra as leis e regulamentos estaduais que regem o combate desarmado para a proteção do público e para garantir a saúde e segurança dos concorrentes (Nevada State Athletic Commission, 2017, s/p)¹¹⁰.

¹⁰⁹ A Comissão Atlética de Nevada (NSAC) é considerada a mais antiga e mais atuante dos Estados Unidos, tendo em vista que a cidade de Las Vegas, local que sedia as principais disputas de MMA e boxe, se localiza naquele estado.

¹¹⁰ Originalmente: “The conduct and regulation of unarmed combat in Nevada are governed by NRS Chapter 467, and are further clarified by the Regulations of the Commission (Chapter 467 of the Nevada Administrative Code). The Commission administers the State laws and regulations governing unarmed combat for the protection of the public and to ensure the health and safety of the contestants” (Nevada State Athletic Commission, 2017, s/p).

A citação acima elencada evidencia a autonomia das Comissões Atléticas norte-americanas – neste caso, a de Nevada –, para adotar critérios próprios em função das legislações de cada estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que as CAs estaduais são soberanas quanto aos julgamentos e às penas previstas aos infratores. Entretanto, o regulamento da NSAC permite que federações ou organizadores de eventos com caráter esportivo optem por protocolos antidopagem estabelecidos pela própria comissão, em parceria com alguns laboratórios associados ou por outras instituições antidopagem, as quais devem, obrigatoriamente, ser sancionadas pela NSAC. O UFC optou, neste primeiro momento, pelos protocolos da NSAC.

Embora houvesse algumas discrepâncias entre os procedimentos antidopagem empregados pela WADA e pelas CAs, ambas objetivavam coibir métodos ilícitos para melhora de *performance* de atletas. No entanto, um item específico do código antidopagem das CAs, e admitido pelo UFC, parecia caminhar na contramão em relação às políticas antidopagem da WADA. A permissão, para alguns atletas, do uso da Terapia de Reposição de Testosterona¹¹¹ (TRT). Essa decisão era frontalmente contra as normas preconizadas pela agência mundial, que considerava este método como uma forma de doping legalizado.

Segundo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), o TRT é indicado para indivíduos com produção do hormônio testosterona abaixo dos níveis normais¹¹². Com o processo de envelhecimento, é natural que esta queda hormonal tenda a se agravar. Cerca de 15% dos homens entre 50 e 60 anos apresentam níveis hormonais abaixo do recomendado e, na faixa dos 80 anos, metade dos homens tem índices de produção de testosterona abaixo do normal, nesses casos pode haver a indicação médica para o TRT. Os principais sintomas associados ao declínio dos níveis de testosterona são: diminuição de massa e força muscular, queda de interesse sexual, dificuldade de ereção, falta de concentração e capacidade intelectual, perda de pelos, ganho de peso à custa de gordura, irritabilidade e insônia, entre outros (SBEM, 2016). No entanto, existem casos em que a produção de testosterona pode ser deficitária devido a fatores não referentes ao envelhecimento. O diretor da SBEM, Alexandre Hohl, esclarece que pode haver outras causas para o hipogonadismo –

¹¹¹ Os hormônios esteroides anabólicos androgênicos (EAA) compreendem a testosterona e seus derivados. Eles são produzidos nos testículos e no córtex adrenal, e promovem as características sexuais secundárias associadas à masculinidade. Na medicina, os EAA são utilizados geralmente no tratamento de sarcopenias, do hipogonadismo, do câncer de mama e da osteoporose. Nos esportes, são utilizados para o aumento da força física e da massa muscular; entretanto, os efeitos sobre o desempenho atlético permanecem, ainda, controversos (Silva; Danielski; Czepielewski, 2002).

¹¹² Segundo o diretor médico da Comissão Atlética Brasileira de MMA, Márcio Tannure, são considerados níveis normais de testosterona de 200 a 800 nanogramas por decilitro de sangue (Tannure, 2013). No entanto, Alexandre Hohl (2013), diretor médico da SBEM, afirma que os valores considerados normais da testosterona variam, em geral, de 241 a 827 nanogramas por decilitro.

deficiência na produção de testosterona –, as quais podem ter origem genética. Isso ocorre quando a hipófise não estimula os testículos a produzirem os hormônios, ou quando há uma má formação ou mesmo ausência dos testículos, ou ainda quando o transporte da testosterona para a corrente sanguínea não é adequado. Outro fator que pode interferir na produção apropriada de testosterona está relacionado a algum trauma que cause a perda da funcionalidade dos testículos (Hohl, 2013). Existe, ainda, outra condição que pode levar um indivíduo a desenvolver o hipogonadismo. De acordo com Alexandre Hohl (2013), o uso contínuo e excessivo de esteroides anabolizantes, sem orientação médica, pode, em um longo prazo, inibir drasticamente a produção de testosterona e, segundo o médico, estes casos são geralmente irreversíveis.

Segundo Tannure (2013) e Hohl (2013) o objetivo da terapia de reposição de testosterona consiste na manutenção de índices normais deste hormônio, independente da causa do hipogonadismo – o qual é reconhecido enquanto patologia. Porém, este tratamento, segundo o WADC é considerado um método proibido. Nos protocolos estabelecidos pela WADA, não existe nenhuma circunstância específica que permita este tratamento sem que o mesmo seja considerado doping. Até o ano de 2014, o UFC e as Comissões Atléticas norte-americanas consideravam que, sob algumas condições, a reposição hormonal era permitida. O atleta deveria provar, por meio de exames médicos, a necessidade de tratamento, ou seja, a patologia precisaria ser comprovada. Justificada a necessidade de reposição hormonal, o atleta deveria solicitar ao UFC e à comissão atlética responsável a autorização de uso terapêutico (AUT)¹¹³ (Corrêa, 2013). A justificativa para a liberação do uso de TRT é dada pelo médico Márcio Tannure em entrevista concedida a Corrêa:

O UFC permite seu uso para manter o princípio básico da desportividade, que é dar condições iguais aos competidores. Um atleta com baixo nível de testosterona não terá o mesmo desempenho de quem tem níveis normais do hormônio. Quem usa doping, quem faz uso de qualquer substância para se dopar, obtém uma condição superior em relação ao seu adversário. Aqui, queremos dar uma condição igual. Também fazemos testes para quem usa TRT e o lutador precisa estar dentro do nível correto, senão será punido (Tannure *In* Corrêa, 2013, s/p).

Esta percepção acerca da TRT é também compartilhada pelo médico Alexandre Hohl.

¹¹³ Segundo o *site* Venun (2014), a WADA recebeu, ao longo dos quatro anos que antecederam as Olimpíadas de Londres, cerca de 1.500 requerimentos de AUT para a TRT, não tendo concedido nenhuma sequer. Ao tratar de esportes não olímpicos, a NFL (Liga profissional de futebol americano nos EUA) não abre nenhuma exceção faz cinco anos. A MLB (liga de beisebol dos EUA) emitiu apenas seis autorizações em seis temporadas, sendo que mais de 1.200 atletas competem por ano.

Negar o TRT para quem precisa do tratamento é impedir a participação deste atleta na competição. O lutador com hipogonadismo que não tem permissão para realizar o tratamento ficará muito mais fraco que os demais lutadores, sua performance estará muito abaixo dos demais. É exatamente o lado oposto do doping. Quem possui hipogonadismo precisa de tratamento, independentemente de ser um lutador de MMA. Sem tratamento, todo o funcionamento do corpo estará seriamente prejudicado. É uma doença e, neste caso, a reposição de testosterona é fundamental (Hohl, 2013, s/p).

Sob a justificativa de propiciar condições de igualdade entre os atletas do UFC, a TRT passou a ser requerida e concedida a vários lutadores por meio da autorização para uso terapêutico (AUT), entre eles estão Dan Henderson, Forrest Griffin, Nate Marquardt, Chael Sonnen, Frank Mir, Antonio Pezão, Vitor Belfort. Entretanto, esta terapia era motivo de desconfiança da parte de outros atletas, que consideravam a utilização da TRT uma maneira legalizada de obter vantagens ilícitas. A WADA, no ano de 2011, já havia criticado a organização do evento devido à falta de gerência no controle de dopagem dos atletas e também pela concessão de AUTs relacionadas à testosterona (Sportv.com, 2012). Em resposta a essa crítica, o presidente do UFC, Dana White, argumentou que “[...] nenhum lutador entra ou sai de uma luta sem passar pelos testes e, além disso, o Governo americano participa de todo o controle” (White, 2012, s/p). A réplica de White revela um aspecto problemático acerca das condutas do UFC e das Comissões Atléticas norte-americanas, quanto aos procedimentos de combate ao doping.

Os exames antidopagem, até o mês de dezembro de 2013, eram realizados de forma não sistemática, apenas durante o período de competição. Nessas circunstâncias, havia a possibilidade de que os lutadores ministrassem elevadas doses de testosterona no período fora de competição e diminuíssem as quantidades com a proximidade do evento, dessa maneira, tais excessos não constariam nos exames realizados no dia do evento. Provavelmente, esses atletas fizessem uso de testosterona injetável de curta duração. Ao receber este tipo de hormônio, os índices de testosterona podem atingir picos de 1.800 nanogramas por decilitro de sangue (ng/dl), muito acima do limite tolerável que é de 800ng/dl. Por se tratar de hormônio de curta duração, estes altos picos retornam aos padrões de normalidade entre sete e 12 dias após a aplicação. Se estes ciclos forem bem administrados pelos atletas, possivelmente, propiciarão significativos ganhos de massa muscular e força durante os treinamentos. Esses acréscimos fisiológicos podem perdurar por algumas semanas, assegurando, assim, vantagens no dia da competição (Siqueira, 2012). Dessa maneira, os atletas realizavam os exames de dopagem antes ou após a luta com os índices hormonais considerados normais, e qualquer traço do uso de testosterona exógena seria justificado por meio da TRT.

Além dos problemas acima relatados, existe ainda um agravante quanto ao uso da TRT. Na maioria dos homens, há uma relação entre a testosterona e a epitestosterona¹¹⁴ na ordem de 1/1, ou seja, para cada unidade de testosterona no organismo outra unidade de mesma medida de epitestosterona é produzida. No caso da TRT, a testosterona exógena (sintética) é produzida isoladamente sem seu fator inibidor, diferente da testosterona bioidêntica. Isso torna a testosterona exógena muito mais eficiente do que a endógena, além do que, as Comissões Atléticas norte-americanas permitem uma relação de até 6/1 e, nesta situação, mesmo que os níveis de testosterona de um atleta sejam considerados normais, a disparidade na relação acima descrita propicia significativa vantagem fisiológica (Hohl, 2013; Otto, 2014).

Feitas essas considerações acerca da permissão do uso da TRT no UFC, pretende-se agora descrever um caso emblemático que culminou com a proibição desta terapia nas disputas do evento, o caso Vitor Belfort.

Lutador brasileiro nascido em 01 de abril de 1977, hoje (2017) com 40 anos, faixa preta de jiu-jitsu e especialista em boxe, Belfort é considerado pela mídia esportiva como um dos mais proeminentes lutadores de MMA do mundo. Com passagens por vários eventos, tais como, Strikeforce, Cage Rage, Pride, Affliction e UFC, no qual foi campeão das categorias pesado e peso meio-pesado, possui um cartel de 26 vitórias, 13 derrotas e um *no contest*¹¹⁵. Após sofrer uma derrota por nocaute para o compatriota Anderson Silva, na edição 126 do UFC realizada na cidade de Las Vegas, em 5 de fevereiro de 2011, Belfort anunciou que, por indicação médica, daria início ao tratamento de TRT. Dessa forma, o lutador solicitou ao UFC e às Comissões Atléticas norte-americanas a autorização para uso terapêutico (AUT). Com base em um laudo médico endocrinológico, a organização do UFC acatou o pedido, mas os dirigentes NSAC negaram tal autorização, alegando que o regulamento do estado de Nevada proibia que atletas que já tivessem antecedentes por esteroides anabolizantes naquele estado obtivessem tal licença. Belfort havia testado positivo para uso da referida substância em um evento Pride, realizado na cidade de Las Vegas no ano de 2006. A justificativa para negar a licença a Belfort foi dada por Keith Kizer diretor executivo da NSAC:

¹¹⁴ Segundo Hohl (2013), a epitestosterona é um epímero da testosterona de ocorrência natural, com ação antagonista sobre o receptor de androgênios e cujos níveis no sangue estão elevados em indivíduos imaturos sexualmente. Em outras palavras, a epitestosterona tem como uma de suas funções equilibrar e controlar os efeitos da ação da testosterona no organismo.

¹¹⁵ No combate entre Vitor Belfort e Kevin Gastelum, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 03 de junho de 2017, o lutador norte-americano impôs um nocaute técnico no primeiro *round*, mas, devido à constatação da substância Carboxy-Tetrahydrocannabinol, metabólito de maconha, no exame antidoping de Gastelum, a luta foi considerada sem resultado (Martin, 2017).

Atletas que possuem níveis de testosterona abaixo do normal são elegíveis para uma isenção de uso terapêutico (TUE) de substâncias, dentro de parâmetros rigorosos, a menos que o atleta tenha essa deficiência hormonal em decorrência de uso prévio de anabolizantes. As razões para isso: 1) Dissuasão (desencorajamento da prática): mais um motivo para um atleta não utilizar substâncias proibidas no início de sua carreira. 2) Justiça: um atleta não deve ter isenção para uma doença auto-infligida. Todos os competidores profissionais são testados em Nevada e nós iremos processar os violadores do nosso regulamento de esteroides e drogas (Kizer, 2013, s/p).

A justificativa apresentada pelo executivo da NSAC coincide com as afirmações do diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), Alexandre Hohl, o qual considera que o uso prolongado de esteroides anabolizantes pode ser uma das causas para o hipogonadismo, mesmo que não houvesse exames que comprovassem as causas desta patologia no atleta. Apesar da negativa da NSAC, o atleta manteve a decisão de continuar o tratamento, embora isso significasse a proibição de lutar no estado de Nevada. Outras comissões estaduais não se opuseram à solicitação e concederam a AUT a Vitor Belfort. Sob os efeitos da TRT, Belfort foi escalado pelo UFC para lutar em seis edições do evento, todas elas, fora do estado de Nevada – Pensilvania (2011), Rio de Janeiro (2012), Ontário (2012), São Paulo (2013), Jaraguá do Sul (2013) e Goiânia (2013). Vale aqui ressaltar que as AUTs, que permitiram ao atleta participar de eventos no Brasil, foram concedidas pela Confederação Atlética Brasileira de Mixed Martial Arts (CABMMA), instituição filiada à IMMAF e coordenada pelo médico Márcio Tannure. Das seis lutas, Belfort venceu cinco, sendo derrotado em apenas uma ocasião¹¹⁶. Aqui fica evidenciada uma conjunção de interesses. Primeiro, o UFC tinha autonomia para proibir a utilização desse método em suas competições, mas não o fez possivelmente pelo fato de que Vitor Belfort, entre outros que se utilizavam da TRT, ocupava uma posição de destaque na organização, o atleta foi escalado várias vezes para lutar no Brasil onde esta permissão ainda tinha caráter legal. E, possivelmente, as posições adotadas por Tannure, em defesa do método da TRT, estejam vinculadas aos interesses do UFC em manter o lutador em atividade e com ótimo desempenho.

Neste caso específico, é possível perceber a mutabilidade dos conceitos propostos por Coakley (2007), devido à adoção de normativas distintas. Alguns casos relacionados à TRT, como o de Belfort, são considerados, no estado de Nevada, como um desvio subconformativo, pois está em desacordo com as regras impostas pela NSAC. Lembrando que este tipo de desvio é caracterizado pela inobservância das regulamentações que controlam a modalidade. Porém, em outras localidades, nas quais o uso do TRT era permitido, no Brasil, por exemplo, poderia

¹¹⁶ Na edição número 152 do UFC seria disputado o título da categoria meio-pesado entre Jon Jones e Dan Henderson, porém este último se lesionou dois dias antes do evento. Belfort mesmo sendo de uma categoria de peso abaixo, médio, se ofereceu para disputar o título e acabou sendo derrotado.

se configurar enquanto um desvio supraconformativo, pois, neste caso, a administração de testosterona exógena era permitida pela regra, mas era uma medida extrema, que poderia comprometer o bem-estar do lutador em detrimento da obtenção de bons resultados.

No dia 7 fevereiro de 2014, durante o período preparatório para a luta contra Chris Weidman, Belfort foi flagrado em um exame antipodagem surpresa¹¹⁷, no qual foi constatado o índice de testosterona acima dos padrões determinado pelas CAs. Em sua defesa, Belfort argumentou que o excesso de testosterona em seu organismo foi motivado por um equívoco do médico que ministrou doses acima do normal. Com o objetivo de comprovar sua alegação, o atleta apresentou, cerca de duas semanas depois, outro exame, realizado por conta própria, no qual os níveis de testosterona já estavam normalizados. Segundo Belfort, “Embora níveis que estejam um pouco acima do normal não são incomuns para aqueles que estão em tratamento (TRT), meu médico imediatamente modificou a dosagem para os níveis normais, como você pode ver no resultado com níveis normais no exame de 22 de fevereiro” (Belfort, 2014, s/p).

A argumentação do lutador não foi suficiente para convencer os dirigentes do UFC nem os comissários norte-americanos, de que o resultado do exame havia sido uma exceção e que ele não pretendia obter vantagens com o tratamento. A divulgação dos resultados do teste de Belfort motivou uma série de críticas acerca da liberação do uso da TRT. Em redes sociais, outros atletas e apreciadores da modalidade cobravam medidas enérgicas para o caso. Em uma assembleia extraordinária no dia 27 de fevereiro de 2014, comissários na NSAC, dirigentes do UFC e de outras organizações de MMA e boxe decidiram banir as autorizações para uso terapêutico da TRT no estado de Nevada. Eles consideraram que a terapia estava sendo utilizada de forma irregular, propiciando, assim, vantagens indevidas e legalizando um tipo específico de doping. Na mesma semana, comissões de outros estados adotaram iguais medidas.

Esta decisão foi muito bem aceita pela comunidade do MMA. O próximo adversário de Belfort, Chris Weidman declarou na época:

Este é um dia incrível para o esporte. Isto é algo que quero ver acontecer há muito tempo. O TRT era e sempre foi uma forma de trapacear, e estou feliz que Nevada finalmente reconheceu isso, especialmente já que vou enfrentar um usuário conhecido de TRT. Espero que todas as outras comissões atléticas sigam, porque já demorou demais. Se você precisa de TRT para lutar, você não deveria lutar (Weidman, 2014, s/p).

¹¹⁷ Até dezembro do ano de 2013, o UFC previa apenas exames em período competitivo. A partir de janeiro de 2014, a organização do evento, em parceria com as comissões atléticas, implementou os exames realizados em período fora de competição, denominados exames-surpresa.

O julgamento pelo doping de Vitor Belfort aconteceu em julho de 2014 e a NSAC estabeleceu que o atleta deveria ser suspenso por dez meses, contados a partir da constatação do doping – de fevereiro a novembro. Tal pena foi considerada branda, já que o atleta era reincidente. Dias depois, o UFC confirmou que, após o término da suspensão, Belfort enfrentaria Weidman pela disputa do título dos pesos médios, em 6 de dezembro de 2014. Por motivos de lesão, esta luta foi adiada para a edição 187 do UFC, ocorrida em 23 de maio 2015, em Las Vegas. O lutador brasileiro foi derrotado ainda no primeiro *round*.

Um fato curioso chamou a atenção dos apreciadores da modalidade. A pedido da imprensa norte-americana, a NSAC apresentou os exames antidopagem realizados pelos dois atletas no período fora de competição. Mesmo sem a TRT, Belfort apresentou índices superiores aos de Chris Weidman (Ribas; Alcantara, 2015). Tal exame talvez se configure como um indício bastante convincente de que o uso da TRT por Belfort tivesse pouca relação com a necessidade de reposição de testosterona, por conta de uma patologia. Possivelmente, o uso deste método servisse apenas para a manutenção de ótimos desempenhos de um atleta, cuja idade já se configurava como fator comprometedor de *performance*.

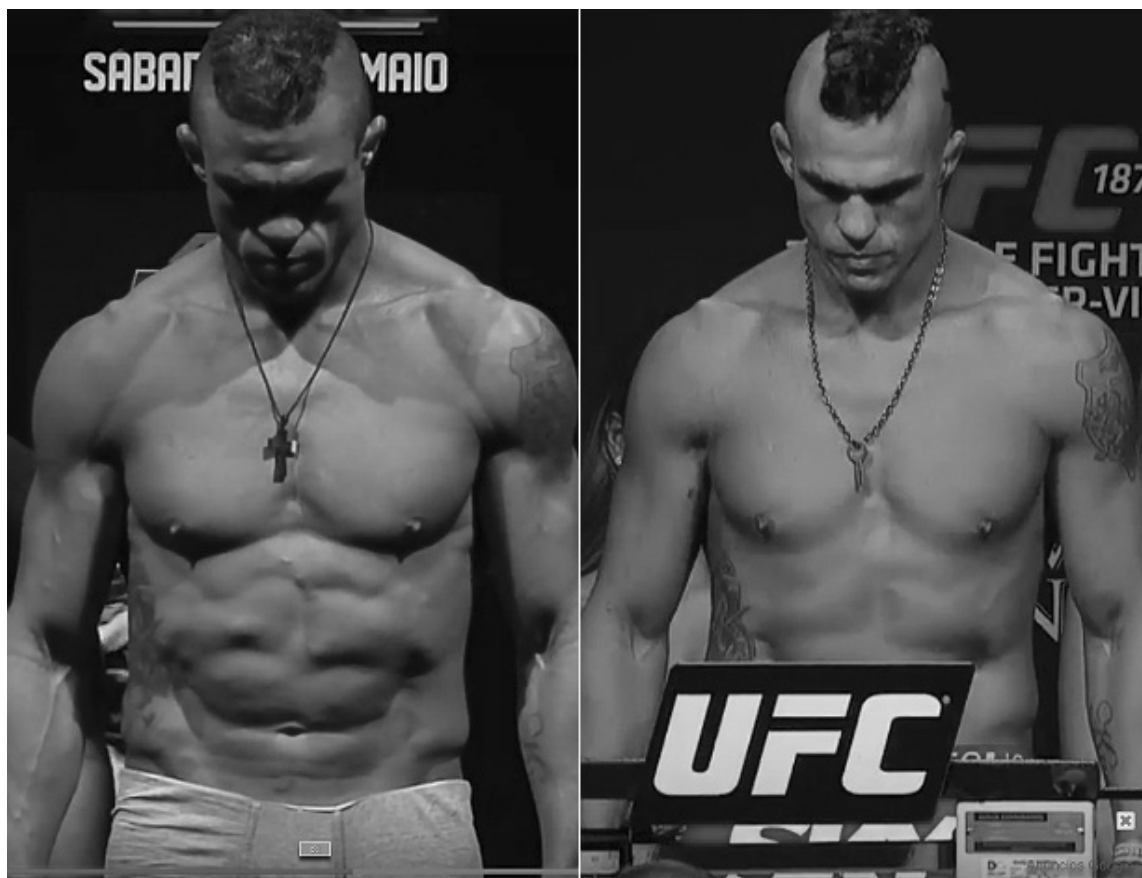


Figura 14. Veja o antes e depois de Vitor Belfort, com e sem TRT. Fonte: Corrêa, 2015.

A foto-montagem acima apresenta Vitor Belfort em dois momentos distintos da carreira. A foto da esquerda foi tirada no dia da pesagem para a luta entre Belfort e Luke Rockhold, em 18 maio de 2013. Neste evento do UFC, realizado na cidade de Jaraguá do Sul, Belfort ganhou a luta por nocaute ainda no primeiro *round*. Naquele período, o atleta fazia uso da TRT. A foto da direita, por sua vez, faz menção à pesagem do combate entre o lutador brasileiro e Chris Weidman, realizada em 23 maio de 2015. Este combate, ocorrido na edição UFC 187, valeu pela disputa do título dos pesos médios. Após dois anos e três meses, Belfort voltava a disputar uma luta na cidade de Las Vegas, estado de Nevada. O brasileiro foi derrotado por nocaute no primeiro *round*. Nesta data, a utilização de uso da TRT já não era mais permitida. A análise desta foto deve levar em consideração alguns fatores importantes: 1) as fotografias apresentam um intervalo temporal de dois anos entre uma e outra. 2) Na primeira foto, Belfort estava 600 gramas mais pesado do que na segunda. 3) Diferença na iluminação, ângulo e distância da foto. Mesmo considerando tais aspectos, a foto-montagem apresenta uma nítida diferença na composição corporal do lutador, possivelmente causada em decorrência da supressão da TRT.

A polêmica acerca da permissividade do UFC, em relação ao uso da TRT, monopolizou a atenção das mídias para os casos de doping no evento. As constantes críticas da imprensa especializada, de atletas e de apreciadores da modalidade compeliram o evento a intensificar os rigores de combate à dopagem. Com sentido de ilustrar os avanços da organização, em relação a este tema, segue uma tabela com a cronologia de ações de combate ao doping.

Datas	Ações
Novembro 1993	Primeiro evento do UFC, sem qualquer preocupação com doping
Novembro 2000	Sancionamento do MMA, adesão do UFC ao programa antidopagem das CAs
Dezembro 2013	UFC adota controle antidopagem em período fora de competição
Fevereiro 2014	Banimento da Terapia de Reposição de Testosterona
Junho 2015	Admissão dos protocolos antidopagem USADA/WADA
Maio 2017	Primeira notificação de doping por meio do Passaporte Biológico

Tabela 5. Cronologia das políticas antidopagem no UFC. Fonte: o autor.

Com base na tabela acima apresentada, deve-se aqui ressaltar que, no intervalo entre novembro de 2000 até dezembro de 2013, as políticas antidopagem do UFC em parceria com

as CAs eram extremamente deficitárias. Em nota oficial – aqui editada –, publicada no jornal Diário Catarinense, o lutador florianopolitano Thiago Tavares revela alguns detalhes da política antidopagem durante este período. “Em 13 lutas fui submetido por sete vezes a exames antidoping e nunca fui acusado de fazer uso de qualquer substância ilegal, pois sempre prezei muito por minha carreira em todos esses anos e jamais seria capaz de usar algo que não fosse permitido” (Tavares, 2013, s/p). Até a ocasião da publicação desta nota, o atleta havia realizado 13 lutas no UFC, no período entre abril de 2007 a janeiro de 2013. Tal declaração desvela a condição de negligência conferida ao combate do doping na organização, pois, das 13 lutas realizadas, em seis delas o atleta não foi submetido a exames antidopagem em período de competição. A partir desse dado, pode-se inferir que os exíguos casos de flagrantes de dopagem, ocorridos ao longo desse período (2000 a 2013), tivessem relação direta à conduta imprevidente da organização do UFC, quanto ao uso de substâncias proibidas.

Fica aqui evidenciado que o funcionamento efetivo das políticas antidopagem dependia, naquele momento, de uma intensificação nos processos de vigilância aos atletas. A ineficácia desses processos, com a irregularidade dos exames, tornava-se um fator de encorajamento ao uso de substâncias proibidas. No entanto, essa situação começou a se alterar quando os organizadores do UFC e as CAs, em dezembro de 2013, deram início a um programa de combate ao doping, o qual previa a obrigatoriedade de exames em período fora de competição. Por se tratar de um procedimento em caráter experimental, foram sigilosamente pré-selecionados 16 atletas¹¹⁸, os quais deveriam submeter-se aos exames-surpresa ao longo do ano de 2014. O resultado foi revelador, cinco deles apresentaram resultados analíticos adversos. Vitor Belfort, conforme já descrito anteriormente, foi flagrado com índices de testosterona acima dos padrões admitidos pelas CAs. Chael Sonnen apresentou amostras com quatro substâncias proibidas, EPO, anastrozole, gonodotrofina coriônica e hormônio do crescimento (GH). Jon Jones foi flagrado com metabólitos de cocaína. Ali Bagautinov apresentou amostras com EPO; e nas amostras de Anderson Silva foram constatadas presença dos anabolizantes drostanolona, androsterona e traços de ansiolíticos. Já o lutador brasileiro Wanderlei Silva empreendeu fuga quando o coletor credenciado NSAC tentava obter amostras do atleta – mais tarde, o atleta assumiu o uso de diuréticos.

¹¹⁸ Em período posterior, os nomes dos atletas selecionados foram divulgados, são eles: Josh Barnett, Travis Browne, Vitor Belfort, Rousimar Palhares, Cris Cyborg, Jon Jones, Glover Teixeira, Robbie Lawler, Jake Ellemberg, Ali Bagautinov, Demetrius Johnson, Chael Sonnen, Wanderlei Silva, Chris Weidman, Daniel Cormier e Anderson Silva. Os critérios utilizados para selecionar estes lutadores não foram divulgados nem pelo UFC nem pelas CAs.

Em menos de um ano de vigência do programa, 31% dos atletas testados foram flagrados com diversas substâncias proibidas. Esses dados evidenciaram que os procedimentos antidopagem adotados até então eram ineficientes e, de certa maneira, possibilitavam a disseminação do uso de doping no UFC. Questionado sobre o flagrante de doping, Chael Sonnen declarou: “Eu não achava que seria testado pelos próximos 44 dias. Eu tentei burlar o sistema. Eu fui pego em um teste surpresa que aconteceu 44 dias antes da luta. Neste meio, normalmente nós somos testados na noite da luta, então, seja lá o que você tiver feito, você precisa aparecer limpo no dia da luta” (Sonnen *In Combate.com*, 2014, s/p). A declaração de Sonnen apontava para dois aspectos elementares. O primeiro deles consta na disposição dos atletas em burlar as normativas, com intuito de obter vantagens ilícitas – caracterizado aqui enquanto um desvio subconformativo –, e isso se agravava na medida em que os controles eram falhos. Por outro lado, Sonnen indicava um caminho para a possível solução do problema: os testes-surpresa eram eficientes.

Esses números surpreenderam os organizadores do evento e os comissários das CAs, mas agora eles tinham certeza de que o uso do doping era generalizado. Diante de uma série de críticas, a diretiva do UFC aventou a possibilidade de aumentar as penas e as multas impostas aos infratores, como forma de dissuadir os atletas do uso de substâncias proibidas, mas essa ação continuaria ineficiente se as causas do problema não fossem combatidas (Ferreira, 2015).

Cientes da necessidade de uma atitude enérgica para que o evento não caísse em descrédito, a organização do UFC anunciou, em junho de 2015, uma parceria com a USADA, entidade vinculada a WADA. E, a partir desta data, todos os atletas contratados do UFC – por volta de 650 – deveriam realizar pelo menos três exames-surpresa por ano, além dos exames no período de competição.

Segundo os organizadores, a parceria entre o UFC e a USADA foi motivada, essencialmente, pelos flagrantes de doping de Jon Jones e Anderson Silva¹¹⁹, principais estrelas do evento. Mas, talvez, este não tenha sido o único motivo. A intensa repercussão negativa dos dois casos de dopagem em várias mídias afetava explicitamente o caráter esportivo dos combates, no entanto, existe outro fator que estava sendo bastante prejudicado – o financeiro. Via de regra, patrocinadores não gostam de ter suas marcas associadas a casos polêmicos, tal como doping no esporte, e era exatamente nesse período que o UFC estava negociando um

¹¹⁹ Ambos lutadores patrocinados pela Nike, uma das principais fábricas de materiais esportivos do mundo. Estes flagrantes levantaram algumas suspeitas, nunca comprovadas, de que tinham outras motivações, tendo em vista que exatamente neste período o UFC já negociava com a Reebok uma parceria milionária de exclusividade no fornecimento de materiais esportivos para o evento.

contrato milionário de exclusividade no fornecimento de material esportivo e publicidade, a parceria UFC/Reebok¹²⁰. Possivelmente, a Reebok, com receio de vincular sua imagem a um evento despreocupado com casos de dopagem, solicitou ao UFC uma contrapartida, como o combate mais efetivo contra o doping. Não coincidentemente, as parcerias UFC/WADA e UFC/Reebok foram anunciadas quase simultaneamente.

Independente das motivações que levaram o UFC a adotar os procedimentos da WADA, esta parceria representou um grande avanço, com o objetivo de reprimir o uso de substâncias proibidas no evento. Em um momento anterior, a decisão dos atletas em consumir doping estava pautada na fragilidade dos procedimentos antidopagem, nos baixos riscos de serem flagrados, nas multas irrisórias e suspensões insignificantes; isto é, havia uma quase certeza de impunidade. A partir do ano de 2015, com a adoção dos protocolos da WADA, ficava cada vez mais difícil escapar dos controles. Sobre esta nova fase de combate à dopagem, Lorenzo Fertitta, um dos proprietários do UFC, declarou:

Dada a recente inundação de casos de alto perfil, nós sentimos que é preciso agir assim antes cedo do que tarde. Para o bem do esporte, pela integridade do esporte, pelo que estamos tentando fazer aqui, precisamos atacar este problema o quanto antes. Nós certamente defendemos a suspensão de dois anos. Estamos comprometidos em todos os meios possíveis. Não poderá haver erros. Nós estamos gastando milhões de dólares nisso. Isso é um aviso a todos os atletas em nosso plantel: vocês serão testados em competição, serão testados fora de competição, e se você estiver usando algo, será pego e estará sujeito a rigorosas penalidades que virão com isso (Fertitta, 2015, s/p).

Mesmo com a evidente ameaça de Fertitta e a eminência de ser flagrado por uso de doping, alguns atletas continuam a fazer uso de substâncias ilícitas. Por se tratar de um meio extremamente competitivo, no qual duas ou três derrotas podem significar o desligamento do evento, a necessidade de fazer boas lutas; conquistar vitórias; manter-se bem colocado no *ranking*; aumentar o valor das bolsas – algumas vezes milionárias –; conquistar novos patrocinadores; enfim, ser um campeão; faz com que atletas ainda recorram ao consumo de substâncias ilegais para a melhora do desempenho atlético. E isso acontece em todas as modalidades esportivas de alto rendimento. Somente no ano de 2017, mais de 20 casos de doping foram constatados no UFC, entre eles, Jon Jones, Junior Cigano, Frank Mir, Jesse Taylor, Lyotto Machida, Yoel Romero, Rogério Minotouro, entre outros.

Quando o UFC anunciou sua parceria com a USADA, boa parte dos problemas relacionados ao doping tinha um direcionamento positivo, no sentido de coibir tais práticas, principalmente com a obrigatoriedade de todos os atletas a se submeterem a exames em

¹²⁰ Esta parceria será tratada em detalhes em um capítulo próximo.

períodos fora de competição, bem como nos dias de eventos. As novas políticas antidopagem, adotadas pelo UFC foram anunciadas em vários meios de comunicação, no entanto, um dado parecia estar sendo omitido. O Código Mundial Antidopagem passava a ser responsável pela aplicação dos protocolos de exames antidoping. Constava também no código a previsão das penas para cada caso específico de doping. Entretanto, os julgamentos e as punições impostas aos atletas do UFC são da alçada dos tribunais das CAs, que podem ou não acatar as medidas sugeridas pela WADA, no que se refere a punições e penas. Em outras palavras, na política de dopagem do UFC, a USADA/WADA seria uma espécie de órgão executivo, ao passo que as CAs fariam a função de órgão judiciário.

Segue a tabela com o resumo das sugestões de penas de suspensões previstas no Código Mundial Antidopagem.

Substâncias detectadas*: Anabolizantes, hormônios de crescimento e peptídeos	
1ª vez	Dois anos de suspensão, com possibilidade de quatro anos por possíveis agravantes.
2ª vez	O dobro da punição aplicada na primeira vez.
3ª vez	O dobro da punição aplicada na segunda vez.
<i>*Válidos tanto dentro quanto fora do período de competição**</i>	

Substâncias detectadas*: maconha, cocaína, estimulantes e glucocorticosteróides	
1ª vez	Um ano de suspensão, com possibilidade de três anos por possíveis agravantes.
2ª vez	O dobro da punição aplicada na primeira vez.
3ª vez	O dobro da punição aplicada na segunda vez.
<i>*Válidos apenas para o período de competição**</i>	
**O atleta flagrado em período de competição deverá ser: desclassificado, destituído do título, retirado do ranking e perder sua bolsa ou qualquer outra premiação integralmente. Os valores restituídos serão destinados ao programa antidoping do UFC.	

Tabela 6. Resumo da lista de penalidades previstas pelo Código Mundial Antidopagem. Fonte: o autor.

No entanto, é necessário aqui ressaltar que as punições previstas na tabela acima têm como base o ciclo olímpico – as penas elencadas, normalmente, são impostas pelos Tribunais de Justiça Desportiva vinculados aos Comitês Olímpicos Nacionais e Comitê Olímpico

Internacional. Porém, estas punições estão em desacordo com as legislações das Comissões Atléticas norte-americanas, que adotam critérios próprios e estas são soberanas quanto aos julgamentos e imposições de penas aos infratores. Via de regra, as penalizações de suspensão impostas pelas CAs são mais brandas – supostamente, por não considerarem o ciclo olímpico – e as multas não alcançam a integralidade dos valores e prêmios recebidos pelos atletas.

Como já descrito, as CAs pautam suas regulamentações a partir da legislação de cada estado norte-americano. Embora as CAs se autodenominem instituições autônomas e sem fins lucrativos, isto parece ser meia verdade. Os estados norte-americanos não destinam verbas públicas para o funcionamento dessas comissões. Portanto, elas devem ser autossustentáveis. Levando em consideração que, para o andamento efetivo das CAs torna-se necessária a contratação e manutenção profissionais extremamente qualificados, consequentemente, com altos salários, tais como advogados, juízes laterais¹²¹, árbitros centrais¹²², médicos, químicos, biólogos, geneticistas, entre outros; sem contar os custos com os laboratórios credenciados. Assim, o principal meio de receita destas instituições está fundamentado em porcentagens de bilheteria dos eventos, aos quais ela assegura os procedimentos éticos. Bons eventos, com grandes estrelas, sejam elas do boxe ou do MMA, elevam as receitas e mantêm consideráveis rendimentos a todos aqueles que estão envolvidos com esta estrutura. E isto revela um conflito de interesse de ordem ética que coloca em suspeição a autonomia dessas organizações. Como os julgamentos e punições impostas a atletas envolvidos em casos de doping, por exemplo, são atribuições destas comissões, não seria financeiramente interessante suspender grandes lutadores por longos períodos, pois isso poderia significar quedas de bilheteria e consequente comprometimento das receitas. O que se observa na prática, embora isso seja velado, é uma simbiose entre o UFC e as CAs que, em determinadas circunstâncias, protegem-se mutuamente¹²³. E esta seja talvez a mais plausível explicação para a não adoção dos critérios de suspensões sugeridos pelo Código Mundial Antidopagem.

Percebe-se aqui um rompimento com os princípios éticos do esporte ou, na melhor das hipóteses, um constrangimento interinstitucional, do qual alguns questionamentos podem ser levantados: poderia uma CA negligenciar, não apurar ou ocultar alguma situação que implicasse perdas financeiras para um evento potencialmente rentável? Seria possível que

¹²¹ Profissional responsável por fazer a contabilidade da pontuação obtida pelos lutadores a cada *round*. Caso a luta seja encerrada pelo tempo regulamentar, a decisão que determina quem vai ser o vencedor é baseada nas papeletas dos juízes laterais.

¹²² Profissional responsável por mediar as ações dos lutadores dentro do octógono.

¹²³ O UFC tem autonomia para escolher os estados onde ocorrem os eventos, hipoteticamente, é possível que os organizadores escolham estados nos quais as CAs sejam mais brandas, para evitar, em caso de doping, penas mais prolongadas e consequente perda de receitas.

alguma CA oferecesse “melhores condições” para realizar eventos milionários em sua jurisdição? Haveria a possibilidade de uma CA impor penas exemplares aos lutadores com menor visibilidade e brandas penalizações aos grandes astros? A adoção de critérios próprios, como a permissão do uso da TRT, estaria relacionada a proporcionar a igualdade entre os lutadores ou visava dar mais longevidade à carreira de alguns “escolhidos”? Existem indícios que permitam hipotetizar uma organização similar ao caso do atletismo na Rússia? Tais questionamentos parecem pertinentes, na medida em que todas essas condições já foram expostas neste capítulo.

Ao elencar as fontes para a elaboração deste capítulo, já discriminadas de início, notou-se que os problemas com o doping são amplamente discutidos em mídias ou em redes sociais e, na maioria das vezes, referem-se a declarações de dirigentes, ex-atletas ou especialistas da modalidade. Observa-se que, de uma maneira geral, os atletas do UFC pouco se manifestam a esse respeito, à exceção das justificativas quando eles próprios são flagrados. Talvez por questões corporativistas, autoproteção ou mesmo insegurança.

Mark Hunt é um exemplo que escapa a essas características gerais. Lutador de 43 anos (em 2017), nascido na Nova Zelândia, Hunt disputa eventos de artes marciais mistas desde 2004. Pode-se dizer que o neozelandês é um dos atletas mais críticos do elenco do UFC. Inconformado com algumas situações, consideradas tipos específicos de violência, tais como os baixos salários dos lutadores, as coerções contratuais, a inexistência de uma instituição que defenda os interesses dos atletas ou mesmo as arbitrariedades do UFC e das CAs, entre outros, Hunt é um ativista contra o doping no UFC. Em uma entrevista concedida ao *site* Players Voice, o atleta expõe um lado pouco comentado quando o assunto é doping.

Eu seria campeão se não fosse por esses trapaceiros. Provavelmente, estaria aposentado, sentado em casa jogando vídeo games todo o dia, comendo frango frito. Esses caras não seriam capazes de me derrotar se não estivessem roubando. Perdi patrocinadores e milhões de dólares. Me aborrece quando penso nisso. Se você tirar todas as minhas lutas contra dopados, provavelmente seria metade do meu cartel. Eu paguei o meu preço para o topo com suor e sangue, esses caras precisaram de ajuda para chegar lá. Mas eu lutei com muitos trapaceiros e apanhei de muitos caras que estavam roubando, e isso não é certo (Hunt, 2017, s/p).

A declaração de Hunt refere-se ao fato de que, em sua longa carreira como lutador, por várias vezes enfrentou atletas que foram flagrados usando substâncias proibidas, o que o

prejudicou tanto física como financeiramente¹²⁴. A título de ilustração, na luta pela disputa do título dos pesos pesados contra Brock Lesnar, no UFC 200, realizado em 9 de julho de 2016 na cidade de Las Vegas, Hunt recebeu 700 mil dólares¹²⁵. Além disso, os protagonistas das lutas principais geralmente recebem porcentagens sobre as vendas de PPV. O atleta neozelandês foi derrotado e, dias depois, foi constatado que seu adversário havia testado positivo para o uso de anabolizantes. Normalmente, as lutas envolvendo disputa de cinturão propiciam ganhos mais elevados do que lutas secundárias. No mesmo evento, o ex-campeão dos pesos-pesados Cain Velasquez recebeu a quantia de 300 mil dólares. Com a derrota, Hunt caiu no *ranking*, suas próximas lutas não foram tão rentáveis e, desde aquele combate, não voltou a disputar o cinturão novamente. Embora Brock Lesnar tenha sido flagrado no antidoping, julgado e condenado a pagar multas mais suspensão, os prejuízos causados ao seu adversário não foram ressarcidos. Já houve situações nas quais lutadores foram demitidos do evento ao serem derrotados por oponentes que fizeram uso de substâncias proibidas.

Na disputa supracitada, seu adversário Brock Lesnar recebeu 2,5 milhões de dólares, mais participação nas vendas de PPV¹²⁶. Esperava-se que Lesnar sofresse pesadas multas e longa suspensão. Ao ser julgado pela NSAC, o atleta, que já era reincidente pelo uso de esteroides anabolizantes, recebeu a pena de um ano de suspensão e 250 mil dólares de multa. Ou seja, a multa correspondia a 10% da bolsa recebida e não contabilizava as porcentagens recebidas em razão das vendas de PPV. Levando em consideração que um lutador de alto nível disputa em média duas lutas por ano, pode-se afirmar que a pena imposta tenha sido extremamente branda. Quais possíveis motivações poderiam influenciar a NSAC a impor uma penalização quase insignificante?

Lesnar é a maior estrela do *pro-wrestling*¹²⁷ norte-americano. Já disputou oito combates no UFC e foi detentor do título de campeão dos pesos pesados. Lesnar é um lutador muito popular nos Estados Unidos, algo que pode ser comprovado por meio dos números de vendas de PPV. Geralmente, suas lutas ultrapassam a marca de um milhão de pacotes vendidos. O

¹²⁴ Das quinze lutas de Hunt no UFC, em quatro delas seus adversários foram flagrados nos exames antidopagem – Alistar Overeen, Frank Mir, Antônio Pezão e Brock Lesnar. Outros três oponentes testaram positivo para doping em outras lutas (AG Fight, 2017).

¹²⁵ Todos os números aqui especificados referem-se aos valores brutos, estão excluídos impostos (cerca de 30%) e mais porcentagens destinadas às academias, equipe técnica, empresários, entre outros. Esse assunto será tratado em capítulo adiante (Rudnick, 2017).

¹²⁶ Normalmente, os valores recebidos pelos atletas em função das porcentagens de venda por PPV não são divulgadas.

¹²⁷ Modalidade inspirada no homônimo olímpico *wrestling*. Trata-se de um espetáculo com características circenses, no qual os movimentos acrobáticos são coreografados. No Brasil, esta modalidade ficou conhecida como Telecatch e foi muito popular durante as décadas de 1960 e 1970. No ano de 2017, foi lançado um documentário sobre a história do telecatch no Brasil intitulado *Monstros do Ringue*.

recorde dessa modalidade de vendas no UFC aconteceu na edição número 100, na qual Lesnar protagonizou a luta principal. Neste evento, as vendas totalizaram 1,6 milhões de pacotes. Somente as bilheterias desta edição renderam 5,1 milhões de dólares (Payout, 2017). Tendo em vista as considerações já descritas neste capítulo, pode-se suspeitar que a modesta pena imposta pela NSAC possa ter relação com as excelentes cifras verificadas em suas lutas. Além disso, a presença de Lesnar no UFC, hipoteticamente, poderia cativar a atenção dos apreciadores do *pro-wrestling*, possibilitando o aumento da popularidade do UFC nos Estados Unidos.

Situações como a derrota de Hunt para Lesnar levaram o lutador a adotar medidas severas contra seu oponente e o presidente do UFC. Segundo os *sites* AG Fighth, ESPN, SporTV, entre outros, o lutador da Nova Zelândia entrou com uma ação na justiça comum norte-americana contra Brock Lesnar e Dana White. No processo, o atleta cobra uma indenização de 2,5 milhões de dólares de seu oponente, montante que se refere ao valor integral da bolsa de Lesnar. Hunt também pleiteia uma reparação monetária do evento por negligência com os exames de dopagem. Segundo a assessoria jurídica do neozelandês, a ação foi motivada por negligência, fraude e quebra de contrato por parte dos réus. Até a presente data, o processo está em andamento em um tribunal no estado de Nevada, portanto ainda sem um veredicto. Segundo Hunt, “Estou processando Lesnar e o UFC para que eu receba a bolsa integral dele. Os trapaceiros não merecem ficar com nada. Isso é corrupção! Esses caras devem ser duramente punidos. Jogando sujo, trapaceando, só assim que ele foi campeão peso-pesado. Ele não conquistou jogando limpo” (Hunt, 2017, s/p).

Ao tornar públicas estas declarações, Hunt reitera as desconfianças – já mencionadas nesta pesquisa – quanto à idoneidade das punições impostas pelas CAs. Ao recorrer a outras instâncias jurídicas, neste caso a justiça comum, o atleta espera que haja punição àqueles que burlam as regras do jogo usando substâncias ilícitas para melhora do desempenho atlético.

Se por um lado a punição imposta a Brock Lesnar foi considerada extremamente branda, por outro Nick Diaz não teve a mesma sorte. Segundo a classificação elaborada pela WADA, a maconha se enquadra na categoria S.8, os canabinoides. Como já ressaltado, as penalidades impostas aos lutadores pelas CAs devem estar em consonância com a legislação estadual, a qual é soberana. A NSAC, mesmo sendo uma das mais rigorosas CAs dos Estados Unidos, triplicou a tolerância para o uso de maconha em período competitivo, lembrando que esse teste não é exigido em período fora de competição. Em outros estados, menos condescendentes com este tipo de conduta, a tolerância é de 50 ng/ml de sangue. No estado de Nevada, este índice se eleva para 150ng/ml. Esta disparidade acontece porque o referido estado vem ao longo dos anos abrando as penas para consumidores de maconha. Em Nevada, o uso medicinal da maconha

já é permitido e o porte do produto em pequenas quantidades é admitido pelas leis e estas condições se refletem nas condutas das CAs.

Nick Diaz é profissional de MMA desde 2001 e já disputou 14 lutas pela categoria dos pesos meio médios do UFC. De temperamento explosivo e considerado uma das personalidades mais instáveis do elenco, certamente ele não é um dos lutadores mais populares do evento. Além disso, Diaz é consumidor declarado e ativista pela descriminalização da maconha. Recentemente, estrelou um comercial da empresa holandesa Futurola¹²⁸, a qual produz maconha para fins medicinais. O atleta também licenciou uma linha de cigarros de maconha com seu nome. De certa maneira, isso parece incomodar os organizadores do UFC, pela associação, mesmo que indireta do evento com a droga social. Pois, em ambas as campanhas publicitárias, Diaz aparece com luvas de MMA e sobre um octógono, marca registrada do UFC.

Em 2007, no evento Pride, Diaz foi flagrado com THC, substância psicoativa da maconha em índices acima do permitido pela NSAC e foi punido a seis meses de suspensão. No ano de 2012, no UFC edição 143 o fato se repetiu e a punição foi de um ano de suspensão. Já em 2015 na luta contra o brasileiro Anderson Silva a amostra de urina do lutador acusou pela terceira vez a utilização de maconha em período competitivo. Reincidente pelo uso de substância proibida, Diaz foi a julgamento e recebeu a punição de cinco anos de suspensão e multa de 165 mil dólares. Neste caso a pena imposta pela NSAC foi considerada extremamente rigorosa.

A assessoria jurídica do lutador recorreu da decisão na justiça comum e obteve ganho de causa. O tribunal do estado de Nevada obrigou a NSAC a reduzir a pena imposta a Diaz para 18 meses de suspensão e multa de 100 mil dólares. Mesmo tendo saído vitorioso nesta ação jurídica, isso não foi garantia da volta aos octógonos. Sua penalização findou em julho de 2016, mas o UFC afirmou, naquele momento, que não havia interesse em recontratar o lutador e seu nome foi excluído da lista dos atletas com contrato em vigência.

A punição imposta a Nick Diaz causou certo estranhamento em boa parte da comunidade do MMA, tendo em vista que muitos especialistas consideram o uso da maconha como um doping de menor impacto, por não desencadear reações que potencializem as capacidades atléticas dos lutadores, embora isso não seja uma compreensão consensual. Alguns entendidos discorrem que, se a maconha comprovadamente propiciasse algum tipo de melhora de desempenho do atleta, ela deveria ser proibida também no período fora de competição. O argumento de que a maconha não proporciona ganhos atléticos é corroborado pelo cardiologista

¹²⁸ A propaganda pode ser acessada em: <<http://supermanpunch.com.br/nick-diaz-aparece-fumando-maconha-no-comercial-da-futurola/>>.

Nabil Ghorayeb (2013). Segundo o médico, o uso da maconha aumenta a absorção do monóxido de carbono provocando dificuldades respiratórias e redução da capacidade do transporte do oxigênio aos músculos. Além disso, causa decréscimos na resistência aeróbia e dificulta a precisão de movimentos técnicos, entre outros fatores prejudiciais. Um estudo elaborado por Mittleman et al. (2001, p. 2808) conclui que: “Em resumo, fumar maconha é um raro gatilho de infarto agudo do miocárdio e pode representar um risco para a saúde de pacientes com doença arterial coronária estabelecida e talvez para indivíduos com múltiplos fatores de risco coronariano”¹²⁹. A partir dessas colocações, torna-se possível afirmar que o uso de maconha, além de não propiciar benefícios atléticos, pode provocar problemas de saúde, e não se deve aqui desconsiderar que “[...] essas drogas são alucinógenas, causam dependência e graves sequelas aos seus usuários” (Ghorayeb, 2013, s/p).

Se por um lado a maconha não traz benefícios físicos ao atleta, talvez o mesmo não possa ser dito dos benefícios psíquicos. E são exatamente por estes motivos que, nos dias atuais, a maconha se constitui em alguns países ou estados, como uma droga terapêutica de uso controlado – embora os benefícios referentes a uma terapia com base nesta substância seja ainda motivo de discussões na área médica. Sabe-se, no entanto que o estado de alucinação causado pela droga pode ocasionar sensação de bem-estar, alívio de tensões e decréscimo na percepção da dor. E, pensando na rotina diária de um lutador, permeada por dores e tensões, é possível que a maconha propicie benefícios àqueles que dela fazem uso.

O que se questiona aqui não são os critérios pelos quais a WADA incluiu a maconha no rol de substâncias proibidas, embora isto tenha sido problematizado. O mérito da questão está pautado na possibilidade da NSAC ter imposto uma pena exemplar a Nick Diaz por conta de suas posturas impopulares e de seu envolvimento constante com maconha. Pois, até então, em nenhum caso de doping no UFC foi constatada a quintuplicação da punição em relação à pena anterior.

Uma das propostas mais efetivas e eficientes, relacionada ao combate ao doping no UFC, consiste em um novo método de constatar o uso de substâncias consideradas ilícitas: o passaporte biológico. Segundo José Veloso Fernandez, consultor médico da ABCD:

O passaporte biológico é uma pesquisa que analisa dados indiretos que podem apontar o possível uso de doping. Nós não buscamos detectar diretamente o uso de uma determinada substância proibida e, sim, traçar um perfil individual e longitudinal

¹²⁹ Originalmente: “In summary, smoking marijuana is a rare trigger of acute myocardial infarction and may pose a health risk to patients with established coronary artery disease and perhaps to individuals with multiple coronary risk factors” (Mittleman et al., 2001, p. 2808).

(vários dados em uma mesma análise), preferencialmente em vetores de sangue e vetores esteroidais na urina (Fernandez, 2017, s/p).

O programa do passaporte biológico foi desenvolvido durante a década de 2000 e adotado pela WADA no ano de 2009, ainda em caráter experimental. As coletas para a elaboração do passaporte biológico de um atleta incluem amostras de sangue e urina, as quais servirão para o controle convencional antidopagem. As amostras serão submetidas a análises estatísticas e os resultados estarão disponíveis em um banco de dados viabilizado pela WADA. O método consiste em fazer exames de sangue e urina periodicamente e, a cada nova amostra, comparar os padrões. Para todos os dados analisados, há um limite mínimo e máximo no qual os parâmetros sanguíneos e de urina podem oscilar. Caso os resultados das análises ultrapassem esses limites, uma junta de três especialistas é estabelecida e, a partir de suas interpretações, o atleta pode se tornar suspeito de uso de doping (Ministério do Esporte, 2017).

Segundo Silveira e Rigo (2015), as amostras coletadas poderão ser armazenadas durante um período de 20 anos, nos quais estarão disponíveis para novos testes. Se novas substâncias forem incluídas na listagem de produtos e métodos proibidos da WADA, a punição terá caráter retroativo. Exemplo disso foi o caso de doping de Lance Armstrong, que foi flagrado por dopagem no ano de 2010. Em 2012, o ciclista foi julgado e considerado culpado por doping. Como punição, foi banido do esporte e obrigado a devolver as sete medalhas que havia conquistado no *Tour de France* (Silveira e Rigo, 2015).

Em maio de 2017, pela primeira vez no UFC, a USADA notificou uma atleta por dopagem tendo como embasamento o passaporte biológico. A lutadora Jessica Penne não havia apresentado nenhum traço de substâncias proibidas em seus exames convencionais. No entanto, as comparações com as amostras anteriores apontavam para discrepâncias significativas, indicando uso de substâncias ilícitas (AG Fight, 2017). Até a presente data, nenhuma das instituições se pronunciou acerca desta notificação, portanto não se sabe quais foram as substâncias encontradas no organismo de Penne nem a data para o julgamento do caso. Além disso, não se sabe ao certo quantos atletas estão incluídos neste programa e se existe a previsão de aplicá-lo a todo o elenco do UFC. O que se pode dizer com certa convicção é que o método do passaporte biológico, se empregado com constância e em larga escala, deve em um primeiro momento aumentar os casos de flagrante de doping, para depois reduzir drasticamente os casos no UFC.

Essas relações demonstram que, em um primeiro momento, os dispositivos de vigilância das instituições que visavam coibir o doping no UFC eram deficitários e resultaram em tipos específicos de violência, descritos ao longo do texto. Com o desenvolvimento de

técnicas mais eficientes de vigilância, tal como a obrigatoriedade de exames em períodos fora de competição, o problema do doping se deslocou para as punições, que, por vezes, eram demasiadas brandas ou muito rigorosas, de acordo com o interesse institucional. Vale aqui ressaltar que as punições devem cumprir uma dupla função, a de penalizar infratores, por meio de suspensões e multas, mas também a de assegurar a normalização através de um poder disciplinar. Segundo Foucault, “O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo aquilo que está inadequado à regra, tudo aquilo que se afasta dela, os desvios” (Foucault, 2011, p. 172). A eficácia dos aparatos de vigilância e punição depende também de uma economia equilibrada de poderes. As tensões verificadas entre a instituição responsável pela vigilância do doping, representada aqui pela WADA e os órgãos punitivos, na figura dos tribunais das CAs, estavam em desequilíbrio, ora a vigilância ora as punições eram incompatíveis com as pretensões de normalização.

Para além da ineficácia dos aparatos de vigilância e punição, referentes ao combate ao doping no UFC, outro fator também pode ter tido influências no desenvolvimento de tais políticas, as relações de poder entre o UFC e as CAs. Conforme exposto neste capítulo, há evidências suficientes para admitir uma inter-relação de caráter financeiro entre estas instituições, que colocam em suspeição as penas impostas pelas CAs a determinados atletas. Aventa-se aqui a hipótese de que algumas penalizações tenham sido impostas, visando não prejudicar os aspectos financeiros que interessavam a ambas instituições. Assim, os lutadores com mais visibilidade eram beneficiados com penas e multas irrisórias, ao passo que outros, de menor expressão midiática, eram punidos exemplarmente.

A pretensão desse capítulo esteve pautada no desvelo de casos de doping e suas dinâmicas interpessoais e institucionais circunscritos ao UFC, tendo como pano de fundo as relações de poder estabelecidas por diversos agentes e as violências ensejadas por tais relações. Seguindo uma lógica foucaultiana, “Só se pode apreender o tipo de poder em jogo em um determinado campo de práticas e discursos – local e temporalmente delimitados – através da descrição minuciosa, em detalhes, do funcionamento dessas práticas, nunca pela aplicação de uma teoria geral do poder ‘apriorística’” (Passos, 2013, p. 11).

7 O MONOPÓLIO DO UFC E SUAS FORMAS DE COERÇÕES¹³⁰

A proposta deste capítulo é refletir sobre as formas de coerção – consideradas aqui como tipos específicos de violência, impostas aos lutadores pela organização do UFC – existentes no evento, a partir da consolidação do monopólio do MMA por esta instituição, especialmente a partir dos anos de 2010, quando o evento passou a ter visibilidade mundial.

Não há dúvidas de que o UFC é, atualmente, o mais importante evento de MMA no mundo. Essa afirmativa pode ser comprovada por meio dos índices de audiência obtidos em cada uma das suas edições (números raramente alcançados por outras organizações de MMA); ou ainda pela expressiva presença de público nesses eventos (Payout, 2016). Outro fator que expressa a singular visibilidade do UFC consiste no fato de que este evento já possui notoriedade globalizada, e tal fato pode ser confirmado pela realização frequente de eventos em diversos países dos quatro continentes, exceção ao africano, além da notabilidade adquirida na *internet* e em outras mídias: “O UFC é o principal evento de MMA do mundo. Chega pela TV a cerca de 1 bilhão de casas de 150 países, em 21 idiomas” (Época, 2012, s/p). Vale aqui ressaltar que, em alguns países, a dominância de popularidade do UFC é ameaçada por eventos locais – caso da Rússia, onde o *Absolute Championship Berkut* (ACB) possui visibilidade equivalente, ou o *One Fighting Championship*, considerado o maior evento asiático (Gelli, 2016). Mas, ao se ter em conta o aspecto global, o UFC se mantém praticamente hegemônico. Logo, a primeira questão a ser pensada é: como o UFC se estabeleceu como o principal evento de MMA do planeta?

Conforme já descrito em capítulo anterior, o UFC esteve à beira da falência por conta das tentativas de interdição nos Estados Unidos e Canadá – diga-se de passagem, por motivos mais políticos (pauta eleitoral) do que concretamente provados –, dois de seus principais mercados consumidores¹³¹. O reconhecimento do MMA como modalidade esportiva e a retomada das transmissões via TVs a cabo, no início da década de 2000, não foram suficientes para que o UFC se massificasse e, segundo seus organizadores, após anos de reveses financeiros, ainda eram acumuladas dívidas substanciais (Albuquerque, 2012). Tais fatores fizeram com que a Zuffa, então proprietária do evento, aventasse a possibilidade de vender a

¹³⁰ As coerções verificadas e analisadas neste capítulo se configuram como formas específicas de violência, na medida em que os agentes passivos desta dinâmica têm sua autonomia limitada pelos poderes constituídos.

¹³¹ De forma análoga – e tardiamente, em relação aos países da América do Norte –, no Brasil também houve tentativas de impedimento das transmissões televisivas da modalidade. Tais ações foram perpetradas por parte de políticos que possivelmente estivessem interessados em estabelecer uma plataforma de campanha pautada na lógica da antiviolação.

marca (Buffer, 2013). Além disso, nessa época, outro evento detinha índices de popularidade superiores ao UFC, o Pride. Possivelmente, as dificuldades enfrentadas pela organização, com sentido de difusão da marca, estivessem diretamente relacionadas ao imaginário violento e selvagem, engendrados por seus idealizadores durante os primórdios do evento, na década de 1990.

Ao longo da década de 2000, os organizadores do UFC tinham a intenção de identificar quais eram as principais características de seu mercado consumidor, tendo em vista o propósito de expandir sua clientela. Após algumas pesquisas encomendadas, os organizadores descobriram que a grande maioria de seu público nos Estados Unidos eram homens brancos, com idade entre 18 e 49 anos. Embora esse fosse um mercado promissor, era necessário ampliar os atrativos do evento, com o fim de conquistar novos mercados e torná-lo mais rentável (McClearen, 2017).

Assim, no ano de 2005, os organizadores do UFC investiram 10 milhões de dólares em um *reality show* denominado *The Ultimate Fighter* (TUF). O programa seria realizado em parceria com a Spike TV¹³² (Ferreira, 2014). A ideia surgiu em um momento no qual programas deste gênero começaram a fazer relativo sucesso nos Estados Unidos (também genericamente no globo), alcançando relevantes índices de audiência¹³³. O programa consistia em confinar em uma casa 16 lutadores de duas categorias de peso, os quais seriam divididos em duas equipes, cujos técnicos eram atletas já reconhecidos por suas *performances* no UFC: Chuck Liddell e Randy Couture. Em todo capítulo, haveria um confronto entre lutadores de cada equipe e o atleta perdedor seria eliminado da disputa (consequentemente, do *reality show*). O prêmio final ao vencedor do programa se constituiria na assinatura de um contrato com o UFC (Matos, 2013). A primeira temporada do *reality* foi dividida em 13 capítulos, sendo que o último deles ocorreu durante uma edição do UFC, chamada *The Ultimate Figther 1 Finale*¹³⁴ (UFC Fight Pass, 2005).

No entanto, as disputas entre os lutadores, ao longo do programa, eram apenas um pano de fundo para o objetivo principal dos produtores, que seria atenuar o estigma de que o MMA (consequentemente, o próprio UFC) era uma prática competitiva violenta e brutal. Para isso, os elaboradores do *reality* dividiram cada capítulo em duas partes distintas: a primeira delas

¹³² Canal de TV a cabo norte-americano, cuja programação é voltada principalmente para homens jovens e adultos (Spike.com).

¹³³ A consolidação do sucesso dos *reality shows* foi constatada a partir das primeiras edições do Big Brother, as quais se realizaram em vários países do mundo. Pouco tempo depois, este tipo de atração tornou-se uma tendência televisiva (Garcia; Vieira; Pires, 2006; Samuel, 2012; Bittencourt, 2013).

¹³⁴ A primeira temporada do programa *The Ultimate Fighter* (TUF) pode ser assistida na íntegra no *site* <<https://www.ufc.tv/category/tuf-1-team-liddell-vs-team-couture>>.

mostrava, além do treinamento diário das equipes e os acontecimentos no confinamento da casa, as histórias, os sacrifícios, as famílias, os dramas e a superação de cada lutador. E a segunda parte, centrada na luta propriamente dita. Das 312 horas de confinamento até o fim da temporada, foram ao ar apenas 12 horas de gravação. Dessas 12 horas, aproximadamente 7,8 horas, ou seja, 65% do tempo total do programa, foi dedicado a mostrar aspectos da vida íntima dos lutadores. Assim, os produtores criaram narrativas dramáticas, que possibilitaram ao público conhecer os atletas para além do octógono (McClearen, 2017), personagens cujos papéis, cuidadosamente planejados pelos roteiristas e diretor, eram o de humanizar o evento. Segundo Chris Kartzmark, vice-presidente de produção e programação do UFC, “[...] o MMA ainda estava lidando com a reputação de brutalidade excessiva e agressão. Ele diz que o show permitiu ao UFC demonstrar que os atletas não estavam lutando por causa de raiva não resolvida, eles estavam tentando trabalhar, estavam lutando porque era o sonho deles”¹³⁵ (Kartzmark *In* McClearen, 2017, p. 3230).

O ponto polêmico desta primeira temporada do TUF ficou por conta dos excessos de alguns lutadores quanto ao consumo de álcool, tendo em vista que a produção do programa disponibilizou no confinamento da casa bebidas alcoólicas em grandes quantidades. Em várias situações o consumo excessivo de álcool motivou hostilidades entre os confinados. Como a principal intenção dos produtores do TUF era apresentar os lutadores do UFC como atletas diligentes, o consumo exagerado de álcool e suas consequências poderiam reforçar a ideia de que aqueles lutadores se tratavam de indivíduos desregrados e com condutas violentas. Tendo em vista a possibilidade de edição e de criação de narrativas acerca dos atletas, a produção preferiu não excluir as situações, nas quais o álcool potencializou tensões na casa, ao contrário, decidiu usar tais acontecimentos para fortalecer as rivalidades (UFC Fight Pass, 2005). Embora esta decisão pareça ter sido equivocada, ela ajudou a sedimentar certo maniqueísmo, que prevaleceu nas narrativas elaboradas pela equipe de produção. Os bons moços dormiam cedo e se dedicavam integralmente aos treinamentos, ao passo que os *bad boys* passavam algumas noites se embriagando e arranjando confusões. Nas outras edições do TUF, o consumo de álcool só foi permitido em determinadas ocasiões comemorativas (UFC Fight Pass, 2005 B).

Em 09 de abril de 2005, foi ao ar o último episódio deste primeiro evento, no qual foram disputadas as lutas finais do programa. Nos pesos meio-pesados, enfrentaram-se Forest Griffin

¹³⁵ Originalmente: “Chris Kartzmark notes that when *The Ultimate Fighter* first started, MMA was still dealing with a reputation for excessive brutality and aggression. He says the show allowed the UFC to demonstrate that the athletes were not fighting because of ‘unresolved danger they were trying to work through, they were fighting because it was their dream’” (Kartzmark *In* McClearen, 2017, p. 3230).

e Stephan Bonnar; e nos pesos médios Diego Sanchez e Kenny Florian. Desta feita, o evento não foi ao ar por meio da plataforma de PPV e, pela primeira vez, foi transmitido ao vivo pelo canal a cabo Spike TV. A estratégia de construir narrativas acerca das vidas dos lutadores, somada ao fortalecimento das rivalidades, resultou em um grande sucesso. Os índices de audiência foram considerados excelentes, em média, cada um dos episódios do programa foi assistido por cerca de 1,7 milhões de domicílios e o evento final atingiu a impressionante marca 1.9 pontos percentuais, ou seja, cerca de 12 milhões de domicílios assistiram a esses combates – audiência superior à da CBS, um dos maiores canais abertos dos Estados Unidos (Albuquerque, 2012). Além disso, a luta entre Griffin e Bonnar é até hoje considerada como uma das mais importantes disputas realizadas pelo UFC: “As pessoas que não conhecem, não entendem o quanto aquela luta significou para o esporte MMA e para a companhia, o UFC” (White, 2014, s/p). O presidente da organização, Dana White, considera este combate como a luta que salvou o UFC: “É incrível pensar como chegamos perto de não estar aqui hoje. Se não fosse o que esses caras fizeram no ‘TUF 1’, eu não sei se o UFC existiria. Nunca vou esquecer desses caras, jamais” (White, 2016, s/p). Uma semana após as lutas finais do TUF, precisamente no dia 16 de abril de 2005, foi realizado o UFC edição 52, cuja luta principal reuniu os dois técnicos do TUF, Chuck Lidell e Randy Couture. Este combate, transmitido via PPV alcançou índices recordes de 280 mil pacotes vendidos, tendo em vista que a média de vendas dos eventos anteriores não ultrapassava a casa das 60 mil unidades (Gentry, 2011). A partir da criação de narrativas que priorizavam expor a humanização dos atletas e a reelaboração dos sentidos das disputas, que até então eram consideradas práticas violentas e brutais, o UFC retomou o crescimento nos Estados Unidos e Canadá. Sinal disso foram os relevantes índices de audiência do programa TUF e do evento subsequente. O sucesso obtido pela primeira edição do TUF estimulou os dirigentes e os produtores a lançarem uma segunda edição quatro meses depois. Atualmente (final de 2017), o programa se encontra em sua 26ª edição.

No ano de 2006, o UFC consolidou a sua posição mercadológica na América do Norte, e neste período disputava o mercado de lutas de MMA com o evento japonês Pride, considerado até então como principal promotor da modalidade no mundo. No entanto, uma crise se abateu sobre o evento japonês. Descobriu-se que os principais sócios do Pride estavam envolvidos com a *Yakusa*, a máfia japonesa, e o evento era utilizado para a lavagem de dinheiro (Awi, 2012). Este escândalo fez com que o Pride perdesse quase todos os seus patrocinadores e a sua audiência no Japão, principal mercado consumidor, teve substancial decréscimo. Com o acúmulo de dívidas e com a má reputação causada pelo envolvimento com o crime organizado, o Pride foi colocado à venda. Embora parecesse um péssimo negócio, em março de 2007, o

UFC comprou o Pride e logo depois o extinguiu (Gazeta do Povo, 2007; Made in Japan, 2007). Essa operação financeira evidenciou as pretensões do UFC: eliminar os seus concorrentes. A partir daí, o evento norte-americano se consolidou como o principal de MMA do mundo.

Com o aporte financeiro advindo de um crescimento exponencial do mercado consumidor do MMA nos Estados Unidos, Canadá, Brasil, México, Austrália, Inglaterra, entre outros, o UFC passou a adquirir e incorporar outros eventos que poderiam tornar-se potenciais concorrentes, tais como *World Extreme Cagefighting* (WEC), *Strikeforce*, *Affliction*, *Invicta Fighting Championship*, *King of the Cage*, *Xtreme Fighting Organization* (XFO), *Elite Xtreme Combat* (EXC), *Hook'n Shoot*, todos norte-americanos; *Cage Rage* e *Ultimate Challenge MMA* (UCMMA), eventos ingleses; *TKO Major League MMA*, evento canadense; e o *Pancrase* japonês (Ribas, 2015). Dessa maneira, o UFC chegou à década de 2010 estabelecido como o principal evento de MMA mundial.

Sem concorrentes que ameaçassem sua hegemonia, o UFC tornou-se uma referência mundial de MMA. Os principais nomes da modalidade figuram em seu elenco e a maioria dos novos lutadores tem como meta vincular-se ao UFC. No entanto, esse monopólio conquistado tem suscitado algumas críticas quanto à conduta, por vezes coercitiva, adotada pelo evento.

Uma das críticas mais contundentes ao UFC, refere-se aos salários pagos a seus contratados. Embora alguns deles obtenham rendimentos milionários¹³⁶, a grande maioria recebe prêmios bem mais modestos. Em entrevista concedida ao *site* Bloody Elbow, Myles Jury, atual lutador do UFC, afirma que atletas com primeiro contrato com o evento recebem 10 mil dólares por luta e 2,5 mil dólares de patrocínio da empresa Reebok. Normalmente, este primeiro contrato prevê que o lutador realize três lutas e, em caso de bom desempenho, o contrato poderá ser renovado.

Abaixo segue uma tabela ilustrativa com as melhores situações – vitória e premiação extra¹³⁷ por desempenho – e piores situações – derrota e sem premiação extra (Jury In Hutchinson, 2015).

¹³⁶ Maiores premiações do UFC no ano de 2017, os números se referem aos ganhos em um único evento: Georges St. Pierre, 2,580 milhões; Daniel Cormier, 1,680 milhões; Alistar Overren e Mark Hunt, 1,570 milhões; Fabrício Werdum, 1,135; Tyron Woodley, 1,080 milhões; Demetrius Johnson, 910 mil; Chris Weidman, 845 mil; Vitor Belfort, 830 mil; Anderson Silva, 820 mil. Valores em dólares americanos (Lima, 2017).

¹³⁷ Em todo evento do UFC, é concedida uma premiação extra de 50 mil dólares para a melhor luta da noite e para a melhor *performance*. Cada edição do UFC reúne aproximadamente 28 lutadores, dos quais apenas três deles serão agraciados com tais premiações, além disso, via de regra, esta premiação é ofertada aos protagonistas das duas lutas principais da noite, muito raramente este prêmio é concedido para lutadores do *card* preliminar.

Primeiro contrato	Valores melhor situação	Valores pior situação
Luta	US\$ 10 mil	US\$ 10 mil
Vitória	US\$ 10 mil	-
Patrocínio Reebok	US\$ 2,5 mil	US\$ 2,5 mil
Premiação extra	US\$ 50 mil	-
Total	US\$ 72,5 mil	US\$ 12,5 mil

Tabela 7. Possíveis valores de rendimentos para primeiro contrato com UFC. Fonte: tabela elaborada pelo autor, com base nos dados de Jury *In* Hutchinson, 2015.

Em média, um lutador do UFC realiza três lutas por ano, em alguns casos até quatro. Porém, esse número pode diminuir caso o atleta seja nocauteado e haja suspeita de concussão cerebral. Devido às precauções quanto às lesões cerebrais traumáticas, as comissões médicas vinculadas ao evento podem impor aos atletas suspensões de até seis meses, diminuindo assim a frequência anual de combates (Scalia, 2015). Sobre este assunto, Vitor Miranda (2017), atual lutador do UFC, em declaração no seu Vlog afirma que:

Nenhum lutador recebe salário mensal do UFC, ou de qualquer evento profissional de MMA. O que existe é bolsa por luta, ou seja, se eu luto três vezes em um ano eu recebo três vezes no ano, se eu luto uma vez no ano eu recebo uma vez no ano. Agora se eu não luto durante o ano, por alguma lesão ou alguma coisa assim você não recebe (Miranda, 2017, s/p).

A declaração de Vitor Miranda evidencia que as carreiras dos lutadores do UFC e de outros eventos de MMA, via de regra, não são passíveis de planejamento mais elaborado, tendo em vista a incerteza de um rendimento anual fixo. Em modalidades esportivas como o futebol, basquete, beisebol, natação, atletismo, entre outras, o atleta e a instituição contratante definem antecipadamente as bases salariais, por meio de contratos que podem ter duração de uma ou mais temporadas, facilitando assim o planejamento financeiro. Mesmo em casos de lesões que incapacitem o atleta de exercer suas funções profissionais temporariamente – muito comuns no meio esportivo de alto rendimento –, o contrato deve ter previsão de garantias salariais e, em caso de rescisão, garantias de direitos trabalhistas e multas rescisórias, no UFC os contratos firmados não preveem tais garantias (Salminen, 2017).

Ainda segundo Miranda (2017), o piso básico para lutadores iniciantes no UFC é de 8 mil dólares – diferente do valor de 10 mil dólares afirmado por Jury. Este valor inicial está sujeito a progressões de 2 mil dólares, somente em caso de vitória. Ou seja, se um atleta vencer sua primeira luta, o valor da bolsa do segundo combate progride para 10 mil dólares e, em caso de novo êxito, 12 mil dólares em sua terceira atuação. Miranda (2017) observa que, normalmente, o primeiro contrato com o UFC tem previsão de duração de três lutas, já os contratos posteriores preveem cinco disputas. O sucesso no primeiro contrato pode definir

melhores bases financeiras aos atletas nos contratos subsequentes. No entanto, outros fatores, além do desempenho técnico e obtenção de vitórias, podem resultar em melhoras das bases contratuais. Carisma, capacidade de atrair público – presencial ou por meio de vendas de pacotes de PPV – ou mesmo a importância que determinado lutador tem para o evento, definem ou não acréscimos financeiros (Miranda 2017). Outro elemento que pode propiciar contratos mais vantajosos tem relação com o apelo nacionalista de alguns lutadores. Atletas que têm a capacidade de mobilizar o público de seu país de origem tendem a obter maior rentabilidade contratual. Isto porque o UFC tem pretensões de aumentar a visibilidade de seus eventos para além dos Estados Unidos e esses lutadores, transformados em ídolos, podem alavancar a popularidade do UFC nesses países. Exemplos desses atletas são Anderson Silva e Cris Cyborg, no Brasil; Cain Velasquez¹³⁸ no México; Connor McGregor, na Irlanda; Georges Saint Pierre, no Canadá; Mark Hunt, nos países da Oceania; Michael Bisping, na Inglaterra; Joanna Jedrzejczyk, na Polônia; Alistar Overeem, na Holanda; Alexander Gustafsson, na Suécia; Ulka Sasaki, no Japão; Wang Guan, na China; entre outros. Vale aqui notar que este apelo nacionalista está diretamente vinculado com os bons desempenhos desses atletas, tanto que a maioria dos lutadores acima citados são ou já foram campeões do UFC.

Miranda (2017) afirma ainda que a divulgação dos valores das premiações não contabiliza a incidência de impostos que, segundo ele, é de 30%. No entanto, essa não é a única despesa dos atletas. Além da carga tributária, boa parte do valor recebido por cada luta é destinado a pagar custos de treinamentos, porcentagens de academias e percentual do *manager* ou empresário. Segundo ele, o atleta retém cerca de 50% do valor bruto recebido em cada combate, a outra metade é destinada a impostos e despesas diversas.

Concordando com Miranda (2017), Myles Jury (*In Hutchinson*, 2015) afirma que os valores dos rendimentos divulgados pela imprensa especializada em MMA são referentes ao valor bruto da premiação, desses números ainda devem ser descontados os impostos e outras despesas, como demonstra a tabela abaixo.

Impostos	30%
Academia /Head coach/ Empresário	20%
Treinos em outras academias	10%
Total	60%

Tabela 8. Lista de despesas segundo Myles Jury. Fonte: Jury *In Hutchinson*, 2015.

¹³⁸ Embora seja natural dos Estados Unidos, o lutador Cain Velasquez tem ascendência mexicana. Em várias de suas lutas, o atleta carregava a bandeira do México gerando relativa empatia com o público daquele país.

A discrepância de 10%, entre os números apresentados por Miranda e a tabela elaborada com base nos índices declarados por Jury, pode ser justificada por meio das negociações de porcentagens entre atletas e academias. Normalmente, os lutadores em período pré-competitivo procuram suprir deficiências técnicas em academias especializadas em determinadas competências. E isto pode gerar custos extras com taxas da academia, técnicos, *sparrings*, em alguns casos esta negociação também envolve porcentagens. Sobre este assunto, o lutador do UFC Junior Cigano comenta:

Por incrível que pareça, mesmo com o dólar mais caro, acabo gastando um pouco menos lá. No Brasil, até fazia a coisa acontecer, mas gastava bastante, trazia treinadores, mantinha eles na cidade, e ia embora uma boa parte do dinheiro. E tinha meus patrocínios, que me possibilitavam fazer esse tipo de coisa, hoje em dia isso é impossível. Hoje seria impossível fazer um camp aqui (Cigano *In* Azevedo, 2017, s/p).

Ainda sobre o os gastos com treinamentos – em entrevista concedida a Jorge Corrêa –, Junior Cigano afirma ter gastado cerca de 100 mil reais no ano de 2011, quando se sagrou campeão dos pesos pesados na disputa contra Cain Velasquez. Na segunda luta entre eles, Cigano alega ter gastado “apenas” 50 mil reais, e saiu derrotado (Corrêa, 2012).

Levando em consideração a conjugação das tabelas 7 e 8 – as quais apresentam, respectivamente, os rendimentos e as despesas dos atletas em cada combate –, um atleta iniciante no UFC pode receber, na melhor situação, um valor bruto de 72,5 mil dólares e retém, de receita líquida, em média 29 mil dólares; ao passo que, na pior situação, seu faturamento bruto alcança 12,5 mil dólares, neste caso a retenção de rendimento será de 5 mil dólares. Nesta lista, não estão incluídos gastos com nutricionistas, fisioterapeutas ou outras despesas médicas que ocorram em decorrência dos treinamentos.

A seguir, uma tabela com os rendimentos de cada lutador que disputou o UFC Norfolk, realizado em 12 de novembro de 2017, nos Estados Unidos. Os valores referem-se à premiação bruta, sem os descontos de impostos (Rudnick, 2017).

Lutador/Card principal	Rendimento
Dustin Poirier	US\$ 180 mil
Anthony Pettis	US\$ 185 mil
Matt Brown	US\$ 200 mil
Diego Sanchez	US\$ 95 mil
Andrei Arlovski	US\$ 250 mil
Junior Albini	US\$ 12 mil
Cezar Ferreira	US\$ 78 mil

NateMarquardt	US\$ 68 mil
Raphael Assunção	US\$ 163,2 mil
Matthew Lopez	US\$ 26,4 mil
Clay Guida	US\$ 114 mil
Joe Lauzon	US\$ 62 mil
Lutador/ Card preliminar	Rendimento
Marlon Moraes	US\$ 140 mil
John Dodson	US\$ 41 mil
Tatiana Suarez	US\$ 50 mil
Viviane Pereira	US\$ 14 mil
SageNorthcutt	US\$ 120 mil
Michel Quinones	US\$ 10 mil
Nina Ansaroff	US\$ 36 mil
Angela Hill	US\$ 21 mil
Sean Strickland	US\$ 64 mil
CourtMcGee	US\$ 35 mil
JakeCollier	US\$ 36 mil
Marcel Fortuna	US\$ 14 mil
Karl Roberson	US\$ 20 mil
Darren Stewart	US\$ 10 mil

Tabela 9. Valores das premiações dos lutadores do UFC Norfolk¹³⁹. Fonte: Rudnick, 2017.

Dos 26 lutadores que disputaram o evento, metade deles teve rendimento igual ou inferior a 50 mil dólares (sem abatimento de impostos). Estes índices demonstram uma realidade pouco divulgada acerca dos salários de muitos lutadores do UFC. Ao hipotetizar que Darren Stewart ou Michel Quinones possam realizar três lutas em um ano, descontado os impostos e as despesas com os treinamentos – em média 60% do valor total dos rendimentos, segundo Jury –, cada um deles receberia anualmente 12 mil dólares. Esta remuneração os colocaria no limite da linha de pobreza, segundo os parâmetros oficiais daquele país¹⁴⁰ (BBC, 2011). Embora seja uma situação hipotética, esta condição não deve ser desconsiderada, pois coloca em xeque até mesmo a condição de profissionalismo dos lutadores. No ano de 2013, o ex-lutador do UFC Jacob Volkmann deu a seguinte declaração ao *site* MMA Space: “No ano passado, eu ganhei 50 mil dólares e paguei 8 mil em impostos. Isso me deixa com 42 mil dólares, o que é um pouco acima da pobreza. Tenho três filhos e uma esposa que tenho de bancar” (Volkmann *In* MMA Space, 2013, s/p). Segundo Salminen (2017), a média de

¹³⁹ Valores divulgados pelo Departamento de Regulamento Profissional e Ocupacional da Virgínia, que representam pagamentos brutos, sem a dedução de impostos.

¹⁴⁰ Segundo o censo, quase um em cada seis americanos vive na pobreza – definida como renda anual individual de até US\$ 11,13 mil (aproximadamente R\$ 18,8 mil) ou renda de até US\$ 22,31 mil (cerca de R\$ 37,68 mil) para uma família de quatro pessoas (BBC, 2011).

rendimentos dos lutadores do UFC é de 51 mil dólares por luta, sem descontos de impostos. Porém, este número esconde a evidente desigualdade entre os poucos lutadores de elite do UFC e a maioria restante. Ao se colocar os rendimentos pagos pelo UFC em um plano comparativo com outras modalidades esportivas, o disparate é considerável. Atletas da *National Football League* (NFL) receberam em média, no ano de 2014, cerca de 2 milhões de dólares. A *National Basketball Association* (NBA) pagou a seus atletas, também no ano de 2014, em média 4,9 milhões de dólares. Embora em ambas as ligas supracitadas sejam perceptíveis desigualdades salariais entre atletas, em nenhuma delas a disparidade é tão significativa quanto no UFC (Salminen, 2017).

Fellipe Awi, na obra *Filho teu não foge à luta* (2012), também aponta as tensões causadas pelas exíguas remunerações dedicadas aos atletas do UFC. Segundo o autor, no ano de 2012, os repórteres John Barr e Josh Gross, da emissora ESPN, publicaram uma matéria pautada no relato de um lutador UFC, sob a condição de anonimato. Nesta reportagem, o atleta afirma que seus rendimentos equivalem ao de um lutador de nível médio, ou seja, entre 20 e 28 mil dólares por luta. Considerando que ele luta em média três vezes por ano, seu rendimento bruto poderia variar entre 60 e 168 mil dólares por ano, incluindo premiações extras, em caso de vitórias (Awi, 2012). Ao colocar essa sensível oscilação, Awi não leva em conta que é muito difícil que um lutador iniciante, aquele que ainda disputa lutas no *card* preliminar, seja agraciado com tal premiação bônus. Além disso, não atenta ao gasto que o atleta tem com o *camp*, nem com os impostos. Mesmo assim, se esses valores fossem transformados em salários mensais, o lutador receberia, por mês, em valores brutos, respectivamente 5 e 14 mil dólares (lembrando, muito improvável); com os descontos de impostos e demais despesas, ele teria um rendimento líquido mensal entre 2,5 e 7 mil dólares, aproximadamente, sem incluir aí outros custos eventuais. Ao fim da reportagem, o lutador anônimo declara: “Eles [os donos do UFC] nos querem famintos e pobres... Assim terão mais controle sobre nós” (Awi, 2012, 304).

No ano de 2015, Thiago Cara, repórter da ESPN Brasil, realizou um levantamento acerca dos pagamentos efetuados aos lutadores do UFC. Nesta pesquisa, Cara elencou todos os atletas da organização e contabilizou os últimos rendimentos de cada um deles. A verificação concluiu que a média salarial dos 547 profissionais era de 27,8 mil dólares, no entanto, um dado merece ser destacado. Descobriu-se que a média salarial dos lutadores masculinos era de 29,4 mil dólares e as mulheres recebiam em média 11,6 mil dólares (Cara, 2015). Ronda Rousey era, naquele momento, uma das principais estrelas do UFC, já tendo defendido o título de campeã dos pesos galos em cinco ocasiões, nas quais, três delas como luta principal do evento. A soma de vendas de pacotes de PPV das cinco lutas de Rousey no UFC totalizaram a marca de 5

milhões de unidades. Porém, o rendimento contratual da lutadora era de 60 mil dólares, excluindo as eventuais premiações extras. Seu salário era apenas o 48º da organização, embora fosse uma recordista em vendas de PPV. Essa relação desigual entre homens e mulheres no UFC fica ainda mais evidente, tendo em vista que 32% dos homens recebiam o piso mínimo de 8 mil dólares, ao passo que, entre as mulheres, o percentual era de 64% (Cara, 2015). Embora algumas atletas já fossem consideradas grandes estrelas do evento, tais números evidenciam que, naquele período, as mulheres estavam sujeitas à discriminação salarial, ou seja, uma forma evidente de violência.

Todas as situações relacionadas aos baixos rendimentos de lutadores do UFC geraram um problema que coloca o profissionalismo dos atletas em questão. Se por um lado os contratos elaborados pela organização proíbem que os lutadores do UFC participem de outros eventos desta natureza, por outro não há impedimentos para que os atletas tenham outras formas de complementar suas parcas remunerações, com ocupações fora do âmbito esportivo. E essa condição é comum a lutadores que ainda não alcançaram o estrelato no UFC.

São vários os casos deste tipo. Tim Means, ao ser suspenso por seis meses por uso de doping no período preparatório para a disputa do título dos pesos meio-médios, arranhou um emprego em uma fábrica de manufatura de metais, segundo ele: “Arrumei outro trabalho. Eu não poderia ficar no ‘modo luta’, e nem estava com a mentalidade de lutar, então comecei a aprender como fabricar metais. [...] Tenho duas filhas, então não tinha tempo de ficar esperando e começar a ficar estressado” (Means *In* Ferreira, 2016, s/p). Após o período de suspensão, o lutador foi reintegrado ao elenco. Mirko Crocop dividiu sua carreira de lutador profissional, incluindo o UFC, como instrutor de defesa pessoal do grupo antiterrorista da Croácia. Formado em Engenharia Civil, Shane Carwin, trabalhou como engenheiro durante toda sua carreira de lutador do UFC. No início de sua trajetória de sucesso no UFC, Georges Saint Pierre trabalhou como segurança de uma boate canadense. Paulo Thiago e Michel Prazeres exercem, em paralelo com a profissão de lutador, a função de policiais do BOPE no Distrito Federal e Pará, respectivamente. Rich Franklin, formado em matemática, só abandonou a profissão de professor em escola pública nos Estados Unidos depois de alcançar o estrelato no UFC. Em seus dois primeiros anos de atleta do evento, Chael Sonnen conciliou a carreira de lutador e corretor imobiliário – em 2006 teve seu registro caçado, depois de admitir que usava o negócio como forma de lavagem de dinheiro. No início da carreira no UFC, Chuck Liddell, considerado um dos maiores lutadores de MMA dos Estados Unidos e hoje no *hall* da fama, dividia seu tempo entre a preparação para as lutas e a ocupação de segurança e depois *barman* de uma boate em Las Vegas (Augusto, 2017). Nordine Taleb foi admitido como segurança pessoal de Neymar

Júnior, após este ser contratado pela equipe de futebol Paris Saint Germain, atualmente o lutador se divide entre essas duas funções (Combate.com, 2017).

Tais exemplos evidenciam uma condição paradoxal. Embora os eventos de MMA promovidos pelo UFC sejam extremamente midiaticizados e espetacularizados, a maioria dos atletas do elenco da organização se encontra em uma situação de semiprofissionalismo, tendo em vista a necessidade de manutenção de outras ocupações para complementação de renda. Vale aqui ressaltar que os lucros do UFC nos últimos anos superaram a marca de 800 milhões de dólares anuais. Tais números evidenciam que o evento explora acintosamente suas principais estrelas, os lutadores.

Além desses casos, existem muitos outros nos quais os lutadores do UFC dão aulas em academias de artes marciais ou esportes de combate e, por vezes, é esse salário de instrutor que mantém esses atletas. As situações acima citadas dão indícios de que a falta de previsão financeira, bem como os baixos salários pagos pela organização revelam que boa parte dos lutadores do maior evento promotor de MMA do mundo se encontre em uma condição de semiprofissionalismo, em alguns casos pode-se considerar que o UFC é um subemprego para vários atletas. Tim Kennedy, quando ainda era lutador do UFC, deu uma declaração esclarecedora quanto a esse assunto: “Qualquer um que aceite isso como uma realidade para nosso esporte é triste e patético. Eu espero que não seja nossa realidade. Se é, eu deveria fazer algo diferente, como ser lixeiro. Eu ganharia mais do que estou ganhando agora” (Kennedy *In* UOL, 2013, s/p). Antônio “Pezão” Silva, ex-lutador do UFC confirma esta situação.

A maioria dos lutadores brasileiros não consegue viver apenas como atleta. Mesmo quando chegam a eventos grandes, geralmente têm [sic] de manter outro emprego. Só quando alcançam alguma popularidade é que o porquinho engorda com o dinheiro de seminários e de patrocínio – tarefa inglória até para quem já está no UFC, mas não é um campeão ou uma estrela. (Silva *In* Vip, 2013, s/p).

É possível notar que os pagamentos de valores incompatíveis com os lucros obtidos pelo UFC parece ser uma regra, mesmo para aqueles lutadores que ocupam posição de destaque na organização. Vale aqui fazer um exercício comparativo acerca dos repasses de valores no boxe e no MMA¹⁴¹. Na luta de boxe entre Manny Pacquiao e Floyd Mayweather foram vendidos 4,4 milhões de pacotes de PPV, cada um deles a um custo de 90 dólares em média, estas vendas geraram um rendimento de 396 milhões de dólares. As bolsas pagas aos dois atletas totalizaram

¹⁴¹ Essa comparação torna-se pertinente, tendo em vista que tais modalidades possuem similaridades quanto ao aspecto esportivo, além disso, são as duas modalidades de esporte de combate mais assistidas no mundo e nas quais são permitidas apostas.

276 milhões de dólares, ou seja, cerca de 70% do valor das vendas de PPV foram repassadas aos lutadores (Rafael, 2015; Dorini, 2017). No confronto entre Connor McGregor e Edie Alvarez, o número de vendas de pacotes de PPV atingiu 1,65 milhões de unidades a um valor médio de 60 dólares, o que totalizou 99 milhões de dólares. Porém, as bolsas pagas aos dois lutadores principais foram de 4 milhões de dólares, ou seja, representavam menos de 4% do valor das vendas de PPV¹⁴² (Connolly, 2016; Keeney, 2016; Dorini, 2017). Embora esta comparação não tenha pretensão de ser exata, tendo em vista que outras variáveis foram suprimidas da equação, ela revela o disparate entre o repasse dos valores a atletas de boxe e de MMA. No ano de 2016, o UFC negociou de 4,4 milhões de unidades de vendas de pacotes de PPV nas três edições com maiores vendagens, em contrapartida, os seis eventos de boxe com maiores vendas de PPV, neste mesmo ano, totalizaram apenas 1,8 milhões de unidades (Dorini, 2017). Mesmo assim, a desigualdade nos valores das bolsas pagas aos atletas de ambas as modalidades se manteve. Nima Safapour, empresário de atletas de MMA contratados do UFC, em entrevista concedida a Guilherme Dorini, repórter esportivo do portal de notícias UOL, reitera as discrepâncias entre os repasses de valores aos atletas destas duas modalidades, segundo ele:

A luta contra Sergey Kovalev, em junho, vendeu 130 mil pacotes de pay-per-view, o que é um número muito baixo para os padrões do UFC, por exemplo. No entanto, Ward fez US\$ 6 milhões (R\$ 18,7 milhões) na luta. Se falarmos em Bellator ou UFC, teríamos que vender cerca de 700 mil a um milhão de pacotes para recebermos esse valor. Os números são incomparáveis (Safapour *In* Dorini, 2017, s/p).

Segundo alguns especialistas, as condições contratuais impostas pelo UFC são derivadas do monopólio da organização sobre o MMA. Com a ausência de eventos concorrentes, o UFC estabelece os padrões salariais de forma arbitrária e impositiva, tendo como principal premissa a obtenção de lucros exorbitantes. Segundo o brasileiro Sérgio Batarelli, empresário de lutadores de boxe e de MMA, o que diferencia as duas modalidades é justamente a concorrência. No boxe, existem pelo menos quatro grandes organismos que disputam a filiação de lutadores por meio de melhores condições salariais (Batarelli *In* Dorini, 2017). Se uma organização está repassando melhores rendimentos aos seus lutadores, logo o interesse de atletas em migrar aumenta, é uma espécie de livre concorrência entre as organizações cuja mediação é função do estado norte-americano. Ultimamente, notou-se que alguns dos lutadores

¹⁴² As duas lutas foram recordistas de vendas de PPV e de valor das bolsas pagas aos atletas. É necessário aqui ressaltar que outras variáveis, como o lucro obtido nas bilheterias, vendas de produtos licenciados e outras formas de rendimentos não foram levadas em consideração. Também foram desconsiderados os valores pagos aos outros atletas que participaram das lutas preliminares.

mais conhecidos do UFC, entre eles, Connor McGregor, Anderson Silva, José Aldo, Stipe Miocic, entre outros, demonstraram, nos momentos de maior destaque na carreira, o interesse em migrar de modalidade, tendo em vista que os salários e as condições de trabalho no boxe são superiores àquelas proporcionadas pelo MMA.

Parte dos problemas, ocasionados pelos módicos rendimentos pagos pela organização do UFC aos atletas, pode ser explicada a partir de um fator fundamental, o tipo de contrato elaborado pelo UFC. No âmbito esportivo norte-americano¹⁴³, a totalidade dos contratos atualmente vigentes classifica seus atletas como funcionários, à exceção do UFC e de outros eventos promotores de MMA, os quais tratam seus atletas como contratados independentes¹⁴⁴. Essa classificação acerca da relação de trabalho dos atletas de MMA – como prestadores de serviços – diminui consideravelmente os impostos e os encargos trabalhistas sobre o UFC. As instituições que controlam outros esportes como o beisebol, o hóquei, o basquete e o futebol americano, como exemplos, devem assegurar todas as garantias profissionais previstas por lei para os seus funcionários: planos de saúde para o atleta e sua família tanto no período de atividade profissional quanto após a aposentadoria; férias; pagamento de rescisão contratual em caso de demissão sem justa causa; seguro saúde; funções de trabalho bem definidas; entre outras. Além disso, a legislação norte-americana prevê que os funcionários tenham participação nos lucros de instituições esportivas, obrigando-as a adotarem políticas de transparência quanto aos lucros obtidos em seus eventos (Salminen, 2017). Em média, uma organização esportiva deve distribuir entre seus funcionários cerca de 50% do lucro obtido. Segundo a *Professional Fighters Association* (PFA), a NBA destina 50% de suas receitas ao pagamento dos atletas. A NFL repassa a seus jogadores cerca de 48% das receitas. Já a MLB transfere aos atletas

¹⁴³ Instituições controladoras do boxe: *World Boxing Association* (WBA), *World Boxing Council* (WBC), *World Professional Boxing Federation* (WPBF), *International Boxing Federation* (IBF), *World Boxing Organization* (WBO); e também de outras modalidades esportivas, tais como a *National Basketball Association* (NBA), *National Hockey League* (NHL), *Major League Baseball* (MLB), *Major League Soccer* (MLS), *National Football League* (NFL).

¹⁴⁴ O termo mais fiel à tradução “independent contractors” seria “contratados independentes”, no entanto, aqui no Brasil, esta relação trabalhista é denominada legalmente de “prestadores de serviços”, termo que será doravante utilizado. Segundo a legislação brasileira, a prestação de serviços é entendida como a contratação de uma pessoa jurídica para a realização de determinada tarefa, em caráter eventual e não permanente. É preciso que o processo seja firmado através de um contrato de prestação de serviços, com cláusulas devidamente acordadas por contratantes e contratados. O contrato também serve para deixar claro que as duas partes são independentes entre si. Não há relação de empregador e empregado. Já a relação de empregado é regulamentada pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) (Capucio, 2017).

Segundo o Artigo 3 do Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943 – Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Parágrafo único – Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual (Brasil CLT, 1943).

aproximadamente 43% dos recursos obtidos (Combate.com, 2016). No caso do UFC, especula-se que esta divisão seja inferior a 15%.

A melhor estimativa é que, entre 2005 e 2011, 13,6% da receita do UFC foi dedicada aos salários dos combatentes. Em muitos esportes americanos, a divisão é mais próxima de 50-50. Em 2015, quando a receita era de cerca de US \$ 600 milhões, a Zuffa gastou “mais de US\$ 100 milhões” em “custos de atletas incluindo compensação, seguro, médico e viagens”¹⁴⁵ (The Guardian, 2016, s/p).

Ao classificar seus atletas como prestadores de serviços, o UFC se desonera de alguns custos e, ao mesmo tempo, deixa seus lutadores expostos a condições de trabalho inadequadas em relação às funções que estes cumprem. Esta situação passou a ser debatida no âmbito trabalhista norte-americano, por meio da *National Labor Relations Act* (NLRA)¹⁴⁶. No entanto, não existem critérios jurídicos objetivos e cada estado norte-americano estabelece diretrizes próprias, quando o assunto são as condições trabalhistas que definem as diferenças entre prestadores de serviços e funcionários. Em caráter nacional, existe um questionário com 20 perguntas referentes a essas questões, o qual tenta estabelecer a tênue fronteira entre prestadores de serviços e funcionários, o documento denominado *IRS Twenty Factor Test*. Ao aplicar este questionário de maneira não oficial a alguns lutadores do UFC, os quais exigiram anonimato, Salminen (2017) constatou que, em 20 dos itens propostos, 13 deles caracterizam os atletas do UFC como funcionários e não como prestadores de serviços.

Embora o UFC classifique seus atletas como prestadores de serviços, suas exigências trabalhistas excedem esta condição. As cobranças e determinações do UFC em relação aos seus atletas extrapolam a condição de prestação de serviço. A modo de exemplo, o UFC não permite que seus contratados disputem outros eventos de MMA, exigindo deles exclusividade. Tais relações trabalhistas impostas pelo evento são ilegais, do ponto de vista jurídico. Outro elemento que indica irregularidade nas exigências contratuais é o fato de que existe continuidade na relação empregador/empregado. Dan Henderson, por exemplo, luta no UFC desde 1998, ou seja, tratam-se de quase 20 anos, o que, em qualquer outra situação, permitiria que ele fosse considerado um funcionário e não um prestador de serviço.

¹⁴⁵ Originalmente: “The best estimate is that between 2005 and 2011, 13.6% of the UFC’s revenue went on the fighters’ wages. In many American sports, the split is nearer 50-50. In 2015, when its revenue was around \$600m, Zuffa spent ‘over \$100m’ on ‘athlete costs including compensation, insurance, medical and travel’” (The Guardian, 2016, s/p).

¹⁴⁶ Instituição federal norte-americana que media as relações de trabalho naquele país.

Segundo Salminen (2017), os lutadores do UFC têm agora motivos e argumentos para procurar seus direitos em tribunais norte-americanos.

Os lutadores teriam um argumento válido desde que treze dos vinte fatores mostrem que os lutadores são funcionários e não contratados independentes. Portanto, o que pode ser mostrado em um tribunal de lei, é que os combatentes do UFC são funcionários e não são contratados independentes (Salminen, 2017, p. 223-224)¹⁴⁷.

Enquanto as reivindicações trabalhistas por parte dos atletas do UFC não chegam aos tribunais de justiça dos Estados Unidos, as obrigações contratuais impostas pela organização tendem a coagir ainda mais os lutadores. Exemplo disso são os cuidados médicos dispensados aos atletas do UFC. A condição de prestação de serviço, que baliza as relações trabalhistas entre o UFC e os lutadores, torna a garantia de cuidados médicos um assunto bastante obscuro, de acordo com as fontes elencadas para este estudo, como será demonstrado logo abaixo.

Com sentido de tentar compreender tal situação, foram levados em consideração os relatos de lutadores, tendo em vista que os organizadores do UFC não se manifestam de forma pública e objetiva. Em declaração à revista *Gentlemen's Quarterly* (2012), o lutador brasileiro Vitor Belfort afirma que o UFC provê a todos os lutadores planos de saúde (Belfort *In* J.R. Duran, 2012). De maneira análoga à declaração de Belfort, Court McGee, atual lutador do UFC afirma: “Eu pago impostos, meus carros têm documentos em dia, tenho uma casa, tenho uma hipoteca e estou pagando todos os meses, tenho dois filhos, tenho uma esposa, tenho plano de saúde e estou feliz” (McGee *In* Newmark, 2011, s/p). Essas duas declarações devem ser relativizadas sabendo-se que, na época desses testemunhos, ambos os lutadores faziam parte do quadro de atletas contratados da organização e, nas duas ocasiões, eles estavam defendendo o evento das críticas que o acusavam de ser uma atividade esportiva excessivamente violenta. Além disso, a fala de McGee demonstra certo conformismo em relação aos subsalários pagos pelo UFC, tendo em conta que, se houvesse uma divisão justa dos lucros obtidos pela organização (como na NFL, NBA, por exemplo), os rendimentos dos atletas da organização seriam muito superiores aos atuais vencimentos.

Em contrapartida, outros lutadores acentuam que o evento negligencia seu papel de provedor de garantias médicas. Jacob Volkmann, após ser demitido da organização no ano de 2013, afirmou que: “Eles sempre declaram que tratam os lutadores bem. Sim, eles tratam os tops, cinco por cento dos lutadores bem, os que estão no card principal o tempo todo. O resto

¹⁴⁷ Originalmente: “The fighters would have a valid argument since thirteen of the twenty factors show the fighters are employees and not independent contractors. Therefore, it could be shown in a court of law the UFC fighters are employees and not independent contractors” (Salminen, 2017, p. 223-224).

não. O plano de saúde é horrível, com uma franquia de U\$ 1500 por lesão” (Volkmann *In* MMA Space, 2012, s/p). A entrevista de Volkmann apresenta uma realidade distinta daquelas apresentadas por Belfort e McGee. Este excerto dá indícios de que os supostos planos de saúde oferecidos pelo UFC aos lutadores tratam-se, na verdade, de uma assistência médica temporária, a qual cumpre a função de prover 1,5 mil dólares para cobrir os custos em casos de lesões decorrentes dos combates. Além disso, o atleta insinua que os lutadores de elite têm garantias médicas distintas do restante do elenco.

T. J. Dillashaw reforça o discurso de negligência do UFC, em relação aos cuidados médicos com os atletas. No ano de 2016, em reportagem publicada no site MMA Fighting, o lutador norte-americano deu a seguinte declaração: “Eles nos tratam como empregados, mas não nos dão os benefícios de empregados. É meio maluco pensar nisso. Nós temos que lhes dizer onde estamos a todo o tempo, para que a USADA possa ir lá nos testar. Mas não temos benefícios na área da saúde”¹⁴⁸ (Dillashaw *In* Raimondi, 2016, s/p). Neste pequeno excerto, Dillashaw reconhece certa desproporção quanto aos direitos dos lutadores e deveres da organização. E esta desproporcionalidade se reflete até mesmo nos cuidados médicos, os quais são praticamente ignorados pelo UFC.

Joe Stevenson, em entrevista concedida a Steven Marrocco, publicada no site MMA Junkie, também alega problemas com as garantias médicas oferecidas pelo UFC. No ano de 2010, durante o período preparatório para uma disputa no UFC, o atleta norte-americano sofreu uma lesão no joelho. Por não contar com um plano de saúde disponibilizado pelo evento, Stevenson viajou de carro durante 24 horas para atravessar a fronteira com o México e poder ser diagnosticado. Por ter que arcar com as despesas médicas, o lutador optou por realizar os exames no outro país, onde os custos são sensivelmente menores. A diagnose na articulação do joelho constatou lesões nos ligamentos colaterais e cruzado posterior, e o lutador foi cortado do evento para o qual estava escalado (Marrocco, 2010).

Para além da reivindicação de um plano de saúde para os lutadores, o atleta brasileiro Vitor Belfort também lamenta a ausência de um seguro saúde para os atletas da organização “É necessária a criação de um seguro de saúde, já que enquanto os atletas estão lesionados eles não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro” (Belfort *In* AG Fight, 2017). A fala de Belfort sintetiza a gravidade dos problemas enfrentados pelos lutadores do UFC, tendo em vista que em caso de lesão que os impeça de exercer sua atividade profissional, eles serão prejudicados

¹⁴⁸ Originalmente: “‘They treat us like employees, but they don't give us benefits like employees’, Dillashaw said. ‘It's kind of crazy when you think about it. We have to tell them where we're at at all times, so USADA can show up and drug test us. But we don't get health benefits’” (Dillashaw *In* Raimondi, 2016, s/p).

por ficar sem os rendimentos das lutas, e – como no caso de Stevenson – terão ainda que arcar com as despesas médicas decorrentes dos tratamentos das lesões.

A partir das fontes acima elencadas, torna-se possível constatar contradições quanto à concessão ou não de planos de saúde ou mesmo assistência médica temporária por parte da organização do UFC aos atletas. Mas este não é o único problema relatado pelos lutadores. Outra reivindicação também remete aos inconvenientes ocasionados pela classificação contratual – prestadores de serviço – firmados pelo organismo. Como em qualquer outro esporte de alto rendimento, as lesões são uma constante na vida dos atletas, algumas delas, tornam-se crônicas e o tratamento pode exceder o período de atividade profissional. E, nestes casos, sem um plano de saúde pós-aposentadoria, são os lutadores que arcam com tais despesas. Cain Velasquez, ex-campeão dos pesos pesados do UFC, ponderou sobre a inconsequência do UFC em relação à aposentadoria dos atletas: “Eu passei por sete cirurgias desde 2008. Depois da minha luta, tenho a próxima cirurgia agendada. Não existe plano de saúde pós-aposentadoria” (Velasquez *In* Combate.com, 2016, s/p).

Embora o problema em relação à negligência com a saúde dos lutadores seja evidentemente sério, existe ainda outra condição que potencializa as dificuldades dos atletas em manter suas carreiras no UFC: as frequentes demissões.

Somente no mês de fevereiro de 2017, a organização divulgou uma lista com 31 atletas demitidos (Combate.com, 2017), além disso, Dana White, atual presidente do UFC, declarou que até o final do respectivo ano, o número de demissões iria superar a marca de 100 lutadores (Portal ORM, 2017). É importante aqui destacar que o termo utilizado por White “demissão” é uma característica própria das relações de trabalho entre empregador e empregado e não entre contratante e prestador de serviço. Neste segundo caso, e é o que acontece no UFC, os desligamentos são ocasionados por uma rescisão contratual, no entanto, os contratos não preveem multas rescisórias em favor dos atletas. Porém, esta circunstância se altera drasticamente caso o atleta opte por rescindir as normas contratuais, neste caso, os lutadores devem pagar multas milionárias ao evento. Essa unilateralidade em favor do UFC, é destacada por Salminen (2017, p. 222-223), que reflete: “Há uma lista de violações pelas quais o UFC pode dispensar um lutador, inclusive se o mesmo simplesmente for derrotado em uma luta. [...] Não há nada que impeça contratualmente o UFC de dispensar um lutador sob a alegação que o mesmo violou uma das disposições do contrato”¹⁴⁹. Isto mostra que os dirigentes do UFC têm

¹⁴⁹ Originalmente: “There is a laundry list of reasons why the UFC can fire a fighter, including firing the fighter for simply losing a fight. [...] There is nothing contractually stopping the UFC from firing a fighter and then just claiming the fighter breached one of the provisions in the contract” (Salminen, 2017, p. 222-223).

irrestrito poder de dispensar qualquer atleta por motivações que considerem adequadas. E mais, a partir dos contratos estabelecidos, o organismo não tem nenhuma obrigação de garantir quaisquer direitos ou garantias trabalhistas. Tais circunstâncias não seriam permitidas caso a relação de trabalho fosse classificada como empregado e empregador, comum em todas as outras modalidades esportivas. Neste contexto hipotético, o UFC só estaria isento de cumprir com as obrigações trabalhistas se um atleta fosse demitido por justa causa, e sob a chancela dos tribunais daquele país, caso contrário, deveria arcar com todas as garantias previstas pela legislação norte-americana.

Possivelmente, este problema começou a se agravar no ano de 2011, quando o UFC adquiriu mais um evento promotor de lutas de MMA concorrente, o Strikeforce. No contrato de compra, os dirigentes do UFC inseriram uma cláusula contratual que impedia o então presidente do Strikeforce, Scott Cocker, de organizar qualquer evento que envolvesse MMA por um período de três anos. Naquela época, o UFC possuía aproximadamente 380 lutadores contratados e, ao incorporar os atletas da franquia concorrente, o seu elenco passou a contar com quase 550 lutadores. Como naquele período o UFC não tinha condições de abrigar todos esses lutadores em seus eventos, cerca de 100 deles foram liberados de cumprir o restante de seus contratos com o UFC. Após os três anos de afastamento contratual, Cocker se associou ao Bellator que, até então, era considerado um evento de MMA diminuto, e conseguiu reunir a maioria dos lutadores dispensados pelo UFC. Em pouco tempo, o Bellator já se inscrevia como o segundo maior promotor de MMA do mundo, aumentando a concorrência com o UFC.

A partir desse episódio, os organizadores UFC evitam a todo custo liberar seus lutadores das obrigações abusivas impostas em seus contratos, com sentido justamente de evitar que seus atletas migrem para outros eventos e aumentem, assim, a concorrência. Os lutadores mais renomados, geralmente, assinam contratos com previsão de cinco lutas, em caso de bons desempenhos, os dirigentes apresentam a renovação contratual logo após o terceiro combate; e, caso o atleta se recuse a renovar o contrato, por quaisquer motivos, ele dificilmente será escalado para realizar as duas lutas restantes de seu contrato anterior. Sérgio Batarelli ilustra esta situação.

Vou dar o exemplo do José Aldo. Ele não faz contrato por tempo, ele faz de luta: "Vou renovar por mais cinco lutas". Mas o contrato não especifica em quanto tempo. Então, o UFC te amarra e não deixa sair de suas garras. O lutador fica preso. Isso é escravidão. O que fizeram com o Cigano? Ou assina aqui ou não luta pelo título. Isso não pode: eles controlam tudo, título, lutador... (Batarelli *In* Dorini, 2017, s/p).

A constatação de Batarelli evidencia que, dificilmente, um atleta irá cumprir o seu contrato com o UFC de maneira integral, sempre haverá a renovação antes do término do contrato anterior e assim sucessivamente. Como a relação de trabalho estabelecida pelos contratos de prestação de serviço beneficia unilateralmente o UFC, os atletas, por vezes, encerram as suas carreiras antes de cumprir as suas obrigações contratuais com o evento, sem nunca poder participar de combates em outras organizações. Exemplo disso é o atleta brasileiro Anderson Silva, considerado pela organização do UFC como um dos maiores nomes do evento. Silva, após completar 40 anos e perto de encerrar seu contrato com o UFC, assinou outro contrato com previsão de duração de 10 lutas, possivelmente este último documento tivesse a intenção de impedir que o atleta lutasse em outro evento de MMA. Situação análoga ao do lutador Randy Couture, considerado nos Estados Unidos como um dos maiores lutadores de todos os tempos, Couture lutou até os 48 anos de idade e ainda tinha lutas para cumprir com o UFC. Aos 52 anos, no ano de 2015, o lutador solicitou a rescisão contratual com o UFC para realizar algumas lutas por outras organizações, em resposta, os dirigentes do UFC afirmaram que só liberariam o atleta mediante o pagamento de uma multa rescisória milionária, esta situação impediu o retorno do lutador ao MMA.

Os contratos firmados pelo UFC evidenciam tipos específicos de violência em relação aos atletas da organização, tendo em vista que cláusulas contratuais impedem os atletas de exercerem sua autonomia e suas vontades. O arbítrio de um atleta de decidir quando e onde lutar é praticamente anulado, os lutadores tornam-se reféns de contratos tendenciosos que beneficiam o evento de maneira unilateral. Os atletas são coagidos a assinar contratos que não preveem limite de tempo para a sua conclusão, os salários são estabelecidos arbitrariamente e os benefícios trabalhistas são negligenciados.

As cláusulas contratuais que impõem exclusividade aos atletas do UFC ocasionaram outro problema que tende a prejudicar ainda mais os lutadores contratados pela organização, a parceira Reebok/UFC.

Em 02 de dezembro de 2014, o presidente do UFC, Dana White, anunciou uma parceria “revolucionária” entre o UFC e a Reebok, empresa produtora e fornecedora de materiais esportivos. Segundo White, esta associação tornaria o evento ainda mais profissionalizado e traria uma série de vantagens financeiras aos lutadores da organização (Russio, 2014). A partir do anúncio, a Reebok tornava-se fornecedora exclusiva de materiais esportivos para todos os lutadores do UFC. O contrato exigia que, nas semanas que antecedessem os eventos (*Fight Week*) e no dia dos combates (*Fight Day*), todos os lutadores escalados e os seus *corners* deveriam obrigatoriamente trajar os materiais fornecidos pela empresa, tais como calções,

camisetas, moletons, tênis, bonés e qualquer outro equipamento de luta ou vestuários (Lordello, 2014).

Segundo Lorenzo Fertitta, um dos proprietários da franquia, esta parceria tendia a beneficiar todos os envolvidos. A Reebok obteria as vantagens de ser a única fornecedora de material esportivo dos eventos, aumentando consideravelmente a exposição da marca em um novo nicho de mercado em ascensão, tendo-se como parâmetro o crescimento exponencial do UFC pelo mundo. A organização do UFC teria a prerrogativa de receber porcentagens de produtos licenciados comercializados em quaisquer das 1.500 lojas da Reebok, ou revendedores autorizados da marca espalhados pelo mundo, aumentando substancialmente suas receitas (Russio, 2014). Além disso, parte da renda obtida com as vendas de produtos com a marca Reebok/UFC seria destinada para a organização não governamental (ONG) *Fight for Peace*¹⁵⁰, sediada em Londres. Em relação aos lutadores, os discursos eram vagos, mas prometiam uma melhora significativa no rendimento destes. Os dirigentes do UFC, na época do anúncio da parceria, assumiam o compromisso de repassar boa parte dos valores aos lutadores. Segundo Lorenzo Fertitta, “Estamos muito orgulhosos de conseguir distribuir a grande maioria, senão todo o valor que conseguirmos para os atletas” (Fertita *In* Russio, 2014, s/p). Entretanto, nenhum dirigente da organização se pronunciou objetivamente quanto aos valores que envolviam este contrato, ou mesmo qual porcentagem e de que maneira as verbas seriam repassadas aos atletas. Ao ser perguntado se os lutadores do UFC teriam sido consultados sobre esta nova situação, Dana White afirmou que ligou para alguns deles explicando detalhadamente as mudanças vindouras e, segundo ele, todos aprovaram as novas diretivas.

Entretanto, alguns técnicos e lutadores mostravam-se desconfiados com nova imposição do UFC, tendo em vista principalmente a escassez de informações. Essas dúvidas foram sanadas em pouco tempo e vários atletas se mostraram contrários a essa nova conduta do UFC. Descobriu-se que o contrato, com duração prevista de seis anos, envolvia um montante de 70 milhões de dólares e que a maioria do elenco do UFC receberia o valor de 2,5 mil dólares por participação em cada evento, com algumas progressões (Combate.com, 2015). Atletas com mais de 21 lutas e os campeões de cada categoria de peso teriam um retorno financeiro de maior monta. O que, a princípio, parecia ser vantajoso para os lutadores mostrou-se como mais uma forma de violência perpetrada pela organização do UFC. Segue uma foto com a comunicação oficial do UFC para os atletas, com a definição do UFC para o repasse de verbas da Reebok aos lutadores.

¹⁵⁰ Para saber mais sobre o projeto *Fight for Piece*, acesse: < <http://fightforpeace.net/> >.

UFC

etes,

d to be providing you with the compensation details of the **2015 UFC Athlete**

pril 20, you received a letter explaining a structural change to the AOP compe
 npensated for each individual bout based on your tenure with the organization
 calculated using all bout appearances in UFC, as well as any bout appearance
 fighting (WEC) and Strikeforce for the period those organizations were under
 orella. The AOP compensation will be subject to compliance with the entire O

Official breakdown of the tenure and compensation tiers:

Tenure Tier	Compensation per bout (USD)
1 to 5 bouts	\$2,500
6 to 10 bouts	\$5,000
11 to 15 bouts	\$10,000
16 to 20 bouts	\$15,000
21 bouts and above	\$20,000
Title challenger	\$30,000
Champion	\$40,000

Figura 15. Comunicado oficial aos atletas do UFC especificando o repasse e as progressões de verbas do patrocínio da Reebok. Fonte: Gibson *In Combate.com*, 2015.

Tal imposição contratual será aqui considerada como forma de violência pelo fato de que a maioria dos atletas não foi consultada, portanto, não tiveram voz ativa no processo de negociação do novo modelo de patrocínio; além disso, os lutadores foram obrigados a aceitar esta imposição, mesmo sendo contrários a ela. Esta completa perda de autonomia dos direitos de uso de sua própria imagem e de exposição de seus patrocinadores diretos¹⁵¹ se configura como uma forma de violência. Fato este agravado pelo decréscimo de rendimentos, em decorrência desta nova política imposta pelo UFC, como será adiante demonstrado.

Normalmente, os lutadores do UFC tinham patrocínios de empresas variadas, tais como de marcas de equipamentos esportivos e roupas, suplementos alimentares, gêneros alimentícios, bebidas energéticas, academias, entre outros, as quais pagavam aos atletas valores mensais e ainda um bônus pela exposição da marca nas vestimentas e em *banners* no momento da luta, tal como evidenciado nas ilustrações abaixo.

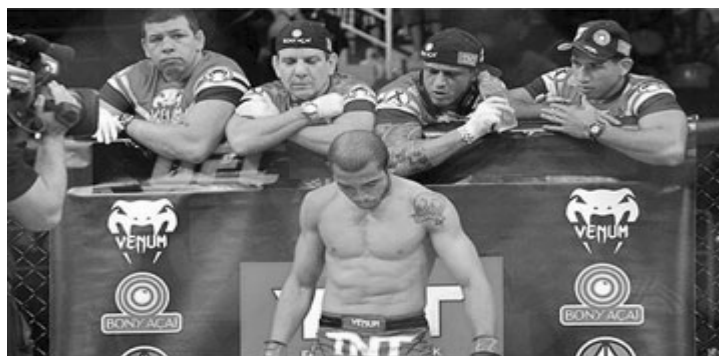


Figura 16. José Aldo no momento da luta e o banner de patrocínios ao fundo. Fonte: Kaizer, 2014.

¹⁵¹ Será considerado patrocínio direto, aqueles patrocínios negociados entre a equipe do lutador e empresas patrocinadoras.



Figura 17. Vitor Belfort no momento da luta e o banner de patrocínio ao fundo. Fonte: Rorato, 2013.

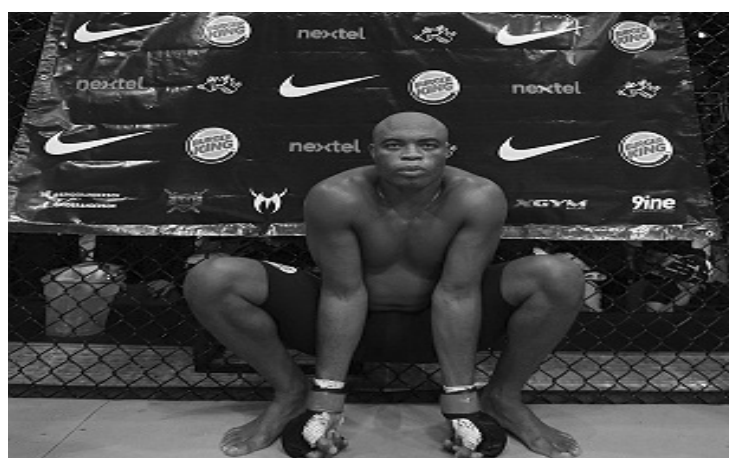


Figura 18. Anderson Silva no momento da luta e o banner de patrocínio ao fundo. Fonte: Hedges, 2013.

As fotos acima elencadas evidenciam que cada lutador expunha os patrocinadores em suas indumentárias, nas vestimentas dos *corners* e no *banner* de patrocínio. As marcas patrocinadoras dos atletas eram expostas especialmente durante a semana anterior à luta, em entrevistas oficiais do evento, na cerimônia da pesagem, no momento da luta e ao anúncio do resultado logo após o término do combate. Não raro, um atleta consumia um produto, como energéticos ou sucos, enquanto o outro braço era levantado pelo juiz ou até enquanto recebia o cinturão de campeão da categoria.

Com as novas políticas de exclusividade de patrocínio, os *banners* foram proibidos de serem expostos na semana que antecede o evento, e todas as vestimentas, inclusive dos *corners* foram normalizadas com os produtos fornecidos pela Reebok, os chamados *Reebok fight kits*, ou kit de luta Reebok, ilustrado na figura abaixo.



Figura 19. Parte do elenco do UFC usando o *Reebok fight kit*. Fonte: UFC Store, 2016.

Tal imposição do uso de produtos da Reebok teve um efeito negativo nos rendimentos dos lutadores do UFC. As principais fontes de renda da maioria dos atletas do UFC, não eram as premiações provenientes das lutas, como já apontado neste capítulo. As ocupações profissionais alternativas, bem como as remunerações mensais provenientes de patrocinadores se configuram como principais formas de rendimento de muitos lutadores.

Os valores mensais de patrocínio, geralmente, eram negociados diretamente entre os empresários dos lutadores e as empresas patrocinadoras. Obviamente, atletas com maior visibilidade no evento, tais como os campeões ou os melhores colocados no *ranking* da organização, obtinham melhores condições de negociação com grandes marcas. Todavia, os lutadores iniciantes ou com menos destaque na organização também angariavam patrocinadores, geralmente de menor expressão, mas que garantiam ganhos mensais para a manutenção da carreira de lutador.

Segue um quadro com a estimativa de ganhos de um lutador iniciante do UFC.



Figura 20. Estimativa de ganhos de um lutador iniciante do UFC com patrocínios diretos. Fonte: Albuquerque; Barone; Russio; Marinho, 2015.

A figura acima demonstra que, além dos ganhos mensais com os patrocínios, os atletas do UFC aumentavam significativamente seus rendimentos, expondo as marcas de seus patrocinadores ao longo da semana do evento. Se todos os espaços disponíveis fossem negociados, tal exposição poderia render até 26 mil reais, algo equivalente a 7,8 mil dólares, no câmbio atual¹⁵². Ou seja, o triplo do que a organização do evento repassa de verbas referentes ao patrocínio exclusivo da Reebok, fixado em 2,5 mil dólares para lutadores iniciantes. Levando em consideração que um lutador do UFC luta, em média, três vezes por ano e recebe 2,5 mil dólares de patrocínio Reebok por cada participação, o montante ao final de um ano totaliza 7,5 mil dólares, isto é, este lutador receberia uma média mensal de 625 dólares por mês.

Se para os lutadores iniciantes a situação financeira ficou mais difícil, para os atletas de maior destaque na organização a parceria UFC/Reebok foi ainda mais grave. A modo de exemplo, o lutador brasileiro Anderson Silva, um dos atletas de maior prestígio no UFC, contabilizou prejuízos substanciais. Na tabela de repasses de verbas de patrocínio imposta pelo UFC, este atleta era um dos mais bem pagos, 40 mil dólares por apresentação, no entanto, este valor representava apenas uma fração do que o lutador recebia de seus patrocinadores diretos. Conforme reportagem veiculada no *site* Super Lutas (2013), Silva havia angariado seis

¹⁵² Em 13 de dezembro de 2017, a cotação de um dólar equivale a 3,30 reais (dolarhoje.com, 2017).

patrocinadores diretos, são eles: Nextel, Lenovo, Burger King, Axe, Wizard e Corinthians. Cada uma dessas cotas de patrocínio tinha um valor preestabelecido de 400 mil reais. Somando todas as cotas, o brasileiro faturou, apenas com patrocinadores diretos, o montante de 2,4 milhões de reais (Carrano, 2013). Após o estabelecimento da parceria entre Reebok e UFC, o lutador perdeu imediatamente o contrato comercial firmado com o Corinthians e com a Nike, marca que também o patrocinava; e, aos poucos, os outros patrocínios também desistiram de investir no atleta, dada a falta de visibilidade de seus produtos principalmente nas semanas que antecediam os eventos do UFC, período no qual as mídias destacavam a imagem do atleta.

A consequência da proibição dos *banners* e de vestimentas com as marcas dos patrocinadores foi o quase desaparecimento de patrocínios diretos, tendo em vista que estas marcas não teriam a exposição almejada durante a semana do evento. E aquelas poucas empresas que mantiveram seus patrocínios, diminuíram suas verbas em mais de 70%, como afirma a reportagem de Albuquerque, Barone, Russio e Marinho (2015).

Perguntado sobre a nova política de patrocínio exclusivo UFC/Reebok, o lutador brasileiro José Aldo afirmou em entrevista ao *site* Combate.com:

Primeiramente, é uma merda. Todos falaram sobre isso. Nós, atletas, perdemos bastante. [...] Não importa o quanto a gente vai ganhar ou não, todos os atletas que tinham patrocínio perderam ou vão perder, pois eles não vão poder entrar na luta. Isso é um prejuízo para a gente. Atleta vive de cada luta, a gente tem que ficar lutando, nenhum atleta faz mais de três lutas. O campeão não consegue lutar mais de três vezes por ano. Mesmo o valor que eles estipularam não era o valor que nós ganhávamos pelos nossos patrocínios, que estavam nos apoiando. Acho que isso é bom para eles, para o UFC é bom, mas para os atletas, não. Vejo que os atletas perdem bastante (Aldo In Albuquerque, 2015, s/p).

No excerto acima, José Aldo, então campeão dos pesos-pena, evidenciava o descontentamento com as novas condutas do UFC quanto ao repasse de verbas da Reebok aos lutadores. Além disso, o atleta revela que existia uma tendência de que as empresas patrocinadoras de lutadores do UFC iriam retirar seus patrocínios, dificultando financeiramente a carreira dos lutadores. De maneira análoga, o também lutador Brendan Schaub criticou a nova imposição do UFC: “Ganhei seis dígitos em patrocínio em cada uma das minhas últimas seis lutas” (Schaub In Albuquerque; Barone; Russio; Marinho, 2015, s/p). Schaub afirma que o valor de patrocínio da Reebok não chega a 10% dos seus patrocínios diretos. Em uma situação inusitada, Matt Mitrione, lutador peso pesado do UFC, convocado para uma entrevista oficial ao evento, foi obrigado a ficar descalço por se apresentar usando um tênis da marca concorrente. Pouco tempo depois desta humilhante situação, Mitrione optou por não renovar seu contrato com o UFC e migrou para o evento concorrente Bellator (Xavier, 2016).

Assim como Mitrione, outros lutadores – aqueles poucos que não foram cooptados naquele esquema de contratos extensos, com várias lutas, praticamente impossíveis de serem cumpridos – também optaram por não renovar seus contratos, devido à perda de patrocinadores, e migraram para o evento concorrente – como Ben Henderson, Josh Thompson, Phil Davis, entre outros. Vale aqui lembrar que tais lutadores não eram considerados atletas de elite do UFC, talvez por isso tenham sido liberados, tendo em vista que as coerções contratuais impostas poderiam mantê-los presos ao evento se a organização assim desejasse. Porém, o caso emblemático foi o de Rory McDonald. Lutador de elite do UFC com maior visibilidade no Canadá, depois da aposentadoria de Georges Saint Pierre, McDonald possuía grandes patrocínios diretos e os repasses de verbas da Reebok não foram suficientes para que o atleta permanecesse na organização, assim, ele também mudou de evento (Xavier, 2016).

Além dos recorrentes problemas ocasionados pela imposição do patrocínio exclusivo da Reebok, outra crítica frequente dos lutadores do UFC faz menção aos critérios arbitrários usados pela organização do evento, com sentido de estabelecer o *ranking* dos atletas.

Levando em consideração apenas as categorias de peso masculinas¹⁵³, cada uma delas possui a média de 70 lutadores, dos quais um é o campeão e outros 15 são os *ranqueados* (UFC, 2017). Essa posição no *ranking* tem relevante importância para os atletas. Via de regra, lutadores *rankeados* lutam no *card* principal do evento e obtêm melhores pagamentos, correndo menos riscos de serem demitidos da organização. Para que um atleta suba no *ranking*, é necessário que o mesmo acumule o maior número de vitórias em relação às derrotas. Os lutadores que ocupam as cinco primeiras posições têm maiores chances de serem selecionados para desafiar o campeão da categoria. Embora tenha fundamental importância para o andamento das categorias, não existem critérios claros e objetivos que determinem a posição dos atletas no *ranking*.

Em qualquer outro esporte, os *rankings* obedecem a regras explícitas e são pautados por critérios exclusivamente técnicos, as equipes ou atletas disputam competições com pontuações preestabelecidas de acordo com a importância, grau de dificuldade, entre outros fatores. Porém, o UFC parece ser uma exceção a estas regras. Em diversas situações, o *ranking* do UFC teve apenas um caráter informativo e os exemplos são abundantes. Isto possivelmente tenha sua origem pautada em questões mercadológicas. No UFC, existe uma função denominada *matchmaker*, atualmente esta tarefa fica sob a responsabilidade de Sean Shelby e Mick Maynard, ambos são os responsáveis por “casar” as lutas de todas as edições do evento

¹⁵³ Nas categorias femininas, a média é de 24 lutadoras por categoria de peso (UFC, 2017).

(Albuquerque, 2016). Este “casamento de lutas” tem por objetivo principal tornar o evento mais atraente e rentável, independentemente da posição ocupada pelos lutadores no *ranking* oficial da organização. Ou seja, atletas com maior capacidade de mobilizar público geralmente são beneficiados.

Exemplo disso é a lutadora Ronda Rousey, ex-detentora do título dos pesos galos. Derrotada pela compatriota Holly Holm, Rousey ficou mais de um ano sem disputar lutas e, mesmo assim, manteve-se durante este período como a primeira colocada no *ranking* desta categoria e, já em sua volta aos octógonos, disputou o título com a então campeã Amanda Nunes. Outro exemplo, porém, em um sentido inverso, faz menção ao lutador Ronaldo Jacaré. Durante mais de um ano, o lutador brasileiro ocupou o primeiro lugar de sua categoria e mesmo assim nunca conseguiu ser escalado para disputar o título. Essas duas situações evidenciam certa preferência dos *matchmakers* em escalar lutadores com maior apelo mercadológico. Enquanto as lutas de Rousey vendiam milhões de pacotes de PPV, Jacaré, mesmo obtendo êxito em seus combates, não conseguia atingir os índices de venda considerados satisfatórios pelos organizadores do evento.

Outro caso de desrespeito ao *ranking* foi o recente retorno de Georges Saint Pierre aos octógonos. No ano de 2013, o então campeão dos pesos meio-médio anunciou sua aposentadoria. No entanto, no ano de 2017 resolveu voltar à ativa. Mesmo estando há quatro anos sem disputar nenhuma luta oficial e fora dos 15 primeiros *rankeados*, o lutador canadense foi escalado para protagonizar a disputa dos pesos médios. Connor McGregor também costuma contar com a preferência dos *matchmakers*. Depois de ganhar o título dos pesos penas na luta contra José Aldo, McGregor foi escalado para disputar o cinturão dos pesos leves, sem nunca ter disputado qualquer luta nesta categoria de peso. Brock Lesnar, popular lutador norte-americano de *pro-wrestling* – lutas coreografadas –, já em sua terceira participação, foi alçado a disputar o título dos pesos pesados, mesmo só tendo uma vitória em sua carreira no UFC.

Rousey, Saint Pierre, McGregor e Lesnar têm em comum a capacidade de mobilizar público para seus combates, este fator evidencia que, em várias ocasiões, os interesses mercadológicos sobrepujam a capacidade técnica e o mérito de outros lutadores. E esta é outra forma de violência verificada no âmbito do UFC. Atletas deveriam ser avaliados a partir de seus desempenhos técnicos, quando fatores extraesportivos determinam quais deles terão melhores condições de disputas fica patente um tipo específico de violência. Em um artigo jornalístico, publicado no *site* Olimpo MMA, Gabriel Carvalho (2016) aponta que a falta de critérios objetivos para a elaboração dos *rankings* do UFC, bem como a preferência dos *matchmakers* por lutadores com destacada capacidade de mobilização de público, tende a

afastar o MMA de uma prática esportiva e a aproximá-lo de uma lógica exclusiva de entretenimento sem compromissos com a ética esportiva.

Bart Beaty (2016), ao comentar sobre a lógica prevalecente para as disputas de títulos ou mesmo no *ranking* do UFC, comenta que:

No UFC, uma lógica de entretenimento predomina particularmente em dois tipos de casos: primeiro, quando os vencedores de lutas “chatas” não são promovidos a lutas de título ou são mesmo liberados de seus contratos em favor de lutadores menos talentosos, mas excitantes e, segundo, quando os lutadores recebem disputas de título ou são permitidos para manchete dos principais shows, embora eles não ganhem esse direito de acordo com a lógica dos esportes puros¹⁵⁴ (Beaty, 2016, p. 305).

Beaty está se referindo à disputa pelo título do UFC, a qual envolveu o então campeão dos pesos meio-médios Georges Saint Pierre e o desafiante Nick Diaz. Beaty argumenta que, no caso do desafiante ao título, havia outros lutadores mais talentosos e melhores colocados no *ranking*. Portanto Diaz, segundo uma lógica esportiva pura, sem interferência de fatores comerciais, não merecia estar naquela disputa. Porém, o autor reconhece que “Diaz é uma personalidade incomum cujo estilo de boxe favorece nocaute emocionante”; além disso, Diaz se notabiliza também pela forma arrogante de provocar seus adversários e o público. Essas condições tornam suas lutas bastante atraentes, aumentando os índices de vendas de pacotes de PPV. Segundo o autor, Nick Diaz “ganhou” a disputa pelo título contra Saint Pierre, mesmo tendo perdido a luta anterior para o legítimo desafiante e número um do *ranking*, Carlos Condit (Beaty, 2016).

A ideia deste capítulo foi a de verificar e analisar alguns tipos de violências perpetradas pela organização do UFC aos atletas contratados. Constatou-se, a partir das fontes elencadas, que a condição de monopólio da instituição, a partir dos anos de 2010, potencializou a exploração dos lutadores, principalmente em função dos tipos de contratos elaborados por esta instituição. Nota-se, também, que os debates acerca destes tipos específicos de violência normalmente não alcançam a grande mídia, ocultando talvez um dos aspectos mais sórdidos percebidos em uma modalidade dita esportiva.

¹⁵⁴ Originalmente: “In the UFC, an entertainment logic particularly predominates in two types of cases: first, when winners of “boring” fights are not promoted to title fights or are even released from their contracts in favour of less talented but more exciting fighters, and, second, when fighters are given title shots or allowed to headline major shows even though they have not earned that right according to the logic of pure sports” (Beaty, 2016, p. 305).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar das noções de violência em um cenário de esporte de combate, neste caso do MMA, sob a especificidade do UFC, maior promotor da modalidade no mundo, foi uma árdua tarefa. Nas leituras que antecederam a escrita deste texto, foram abundantes as definições conceituais que objetivavam clarificar aquilo que poderia ou não ser considerado violento. No entanto, o que se percebeu é que tais definições ou tipologias de violência se mostram imprecisas quando postas em termos práticos. Este problema se agrava, na medida em que boa parte dos autores que teorizara noções e conceitos acerca da violência, o fizera com pretensões de generalização. Porém, cada esporte se desenvolve de maneira singular, assim, pode-se concluir ser improfícuo pensar a violência nos esportes em termos gerais, possivelmente, uma abordagem mais pontual, pensar a violência em modalidades específicas, por exemplo, possa evitar equívocos ou mesmo impedir que significados implícitos, por vezes não intencionais, confundam ainda mais os leitores e os pesquisadores.

Assim, o recorte proposto para esta pesquisa seguiu esta lógica. Tratar apenas das disputas de MMA promovidas pelo UFC, em detrimento de analisar o MMA de uma maneira mais ampla, foi o recurso utilizado para dar a este estudo um caráter mais preciso acerca das dinâmicas da violência, percebidas neste espaço bem delimitado. O que se pretendeu foi uma descrição detalhada das relações de poder estabelecidas entre os principais agentes envolvidos e, a partir daí, tentar perceber como as dinâmicas da violência se manifestam. Além disso vale aqui destacar que o UFC figura atualmente como o principal promotor de eventos de MMA, tal hegemonia permite ao evento um controle bastante efetivo sobre a modalidade, propiciando por vezes condições para o estabelecimento de certas formas de violência.

Notou-se haver, nas pesquisas acadêmicas, duas tendências principais quando a temática a ser tratada é a violência nos esportes. Na primeira delas, observa-se que o conceito de violência é utilizado de forma descontextualizada. Esta situação ocasiona alguns desentendimentos no sentido da associação entre contato físico permitido pelas regras esportivas e a violência de natureza interpessoal direta. Se esta distinção não for estabelecida adequadamente, todos os esportes de combate serão considerados violentos. Assim, torna-se necessária uma sensibilidade teórica e metodológica para que as dinâmicas desses esportes, em especial dos eventos de MMA promovidos pelo UFC, não sejam confundidas com aquelas violências vividas fora de um contexto esportivizado.

Outra tendência faz menção ao fato de que a complexidade acerca das noções de violência conduz alguns autores a adotar critérios próprios para estabelecer o que é ou não

violento. Tais critérios, geralmente, estão balizados por experiências pessoais e sensibilidades próprias. Isto passa a se tornar problemático, na medida em que, sob os rigores das Ciências Sociais, a produção de conhecimento deve estar fundamentada por conceitos precisos, capazes de interpretar as realidades sociais.

Foi também necessário resistir à tentação de adotar critérios objetivos para avaliar, de forma definitiva, o quanto cada modalidade é ou não violenta, ou seja, criar uma escala que definisse quais as modalidades mais ou menos violentas. Considerar que o número de mortes e de lesões graves ou incapacitantes, ou mesmo o número de transgressões às regras, se configuram como elementos determinantes para tal avaliação, pode ser fator limitante. Tais dados servem, com certa precisão, para determinar os níveis de violência social, fora do contexto esportivo. Porém, se adotados para este âmbito, podem distorcer certas realidades. Embora sejam fatores relevantes e que auxiliam na compreensão das dinâmicas da violência nos esportes, tais elementos não devem ser interpretados de maneira taxativa e isolada. Se isso fosse feito, modalidades hípicas ou o ciclismo, entre outros, os quais causam mais mortes ou lesões graves que nas disputas do MMA promovidas pelo UFC (García; Malcolm, 2010), poderiam ser consideradas mais violentas.

No entanto, esta pesquisa enfatiza que o caráter de subjetividade da percepção da violência nos esportes é outro fator que sedimenta o estigma da violência no UFC. A própria organização do evento, nos seus primórdios, engendrava nessas disputas um imaginário de extrema violência com sentido de obter maiores retornos financeiros. A estratégia de propagandear as lutas do UFC como uma espécie de briga de rua espetacularizada, embora exitosa em um primeiro momento, foi alvo de críticas e de tentativas de proibição. Mesmo obtendo bons lucros, o UFC corria o sério risco de desaparecer, caso as emissoras de TV a cabo cedessem às pressões políticas e de boa parte da sociedade norte-americana, cujas críticas estavam pautadas nos elevados níveis de permissividade naquelas disputas. Sob estas condições, os dirigentes entenderam não haver naquele momento outra possibilidade senão conduzir o evento para o caminho da esportivização.

Além da imagem violenta estimulada pela própria organização, durante sua gênese, outros fatores complementam um imaginário bárbaro e brutal para esses eventos. A constante equiparação com práticas físicas competitivas gregas e romanas. Os meios de comunicação reiteradamente comparam o UFC com o pancrácio, pugilato ou mesmo com as *munera gladiatorum*, termos como “gladiadores do terceiro milênio” não são incomuns. Tais comparações tendem a considerar as disputas do UFC como uma forma de degradação da sociedade, um retorno a barbárie, uma prática descivilizante, ou mesmo um vetor para

violências sociais. Em termos teóricos os conceitos de esporte (Elias; Dunning, 1992; Gutmann, 1978), de usos do passado (Garrafoli, 2008) e de tradições inventadas (Hobsbawm; Ranger, 2012), tendem a desfazer estes equívocos, mas em termos práticos isto parece não se efetivar de maneira satisfatória.

Em boa parte da literatura acadêmica acerca das lutas promovidas pelo UFC, ou mesmo pelos discursos produzidos pelas mídias de maneira geral, o foco principal está direcionado para a suposta violência percebida no confronto entre os lutadores; ou seja, as discussões acerca da violência no UFC estão apenas arranhando a superfície de algo muito mais complexo. Embora um capítulo inteiro tenha sido dedicado a essa discussão, tendo em vista que este é um problema pertinente, a intenção desta pesquisa foi de ampliar esta discussão para outros aspectos que envolvem as disputas do UFC, com sentido de compreender de que forma outros tipos de violência se manifestam neste âmbito.

Tendo em vista a pretensão de ampliar o entendimento da violência presente nas dinâmicas do UFC, tratar de questões relacionadas à regulamentação desses eventos foi de fundamental importância. Contextualmente, o UFC surge como um evento de disputas intermodalidades com pretensões de espetacularização. O principal mote dos organizadores era vendê-lo enquanto uma prática brutal, a qual era enfatizada por meio da estética das lutas, e da propaganda de que não havia regras. Porém, as tentativas de proibição deste evento levaram os organizadores a incorporar algumas regulamentações. Assim, a ideia aqui foi estabelecer uma cronologia de adição de regras e, subjacente a isto, tentar perceber as motivações e finalidades da adoção de novas normativas. Esta proposta se mostrou frutífera, na medida em que foi constatado que em um primeiro momento a adoção de algumas regras não estava pautada na diminuição dos níveis de violência permitidos nessas disputas, pelo contrário, as principais mudanças estavam balizadas por questões mercadológicas, adaptação ao formato televisivo e também objetar as críticas e tentativas de proibição daqueles eventos. A partir da homologação das Regras Unificadas do MMA, as CAs, na figura dos estados norte-americanos, impuseram outras regulamentações e estas tinham como prioridade preservar a integridade física dos lutadores e controlar mais efetivamente os níveis de violência permitidos nestas disputas.

Além dos limites da prática foi possível identificar alguns tipos específicos de violência enraizados e mesmo instituídos no UFC, e algumas delas foram tratadas em cada capítulo deste estudo, ou seja uma das pretensões aqui foi a de desvelar alguns tipos de violência que por vezes passam despercebidas do grande público.

Embora não seja uma prática recente, os procedimentos de perda de peso já foram (e ainda são em alguns casos) muito utilizados por lutadores de boxe, judô ou luta olímpica, com

objetivo principal de obter a vantagem de lutar com um adversário mais leve. Porém, dado o caráter espetacularizado do UFC, tem sido recorrente a veiculação de notícias nas quais muitos atletas subordinados a esse evento têm se dedicado demasiadamente aos processos de perda de peso. O enquadramento deste tipo de conduta como violenta se dá por três motivos principais. Primeiro, propicia desigualdades de condições entre os atletas, contrariando os pressupostos básicos dos esportes. Segundo, é considerado como uma forma de violência autoinfligida, devido aos riscos e malefícios causados por tais procedimentos e, por fim, nem sempre a decisão é tomada espontaneamente pelos atletas, por vezes estes são coagidos por técnicos, companheiros de treinos e empresários a descerem de categoria. Até então, tais procedimentos ainda não se configuravam como uma transgressão às regras, mas devido aos casos de hospitalização, de cancelamentos de lutas e a possibilidade eminente de morte (isto já ocorreu em outros eventos) algumas CAs estão tomando medidas na tentativa de coibir o uso de procedimentos de PRP, em especial aquelas que se referem à desidratação.

O doping tem sido, ao longo das últimas décadas, um dos principais problemas relacionado aos esportes de alto rendimento, no âmbito do UFC isto pouco se altera. Por estar em desacordo com a regras e por propiciar vantagens ilícitas, o doping se configura como forma de violência e isso é compartilhado pelos próprios lutadores, que consideram esta conduta como trapaça. O doping coloca em xeque um dos pressupostos básico dos esportes, a igualdade de condições de obtenção de êxito. Porém, algo tão significativo quanto o próprio doping são as obscuras relações financeiras estabelecidas entre as CAs norte-americanas e o UFC. A dependência mútua entre estas instituições tem colocado dúvidas sobre as condutas de ambas, especialmente quanto às punições impostas por flagrantes de doping. Notou-se que atletas com destaque na organização, ou aqueles que propiciam boas vendas de pacotes de PPV, têm recebido punições brandas, ao passo que lutadores de menor destaque, via de regra, são punidos de maneira exemplar. Tais disparidades evidenciam certo interesse em manter aqueles lutadores considerados “rentáveis” em atividade, pois longas suspensões implicariam em prejuízos financeiros para as duas instituições.

Na segunda metade da década de 2000, o MMA já era considerado pelas autoridades norte-americanas como uma modalidade esportiva legalizada, neste período o UFC disputava mercado com o evento japonês Pride. Com sentido de se estabelecer como o principal promotor de MMA do mundo, os organizadores do UFC empreenderam a estratégia de comprar outros eventos, incorporá-los o mesmo extingui-los. Este artifício obteve bastante êxito e, já no início da década de 2010, o UFC poderia ser considerado um monopólio, tendo em vista que 90% das receitas geradas pelo consumo de MMA no mundo pertencem à empresa (Salminen, 2017). A

partir da condição de monopólio e de uma fraca concorrência, os organizadores passaram a impor condições unilaterais, aqui entendidas como forma de violência. Segundo os contratos elaborados pelo UFC, os atletas não são considerados como funcionários do evento e sim como prestadores de serviços. Tal situação implica uma série de condições prejudiciais aos atletas, entre elas os baixos salários e uma divisão desigual dos lucros obtidos, o cerceamento da liberdade dos atletas, a partir de uma cláusula contratual que exige deles exclusividade, impedindo os mesmos de disputar lutas por outras organizações, a supressão de auxílio médico e plano de aposentadoria, entre outros.

Feitas estas considerações acerca dos tipos de violência presentes no âmbito do UFC, torna-se imprescindível retomar a hipótese elencada na introdução desta pesquisa. Assim, cumpre ressaltar que esta pesquisa esteve balizada pela hipótese de que o MMA apresenta tipos específicos de violência, as quais extrapolam aquelas do tipo interpessoal direta. E, ainda, que as atuais discussões midiáticas e boa parte dos trabalhos acadêmicos estão majoritariamente centradas nas regulamentações e no contato físico permitido pelas regras, muitas vezes entendido como uma forma de violência interpessoal direta.

Tal hipótese de pesquisa pôde ser confirmada ao longo da elaboração deste estudo. Notou-se que pesquisas acadêmicas e também os discursos midiáticos acerca da violência dos eventos de MMA promovidos pelo UFC tem como elemento central a discussão sobre os supostos níveis de violência presentes em tais disputas. Essa discussão obteve ainda mais notoriedade aqui no Brasil com a tentativa da proibição do televisionamento desses eventos. Também foi possível perceber que esta condição de centralidade dedicada aos níveis de contato físico permitido pelas regras, de certa maneira, marginalizou e ocultou outras formas de violência presentes no âmbito mais amplo do UFC.

Por fim, é necessário destacar que, embora tenha se tentado desvelar alguns tipos de violência, para as quais não são dedicadas muita atenção – seja no meio acadêmico ou midiático –, este trabalho, de maneira nenhuma, encerra este assunto tão amplo e com inúmeras outras possibilidades de abordagens. Vale por fim ressaltar que devido aos ajustes às novas demandas mercadológicas ou mesmo sociais torna-se possível pensar que novas formas coercitivas se estabeleçam em um futuro próximo, havendo assim a necessidade de que estas sejam também objetos de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABCD. *Código mundial anti-dopagem*. 2014. Disponível em: <<http://www.abcd.gov.br/perguntas-e-respostas/240-codigo-mundial-antidopagem>>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. *O que é dopagem?* 2014. Disponível em: <<http://www.abcd.gov.br/perguntas-e-respostas/238-dopagem>>. Acesso em: 09 out. 2017.

ABRAMS, M. *Anger Management in Sport*. Champaign: Human Kinetics Publishers, 2010.

AG FIGHT. *Belfort faz apelo para que lutadores de MMA se organizem em associações*. AG Fight, 03 fev. 2017. Disponível em: <<http://agfight.band.uol.com.br/belfort-faz-apelo-para-que-lutadores-de-mma-se-organizem-em-associacoes/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Hunt relembra 'abdução' de GSP e questiona sua saída do UFC Austrália; entenda*. AG Fight, 23 out. 2017. Disponível em: <<http://agfight.band.uol.com.br/hunt-relembra-abducao-de-gsp-e-questiona-sua-saida-do-ufc-australia-entenda/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. *Lutadora cai em doping inédito para atletas do UFC*. 11 mai. 2017. Disponível em: <<http://agfight.band.uol.com.br/lutadora-cai-em-doping-inedito-para-atletas-do-ufc/>>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. *Revoltado com casos de doping, Hunt promete morrer lutando "se for em duelo honesto"*. 14 Set. 2017. Disponível em: <<http://agfight.band.uol.com.br/revoltado-com-casos-de-doping-hunt-promete-morrer-lutando-se-for-em-duelo-honesto/>>. Acesso em 26 out. 2017.

AGÊNCIA NACIONAL ANTI-DOPING. *Lista de substâncias e métodos proibidos: Código Mundial Anti-dopagem*. 2013. Disponível em: <http://www.cbaf.org.br/anad/lista_proibida.pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

AIBA. *Regulamento técnico de competição de boxe 2013*. Confederação Brasileira de Boxe, 2013. Disponível em: <<http://www.cbboxe.com.br/novoadmin/fckeditor/editor/filemanager/connectors/userfiles/file/REGULAMENTO%20TECNICO%20DE%20COMPETICAO%20DE%20BOXE.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ALBUQUERQUE, A. *José Aldo detona acordo de patrocínio entre UFC e Reebok: "É uma m****"*. Combate.com, 31 mai. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/05/jose-aldo-detona-acordo-de-patrocínio-entre-ufc-e-reebok-e-uma-m.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Mídia, vitórias, ranking: o que vale mais para disputar o cinturão do UFC?* Combate.com, 30 dez. 2016. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2016/12/midia-vitorias-ranking-o-que-vale-mais-para-disputar-o-cinturao-do-ufc.html#titulomateria-3>>. Acesso em: 13 dez. 2017

_____. *Minha Luta Inesquecível: final do TUF 1 salva investimento de Dana White*. Combate.com, 2 nov. 2012. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2012/11/minha-luta-inesquecivel-final-do-tuf-1-salva-investimento-de-dana-white.html>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

ALBUQUERQUE, A., BARONE, M., RUSSIO, M., MARINHO, R. *Empresários detalham perdas que o acordo UFC/Reebok trouxe aos atletas*. Combate.com, 14 mai, 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/05/empresarios-detalham-perdas-que-o-acordo-ufcreebok-trouxe-aos-atletas.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ALBUQUERQUE, A.; BARONE, M. *Tristeza e abandono: família de Feijão sofre dois anos após morte do atleta*. 25 set. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/09/tristeza-e-abandono-familia-de-feijao-sofre-dois-anos-apos-morte-do-atleta.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

ALMEIDA, S. C. F. de. *Mixed Martial Arts (MMA) no Brasil: masculinidades em disputa*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, 2016.

AMANHECER VIOLENTO (Red Dawn). Direção: MILIUS, J. Produção: MILIUS, J. Roteiro: MILIUS, J.; REYNOLDS, K. Los Angeles, California (EUA): United Artists, 1984, 1 DVD.

AMARO, G. *Prática de MMA põe saúde em risco, diz médico*. 01 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.metodista.br/rronline/rrjornal/pratica-de-mma-poe-saude-em-risco-diz-medico>>. Acesso em 10 jan. 2018.

AMTMANN, J. A. Self-reported training methods of Mixed Martial Artists at a regional reality fighting event. *Journal of Strength and Conditioning Research*, vol. 18, n. 1, p. 194–206, 2004.

APOCALIPSE NOW. Direção: COPOLA, F. F. Produção: COPOLA, F. F.; FREDERICKSON, G.; ROOS, F. Roteiro: MILIUS, J. San Francisco, California (EUA): Zoetrope Studios, 1979, 1 DVD.

AQUINO, S. T. *O livre arbítrio: quaestiones disputatae de veritate*. São Paulo, Edipro, 2015.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AREZA-FEGYVERES, R., CARAMELLI P., NITRINI, R. Encefalopatia traumática crônica do boxeador (dementia pugilistica). *Revista de Psiquiatria Clínica*, v.32 n.1, p.17-26, 2005.

ARTIOLI, G. G.; FRANCHINI, E.; LANCHÁ JUNIOR, A. H. *Perda de peso em esportes de combate de domínio: revisão e recomendações aplicadas*. *Revista Brasileira de Cineantropometria e desempenho humano*, n.8, v. 2, 2006, p. 92-101.

AUDI, R. On the Meaning and Justification of Violence. In J. A. Shaffer (ed.). *Violence: Award-winning essays in the Council for Philosophical Studies Competition*. New York: David McKay, 1971, p. 45–99.

AUGUSTO, J. *Lutador do UFC fazendo filme para adultos?* Canal Nocaute, Youtube, 05 out. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hLpc2R6AEq8>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

AWI, F. *Filho teu não foge à luta: como os lutadores brasileiros transformaram o MMA em um fenômeno mundial*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BARONE, M. “Foxcatcher”: Schultz vê luta no UFC como mais valiosa que ouro olímpico. Combate, 27 mai. 2016. Disponível em:

<<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2016/05/foxcatcher-schultz-ve-luta-no-ufc-como-mais-valiosa-que-ouro-olimpico.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BBC NEWS. *Tour tarnished by drugs scandal*. 03 ago. 1998. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/special_report/1998/07/98/tour_de_france/144326.stm>. Acesso em: 09 out. 2017.

BBC. Número de pobres nos EUA chega a 46,2 milhões e bate recorde. 13 set. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/110913_pobreza_eua_ac>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BEATY, B. "The UFC is selling wolf tickets": sport and fiction in the Ultimate Fighting Championship. In: TARAS, D; WADDELL, C. (Org.). *How canadains communicate V Sports*. Edmonton (Canadá): AU Press, 2016, p. 303-318.

BELFORT, V. *Vitor Belfort admite ter sido pego com testosterona elevada em fevereiro*. Globo.com 06 jun. 2014. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2014/06/vitor-belfort-admite-ter-sido-pego-em-teste-antidoping-surpresa-em-fevereiro.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

BELMAR, P. *Thai Kickboxing for beginners*. Londres: Lulu, 2006.

BITTENCOURT, R. N. O Reality Show como simulacro da reificação humana. *Revista Espaço Acadêmico*, vol.12, n. 142, p.80-82, 2013.

BLEDSON, G. H. et. al. Incidence of injury in professional Mixed Martial Arts Competitions. *Journal of Sports Science & Medicine*. Vol. 5, n.1, p.136-142, jul. 2006.

BLUE BOOK. *Pay-per-View*. Disponível em: <<http://mmapayout.com/blue-book/pay-per-view/>>. Acesso em: 04. fev. 2011.

BOLELLI, D. Mixed Martial Arts: A technical analysis of the Ultimate Fighting Championship in its formative years. *Journal of Asian Martial Arts*, vol.12, n. 3, p. 41-51, 2003.

BONFÁ, D. C. Antiguidade, Identidade e Usos do Passado. *Revista Est. Fil. e Hist. da Antiguidade*, Campinas, n. 30, jan-dez 2016, p. 11-32.

BORGES, O. *Academia Borges*. 2010. Disponível em: <<http://www.academiaborges.com.br/historia.html>>. Acesso em 14 Nov. 2017.

_____. MMA: a violência explícita (*A visão de um especialista*). Blog do Juca Kfourir, 26 mar. 2012. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2012/03/mma-e-bbb-tudo-a-ver/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

BOTTENBURG, M. V., HEILBRON, J. De-sportization of fighting contests: The origins and dynamics of No Holds Barred events and the theory of sportization. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 41, n.3, p. 259-282, 2006.

_____. *Informalization or de-sportization of fighting contests? A rejoinder to Raúl Sánchez García and Dominic Malcolm*. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 46, n.1, p. 125-127, 2010.

BRASIL. Artigo 3 da CLT: *Contrato de Prestação de Serviços*. Jusbrasil 2017. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ART.+3+DA+CLT+.CONTRATO+D+E+PRESTA%C3%87%C3%83O+DE+SERVI%C3%87OS>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BROWN, S. *The Language of the Arena*. Archeology: 15 ago. 2007. Disponível em: <<https://archive.archaeology.org/gladiators/glossary.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BUFFER, B. *It's time!* Minha visão 360° do UFC. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013.

CABMMA. *O que é a CABMMA*. 2013. Disponível em: <<http://www.cabmma.org.br/br/secoes/page/1/O-que-e-a-CABMMA>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. MMA: a regulamentação do esporte e os cuidados com o atleta. Câmara dos Deputados, 26 mai. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/418364-MMA-A-REGULAMENTACAO-DO-ESPORTE-E-OS-CUIDADOS-COM-O-ATLETA-BLOCO-2.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

CAMILO, J. A. de O. *Trabalhador, ídolo, sobrevivente, “casca-grossa” e humano: um estudo sobre versões de atletas de Mixed Martial Arts*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

CAMILO, J. A. O.; FURTADO, R. N. Doping e a lógica da escolha. *Athena Digital*, n.17 vol. 1, p. 23-41, 2017.

CAPUCIO, R. *Contratar funcionários: CLT x Prestação de serviços, qual a melhor opção?* Conta Mobi, 7 jun. 2017. Disponível em: <<https://conta.mobi/blog/contratar-funcionarios-clt-prestacao-servicos-qual-melhor-opcao/>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

CARA, T. *Estrelas de 'evento do ano', mulheres recebem menos da metade que homens no UFC*. ESPN, 28 fev. 2015. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/487733_estrelas-de-evento-do-ano-mulheres-recebem-menos-da-metade-que-homens-no-ufc>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CARMO, G. C. M. *It's show time: volência em emoções no Mixed Martial Arts (MMA) 1995-2016*. 2016. 193f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG, Ponta Grossa, 2016.

CARRANO, L. *Anderson Silva fecha R\$ 2,4 milhões em patrocínios para revanche contra Weidman*. Super Lutas, 13 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.superlutas.com.br/noticias/20404/anderson-silva-fecha-r-24-milhoes-em-patrocínios-para-revanche-contra-weidman/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

CARVALHO, G. *Brock Lesnar é uma das provas de que o MMA nunca será esporte*. Olimpo MMA, 18 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.olimpomma.com/brock-lesnar-e-uma-das-provas-de-que-o-mma-nunca-sera-esporte/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas da antropologia política*. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

COADY, C. A. J. The Idea of Violence. *Journal of Applied Philosophy*. Vol. 3, n. 1, p. 3–19, 1986.

COAKLEY, J. *Sports in Society: issues and controversies*. 9th edition. New York: Mc Graw Hill, 2007.

COLLI, E. *Universo olímpico: uma enciclopédia das Olimpíadas*. São Paulo: Códex, 2004.

COMBATE. COM. *Chael Sonnen fala sobre doping e admite: "Tentei enganar o sistema"*. 14 ago. 2014. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2014/08/chael-sonnen-fala-sobre-doping-e-admite-tentei-enganar-o-sistema.html>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. *Lutador divulga valores que atletas receberão por acordo UFC-Reebok*. Globo.com, 06 mai. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/05/lutador-divulga-valores-que-atletas-receberao-por-acordo-ufc-reebok.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Lutadores criticam novo esquema de pagamento de patrocinador do UFC*. Globo.com, 06 mai. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/05/lutadores-criticam-novo-esquema-de-pagamento-de-patrocinador-do-ufc.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Dana detona Stitch Duran e diz que cutman não voltará a trabalhar no UFC*. Globo.com, 26 jul. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/07/dana-detona-stitch-duran-e-diz-que-cutman-nao-voltara-trabalhar-no-ufc.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Lutadores de MMA anunciam criação de entidade para proteger atletas*. Globo.com, 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2016/11/lutadores-de-mma-anunciam-criacao-de-entidade-para-protoger-atletas.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *UFC lança divisão peso-pena feminino com Holm x De Randamie pelo título*. 14 dez. 2016. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2016/12/ufc-lanca-divisao-peso-pena-feminino-com-holm-x-de-randamie-pelo-titulo.html>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

_____. *UFC retira nomes de 31 lutadores de seu site. Dois brasileiros são excluídos*. Globo.com, 13 fev. 2017. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2017/02/ufc-retira-nomes-de-31-lutadores-de-seu-site-dois-brasileiros-sao-excluidos.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Comissão aprova novas regras para corte de peso e cria mais 4 categorias*. 17 mai. 2017. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2017/05/comissao-aprova-novas-regras-para-corte-de-peso-e-cria-mais-4-categorias.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *Associação Profissional de Lutadores é formada para ajudar atletas do UFC*. Globo.com, 11 ago. 2016. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2016/08/associacao-profissional-de-lutadores-e-formada-para-ajudar-atletas-do-ufc.html>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. *Curtinhas: Segurança de Neymar em Paris, Nordine Taleb luta no UFC Winnipeg*. Globo.com, 13 out. 2017. Disponível em: <<https://sportv.globo.com/site/combate/blogs/ultimato/noticia/curtinhas-seguranca-de-neymar-em-paris-nordine-taleb-luta-no-ufc-winnipeg.ghml>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

COMISSÃO ATLÉTICA BRASILEIRA DE MMA. *Médico*. CABMMA, 2013. Disponível em: <<http://www.cabmma.org.br/br/secoes/page/14/Comite-Medico>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO – DEPARTAMENTO MÉDICO. *Informações sobre o uso de medicamentos no esporte*. Rio de Janeiro, COB, 2009.

CONAN, THE BARBARIAN. Direção: MILIUS, J. Produção: FEITSHANS, B.; DE LAURENTIIS, R. Roteiro: MILIUS, J.; STONE, O. Los Angeles, California (EUA): Universal Studios, 1982, 1 DVD.

CONNOLLY, M. *This week in MMA biz: UFC 205's record numbers (Updated), Conor McGregor's challenge and more*. Sports Money, 14 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/mattconnolly/2016/11/14/this-week-in-mma-biz-ufc-205s-record-numbers-conor-mcgregors-challenge-more-205-fallout/#b5151e13ca31>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

COOMBS, D. S., BATCHELOR, B. *American history through American sports: from colonial lacrosse to extreme sports*. Santa Barbara: ABC – CLIO, 2013.

CORRÊA, J. “Novo-rico”, Cigano gasta outra bolada com treino e avisa: Preparem-se para uma luta tensa. 27 dez. 2012. Disponível em: <<https://nagradedomma.blogosfera.uol.com.br/2012/12/27/novo-rico-cigano-gasta-outra-bolada-com-treino-e-avisa-preparem-se-para-luta-tensa/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. *Entenda por que a polêmica reposição hormonal, como a de Belfort, não é doping no UFC*. Na grade do MMA, 08 fev. 2013. Disponível em: <<https://nagradedomma.blogosfera.uol.com.br/2013/02/08/entenda-por-que-a-polemica-reposicao-hormonal-como-a-de-belfort-nao-e-doping-no-ufc/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. *Veja o antes e depois de Vitor Belfort, com e sem TRT*. Na grade do MMA, 23 mai. 2015. Disponível em: <<https://nagradedomma.blogosfera.uol.com.br/2015/05/23/veja-o-antes-e-depois-de-vitor-belfort-com-e-sem-trt/>>. Acesso em: 31 out. 2017.

CORREIA, D. *Rorion Gracie, inventor do UFC: “Antes era briga, agora é só show”*. 12 mar. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/esporte/rorion-gracie-inventor-do-ufc-antes-era-briga-agora-e-so-show/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

CHRISTIANSEN, A. V. The Legacy of Festina: Patterns of Drug Use in European Cycling Since 1998. *Sport in History*, v. 25, p. 497-514, 2006.

CULTURA JAPONESA. *Sumô*. Disponível em: <<http://www.culturajaponesa.com.br/index.php/esportes/artes-marciais/sumo/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CRUZ, A. Só é fraco quem quer. Rio de Janeiro: *Careta*, 13 nov. 1954.

DAVIE, A. *A origem do octógono*. O Globo, 29 nov. 2016. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/mma/post/origem-do-octogono.html>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

_____. *Mudando a forma de lutar*. ESPN, 22 Mai. 2013. Disponível em: <http://www.espn.co.uk/mma/story/_/id/8515933/changing-shape-fighting>. Acesso em: 14 Nov. 2017.

DAVIE, A.; WHEELOCK, S. *Is This Legal?: the inside story of the first UFC from the man who created it*. Olathe: Ascend Books, 2014

DAVIES, N. *Escândalo de doping choca Jamaica*. BBC, 15 jul 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/07/130715_jamaica_doping_atleta_lgb>. Acesso em: 11 out. 2017.

DEHÒ, M. *Lenda do MMA, árbitro lembra bizarrices no octógono e luta polêmica com Aldo*. UOL Esporte, 5 set. 2011. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/lutas/vale-tudo/ultimas-noticias/2011/09/05/lenda-do-mma-arbitro-lembra-bizarrices-no-octogono-e-luta-polemica-com-aldo.htm?abrefoto=8>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DOEG, A. *Outside the cage: the political campaign to destroy Mixed Martial Arts*. Dissertação (Mestrado em Artes) - University of Central Florida, 2010.

DOLARHOJE.COM. *Dólar americano*. 13 dez. 2017. Disponível em: <<http://dolarhoje.com/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

DORIA, F. *A origem do octógono*. O Globo, 29 nov. 2016. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/mma/post/origem-do-octogono.html>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

DORINI, G. *Luta de classes. Por que as bolsas pagas a lutadores de boxe podem ser 60 vezes maiores do que as do MMA?* UOL, 2017. Disponível em: <<https://www.uol/esporte/especiais/por-que-lutadores-de-boxe-recebem-muito-mais-do-que-os-de-mma.htm#luta-de-classes>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

DUARTE, A. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. São Paulo, Editora Forense Universitária, 2010.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *A Busca da Excitação*. Rio de Janeiro: Difel, 1992.

ENGELHART, E. *Almanaque: tudo o que você quer saber sobre MMA*. Edição 2011. Rio de Janeiro: Editora Tatame, 2011.

ÉPOCA. *O esporte que mais cresce no mundo*. 13 jan. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Primeiro-Plano/Diagrama/noticia/2012/01/o-esporte-que-mais-cresce-no-mundo.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

ERITROPOETINA. *Eritropoetina Humana Recombinante*. 2012. Disponível em: <<http://www.eritropoetina.com.br/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

EXPLOREGRAM. *Steve Jenum vs Melton Bowen*. Exploregam, out. 2017. Disponível em: <<https://exploregam.com/steve-jenum-vs-melton-bowen-ufc-4-december-16-1994/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

FAGAN, G. G. *The Lure of the Arena: Social Psychology and the Crowd at the Roman Games*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2011.

FERNANDEZ, J. V. *Programa de passaporte biológico já está em curso na ABCD*. Ministério do Esporte, 08 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57547-programa-de-passaporte-biologico-ja-esta-em-curso-na-abcd>>. Acesso em: 31 out. 2017.

FERREIRA, B. *Comissão reforça políticas antidoping e define punições severas a atletas flagrados*. Super Lutas 15 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.superlutas.com.br/noticias/31181/comissao-reforca-politicas-antidoping-e-define-punicoes-severas-a-atletas-flagrados/>>. Acesso em: 25 out 2017.

_____. *Suspenso por doping, lutador do UFC arruma outro emprego*. Super Lutas, 14 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.superlutas.com.br/noticias/44542/suspenso-por-doping-lutador-do-ufc-arruma-outro-emprego/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FERREIRA, B. *SPECIAL TUF: o surgimento da ideia que mudaria o destino do UFC*. Super Lutas, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.superlutas.com.br/noticias/22371/especial-tuf-o-surgimento-da-ideia-que-mudaria-o-destino-do-ufc/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FERREIRA, D. *MMA incentiva a violência?* 14 set. 2011. Disponível em: <<http://abordagempolicial.com/2011/09/mma-incentiva-a-violencia/>>. Acesso em 10 jan. 2018.

FERTITTA, L. *UFC aperta o cerco contra o doping e anuncia apoio a suspensões severas*. MMA Brasil, 18 fev. 2015. Disponível em: <<http://mmabrasil.com.br/ufc-aperta-o-cerco-contra-o-doping-e-anuncia-apoio-a-suspensoes-severas>>. Acesso em: 25 out. 2017.

FIOCRUZ. *Para que serve a alfaepoetina?* 2014. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/perguntas-frequentes/71-perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-biofarmacos/232-para-que-serve-a-alfaepoetina>>. Acesso em: 09 out. 2017.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Microfísica do poder*. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2015.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2011.

FOXCATCHER: uma história que chocou o mundo. Direção: Bennett Miller. Produção: Bennett Miller, Megan Ellison, Jon Kilik, Anthony Bregman. Culver City, Califórnia (EUA): Sony Pictures, 2014, 1 DVD.

FRANÇA, A. *Como funciona o MMA (Mixed Marcial Arts)*. 2010. Disponível em: <<http://esporte.hsw.uol.com.br/mma3.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

GARCIA, D. C. D., VIEIRA, A. S., PIRES, C. C. A explosão do fenômeno: *reality show*. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro, 2006.

GARCIA, P. R.; YONAMINE, G.; MOREAU, R. L. M. Determinação de efedrinas em urina por cromatografia em fase gasosa (CG/DNP) para o controle da dopagem no esporte. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, vol. 41, n. 3, jul.-set. 2005.

GARCÍA, R. S. MALCOLM, D. Decivilizing, civilizing or informalizing? The international development of Mixed Martial Arts. *International Review for the Sociology of Sport*. v. 45, n. 1, p. 39-48, 2010.

GARCIA, R. A. *Representações sociais sobre o MMA por lutadores do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências do exercício e do Esporte) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

GARRAFONI, R. S. Arenas antigas e estádios modernos. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 1, n. 1, jun. 2008.

GAZETA DO POVO. *UFC vai às compras e adquire o Pride*. 27 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/ufc-vai-as-compras-e-adquire-o-pride-af5t1ifutsavxpcengwpkd55a>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GELLI, J. G. *MMA Além do UFC apresenta o top 5 das melhores organizações regionais do mundo*. MMA Brasil, 24 nov. 2016. Disponível em: <<http://mmabrasil.com.br/mma-alem-do-ufc-apresenta-o-top-5-das-melhores-organizacoes-regionais-do-mundo>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GENTRY, C. *No holds barred: the complete history of Mixed Martial Arts in America*. Chicago: Triumph Books, 2011.

GHORAYEB, N. *Drogas x esporte: a maconha causa picos de pressão e riscos cardíacos*. Eu atleta, 28 ago. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/eu-atleta/saude/noticia/2013/08/drogas-x-esporte-maconha-causa-picos-de-pressao-e-riscos-cardiacos.html>>. Acesso em: 28 out. 2017.

GINZBURG, J. Cultura e violência. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 4, 2017.

GLOBO.COM. *Rede Globo transmitirá, com exclusividade, o UFC para o Brasil*. 27 out. 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/lutas/noticia/2011/10/rede-globo-transmitira-com-exclusividade-eventos-do-ufc-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. *Criança de dois anos morre espancada pelos irmãos, diz polícia*. 05 fev. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/02/crianca-de-dois-anos-morre-vitima-de-espacamento-dos-proprios-irmaos.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. *Tradição indígena faz pais tirarem a vida de crianças com deficiência física*. 07 dez. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/12/tradicao-indigena-faz-pais-tirarem-vida-de-crianca-com-deficiencia-fisica.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. *Escândalo de doping do atletismo russo: perguntas e respostas*. 2015. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2015/11/escandalo-de-doping-do-atletismo-russo-perguntas-e-respostas.html>>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. *Juiz mata jogador e é esquartejado em partida no interior maranhense*. 04 jul. 2013. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/ma/noticia/2013/07/juiz-mata-jogador-e-esquartejado-em-partida-no-interior-maranhense.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. *Comerciante revela motivos da agressão que quase matou mulher*. 15 mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/05/comerciante-revela-motivos-da-agressao-que-quase-matou-mulher.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

GLOBOESPORTE.COM. *Rede Globo transmitirá, com exclusividade, o UFC para o Brasil*. 27 out. 2011. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/lutas/noticia/2011/10/rede-globo-transmitira-com-exclusividade-eventos-do-ufc-no-brasil.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

GRACIE, R. *Carlos Gracie: o criador de uma dinastia*. 4º ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.

GRANDE PRÊMIO. *Agência Mundial Antidoping retira álcool da lista de substância proibidas para 2018. FIA segue FIM e mantém veto*. 04 jul. 2017. Disponível em: <<http://grandepremio.uol.com.br/fl/noticias/agencia-mundial-antidoping-retira-alcool-da-lista-de-substancia-proibidas-para-2018-fia-segue-fim-e-mantem-veto>>. Acesso em: 24 out. 2017.

GUERRA, I. Importância da alimentação e da hidratação do atleta. *Revista Mineira de Educação Física*, n. 2, v. 12, 2004, p. 159-173.

GUTTMANN, A. *From ritual to record: the nature of modern sports*. New York: Columbia University Press, 1978.

HARKUP, K. *The cocktail of poison and brandy that led to Olympic gold*. The Guardian, 21 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/science/blog/2016/jul/21/the-cocktail-of-poison-and-brandy-that-led-to-olympic-gold-strychnine>>. Acesso em: 09 out. 2017.

HEALTH LATIN AMERICA. *Estafilococos: bactéria que é um desafio constante para a Medicina*. Boa Saúde, 2000. Disponível em: <<http://www.boasaude.com.br/artigos-de-saude/3715/-1/estafilococos-bacteria-que-e-um-desafio-constante-para-a-medicina.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

HEDGES, J. *Spider assinou patrocínios milionários*. Super Lutas, 13 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.superlutas.com.br/noticias/20404/anderson-silva-fecha-r-24-milhoes-em-patrocínios-para-revanche-contra-weidman/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

HOBBSAWN, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOHL, A. *Dr. Alexandre Hohl fala de Doping e TRT no MMA – Observações, fatos e fundamentos*. MMA Brasil, 19 jul 2013. Disponível em: <<http://mmabrasil.com.br/entrevista-dr-alexandre-hohl-fala-de-doping-e-trt-no-mma-observacoes-fatos-e-fundamentos>>. Acesso em: 18 out. 2017.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

HUNT, M. *Por doping de Lesnar, Mark Hunt processa UFC em US\$ 2,5 milhões*. Combate.com, 11 jan. 2017. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2017/01/por-doping-de-lesnar-mark-hunt-processa-ufc-em-us-25-milhoes.html>>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. *Revoltado com casos de doping, Hunt promete morrer lutando “se for em duelo honesto”*. AG Fight, 14 set. 2017. Disponível em: <<http://agfight.band.uol.com.br/revoltado-com-casos-de-doping-hunt-promete-morrer-lutando-se-for-em-duelo-honesto/>>. Acesso em: 25 out. 2017.

HUPFFER, H. M. O princípio da autonomia na ética kantiana e sua recepção na obra direito e democracia de Jürgen Habermas. In: *Revista Anima*: Curitiba, p. 142-163, 2011. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Seleta-Externa/Haide-Maria-Hupffer.pdf>>. Acesso em 31 out. 2017.

HUTCHINSON, M. *UFC featherweight breaks down the average expenses of an MMA fighter*. Bloody Elbow, 26 out. 2015. Disponível em: <<https://www.bloodyelbow.com/2015/10/26/9614666/ufc-featherweight-myles-jury-reebok-expenses-fighter-pay->>. Acesso em: 28 nov. 2017.

IAAF. *A piece of anti-doping history: IAAF handbook 1927-1928*. 15 mai. 2006. Disponível em: <<https://www.iaaf.org/news/news/a-piece-of-anti-doping-history-iaaf-handbook>>. Acesso em: 09 out. 2017.

IMBD. *Apocalypse Now*. Disponível em: <<http://www.imdb.com/title/tt0078788/>>. Acesso em 10 dez. 2017.

IMMAF. *International Mixed Martial Arts Federation*. Disponível em: <<http://www.immaf.org/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. *Esportistas fora da lei*. 12 mar. 2014. Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/noticia/v/ler/id/2510/n/esportistas_fora_da_lei/Post_page/2>. Acesso em: 31 out. 2017.

INTERNATIONAL TAEKWON-DO FEDERATION. *Approved equipment*. ITF, 2017. Disponível em: <<http://approved.tkd-itf.org/ext/approved-itf/?department=safety-equipment>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

INTERNATIONAL BOXING ASSOCIATION. *Official AIBA documents*. AIBA, 2017. Disponível em: <<https://www.aiba.org/official-aiba-rules-documents/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

JETTON, A. M. et al. Dehydration and acute weight gain in mixed martial arts fighters before competition. *J Strength Cond Res*, v. 27, n. 5, p. 1322-6, Mai. 2013.

JOHNSON, D. Ultimate Fighting is the farce of sports world. Nova York: *The Post Star*, 17 abr. 1995, p. 20.

J.R. DURAN. *Vitor Belfort*. São Paulo: Globo Condé Nast, Gentlemen's Quarterly, n.12 mar. 2012.

KAIZER, T. *UFC fecha com Reebok a maior parceria de sua história e lutadores terão uniformes para lutas*. Super Esportes MMA, 02 dez. 2014. Disponível em: <https://www.pe.superesportes.com.br/app/1,733/2014/12/02/noticia_mma,299030/ufc-fecha-com-reebok-a-maior-parceria-de-sua-historia-e-lutadores-terao-uniformes-para-lutas.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2017.

KAPLOWITZ, M. *UFC History - Severn VS Shamrock 2: What really happened at UFC 9?* 2013. Disponível em: <<http://www.bloodyelbow.com/2013/2/4/3951260/ufc-history-severn-vs-shamrock-2-what-really-happened-at-ufc-9>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Traduzida do alemão por Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

KEENEY, T. *How to Order UFC 205 McGregor vs. Alvarez PPV*. Heavy, 12 nov. 2016. Disponível em: <<http://heavy.com/sports/2016/11/ufc-205-mcgregor-vs-alvarez-ppv-cost-price-pay-per-view-order-watch-comcast-verizon/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

KFOURI, J. *Proibir o mensalão, não o MMA*. Blog do Juca Kfourir, 07 mar. 2012. Disponível em: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2012/03/proibir-o-mensalao-nao-o-mma/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

KING, Anthony. *The end of terraces: the transformation of English football em the 1990s*. Londres: Leicester University Press, 2002.

KIZER, K. *Doping e TRT: agora quem fala é a Comissão Atlética de Nevada*. MMA Brasil, 23 jul. 2013. Disponível em: <<http://mmabrasil.com.br/doping-e-trt-agora-quem-fala-e-a-comissao-atletica-de-nevada>>. Acesso em: 21 out 2017.

LE BRETON, D. *Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver*. Campinas, Editora Autores Associados, 2009.

LIMA, A. *Maiores ganhos em 2017 (até agora)*. Facebook: Do vale tudo ao MMA, 26 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2264442953782130&set=gm.1485533621544071&type=3&theater&ifg=1>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

LIMA, C. de C.; VITURI, G. *Os 20 anos do UFC*. 2013. Disponível em: <<http://vip.abril.com.br/ufc/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

LIMA, L. L.; HIRABARA, S. M. Efeitos da rápida perda de peso em atletas de combate. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, n.1, v. 35, jan./mar. 2013, p. 245-260.

LIMA, M. A. de.; MARTINS, C. J.; CAPRARO, A. M. Olimpíadas Modernas: a história de uma tradição inventada. *Revista Pensar a Prática*, v. 12, n. 1, 2009.

LINARES, A.; RESENDE, I. *UFC Curitiba quebra recorde de público em pesagem*. 13 mai. 2016. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/598747_ufc-curitiba-quebra-recorde-de-publico-em-pesagem>. Acesso em: 22 ago. 2016.

LISE, R. S. *Entre diretos, ceintures avant, chaves de braço e rabos de arraia: os primórdios dos combates intermodalidades na cidade do Rio de Janeiro (1909-1929)*. 2014. 149f.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, UFPR, Curitiba, 2014.

LISE, R. S., OLIVEIRA, R. O., CAPRARO, A. M. Revelando o mal-estar no esporte: resenha do filme *Foxcatcher*, uma história que chocou o mundo. *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, v.5, n. 1, p. 331-334, 2016.

LISE, R. S.; CAPRARO, A. M.; “Mixed Martial Arts”: as perspectivas e silenciamentos do jornal Folha de São Paulo nos primórdios da modalidade. XIV Congresso Brasileiro de história do Esporte, Lazer e Educação Física. Campinas (UNICAMP), 8-11 nov. 2016.

LOPES, A. L. *Quais são os esportes mais mortais que existem?* Mundo, 19 ago. 2016. Disponível em: <<https://mundoestranho.abril.com.br/esporte/quais-sao-os-esportes-mais-mortais-que-existem/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

LORDELLO, V. *Reebok e UFC anunciam parceria*. Exame.com, 03 dez. 2014. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/esporte-executivo/reebok-e-ufc-anunciam-parceria/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

LUTA MMA. *UFC*. Luta MMA, 30 abril, 2013. Disponível em: <<http://www.lutamma.com/UFC/UFC-1-The-beginning/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. *UFC 1* – Pôster Oficial. 2011. Disponível em: <<http://www.lutamma.com/ufc/ufc-1-poster-oficial/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

LUTAS E ARTES MARCIAIS. *O que é Savate ou boxe francês*. Disponível em: <<http://lutasartesmarciais.com/artigos/que-savate-boxe-frances>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

M. A. *Em resumo*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 20 jul. 1910, p. 1.

MADE IN JAPAN. *UFC acerta compra do Pride*. 30 mar. 2017. Disponível em: <<https://madeinjapan.com.br/2007/03/30/ufc-acerta-compra-do-pride/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora Pontes, 1989.

MARIANTE NETO, F. P. *Jabs, diretos, low kicks e duple lags no processo civilizador: uma leitura elisiana das Artes Marciais Mistas*. 2016. 190f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano). Escola de Educação Física -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MARQUES, J. V. *10 casos de doping em Olimpíadas*. 13 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/especiais/olimpiadas/jogos2016/jogos2016-listas/2016/04/13/conteudo-jogos2016,333873/10-casos-de-doping-em-olimpiadas.shtml>>. Acesso em: 09 out. 2017.

MARROCCO, S. *Insuranceless Joe Stevenson heads to Mexico*. MMA Junkie, 3 ago, 2010. Disponível em: <<http://forum.portaldovt.com.br/forum/index.php?/topic/116920-stevenson-tem-q-se-tratar-no-mexico/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MATHEWS, C. R.; CHANNON, A. Understanding sports violence: revisiting foundational explorations. *Sport in Society*, Illinois, vol. 20 n. 17, p. 751- 767, mai. 2017.

MARTIAL ARTS AND ACTION MOVIES. *The octagon with Chuck Norris*. S/d. Disponível em: <<https://martialartsactionmovies.com/the-octagon-with-chuck-norris/>>. Acesso em: 14 Nov. 2017.

MARTIN, D. *Kelvin Gastelum vows to never fight in Brazil again after win against Vitor Belfort overturned*. Fox Sports, 07 mai, 2017. Disponível em: <<http://www.foxsports.com/ufc/story/kelvin-gastelum-vows-to-never-fight-in-brazil-again-after-win-against-vitor-belfort-overturned-050717>>. Acesso em 21 out. 2017.

MARTINS, V. *Sucesso! UFC 200 Quebra Recordes Em Las Vegas*. 10 jul. 2016. Disponível em: <<http://torcedores.com/noticias/2016/07/sucesso-ufc-quebra-recordes-las-vegas>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MATOS, A. *Ciência da luta: a introdução das luvas no boxe*. MMA Brasil, 8 fev. 2017. Disponível em: <<http://mmabrasil.com.br/ciencia-da-luta-a-introducao-das-luvas-no-boxe>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. *Video: Forrest Griffin VS Stephan Bonnar I, a luta mais importante da história do UFC*. MMA Brasil, 30 jun. 2013. Disponível em: <<http://mmabrasil.com.br/video-forrest-griffin-vs-stephan-bonnar-i-a-luta-mais-importante-da-historia-do-ufc>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

McCLEAREN, J. “We Are All Fighters”: The Transmedia Marketing of Difference in the Ultimate Fighting Championship (UFC). *International Journal of Communication*, v. 11, p. 3224-3241, 2017.

MEANS, T. In FERREIRA, B. *Suspensão por doping, lutador do UFC arruma outro emprego*. Super Lutas, 14 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.superlutas.com.br/noticias/44542/suspensao-por-doping-lutador-do-ufc-arruma-outro-emprego>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MENTOR, J. *MMA é uma luta violenta e brutal*. 18 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/artigos/144016/MMA-%C3%A9-uma-luta-violenta-e-brutal.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. *Porquê proibir o MMA na TV?* José Mentor deputado federal, 22 dez. 2016. Disponível em: <<http://josementor.com.br/artigos/porque-proibir-o-mma-na-tv/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MILIUS: man, myth, legend. The true story of the greatest filmmaker you never knew Direção: KNUSTON, Z.; FIGUEROA, J. Produção: KNUSTON, Z.; FIGUEROA, J.; PLUME, K. Los Angeles, California (EUA): Haven Entertainment, 2013, 1 DVD.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Programa de passaporte biológico já está em curso na ABCD. 08 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57547-programa-de-passaporte-biologico-ja-esta-em-curso-na-abcd>>. Acesso em: 31 out. 2017.

MIRANDA, V. *Quanto ganha um lutador do UFC?* Canal Vitor Miranda, Youtube, 10 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B7MXEhYKU1w>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

MITTLEMAN, M. A.; LEWIS, R. A.; MACLURE, M.; SHERWOOD, J. B.; MULLER, J.E. Triggering myocardial infarction by marijuana. *Circulation*, vol. 103 (23), jun. 2001, p. 2805-2809.

MMA SPACE. *Lutador demitido promete guerra: “Vou expor como o UFC realmente é”*. MMA Space, 23 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.mmospace.net/lutador-demitido-promete-guerra-vou-expor-como-ufc-realmente-e-91701/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. *Susto? Equipe minimiza desmaio de Renan Barão*. 29 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.mmospace.net/susto-equipe-minimiza-desmaio-de-renan-barao-86421/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MONSTROS DO RINGUE. Direção: DOURDIN, M. Produção: KIELING, S.; DOURDIN, M. Roteiro: CHAIA, D. Brasil: Mamute Filmes, 2015, 1 DVD.

NASCIMENTO, S.; CORREIA, D. *Por que tanta gente está de olho em Anderson Silva*. São Paulo: Editora Abril, Veja, n. 2260, ano 45, 14 mar. 2012.

NEVADA STATE ATHLETIC COMISSION. *Mission*. 2017. Disponível em <<http://boxing.nv.gov/about/Mission/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

NEVES, M. *O tal MMA do UFC é esporte ou um telecatch sem marmelada? Boxe é que não é! Para mim MMA é uma briga de galos com humanos! Spartacus jamais participaria do MMA e nem o lúcido Nero autorizaria esse tipo de carnificina no Coliseu de Roma*. Blog do Milton Neves, 28 ago. 2011. Disponível em: <<http://blogmiltonneves.bol.uol.com.br/blog/2011/08/29/o-tal-mma-do-ufc-e-esporte-ou-um-telecatch-sem-marmelada-boxe-e-que-nao-e/>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

NEW JERSEY STATE ATHLETIC CONTROL BOARD. *Mixed Martial Arts Unified Rules of Conduct and Additional Mixed Martial Arts Rules*. Law and public safety, 2 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.nj.gov/oag/sacb/docs/martial.html>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

NEW YORK TIMES. *Contractor Deaths in Iraq Soar to Record*. 19 mai. 2007. Disponível em: <<http://zfacts.com/metaPage/lib/5-19-07-NYT-contractor-deaths.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

NEWMARK, J. *Court McGee – trazendo uma mensagem diferente para o octógono*. UFC, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://www.ufc.com.br/news/court-mcgee-carrying-a-different-message-to-the-octagon>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

NOLLA, S. *Tourmenta*. Mundo Deportivo, 30 jul. 1998, p. 03. Disponível em: <<http://hemeroteca-paginas.mundodeportivo.com/EMD03/HEM/1998/07/30/MD19980730-003.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

NORDT, S. P. Estricnina. In: OLSON K. R. (Org.). *Manual de toxicologia clínica*. Porto Alegre: AMGH, 2014.

O PAIZ. *As scenas bárbaras*. Rio de Janeiro: O Paiz, 27 out. 1912, p. 2.

OCTAGON: ESCOLA DE ASSASSINOS (The octagon). Direção: KARSON, E. Produção: KARSON, E. Roteiro: AARON, P.; CHAPMAN, L. Los Angeles, California (EUA): American Cinema Releasing, 1980, 1 DVD.

OLYMPIC GAMES. *Individual road race men*. 2016. Disponível em: <<https://www.olympic.org/sydney-2000/cycling-road/individual-road-race-men>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

OMS. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Geneva, World Health Organization, 2002.

OSLON, K. R. *Manual de toxicologia clínica*. Porto Alegre: AMGH. 2014.

OTTO, G. *Reposição de Testosterona no MMA: Doping ou remédio?* Venum 30 nov. 2014. Disponível em: <<https://venum.com.br/blog/reposicao-de-testosterona-no-mma/>>. Acesso em: 21 out 2017.

PAGLIARI, D.; PIBER L. D. Violência de gênero: com a palavra os transgêneros. *Anais do Congresso Estadual de Teologia*. São Leopoldo: EST, v. 2, 2016.

PAIVA, L. *Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate*. Manaus: OMP Editora, 2015.

PARDOS, C. L.; GALLEGOS, V. P.; MAYOR, M. J. R.; MARTÍN, A. V. Doping sanguíneo e eritropoetina. *Revista Brasileira de Medicina no Esporte/ UFRGS*, Porto Alegre, vol. 5, n.1, jan-fev, 1999.

PARIS TOURS. *The history of Paris Tours*. 10 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.letour.fr/paris-tours/2017/us/history/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

PASSOS, I. C. F. *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PAYOUT. *Blue book: pay-per-view, live and gate attendance*. 2017. Disponível em: <<http://mmapayout.com/blue-book/>>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. *Television*. 2016. Disponível em: <<http://mmapayout.com/blue-book/television/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PEREIRA, K. dos S. Violência contra professores nas escolas. *Consultoria legislativa da Câmara dos Deputados*. Brasília: Gráfica da Câmara, mai, 2016.

PM JUCURUTU. *Lutador Potiguar Renan Barão passa mal durante processo de perda de peso e está fora da luta do UFC*. 29 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.pmjucurutu.com.br/lutador-potiguar-renan-barao-passa-mal-durante-processo-de-perda-de-peso-e-esta-fora-da-luta-do-ufc/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

POLONINI, J. *Doping na Olimpíada: 10 casos que marcaram os Jogos, de 1968 a 2012*. 26 jul. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/doping-na-olimpiada-10-casos-que-marcaram-os-jogos-de-1968-2012-19789899>>. Acesso em: 09 out. 2017.

PORTAL DOS JORNALISTAS. *José Trajano*. 2017. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/jose-trajano/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PORTAL ORM. *Novo facção do UFC: nove lutadores são demitidos nos últimos dias*. 12 dez. 2017. Disponível em: <http://noticias.orm.com.br/noticia_esporte.asp?id=645415&%3B#.WjCXPIanHI>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PRÓ-TV. *Juca Kfourri biografia*. 2017. Disponível em: <<http://www.museudatv.com.br/biografia/juca-kfourri/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

PT. *José Mentor*. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/jose-mentor>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

QUARESMA, A. Violência Socializada no MMA. *Revista Sociologia Ciência e Vida*, São Paulo, ed. 48, 2013.

RAFAEL, D. *Mayweather-Pacquiao eclipses 4.4 million PPV buys, \$72M gate*. ESPN, 12 mai. 2015. Disponível em: <http://www.espn.com/boxing/story/_/id/12872711/floyd-mayweather-manny-pacquiao-fight-shatters-all-live-gate-record>. Acesso em: 30 nov. 2017.

RAIMONDI, M. *T.J. Dillashaw slams the UFC for treating fighters like employees minus the benefits*. MMA Fighting, 16 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.mmafighting.com/2016/7/16/12204380/t-j-dillashaw-slams-the-ufc-for-treating-fighters-like-employees>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

RECORD. *Virenque absolvido, Voet e Roussel punidos*. 2000. Disponível em: <<http://www.record.pt/modalidades/ciclismo/detalhe/virenque-absolvido-voet-e-roussel-punidos.html>>. Acesso em 18 out. 2017.

RESENDE, I. *UFC é vendido por R\$ 13 bilhões e gera lucro incrível aos irmãos Fertitta*. 11 jul. 2016. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/612595_ufc-e-vendido-por-r-13-bilhoes-e-gera-lucro-incrivel-aos-irmaos-fertitta>. Acesso em: 22 ago. 2016.

RIBAS, D. *UFC anuncia compra de direitos de oito eventos para formar 'Netflix do MMA'*. AGFight, 3 jan. 2015. Disponível em: <<http://agfight.band.uol.com.br/ufc-anuncia-compra-de-direitos-de-oito-eventos-para-formar-netflix-mma/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

RIBAS, D., ALCANTARA, M. *Sem TRT, Belfort apresenta mais testosterona do que Weidman; médico garante ser possível*. AG Fight, 22 mai. 2015. Disponível em: <<http://agfight.band.uol.com.br/sem-trt-belfort-apresenta-mais-testosterona-do-que-weidman-medico-garante-ser-possivel/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

RODRIGUES, E. *Lutadores do UFC 199 terão pesagem oficial 30 horas antes do evento*. 01 jun. 2016. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2016/06/lutadores-do-ufc-199-terao-pesagem-oficial-30-horas-antes-do-evento.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. *Nicco Montaño vence Roxanne Modafferi e é a primeira campeã peso-mosca do UFC*. 02 dez. 2017. Disponível em: <<https://sportv.globo.com/site/combate/noticia/nicco-montano-vence-roxanne-modafferi-e-e-a-primeira-campea-peso-mosca-do-ufc.ghml>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ROMANELLI, A. *Agência Mundial Antidoping investiga atletismo jamaicano*. Estadão, 14 out. 2013. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/blogs/amanda-romanelli/agencia-mundial-antidoping-investiga-atletismo-jamaicano/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

RORATO, G. *Vitor vai fazer a terceira luta seguida no Brasil*. Agência RBS, 21 ago. 2013. Disponível em: <

ROSEMBERG, A. Milton Neves: mais polêmico do que nunca. São Paulo: Lazuli, 2013.

ROSSEN, J. *Changing the shape of fighting*. ESPN, 22 mai. 2013. Disponível em: <http://www.espn.co.uk/mma/story/_/id/8515933/changing-shape-fighting>. Acesso em: 14 nov. 2017.

RUDNICK, F. *Ex-campeão recebe o maior salário da última edição do UFC*. Gazeta do Povo, 15 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/luta-livre/ex-campeao-recebe-o-maior-salario-da-ultima-edicao-do-ufc/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Quanto ganha um lutador do UFC? Os salários vão te surpreender (para o bem e para o mal). Gazeta do Povo, 27 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/luta-livre/quanto-ganha-um-lutador-do-ufc-os-salarios-vao-te-surpreender/>>. Acesso em: 26 out. 2017.

RUSSIO, M. *UFC anuncia acordo com a Reebok e promete repassar valor aos lutadores*. Combate.com, 02 dez. 2014. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2014/12/ufc-anuncia-acordo-com-reebok-e-promete-repassar-lucro-aos-lutadores.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

SALMINEN, V. *UFC Fighters are taking a beating because they are misclassified as independent contractors. An employee classification would change the fight game for the UFC, its fighters, and MMA*. *Pace Intellectual Property, Sports & Entertainment Law Forum*, vol 7, nº 1, p. 195-234, Spring, 2017.

SALVINI, L. *A luta como "ofício do corpo": entre a delimitação do subcampo e a construção de um habitus do Mixed Martial Arts em mulheres lutadoras*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, 2014.

SAMUEL, M. Reality-Show: Ascendências na Hibridização de Gênero. *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, v.10, n. 2, p.374-390, 2012.

SANT'ANA, T. Quais os esportes radicais mais perigosos? Super interessante, 28 mar. 2017. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ideias/quais-os-esportes-radicaais-mais-perigosos/>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SANTOS, I. S. P. dos; FILHO, V. F. M. Considerações sobre mídia e “heróis esportivos” do mixed martial arts. *Motrivivência*, v. 27, n. 44, p. 207-218, maio/2015.

SANTOS JUNIOR, R. B. *Perda de peso em atletas brasileiros de artes marciais mistas - MMA: prevalência, magnitude, métodos e sintomas vivenciados*. 2016. 67f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, UFPR, Curitiba, 2016.

SBEM. *Sobre reposição hormonal masculina*. 2016. Disponível em: <<https://www.endocrino.org.br/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-reposicao-hormonal-masculina/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

SCALIA, P. *Factors Associated With Head Trauma Among Professional Mixed Martial Arts Athletes*. 2015. 62f. Dissertação (mestrado) - Interdisciplinary School of Health Sciences Faculty of Health Sciences University of Ottawa, Ontario, 2015.

SCOGGIN III, F. J. et. al. Assessment of Injuries Sustained in Mixed Martial Arts Competition. *The American Journal of Orthopedics*, vol. 39, n. 5, p. 247-251, 2010.

SHERDOG. *Melton Bowen "The Punisher"*. Sherdog, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.sherdog.com/fighter/Melton-Bowen-51>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. *Royce Gracie*. Sherdog, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.sherdog.com/fighter/Royce-Gracie-19>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

SILVA, P. R. P.; DANIELSKI, R.; CZEPIELEWSKI, M. A. Esteróides anabolizantes no esporte. *Revista Brasileira de Medicina no Esporte/ UFRGS*, Porto Alegre, vol. 8, n. 6, nov.-dez. 2002.

SILVEIRA, V. T.; RIGO, C. A. O programa passaporte biológico: considerações sobre o governo dos atletas. *Revista Movimento/ UFRGS*, Porto Alegre, vol. 21, n. 2, p. 495-506, abr.-jun. 2015.

SIQUEIRA, H. *Queda no nível de testosterona pode diminuir a libido dos homens*. EM 28 mai. 2012. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2012/05/28/interna_tecnologia,296742/queda-no-nivel-de-testosterona-pode-diminuir-a-libido-dos-homens.shtml>. Acesso em: 20 out. 2017.

SMITH, D. M. What is sports violence? A sociolegal perspective. In: Goldstein, H. (Org.) *Sports Violence*. New York: Springer-Verlag, p. 33-45, 1983.

SPIKE.COM. *Spike TV*. 2017. Disponível em: <<http://www.spike.com/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SPORTV. *Site revela imagem de Miesha Tate sofrendo com corte de peso antes de luta*. 14 jul. 2016. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/blogs/especial-blog/ultimato/post/site-revela-imagem-de-miesha-tate-sofrendo-com-corte-de-peso-antes-de-derrota.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

SPORTV.COM. *Sem vínculo com a WADA, antidoping no UFC é feito por comissões*. 07 jan. 2012. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2012/01/sem-vinculo-com-wada-antidoping-no-ufc-e-feito-por-comissoes.html>>. Acesso em 20 out. 2017.

SULINA, V. *Médico explica morte súbita de lutador de MMA*. 28 set. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/saude/medico-explica-morte-subita-de-lutador-de-mma-28092013>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

TANNURE, M. Dr. *Tannure explica TRT e garante controle rigoroso do uso por atletas*. Combate, 17 mai. 2013. Disponível em:

<<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2013/05/dr-tannure-explica-trt-e-garante-controle-rigorous-do-uso-por-atletas.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

TATAME. *Vídeo*: Miesha Tate sofre pra bater o peso e precisa ficar nua para atingir limite da categoria; veja. 9 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.tatame.com.br/tatame/videos/video-miesha-tate-sofre-para-bater-o-peso-e-precisa-ficar-nua-para-atingir-limite-da-categoria>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

TATAME ONLINE. *A história do MMA (Vale Tudo): saiba tudo sobre o UFC e o Pride*. Tatame online, 2 jun. 2014. Disponível em: <<http://tatameonline.com/a-historia-do-mma-vale-tudo-saiba-tudo-sobre-o-ufc-e-o-pride/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

TAVARES, T. *Catarinense Thiago Tavares, sobre caso de doping no UFC: "Foi falso positivo"*. Diário Cartarinense, 08 fev. 2013. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/esportes/noticia/2013/02/catarinense-thiago-tavares-sobre-caso-de-doping-no-ufc-foi-falso-positivo-4037907.html>>. Acesso em: 24 out. 2017.

TEES, D. *CSAC recommends four fighters move up a weight class*. 01 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.fightful.com/csac-recommends-four-fighters-move-weight-class>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TERRY, P. C.; JACKSON, J. J. The Determinants and Control of Violence in Sport. *Quest*, v. 37, n. 1, 1985, p. 27-37.

THE BRITISH MUSEUM. *Collection Online*. Disponível em: <http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details.aspx?assetId=14758001&objectId=399793&partId=1>. Acesso em: 10 jan. 2018.

THE GUARDIAN. *The fight game reloaded: how MMA and UFC conquered the world*. 4 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sport/2016/mar/04/the-fight-game-reloaded-how-mma-conquered-world-ufc>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

THE SPORTS DAILY. *All-Time UFC PPV Sales Data*. 16 jul. 2016. Disponível em: <<http://mma-manifesto.com/ufc-ppv-data/ppv-main/all-time-ufc-ppv-sales-data.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

THE ULTIMATE FIGHTING CHAMPIONSHIP I: the beginning. Direção Mark Lucas. Produção: Robert Meyrovitz, Campbell McLaren, Michael Pillot. San Diego, California (EUA): Vidmark, 1994, 1 VHS.

THE ULTIMATE FIGHTING CHAMPIONSHIP. Direção Mark Lucas. Produção: Robert Meyrovitz, Campbell McLaren, Michael Pillot. San Diego, California (EUA): Vidmark, 1994, 1 VHS.

THE UNDERGROUND. *UFC PPV Covers*. 09 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.mixedmartialarts.com/forums/UnderGround/UFC-PPV-Covers:2593061>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

THOMAZINI, S. O.; MORAES, C. E. A.; ALMEIDA, F. Q. Controle de si, dor e representação feminina no Mix Martial Arts. *Pensar a Prática*, Goiânia, n. 11, v. 3, 2008, p. 281–290, set./dez.

TREJO, F. S. M.; MURZI, D.; YOSHIDA, L. Entre a violência e a festa popular no futebol da Argentina: as barras-bravas, as políticas públicas e uma Ong. *Revista Publicatio UEPG*, v. 25 n. 2, Mai.-Ago. 2017.

UFC. *Fighter listing*. 2017. Disponível em: <http://www.ufc.com/fighter/Weight_Class/Featherweight>. Acesso em: 13 dez. 2017.

_____. *UFC 4*. UFC, 2017. Disponível em: <<http://www.ufc.com/event/UFC-4-Revenge-Of-The-Warriors>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

UFC BRASIL. Túnel do tempo: Gracie x Severn. Facebook UFC BRASIL, 20 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/UFCBrasil/videos/2195137007167566/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UFC FIGHT PASS B. *TUF 2 : Team Hughes vs. Team Franklin*. 2005. Disponível em: <<https://www.ufc.tv/category/tuf-2-team-hughes-vs-team-franklin>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

UFC FIGHT PASS. *TUF 1 Ep. 5 Un-caged*. 14 fev. 2005. Disponível em: <<https://www.ufc.tv/video/ep-105-uncaged>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

UFC FIGHT NIGHT. *By the numbers*. 2018. Disponível em: <<http://www.ufc.com/news/featured/ByTheNumbers>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. *TUF 1: Team Liddell vs. Team Couture*. 2005. Disponível em: <<https://www.ufc.tv/category/tuf-1-team-liddell-vs-team-couture>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

UFC STORE. *A fanatics experience*. Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ufcstore.com/source/BM-UFCcom-NAV-Shop-UFCcom>>. Acesso em 13 dez. 2017.

ULTIMATE FIGHTING CHAMPIONSHIP I. *The beggining*. Diretor: LUCAS, M. Produtor: PILLOT, M. Produtores executivos: MEYROVITZ, R.; ABRAMSON, M; ISAACS, D.; Diretor de criatividade: MILIUS, J. Diretor de lutas: GRACIE. R. Santa Monica, California (EUA): Vidmark, 1994, 1 DVD.

_____. *The beggining*. Diretor: LUCAS, M. Produtor: PILLOT, M. Produtores executivos: MEYROVITZ, R.; ABRAMSON, M; ISAACS, D.; Diretor de criatividade: MILIUS, J. Diretor de lutas: GRACIE. R. Santa Monica, California (EUA): Vidmark, 1994, 1 DVD.

ULTIMATE FIGHTING CHAMPIONSHIP II. *No way out*. Diretor: LUCAS, M. Produtor: PILLOT, M. Produtores executivos: MEYROVITZ, R.; ABRAMSON, M; ISAACS, D.; MACLAREN, C. Diretor de criatividade: MILIUS, J. Diretor de lutas: GRACIE. R. Santa Monica, California (EUA): Vidmark, 1994, 1 DVD.

UNIFIED RULES. *Unified Rules and Other Important Regulations of Mixed Martial Arts*. s/d, p.1. Disponível em: <<http://www.ufc.com/discover/sport/rules-and-regulations>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

UOL. *Lutador detona UFC por valor de bolsas: ganharia mais como lixeiro*. 27 jun. 2013. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/mma/ultimas-noticias/2013/06/27/lutador-detona-ufc-por-valor-de-bolsas-ganharia-mais-como-lixeiro.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

UOL ESPORTE. *UFC implementará programa de controle de peso para proteger atletas*. 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/mma/ultimas-noticias/2016/05/13/ufc-implementara-programa-de-controle-de-peso-para-proteger-atletas.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

U.S. SENATOR JOHN McCAIN. *Biography*. 2012. Disponível em: <<http://www.mccain.senate.gov/public/index.cfm?FuseAction=AboutSenatorMcCain.Biography>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

USADA. *Informações para os atletas: infusões intravenosas (IV) estão proibidas no UFC a partir de 1º de outubro de 2015*. 1 jul. 2015. Disponível em: <http://ufc.usada.org/wp-content/uploads/UFC-IV-Explanatory-Note-7-1-2015_PT.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

VASQUES, D. G. As artes marciais mistas (MMA) como esporte moderno: entre a busca da excitação e a tolerância à violência. *Esporte e Sociedade*, ano 8, n. 22, set. 2013.

VECHIOLI, D. *Casos de doping no esporte crescem 26% em apenas um ano*. UOL, 25 ago, 2017. Disponível em: <<https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2017/08/25/casos-de-doping-no-esporte-crescem-26-em-apenas-um-ano/>>. Acesso em: 09 out. 2017.

VEJA.COM. *UFC 177: Renan Barão passa mal e está fora da revanche contra TJ Dillashaw*. 29 ago. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/esporte/ufc-177-renan-barao-passa-mal-e-esta-fora-da-revanche-contr-tj-dillashaw/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

VENUM. *Reposição de Testosterona no MMA: Doping ou remédio?* 30 nov 2014. Disponível em: <<https://venum.com.br/blog/reposicao-de-testosterona-no-mma/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

VESSONI, R. *Futebol brasileiro chega a 296 mortes por intolerância entre torcedores*. 2016. Disponível em: <<http://www.lance.com.br/futebol-nacional/futebol-brasileiro-chega-296-mortes-por-intolerancia-entre-torcedores.html>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

VIMEO. *Ufc I*. 12 nov. 1993. 2016. Disponível em: <<https://vimeo.com/156067156>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

VIP. *Quero lutar no UFC*. Vip, 13 mai. 2013. Disponível em: <<https://vip.abril.com.br/comportamento/quero-lutar-no-ufc/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

WACQUANT, L. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WALTERS, J. V. “*There are no rules! Except these 108*”. The multidirectional flow of influence between sportification, subculture, and violence on the history of Mixed Martial Arts. Dissertação (Mestrado em Artes) - University of Western Ontario, 2015.

WBC. *Boxe categorias de peso: Conselho Mundial de Boxe*. Disponível em: <<http://wbcboxing.com/wbceng/champions/9-acerca/12-campeones-actuales-3>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

WBA. *Boxe categorias de peso*: Associação Mundial de Boxe Disponível em: <<http://www.wbaboxing.com/wba-champions>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

WEIDMAN, C. *Comissão atlética de Nevada bane isenção para TRT em lutas no estado*. Globo.com, 27 fev. 2014. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2014/02/comissao-atletica-de-nevada-bane-isencao-para-trt-em-lutas-no-estado.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

WILL, G. Ultimate fighting shows raise ultimate questions. Nova Jersey: *The Central New Jersey Home News*, 24 nov. 1995, p. 39.

_____. ‘Ultimate Fighting’ are too extreme for our society. Ohio: *The Newark Advocate*, 11 dez. 1995, p. 4.

WHITE, D. *Especial TUF*: o surgimento da ideia que mudaria o destino do UFC. Super Lutas, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.superlutas.com.br/noticias/22371/especial-tuf-o-surgimento-da-ideia-que-mudaria-o-destino-do-ufc/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. *Uma breve história do MMA moderno e do vale-tudo antes da explosão do UFC*. GracieMag, 2016. Disponível em: <<http://www.graciemag.com/a-historia-do-mma-e-do-vale-tudo-antes-do-boom-do-ufc/>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

WORLD ANTI-DOPING AGENCY. *The agency's history*. 2017. Disponível em: <<https://www.wada-ama.org/en/who-we-are>>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. *The code*. 2017. Disponível em: <<https://www.wada-ama.org/en>>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. *World anti-doping code*. Quebec, World Antidopagem Agency Press, p. 17. 2015.

WORLD ASSOCIATION OF A KICKBOXING ORGANIZATION. *WAKO rules and regulations*. WAKO, 2017. Disponível em: <<http://www.wakoweb.com/en/page/wako-rules-and-regulations/32/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

WORLD KARATE FEDERATION. *Protections WKF Approved*. WKF, 2017. Disponível em: <<https://wkf.net/karateprotections/protections-main>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

XAVIER, J. V. *Bellator pode ir na jugular do UFC com Rory MacDonald*. Sexto Round, 15 mar. 2016. Disponível em: <<http://sextoround.com.br/54248-bellator-pode-ir-na-jugular-do-ufc-com-rory-macdonald/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

YOUTUBE. *O Guerreiro Mestre Kunta Kinte*. 1991. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T6CxrVGRkVI>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. *Fábio piemonte vs kunta kinte no desafio CHUTE BOXE vs CAPOEIRA* – YouTube. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Kunta+kinte+vs+Fabi%C3%A3o&rlz=1C1GGRV_enBR757BR757&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwi7rImyoIDZAhUKjpAKHeX4BusQsAQINA&biw=1366&bih=662#imgsrc=vFStyHQhyZ-tIM:>>. Acesso em: 10 jan. 2018.